



Cristina Maria Alves da Silva

**Transformações (socio)espaciais no Município de Duque
de Caxias (RJ): uma periferia complexa em integração na
região metropolitana do Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof. João Rua

Rio de Janeiro
Julho de 2023



Cristina Maria Alves da Silva

**Transformações (socio)espaciais no Município de Duque
de Caxias (RJ): uma periferia complexa em integração na
região metropolitana do Rio de Janeiro**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em
Geografia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo:

Prof. João Rua

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof.a Regina Célia de Mattos

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Luciano Ximenes Aragão

Departamento de Geografia – FEBF

Prof.a Joana Cruz de Simoni

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Gabriel de Lima Souza

Secretaria Estadual de Educação – SEEDUC

Prof. Victor Tinoco de Souza

Pesquisador Autônomo

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2023.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Cristina Maria Alves da Silva

Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Especialista em Saberes e Práticas na Educação Básica - Ensino de Geografia - Faculdade de Educação/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011) e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2016).

Ficha Catalográfica

Silva, Cristina Maria Alves da

Transformações (socio)espaciais no município de Duque de Caxias (RJ) : uma periferia complexa em integração na região metropolitana do Rio de Janeiro / Cristina Maria Alves da Silva ; orientador: João Rua. – 2023.

209 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2023.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Espaço. 3. Periferia. 4. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 5. Duque de Caxias. I. Rua, João. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Aos caxienses...

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor, cúmplice, João Rua, pelos dias (e foram muitos) em que pensei que não seria possível concluir, mas o seu cuidado, o seu estímulo e parceria contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos os amigos e amigas caxienses ou que se tornaram, em especial Glória e Venâncio, pela ajuda e atenção.

Aos estudantes do 7º período de Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF- UERJ/Caxias, por compartilharem a realidade e a Professora Joana Cruz de Simoni, por abrir as portas da sala de aula e permitir a troca de saberes.

A todos os professores do Departamento de Geografia da PUC-Rio, em especial, Regina Célia de Mattos, Alvaro Ferreira e Sandra Lencioni, José Borzacchiello e por alimentarem em mim o gosto pela Geografia e a sua importância por compreender a “realidade” e na busca de caminhar rumo a um devir.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora, Regina Célia de Mattos, Luciano Ximenes Aragão, Joana Cruz de Simoni, Victor Tinoco de Souza e Gabriel de Lima Souza, por ressaltarem os pontos .

Aos amigos/as que fiz no grupo de pesquisa Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS) Joana, Gabriel de Lima, Raíssa, Bernardo, Henrique, Pedro, Balardino, Gabriel Martins, Victor Cabral pelos conhecimentos compartilhados e pelas contribuições que ajudaram a amadurecer a pesquisa. Com um carinho especial me refiro a Lucia, por me alentar e por acalmar as “tempestades” e ao Victor Tinoco, por importa-se com a tese e com as dificuldades do caminho.

A todos os funcionários da PUC-Rio de forma geral e do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda, de forma especial, agradeço ao Guilherme Rodrigues, por todos os esclarecimentos.

Às minhas irmãs, Cristiane e Luciana, por estarem comigo nessa jornada que é a vida.

À minha mãe, Iolanda Taghiate (*in memoriam*), que marca tão fortemente a minha existência.

Aos amigos, Matheus Leandre, Juliana Paiva, Matheus Brasil, Mariana Braz, Cristiane Pinheiro que me estimularam no caminho.

Aos meus colegas da PUC-Rio.

A presente tese foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Silva, Cristina Maria Alves da; Rua, João (Orientador). **Transformações (socio)espaciais no Município de Duque de Caxias (RJ): uma periferia complexa em integração na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2023. 209p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Neste trabalho procuramos compreender as transformações (socio)espaciais no Município de Duque de Caxias (RJ) integradas à ação conjunta de sujeitos sociais diversos percebendo o município como exemplo das inter-relações espaciais em alguns momentos da organização do capitalismo em periferias urbanas. Consideramos sujeitos (sociais) todos aqueles que interferem na produção do espaço – cientistas/pesquisadores, Estado/políticos, capital/capitalistas e trabalhadores(as)/moradores(as), além do que foi denominado como sujeitos subalternizados. As leituras efetuadas não encerram a busca da teoria (infundável), mas se permanecermos nessa parte do trajeto (Realidade-Teoria-Realidade) escapamos a continuidade do percurso que é alcançar o real transformado pelo movimento da própria dinâmica espaço temporal. Não se trata de etapas de um caminho. Trata-se de um jogo de interações dialéticas Realidade-Teoria-Realidade representando esse último o real transformado, o qual se alcançado obriga a um imediato retorno à teoria e as observações iniciais. Por muito tempo, e talvez ainda nos dias atuais, o município de Duque de Caxias foi, ou ainda é visto, como periferia do município do Rio de Janeiro, seja nos centros acadêmicos, seja na realidade dos sujeitos caxienses. Essa periferia distante, muitas vezes, é vista como um limite não só territorial, mas também como um limite do seu lugar no mundo. Mas a interação centro e periferia sempre ocorreu e continua ocorrendo, adaptando-se aos diferentes momentos do capitalismo. No momento atual do capitalismo e buscando pensar a relação centro periferia não simplesmente a partir da diferenciação, mas a partir de um novo quadro de desenvolvimento no qual a integração, ou seja, um processo de socialização negativa através do consumo, do crédito e do endividamento, mesmo dentro de um quadro de aumento da miséria. Duque de Caxias muda, vai ainda mudar e esta mudança lhe traz a maior transformação pela qual já passou, a maior perturbação e o maior “desenvolvimento”.

Palavras-chave:

Espaço; Periferia; Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Duque de Caxias.

ABSTRACT

Silva, Cristina Maria Alves da; Rua, João (Advisor). **(Socio)spatial transformations in the municipality of Duque de Caxias (RJ): a complex periphery in integration in the metropolitan region of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2023. 209p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In this work we seek to understand the (socio)spatial transformations in the Municipality of Duque de Caxias (RJ) integrated to the joint action of diverse social subjects perceiving the municipality as an example of spatial interrelationships in some moments of the organization of capitalism in urban peripheries. We consider (social) subjects all those who interfere in the production of space – scientists/researchers, State/politicians, capital/capitalists and workers/residents, in addition to what was called subaltern subjects. The readings carried out do not end the search for theory (endless), but if we remain on this part of the path (Reality-Theory-Reality) we miss the continuity of the path that is to reach the real transformed by the movement of the space-time dynamics itself. It's not about steps on a path. It is a game of Reality-Theory-Reality dialectical interactions, the latter representing the transformed reality, which, if achieved, requires an immediate return to theory and initial observations. For a long time, and perhaps even today, the municipality of Duque de Caxias was, or is still seen, as the outskirts of the municipality of Rio de Janeiro, whether in academic centers or in the reality of citizens. This distant periphery is often seen not only as a territorial limit, but also as a limit to their place in the world. But the interaction center and periphery has always occurred and continues to occur, adapting to the different moments of capitalism. In the current moment of capitalism and seeking to think about the center-periphery relationship not simply from differentiation, but from a new development framework in which integration, that is, a process of negative socialization through consumption, credit and indebtedness, even within a framework of increasing poverty. Duque de Caxias changes, is still going to change and this change brings him the greatest transformation he has ever gone through, the greatest disturbance and the greatest “development”.

Keywords:

Space; Periphery; Rio de Janeiro Metropolitan Region; Duque de Caxias.

SUMÁRIO

1.	Introdução...ou como as geografias atravessam nossas vidas	12
1.1.	Aproximação com a empiria	21
1.2.	Procurando uma problemática (socio)espacial e seus desdobramentos	29
2.	Embasamento teórico-conceitual e metodológico... buscando compreender melhor a realidade	37
3.	Baixada Fluminense e Duque de Caxias, espaços em transformação espacialidades, territorialidades e periferias: múltiplos aspectos da fragmentação do município	67
3.1.	Podemos falar em uma só “Baixada”?	76
3.2.	Podemos falar em uma só “Duque de Caxias”?	86
3.3.	Duque de Caxias: periferia, periferias ou centro-periférico?	104
4.	O Município de Duque de Caxias e suas inter-relações com o sentido geral do desenvolvimento do capitalismo no Brasil	119
4.1.	A Política Desenvolvimentista: uma percepção espacial estatal	122
4.2.	A Política Neoliberal: o espaço da desregulação	131
4.3.	A Política Novo Desenvolvimentista e suas repercussões (socio)espaciais	137
5.	Em busca de uma essência inalcançável em uma realidade complexa: a periferia tem vida...mesmo quando tentam matá-la	147
5.1.	Duque de Caxias: geografias das relações desiguais	150
5.2.	Espaço de necessidades...não atendidas	171
5.3.	A periferia tem vida...mesmo quando tentam matá-la	182
6.	Considerações finais: um permanente recomeço	193
7.	Referências	196

Lista de Abreviaturas e Siglas

AFE	Associação Fluminense de Educação
APA	Área de proteção ambiental
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
Fabor	Fábrica de Borracha Sintética
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FDRM	Fundo Contábil de Desenvolvimento Metropolitano
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FORAS	Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping
Fundrem de Janeiro	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
HCH	Hexaclorociclohexano
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IRM	Instituto Rio Metrópole
PEDUI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Pix	Pagamento instantâneo brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rebio	Reserva biológica
Reduc	Refinaria de Duque de Caxias
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SMBF	Serviço de Malária da Baixada Fluminense
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
UPC	União Popular Caxiense
URAIIS	Grupo de Estudos Urbanos e Rurais
UUIO	Unidades Urbanas Integradas a Oeste

Lista de figuras

Figura 1 - Construção da Reduc no final dos anos 50 com a Variante Rio-Petrópolis ao fundo	32
Figura 2 - Colégio Estadual Doutor Ignácio Bezerra de Menezes (foto: Elizangela Cruz)	61
Figura 3 - Rua Dep. Romeiro Júnior	61
Figura 4 - Rua Dep. Romeiro Júnior	62
Figura 5 - Jornal Última Hora do dia 29 de agosto de 1962	70
Figura 6 - Instalações da Fábrica Nacional de Motores (FNM) na década de 1940, Xerém, Duque de Caxias/RJ	127
Figura 7 - Construção da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) na década de 1960	128
Figura 8 - CIEP 369 - Jornalista Sandro Moreyra, ao lado da prefeitura	153
Figura 9 - Foto de cartaz de propaganda de venda de imóveis na Rodovia Washington Luís (BR 040), em frente à prefeitura	154
Figura 10 - Bairro Jardim 25 de Agosto e Bairro Pilar (Fonte: Silveira, 2013)	178

Lista de mapas

Mapa 1 - Duque de Caxias e a Baixada Fluminense - criação Cristina Maria Alves da Silva e execução Pedro Ferreira Chagas Araujo	30
Mapa 2 - Mapa dos distritos do Município de Duque de Caxias - criação Cristina Maria Alves da Silva e execução Pedro Ferreira Chagas Araujo	87
Mapa 3 - Principais eixos viários que atravessam o Município de Duque de Caxias - criação Cristina Maria Alves da Silva e execução Pedro Ferreira Chagas Araujo	93

1. Introdução... ou como as geografias atravessam nossas vidas

Uma rápida explicação do título desse trabalho nos obriga a referir à ideia central da nossa pesquisa: desde as origens do Município de Duque de Caxias (RJ) não têm faltado projetos, políticas públicas e investimentos de natureza diversa que poderiam ter se constituído em verdadeiras “molas propulsoras” daquilo que muitos autores denominam desenvolvimento social (BONENTE, 2014), isto é, uma melhoria das condições de sobrevivência para a maioria da população local. Podemos adiantar, desde já, que procuraremos apontar como têm sido elaboradas tais “molas propulsoras” e apontar para um quadro social no qual os efeitos de tais ações políticas se fazem sentir tão desigualmente no espaço caxiense.

Deve ficar claro também que ao se falar em transformações (socio)espaciais abrange-se uma gama muito ampla de eventos. Que transformações serão observadas nesse trabalho? A rede de transportes, os problemas habitacionais, o adensamento da população, as mudanças ligadas à infraestrutura? Poderíamos escolher apenas uma dimensão, além destas, para analisar em profundidade. Isso nos obrigaria a um “mergulho” nas relações mais íntimas que certamente permeiam a escala da vida cotidiana dos moradores/as do município. Por problemas externos a nós (pandemia e fechamento de instituições) optamos por um trabalho mais geral, apontando e estabelecendo alguns comentários sobre determinados elementos que caracterizam algumas das transformações (socio)espaciais que se observam em Duque de Caxias.

Consideramos transformações (socio)espaciais ou dinâmica socioespacial, de acordo com Viana (2019, p.3) como a reunião dos “termos que, tornados conceitos ou noções, buscam apreender os processos, dinâmicas e fenômenos que realizam a sociedade e se realizam através das relações sociais”. Em outras palavras, Campos e Silveira (2016, p.70) consideram que “essas transformações ocorrem ao longo do tempo decorrentes das relações entre sociedade e espaço, como fruto dos conflitos de classe, da divisão territorial do trabalho, passíveis de serem verificadas no momento corrente”. Percebe-se a importância do movimento do/no espaço como elemento crucial para se tentar ultrapassar a aparência e procurar a essência da totalidade espaço onde os processos se realizam.

Outro aspecto ainda referente ao título desse trabalho busca explicar por que (socio)espaciais mantém o sócio entre parênteses. Pode parecer óbvio para muitos

que o espaço será sempre um produto da ação social. Infelizmente, parece-nos necessária esta explicação para reforçar a ideia de espaço social, ou melhor, da fundamental importância do social na produção do espaço, o que vai permitir uma clara distinção do espaço absoluto observado quando se vê o município “fechado”/território funcional em seus limites jurídico-políticos. As diferentes formas de abordar/estudar o espaço são importantes, seja o conhecimento da natureza enquanto espaço terrestre, seja o conhecimento produzido pela sociedade humana e, por isso, Souza (2013, p.25) escreve, os “dois polos epistemológicos se abrigam no interior desse complexo, vasto e heterogêneo campo denominado Geografia: o polo do conhecimento sobre a natureza e o polo do conhecimento sobre a sociedade”. Interessa-nos, portanto, a materialidade transformada pela sociedade ou “a maneira como a sociedade concebe e se apropria da natureza e a transforma, transformando a si própria” (SOUZA, 2013, p.27). Mas queremos, principalmente, falar do espaço que é explicado por Marcelo Lopes de Souza (2013, p.22) e que “pode-se entender espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade humana”.

Em nosso caso específico, percebemos sempre o município de Duque de Caxias como exemplo de processos não delimitados por malhas jurídico-político-administrativas, quer dizer, de amplitude escalar muito variada: intramunicipal, municipal e supramunicipal. Os processos aqui estudados não são exclusivos de Duque de Caxias, embora apresentem nesse município particularidades e singularidades que justificam seu estudo.

Assim, o objetivo central dessa nossa pesquisa pode ser desde já enunciado, mesmo que retomado em outra seção do trabalho: compreender as transformações (socio)espaciais no Município de Duque de Caxias (RJ) integradas à ação conjunta de sujeitos sociais diversos percebendo o município como exemplo das inter-relações espaciais em alguns momentos da organização do capitalismo em periferias urbanas.

Após a apresentação do objetivo geral, pensamos ser necessária uma explicação a respeito da escolha do termo transformações (sócio)espaciais como expressão do movimento da sociedade em permanente reespecialização ao invés de utilizar os conceitos de produção do espaço e reprodução, conforme nos ensinou Henri Lefebvre (2006). Desde logo, percebemos a dificuldade que teríamos para lidar com a “realidade” tão complexa como se apresenta o Município de Duque de

Caxias. Apesar de tangenciarmos as concepções lefebvrianas de espaço e utilizarmos algumas de suas formulações, sentimos que a aparência dos fenômenos espaciais a estudar vinha se impondo carregando a nossa possível busca da essência tal como discutiremos mais adiante.

A dificuldade percebida de buscar uma essência que nos escapava e a de reunir teoria e empiria num diálogo profundo, encaminhou-nos também para a redação do objetivo central utilizando o verbo compreender ao invés de analisar.

Compreender expressa melhor aquilo que desde o início do trabalho queremos clarificar - um movimento de busca que não conseguirá se realizar plenamente.

Uma análise nos obrigaria à penetração nos elementos componentes das múltiplas espacialidades observadas em Duque de Caxias e conduzir-nos-ia a uma síntese tal como nos propõe Henri Lefebvre, em seu livro *Lógica formal, lógica dialética*. Para o autor, a análise se esforça para penetrar no objeto, o ataca infinitamente e, por isso, não pode reduzir o complexo ao perfeitamente simples (LEFEBVRE, 1975, p.117).

Uma outra preocupação nesta introdução do trabalho é apresentar a nossa opção pela utilização do conceito de sujeito social ao invés de atores ou agentes, mesmo que colocando o social entre parênteses, já que para nós, todo sujeito é social.

O sujeito (social) é o foco no qual se entrecruzam as relações entre o individual e o social, entre as condições materiais objetivas e as subjetivas. Auxiliam-nos na elaboração do conceito de sujeito (social) alguns autores na ciência geográfica. Lima (2019, p.14) escreveu que se trata “dos indivíduos em suas mais variadas práticas cotidianas; das diversas estratificações dos detentores do capital; das classes sociais, as quais a literatura clássica privilegiou como sujeitos históricos; ou de maneira mais ampla dos grupos sociais, notadamente dos grupos subalternos”. Nessa reflexão do autor citado, percebem-se alguns aspectos sobre os sujeitos (sociais) que vêm sendo muito enfatizados pela ciência geográfica. Os indivíduos em suas variadas práticas cotidianas constituem-se numa ideia interessante para evidenciar a relação indivíduo/sujeito e, ao mesmo tempo, demonstra-nos a heterogeneidade desses sujeitos; a importância das classes sociais compostas por sujeitos (sociais) históricos, ideia que nos remete à hierarquização social no espaço em Duque de Caxias que se soma à heterogeneidade aludida no item anterior; outra

ideia desafiadora retirada dessa afirmação de Lima (2019) refere-se à importância dos sujeitos subalternos, sobre os quais, em outra parte do texto, o autor referido questiona se eles podem falar. Carlos (2011, p.70 em diante) por sua vez, retoma o conceito de “sujeitos sociais” como aqueles cujas necessidades e desejos estão associados à realização da vida humana, no entanto, diferencia-os no que se refere às ações de agentes estatais e capitalistas.

Parece necessário lembrar a crítica que Lima (2019, p.14) elabora em relação às afirmações de Carlos (2011). Escreve Elias Lima: “Considero toda essa distinção [sujeitos sociais e capitalistas] um tanto despropositada, se acaso se supõe um esforço, por mínimo que seja, de superação de antinomias inexoráveis, porquanto o sujeito (enquanto um ente corporificado) engloba todas essas derivações”.

Em nosso trabalho seguiremos com as reflexões de Elias Lima (2019) considerando como sujeitos (sociais) todos aqueles que interferem na produção do espaço – cientistas/pesquisadores, Estado/políticos, capital/capitalistas e trabalhadores(as)/moradores(as), além do que foi denominado como sujeitos subalternizados. Mas que ações realizam esses sujeitos (sociais)? Onde se processam tais ações? Como as ações dos sujeitos (sociais) revelam conflitos, contradições e desigualdades que se refletem nas múltiplas espacialidades que encontramos em Duque de Caxias?

Outra ideia/conceito relevante que atravessará todo o nosso trabalho é a de periferia, compreendendo-a como, simultaneamente, uma construção intelectual e política que se apresenta com significados distintos ao longo das décadas que balizam nossa reflexão. Serão os sujeitos sociais que apresentamos acima os que com suas intencionalidades traçaram o percurso dessa ideia/conceito interligando os distintos momentos das intervenções na produção do espaço caxiense.

A ideia/conceito de periferia, em termos mundiais, foi reforçada após a Primeira e Segunda Guerra Mundial e corroborado com a Guerra Fria, em que países de maior poder político, econômico e militar receberam o status de centro, e aos países mais pobres, dependentes, com problemas de infraestrutura, coube o status de periférico. Como nos explica Burgos (2011, p.7) ao trazer esse “modelo” (centro-periferia) para a escala interna de um país, “se sobrepôs um raciocínio sócio-econômico que classificava um certo número de países em países do centro e países periféricos; transportadas estas noções para raciocinar[?] as desigualdades regionais no interior de um país, logo foram identificados os centros e as periferias”.

De início, percebeu-se a periferia, usualmente, considerada como aquela área da cidade que em termos de localização situa-se nos arredores do espaço urbano com uma grande presença e reprodução da força de trabalho, porém desprovida de qualquer infraestrutura coletiva. O município em estudo passa a ser visto dessa forma e mesmo com a presença de algumas atividades industriais, essas não absorviam a maior parte dos trabalhadores/as que precisavam se deslocar para o Rio de Janeiro, fazendo de Duque de Caxias um município dormitório e a presença das mesmas indústrias não alteravam pra melhor a qualidade de vida dos moradores/as caxienses. Costa (2009, p.187) nos auxilia nessa explicação ao discorrer que “[...] apesar da industrialização que experimentou, Duque de Caxias continuava a ter como uma de suas principais características a de cidade-dormitório, celeiro de mão-de-obra farta e barata para a economia carioca”.

Nos baseamos em Rosa (2021, p.375) para explicar que nos anos de 1960 e 1970, “a periferia metropolitana passa a ser definida tanto em comparação ao dinamismo do núcleo metropolitano como em função de suas carências no que tange às melhorias que impactassem na qualidade de vida de seus residentes”. A primeira parte dessa afirmação pode ser refutada visto que alguns municípios da periferia, Duque de Caxias, por exemplo, já nessas décadas apresentavam a implantação de indústrias, como vimos acima, o que para a época significava dinamismo econômico. A segunda parte também pode ser contestada, pois a presença de importantes indústrias implicava na melhoria de infraestrutura não somente para as indústrias que se instalavam ali, mas também para os funcionários de alto padrão que iniciavam a ocupação de bairros com melhor qualidade de vida. Podemos considerar que nas décadas de 1960 a 1980, estabeleceu-se uma divisão territorial do trabalho na qual os trabalhadores/as viviam nessas periferias distantes e as atividades motoras da economia e da sociedade da aglomeração metropolitana situavam-se nas áreas centrais.

Porém, se no passado, o pensamento apresentado por Rosa (2021) era visto como legítimo, atualmente, é tensionado por alguns autores, entre eles Ritter e Firkowski (2009, p.22) que defendem a ideia de que a periferia não deve ser mais vista como um lugar distante de algum ponto central, além do que, para esses autores, “também é necessário acabar com a singularização deste termo, não existe ‘periferia’ e sim periferias (plural) pela heterogeneidade e velocidade dos seus

fenômenos”, ou seja, diante da maior complexidade das relações que ocorrem nas cidades periféricas, não é possível mais a sua homogeneização.

Voltando novamente a Rosa (2021) mais uma vez para apresentar alguns pontos que tornam Duque de Caxias um município heterogêneo internamente (quando comparamos seus distritos, bairros e ruas) e externamente (quando comparamos com outros municípios da Baixada Fluminense), confrontando a ideia de periferia como um espaço homogêneo, de carências em infraestrutura, de moradia dos pobres e da pobreza. No que diz respeito ao seu espaço interno, não é possível afirmar que não há infraestrutura ou mesmo oferta de serviços, essas apenas encontram-se mal distribuídas pelo município. “Esta complexidade é o que temos identificado como heterogeneidade da periferia na medida que convivem atividades de comércio, consumo, serviços e lazer tanto as mais simples como também as mais complexas como serviços médicos, editoriais e laboratoriais, por exemplo” (ROSA, 2021, p.380). Nesse sentido, Duque de Caxias deixa de ser apenas um município de moradia e passa a atrair pessoas de outras partes da Baixada para estudar, trabalhar, receber atendimento médico, entre outros serviços, tornando-se assim uma centralidade¹ na periferia. Em nosso trabalho a noção de centralidade está relacionada ao poder e ao consumo. Portanto, trata-se de uma perspectiva fisionômica e pautada em atributos quantitativos de indicadores socioeconômicos.

O que podemos perceber também, além do surgimento de centralidades na periferia, nos permitindo denominar de periferias, é que há uma lógica de integração crescente entre aquilo que algumas décadas atrás parecia distante. Está tudo integrado. O que antes se chamava de periferia, o que antes se chamava centro, dicotomizado, vem se tornando um grande espaço integrado, cada vez mais integrado pela lógica capitalista urbana, que integra desigualizando.

Assim, neste início da introdução do nosso trabalho, procuramos apresentar os termos/conceitos/ideias que procuram explicar o título da tese. Tais ideias/conceitos serão reapresentados com maior aprofundamento em outro momento do trabalho. Em seguida, continuaremos com o diálogo entre aquilo que nos atraiu

¹ É necessário lembrar que para Henri Lefebvre no livro *A Revolução Urbana* (1999) quando se refere a centralidade lúdica integrando a vida urbana ao habitar. Nessa parte do livro, Lefebvre ataca a vulgarização do termo habitar pela maior parte dos pesquisadores destacando a diferença entre habitar e habitat.

como possibilidades de construção de um futuro objeto de investigação e a nossa própria vivência em uma parte do município que estudamos.

A experiência de trabalhar como professora de Geografia no Município de Duque de Caxias me levou a pensar sobre aquele espaço e sobre as pessoas que ali viviam. Me deslocar para a escola próxima ao complexo da Mangueirinha (conjunto de favelas) passou a ser um constante trabalho de campo que me permitia observar, sem profundidade, a realidade socioespacial, cultural, econômica, política do município, que em outras palavras podem ser descritas como comprometida qualidade de vida dos moradores/as denunciada através daquele espaço.

Uma análise superficial do espaço de Duque de Caxias me levava a indagações sobre o tipo de condição de vida que os/as caxienses experimentavam. Com o passar do tempo mais elementos eram acrescentados a essa análise superficial e meus questionamentos esbarraram na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc): como uma refinaria importante, vale ressaltar, uma das mais importantes do Estado do Rio de Janeiro e também do Brasil, oscilando ao longo dos anos entre segundo e terceiro lugar no ranking das refinarias nacionais (dependendo do que produzia, dependendo do que arrecadava), um elemento econômico local muito importante, como tudo isso não influenciava/influencia na qualidade da vida espacializada daqueles moradores/as?

A partir dessa análise superficial e de todo conhecimento que fomos acumulando dentro do município de Duque de Caxias e dentro da pesquisa do doutorado, chegamos a um ponto de percebermos que não é a Reduc a responsável pelo comprometimento da qualidade de vida denunciada por aquele espaço. A Reduc é um elemento físico, uma materialidade espacial, mas o que existe por detrás dela? Um governo, uma história, relações sociais, relações políticas, relações econômicas que podem nos ajudar a entender esse tipo de desenvolvimento de Duque de Caxias.

Essa indagação nos faz ampliar o olhar e poderia ser feita para qualquer outro lugar com algum tipo de elemento/empreendimento/construção econômica, seja uma estrada ou uma barragem, seja até mesmo um elemento privado (não necessariamente estatal, como a Reduc foi pensada), como um shopping ou um hotel. Esse elemento não pode ser dissociado do seu histórico de políticas, de suas relações econômicas e sociais que ajudam a compreender as transformações ocorridas no espaço.

Existe uma particularidade em Duque de Caxias que é a presença da refinaria, mas ao analisarmos esse município, nos é possível trabalhar com uma parte do território do Estado do Rio de Janeiro, que é uma parte do território brasileiro, permitindo através do jogo de escalas a compreensão das políticas que transformam o espaço, mas não modificam para melhor a qualidade dos que vivem nesse espaço.

Quando observamos a qualidade de vida dos moradores/as do município de Duque de Caxias, percebemos que há um descompasso entre a riqueza gerada por esse município e a realidade espacial, ou seja, a precariedade da infraestrutura e dos meios de vida da maioria das pessoas que moram nesse município.

Desde já é necessário deixar claro que compreendemos como ponto de partida a noção neste trabalho por interações espaciais. Como Corrêa (2016), consideramos interações espaciais

os meios pelos quais as formas espaciais articulam-se entre si, realizando as funções que os processos espaciais lhes atribuíram. Processos, formas e interações espaciais constituem uma unidade, não sendo possível compreender a espacialidade humana sem recurso a essas três dimensões (p.136).

Procuraremos adequar essa ideia de interações àquela apresentada por Massey (2008, p.29) quando a combina (interações) com inter-relações. Essa autora escreve: “o espaço [é] como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno”.

Assim, para Massey (2008), o espaço é visto como produto de inter-relações, como esfera da possibilidade de existência da multiplicidade, e sempre em construção, aberto e inacabado. Portanto, como acima nos apontou Roberto Lobato Corrêa, para nós, mais do que processos e formas, o espaço será produto de um movimento permanente de inter-relações entre sujeitos sociais e os elementos constitutivos de tal espaço, o que nos encaminhará para as concepções de Doreen Massey, arriscando-nos a colocar esses dois autores em diálogo.

Tais interações/inter-relações expressam-se em desigualdades espaciais integradas a investimentos e outros tipos de intervenções que atuam como elementos desigualizadores do espaço na ação conjunta do capital com o Estado. Estas últimas considerações remete-nos a Harvey que demonstra a ação desses elementos desigualizadores quando explica que “o capital cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades em determinado momento” (HARVEY, 2016, p.147). A título de exemplo, citamos os bairros Jardim 25 de Agosto e Pilar, loteamentos que

tiveram início em 1951 e 1952, respectivamente, no primeiro distrito de Duque de Caxias para sanar a demanda habitacional que estava se formando e nos dias atuais apresentando espacialidades bem contrastantes como resultado de distintas políticas públicas responsáveis pelo aparelhamento dos bairros. Enquanto o primeiro bairro, denominado por Silveira (2014, p.84) de “periferia enobrecida, ou seja, destinado à classe abastada, fazendo dele um espaço bastante distinto em comparação ao restante do município”, o segundo bairro abrigou as classes mais populares e não apresentou as mesmas exigências urbanísticas, “pois nesta localidade não houve rigor do poder público com o cumprimento das normas e padrões de habitação, de acordo com os padrões da urbanização popular” (SILVEIRA, 2014, p.84).

Como Harvey nos esclareceu e o exemplo nos mostrou, o capital só alcança tais resultados pois tem permissão/aval/cumplicidade do Estado capitalista que, como vimos anteriormente, através de políticas públicas distintas, “está interessado, entre outras coisas, na acumulação de riqueza e poder sobre uma base territorial” (HARVEY, 2016, p.147).

Com isso queremos mostrar como o capital desigualiza o espaço no momento que se espacializa, criando paisagens geográficas distintas e também quando, entrando numa crise, “abandona” esse espaço, deixando um rastro de problemas de desvalorização desse e de tudo que nele está contido para se localizar em outro.

Esse movimento constante do capital que ora chega e ora deixa o espaço se torna o responsável pela produção de diferentes espacialidades formada pela inter-relação dos “elementos do espaço [que] seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas” (SANTOS, 1988, p.5). Esses elementos não estão isolados e nem são independentes uns dos outros, ao contrário, cada um deles possui uma atribuição/tarefa que se inter-relaciona com os outros elementos, ou seja, “na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos” (SANTOS, 1988, p.6).

As diferentes espacialidades que são engendradas pelas inter-relações dos elementos do espaço se combinam/articulam desigualmente. Se apresentamos aqui a importância do processo de desigualização do espaço tão enfatizado por David Harvey é porque essa noção estará na base das reflexões que efetuaremos a respeito do espaço caxiense. Assim, inter-relações (termo que vamos preferir) e desigualizações constituem-se em movimentos simultaneamente contraditórios e

complementares. Se inter-relações sugerem ação conjunta de elementos no espaço motivada por sujeitos sociais, a desigualização fragmenta e hierarquiza aqueles mesmos elementos e ações sem, entretanto, apartá-los. Voltaremos a isso no quinto capítulo quando traremos exemplos desses elementos que se combinam desigualmente.

Num primeiro momento vamos evidenciar a nossa aproximação com o município de Duque de Caxias e como os desafios das desigualdades observadas foram nos movendo em direção a essa pesquisa. Posteriormente retornaremos à problemática em si.

1.1. Aproximação com a empiria

Minhas primeiras impressões do município de Duque de Caxias, ainda enquanto criança (em finais dos anos 1980) partem dos relatos de outras pessoas, que me levaram a pensar que o município encontrava-se muito distante, geograficamente, da cidade que eu morava, o Rio de Janeiro. Na adolescência, já na década de 1990, ao visitar amigos no terceiro distrito, Imbariê, dentre algumas experiências com o lugar, três me chamaram atenção: a primeira experiência foi fazer o trajeto de ônibus até o município. Isso ajudou a desconstruir a ideia de que havia uma grande distância entre o município que eu morava e os diferentes distritos de Duque de Caxias para o qual eu me deslocava. Essa distância passou a ser relativa, pois dependia do transporte, do dia, da hora e do distrito ao qual eu me dirigia. A segunda experiência me permitiu observar uma beleza de ambientes naturais até então desconhecida por mim: o distrito de Imbariê apresentava lugares que me conquistaram pelas exuberantes cachoeiras, riachos e ambientes da Mata Atlântica ainda pouco alterados, o que não era e ainda não é muito destacado pelos jornais e noticiários. No entanto, toda essa beleza não me impediu de observar que a população desse distrito carecia ainda de infraestrutura básica, como saneamento básico, iluminação de rua e a segurança. Esta parte final da observação me leva à terceira experiência com o distrito de Imbariê: notícias de adolescentes que eram executados pelo tráfico ou pela polícia, começavam a construir em mim a ideia de um lugar violento. Junto a essas impressões e experiências, outros pensamentos foram sendo construídos a partir de coberturas jornalísticas que em suas reportagens divulgavam, e ajudavam a fortalecer, a ideia de um lugar tomado pela violência,

contribuindo para a fama do município como a “cidade do crime” e pelas necessidades básicas sociais e econômicas da população que não eram atendidas.

Essas impressões, no entanto, continuaram a sofrer transformações a partir do momento que pude me aproximar do cotidiano caxiense, pois ao tomar posse do cargo de docente, nos anos finais da primeira década dos anos 2000, na rede estadual de educação, pude me envolver e buscar entender melhor a “realidade” de um município que eu percebi não ter prioridade da ação do poder público.

Minhas primeiras experiências enquanto professora de Geografia, mais precisamente, no Colégio Estadual Doutor Ignácio Bezerra de Menezes, localizado no primeiro distrito, de mesmo nome do município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, são relatos vividos pela maior parte dos moradores/as.

As dificuldades do deslocamento é um momento que me aproxima da “realidade” dos moradores(as)/trabalhadores(as) que precisam chegar ou sair do município (o que se repete em toda a Baixada Fluminense), apresentam-se cheios de acontecimentos inesperados. Chegar à escola já era um desafio. O ônibus que me transportava até o município não tinha um horário regular e além de demorar, quando circulava, lotava de passageiros, que assim como eu, dependiam da única linha e empresa que liga o bairro em que eu moro (Praia da Bandeira - Ilha do Governador) ao bairro da escola (Periquitos - 1º Distrito de Duque de Caxias).

Chegar e andar pelas ruas de Caxias também era uma saga. Sem conhecer muito bem a geografia do bairro da escola, por muitas vezes andei por passagens consideradas perigosas pela grande quantidade de assaltos, o que só fui descobrir algum tempo depois, quando os próprios estudantes me alertaram para não circular por tais caminhos.

Quando terminava um turno, começava um tormento, pois esperar o ônibus para voltar para casa, além de ser demorado, passava a ser perigoso quando era o período noturno que se encerrava. Sair da escola e chegar ao ponto de ônibus, que não era próximo, me obrigava a passar por ruas mal iluminadas quando não eram totalmente escuras e desertas. Para piorar esse cenário, no ponto de ônibus em que eu ficava, havia um posto da polícia militar que por diversas vezes foi alvo de tiros.

O inesperado não parava por aí. O início do ano letivo no Estado do Rio de Janeiro é marcado com “as águas de março fechando o verão²”, e andar pelas ruas

² JOBIN, Antônio Carlos. Águas de março. Nova Iorque. Zen Produtora Cinematográfica e Editora Musical Ltda. 1972. 3min56.

em dias de chuva tornava-se um esporte radical. Em Duque de Caxias não era diferente, pois os córregos transbordavam devido ao assoreamento provocado pelo lixo acumulado. Pareciam verdadeiras corredeiras que ocupavam a rua, impedindo a visibilidade do caminho. Sem contar o perigo de cair em um bueiro aberto ou me deparar com algum fio de energia solto, além do contato com água de esgoto. Some a isso o fato de que ao final do ano de 2012, o município ficou sem coleta de lixo, pois o prefeito, José Camilo Zito dos Santos Filho, conhecido popularmente como Zito, que estava deixando o cargo, e não teve êxito em colocar no seu lugar um escolhido, “puniu” a população não pagando a empresa que fazia o serviço. Se essas coisas que eu não vivia todos os dias me incomodavam, me inquietava saber que para os estudantes, os/as moradores/as em geral, aquilo se repetia, era a vida cotidiana.

Na escola, o contato com os(as) estudantes me colocava diante de uma outra realidade, a mais cruel/perversa. Alguns estudantes só tinham a refeição da escola como única alimentação do dia. Outros precisavam abandonar os estudos para trabalhar, pois era a única fonte de renda da casa. Alguns não compareciam à escola, pois não tinham sapatos. Algumas estudantes engravidavam e acabavam abandonando o curso, às vezes por vergonha, às vezes por não conseguir conciliar a maternidade com os estudos. Alguns estudantes se envolviam com furtos ou com o tráfico, o que acabava comprometendo a própria vida. Toda essa experiência me levava a questionamentos sobre o futuro desses/as estudantes, a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores/as caxienses.

Os questionamentos e as experiências no colégio estadual em Duque de Caxias acabaram se tornando trabalhos, artigos, uma monografia de especialização³ que abordou o trabalho de campo na escola como uma prática que pudesse provocar a leitura do espaço e também uma dissertação de mestrado⁴, que levou em consideração a “realidade” vivida pelos estudantes, visando compreender o processo de formação e desenvolvimento de uma possível educação ambiental crítica e reflexiva. Nessa pesquisa um questionário foi feito junto aos estudantes para que os mesmos revelassem um pouco da sua experiência com o espaço vivido.

³ Trabalho de campo e ensino de Geografia: algumas reflexões. Especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica - Ensino de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

⁴ Educação Ambiental e a Troca de Saberes. Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2016

Uma das perguntas pedia: “Escreva os principais problemas que existem no seu bairro.” Nas respostas apareciam: falta de coleta de lixo, falta de iluminação, falta de áreas de lazer, como praças e campos de futebol e ruas que não eram asfaltadas, influenciando diretamente no transporte coletivo, pois diminuía a oferta e provocava o atraso dos ônibus. Também foi bastante comentado o sentimento de insegurança devido à violência provocada pelas disputas de território entre traficantes, desses com a milícia e a truculência da polícia com os/as moradores/as das favelas.

Após a conclusão do mestrado, a “realidade” do município de Duque de Caxias continuava me inquietando, o que só fazia aumentar o interesse pelo que acontecia fora dos muros da escola. Além da vivência, pesquisas em sites, aplicativos, revistas eletrônicas, artigos, participação em encontros, dissertações e teses confirmavam e me atualizavam a respeito dos diferentes tipos de problemas apontados pelos/as estudantes e vividos pelos/as moradores/as do município.

Dos problemas apontados pelos/as estudantes do C.E. Dr. Ignácio Bezerra de Menezes para a dissertação de mestrado, talvez, o que mais apareça para a sociedade através de noticiários e marque o imaginário é a violência que ocorre em toda Baixada Fluminense, incluindo Duque de Caxias, marcada pela disputa de territórios entre traficantes e desses com a milícia, como já comentado. Nessa disputa os mais afetados são os/as moradores/as que ficam no meio de um “fogo cruzado”.

No portal de notícias, TV Prefeito - Notícias dos Municípios, encontramos uma reportagem do dia 9 de maio de 2022, que tinha como título, “Aumento da violência armada em Duque de Caxias chama atenção de especialistas⁵”. De acordo com o conteúdo apresentado, somente no mês de abril de 2022, Duque de Caxias concentrou 35 tiroteios com 5 mortos e 10 feridos, perdendo a posição de primeiro lugar para a capital, Rio de Janeiro, com um total de 173 tiroteios, 25 mortos e 40 feridos para o mesmo mês de abril.

Ainda sobre a violência em Duque de Caxias, de acordo com o Mapa da Desigualdade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, elaborado pela Casa Fluminense e disponibilizado em julho de 2020, o percentual de pessoas negras

⁵ Disponível em: <

assassinadas pela polícia, em relação ao total, corresponde a 73,9%⁶. Ainda de acordo com esse mesmo mapa, a cada 100 habitantes, somente 16 pessoas possuem empregos formais.

Com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), foi elaborado pelo Instituto Trata Brasil um painel de Saneamento Básico Brasil⁷, indicando que 11,3% da população de Duque de Caxias não tem acesso à água, o que corresponde a 104.295 pessoas. Este mesmo painel apresenta para o mesmo município que 62,5% da população não tem coleta de esgoto, o equivalente a 578.131 pessoas.

Os dados apresentados anteriormente nos permitem concluir que menos da metade da população caxiense usufrui de coleta de esgoto. Somam-se a isso os problemas agravados pelas características do solo de baixada de alguns locais utilizados para moradia e a descontinuidade das políticas públicas e o clientelismo político que ainda subsiste na região (município e Baixada Fluminense). Nos parece serem estas as principais dificuldades vivenciadas pelos/as moradores/as de toda região.

Embora esses fatos aqui elencados sejam comuns à maior parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo a capital, destacamos Duque de Caxias na Baixada Fluminense como um exemplo dessas ocorrências, mas também dos processos (políticos, econômicos, sociais) que as mantém e lhes dão continuidade.

Relevante momento de contato com a empiria e que muito auxiliou na construção da problemática a ser estudada nesse trabalho foi quando tomei conhecimento do documentário “Nunca fui, mas me disseram”, o qual me chamou atenção para o desconhecimento de grande parte da população da RMRJ sobre o que é a Baixada Fluminense, apoia-se em estereótipos depreciadores dessa área e “reconhece” apenas como uma área violenta e de constantes enchentes. Parece-nos um certo paradoxo esse desconhecimento, essa invisibilidade e essa “morte” da Baixada e dentro dela, como parte dela, Duque de Caxias, já que boa parte dos residentes na capital e em outras cidades próximas utilizam as rodovias que atravessam Duque de Caxias (e a Baixada) em seus deslocamentos para fora do Rio.

⁶ Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/#4>> Acesso em: dez. 2022.

⁷ Disponível em: <<https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/compare?id=330170>> Acesso em: dez.2022.

A Baixada (e Duque de Caxias) são apenas uma passagem não notada. Ao que parece, no que o documentário apresenta, desconhecesse e não se mostra qualquer interesse em conhecer.

Juntando os depoimentos do documentário com as minhas observações pessoais, pude compor um quadro no qual se superpõem as dificuldades “internas” apontadas acima com a invisibilidade da Baixada para grande parte dos fluminenses. Isso me aponta para efetuar alguns questionamentos políticos: por que essa invisibilidade/ “morte” da Baixada? Por que os estereótipos reforçados pela mídia constituem tão importante marco para essa região? Como atuam os poderes políticos das múltiplas instâncias de intervenção, ora em conjunção, ora em desacordo para superar aqueles processos que sustentam o que nos tem aparecido como um paradoxo?

Afinal de contas, para quem foram pensados aqueles grandes eixos viários que atravessam a Baixada e o município que estudamos? A quem de fato servem? Por que não há uma rede de interconexões que atenda às necessidades dos moradores/as dessa região?

A problemática vai sendo construída pouco a pouco na medida que se reflete sobre os diversos fatos e questionamentos apontados e seus desdobramentos, os quais não cessam de se multiplicar, obrigando-nos a abrir cada vez mais questionamentos mesmo que aqui não enunciados.

De acordo com o panorama geral elaborado pelo IBGE, o município de Duque de Caxias ocupa uma área de 467 km² com população estimada de 929.449 habitantes (2021), com PIB per capita de 50.997,67 reais (2020). Comparando esse dado com os outros 92 municípios do estado, o município ocupa a 19^a posição, o que aparentemente não indica uma péssima colocação. No entanto, ainda conforme esse instituto, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Duque de Caxias tinha 37,8% da população nessas condições, o que o colocava na 15^a posição dos 92 municípios do estado, o que não é uma boa colocação quando temos que mais de 1/4 da população sobrevive com menos que um salário mínimo.

Ainda utilizando os dados do último Censo demográfico do IBGE de 2010⁸, Duque de Caxias detém a terceira maior população residente em aglomerados

⁸ Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010 Dados Territoriais

subnormais do estado fluminense, ou seja, a população residente em favelas, ficando atrás do Rio de Janeiro e Niterói⁹. Este dado evidencia mais uma vez o quadro de carência no Município de Duque de Caxias, não só no que diz respeito à habitação, mas também a toda infraestrutura que não é oferecida aos/às caxienses.

Além dos dados quantitativos elaborados pelo IBGE, Casa Fluminense, Trata Brasil e SNIS, há relatos em trabalhos como o realizado por Ferreira (2009, p.55) intitulado, “Algumas reflexões para ajudar a entender a produção desigual do espaço urbano em Duque de Caxias”, em que as contradições sociais e desigualdades espaciais são assim apresentadas: “áreas ricas e áreas sem condições mínimas de sobrevivência, bairros bem servidos pelo sistema de transporte e outros em que o serviço é precaríssimo, distritos atendidos por escolas e hospitais públicos e distritos carentes desses serviços”.

Em outro trabalho, agora realizado por Mattos (2009, p.90) e intitulado, “Educação Ambiental: por que e para quê?” a autora vai nos apresentar informações sobre como estão organizados os diferentes usos do espaço no município de Duque de Caxias e como esse ordenamento territorial não foi acompanhado por infraestrutura e medidas de saneamento. No trabalho, a autora enfoca informações utilizando dois mapas. No primeiro¹⁰, intitulado: Área Urbana, constata a forte concentração populacional nos distritos de Duque de Caxias, Campos Elíseos e Imbariê. O segundo mapa¹¹ utilizado, intitulado: Zonas Especiais, apresenta o macrozoneamento - Zonas Especiais, elaborado a partir da Lei complementar do Plano Diretor Urbanístico de Duque de Caxias, tais como de Interesse Social (ZEIS), de Interesse Ambiental (ZEIA), de Negócios (ZEN), Turístico e Negócios Rurais. Ao fazer uma correlação desses dois mapas, a autora conclui que “na medida em que o uso do espaço tanto para moradias como para atividades produtivas, não levou em consideração a necessária preservação dos elementos naturais, evidenciando suas consequências na qualidade de vida da população”.

Outra informação importante sobre o município de Duque de Caxias chama atenção. Em estudo realizado por Pimentel (*et al* 2009), Insegurança alimentar,

⁹ Ainda não se pretende estabelecer comparação com outros municípios e ainda não se pretende analisar esses dados nos seus respectivos contextos.

¹⁰ Produzido por LabGis PUC-Rio 2009. Disponível em <http://www.nima.puc-rio.br/media/livro_educacao_ambiental_duque_de_caxias.pdf>

¹¹ Produzido pela Fundação Dom Cíntra 2006. Disponível em <http://www.nima.puc-rio.br/media/livro_educacao_ambiental_duque_de_caxias.pdf>

condições socioeconômicas e indicadores antropométricos em crianças da Região Metropolitana do Rio de Janeiro/Brasil, o município de Duque de Caxias, mais uma vez, aparece com os piores resultados. Realizado com o objetivo de avaliar a associação de insegurança alimentar e indicadores antropométricos (peso-idade (P/I), estatura-idade (E/I), peso-estatura (P/E)) de crianças menores de 30 meses em Campos Elíseos¹², encontrou-se insegurança alimentar em 72% dos domicílios.

De acordo com o estudo das autoras supracitadas, cerca de 80% das famílias apresentaram renda familiar mensal per capita inferior a dois terços do salário mínimo. Na análise, a ausência de saneamento básico e o baixo nível socioeconômico associaram-se à insegurança alimentar moderada e grave. A renda familiar mensal per capita e escolaridade da pessoa de referência da família estão associadas inversamente com todos os níveis de insegurança alimentar. Este estudo concluiu que a insuficiência alimentar associou-se tanto aos fatores socioeconômicos como à desnutrição infantil.

Com base nas informações acima, explicitou-se a deficiência em infraestrutura como mais um problema interno do município de Duque de Caxias: a desigualdade de investimentos na infraestrutura, um ordenamento territorial que não aparenta preocupação em fazer a manutenção da preservação dos elementos naturais, a insegurança alimentar de crianças e adultos, a baixa renda, nos fazem relacionar aqueles dados gerais, para o município apresentado acima, com as observações desses autores(as).

Embora não tenhamos obtido a atualização de todos esses dados, pudemos demonstrar, com acesso a outras informações, que as condições sociais da grande maioria da população caxiense pouco se alteraram na última década. Isso será discutido ao longo desta tese.

Essa situação colocou-nos diante de “várias Duque de Caxias”, com isso queremos explicitar que há uma diversidade territorial a qual se apresentará como mais uma dificuldade para a apreensão da “realidade” local. Essas “várias Duque de Caxias” já configuram uma problemática para esse trabalho.

A exposição das informações qualitativas e quantitativas tem como objetivo situar o leitor diante de um município, Duque de Caxias, que será estudado nesta tese e que se revela inicialmente com uma aparência expressa em informações

¹² De acordo com a pesquisa, a coleta de dados foi realizada de maio a dezembro de 2005.

numéricas bastante descontínua, fontes diversas e épocas distintas, mas que servem como pano de fundo para a problemática que se desenvolverá neste trabalho: qual é o contexto espacial, que entre tantas dimensões, que engloba o político, o social, o econômico, o município de Duque de Caxias apresenta nos dias atuais?

Como ultrapassar essa aparência homogeneizadora e percorrer os caminhos que nos permitam, pelo menos, aproximarmo-nos do sentido dos processos (movimentos) explicitados e contraditoriamente ocultos nesse pano de fundo que apresentamos?

Que conceitos da ciência geográfica podem nos auxiliar nessa aproximação, se o nosso foco está em compreender a “realidade” a qual se apresenta em permanente transformação, dinâmica, com progressivas inter-relações espaciais que não cessam de se multiplicar?

Tudo isso nos evidencia a enorme complexidade de um trabalho que procura desvendar algumas dessas múltiplas facetas de um município que tem tido seu papel dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro tão alterado ao longo dos últimos setenta anos.

1.2. Procurando uma problemática (socio)espacial e seus desdobramentos

Na Língua Portuguesa, os advérbios de lugar onde e aonde, muitas vezes, por serem graficamente parecidos, são usados como se explicassem a mesma situação/fenômeno, mas existe uma forma adequada de usá-los. Onde é usado para espaços físicos, expressando a ideia de local fixo, estático, indicando permanência, ou seja, sem movimento. Respeitando as diferentes áreas do conhecimento, essa definição nos faz lembrar em Geografia, influenciada pelo pensamento cartesiano, a ideia de espaço absoluto, fechado, geométrico, newtoniano, pontual, não relacional, que apenas contém os fenômenos/acontecimentos.

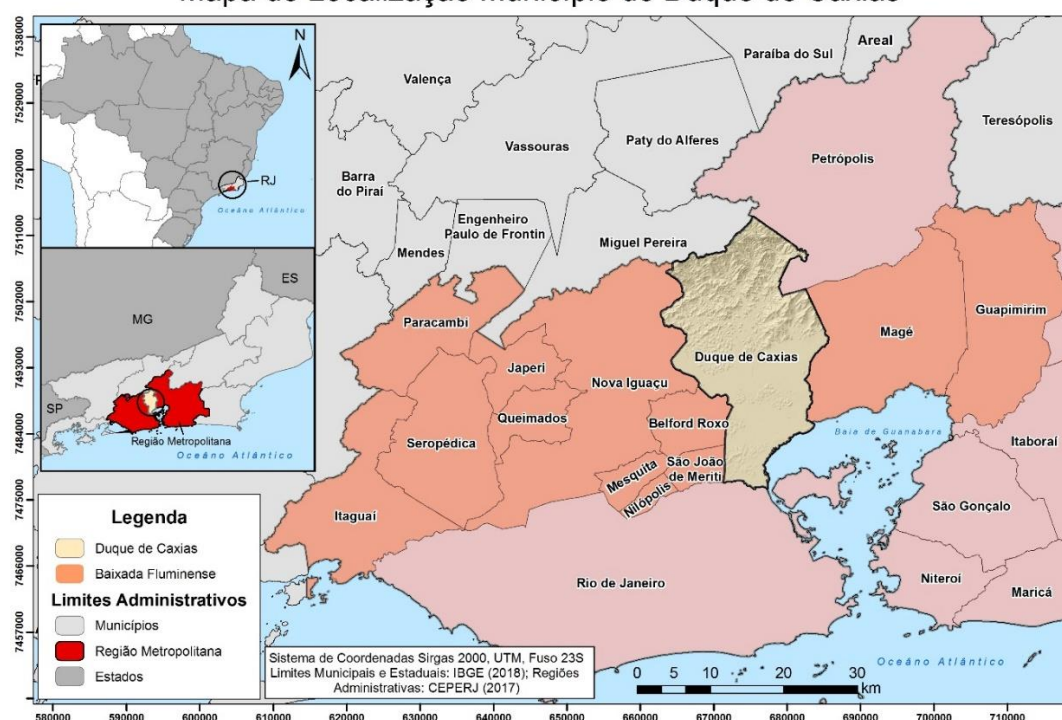
Já o advérbio de lugar, aonde, indica a ideia de movimento e na ciência Geográfica, nos leva a pensar no espaço relacional, que não é imanente, mas ao contrário, que transcende e que interage com outros espaços, ou seja, interescalar. Lefebvre (2006, p.19), citando Kant, nos esclarece que o espaço, relativo, instrumento de conhecimento, classificação de fenômenos, não se separa menos (com o tempo) do empírico; segundo Kant, ele se vincula, a priori, à consciência (ao

“sujeito”), à sua estrutura interna e ideal, portanto, transcendental, inapreensível em si.

Essa pequena explicação serve para nos situarmos sobre o tipo de análise/estudo que pretendemos fazer sobre o município de Duque de Caxias, ou seja, queremos falar deste município enquanto um espaço que não pode ser visto de forma isolada, estático e sem movimento. Pelo contrário, queremos abordar Duque de Caxias como o espaço que vem ao longo do seu processo de formação territorial interagindo com outros espaços, seja o Rio de Janeiro (em seus diferentes status ao longo da História), seja os outros municípios da Região Metropolitana ou da Baixada Fluminense. Cabe também esclarecer que não devemos ver esse município como um espaço homogeneizado, pelo contrário, diante da existência de quatro distritos, devemos observar os diferentes fenômenos/ acontecimentos/relações nos distintos distritos.

O município de Duque de Caxias pertence à região da Baixada Fluminense (ver mapa 1). Esta denominação se deve ao fato de um conjunto de municípios englobarem a região de planícies entre a Serra do Mar e o litoral, indo do município de Guapimirim até o de Itaguaí, próximo ao município do Rio de Janeiro.

Mapa de Localização Município de Duque de Caxias



Mapa 1 - Duque de Caxias e a Baixada Fluminense - criação Cristina Maria Alves da Silva e execução Pedro Ferreira Chagas Araújo

Na busca por responder como é Duque de Caxias, é preciso ficarmos atentos à heterogeneidade histórica, social, política, econômica e espacial existente nesse município que através de observações empíricas e leituras acadêmicas, nos permitem buscar caminhos para percebermos as “múltiplas Duque de Caxias”. Para ilustrar tal observação recorreremos às diferentes denominações pelas quais o município de Duque de Caxias já foi ou ainda é conhecido: “Cidade do crime”, “Cidade dos meninos”, “Cidade-dormitório”, “Cidade dos motores” e “Cidade do motor, do trabalho e do trabalhador”.

Somam-se a essas expressões a ideia de um município marcado pelas contradições sociais e econômicas, denominado por Silveira & Ribeiro (2017) de “cidade desigual”, por exemplo, a cidade/sede (Duque de Caxias), Imbariê, Campos Elíseos e Xerém, que se constituíram em espacialidades distintas e socialmente desiguais internamente e na comparação de umas com as outras unidades administrativas. Em contrapartida, Rosa (2021) denomina Duque de Caxias como “cidade periférica” dentro de uma região metropolitana policêntrica, onde se destacam alguns indicadores positivos para Duque de Caxias, sem, entretanto, lhe alterarem as precariedades acima apresentadas. O acúmulo e coexistência dessas distintas espaço-temporalidades nos ajudam a compreender as diferentes “Duque de Caxias”.

A construção do espaço que hoje é Duque de Caxias tem como uma de suas bases o fato de ser formado a partir da expansão do capital que não mais se restringia à cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 1997). Em finais do século XIX até meados do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, entrando em outro momento da expansão do capitalismo, precisava de outro lugar para os trabalhadores/as residirem. A cidade capital torna-se cara demais para esses que acabam sendo empurrados para a Baixada, que nada tem de hospitaleira, mas que torna-se atrativa pelos loteamentos baratos no local onde hoje também se situa Duque de Caxias.

Outro fator que propicia a mudança dos/as trabalhadores/as para a Baixada está no sistema de transporte, ferroviário e rodoviário, que permitia, e ainda permite, que uma parte dos/as trabalhadores/as continuem trabalhando na cidade do Rio de Janeiro. A distância, a intensidade e a direção desempenham importante papel de diferenciação (CORRÊA, 2016, p.132).

Conforme passam os anos, outra necessidade se apresenta. A especulação imobiliária que estava reorganizando o espaço urbano na então capital do Brasil, se

antes expulsou os trabalhadores e trabalhadoras pobres, vai passar a expulsar as indústrias, que procuram buscar vantagens locais em outros lugares.

A Baixada Fluminense contemplada pelo sistema de transporte, o valor baixo das terras e a presença de rios que a suprem com água, permite que o município de Duque de Caxias sirva para abrigar a Fábrica Nacional de Motores (FMN). Esses mesmos elementos locais, posteriormente, terão grande importância também para a localização da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), como podemos observar a figura 1.



Figura 1 - Construção da Reduc no final dos anos 50 com a Variante Rio-Petrópolis ao fundo¹³

A presença da Reduc, que tem suas atividades iniciadas em 1961, vai provocar mudanças espaciais no segundo distrito, Campos Elíseos, que antes não apresentava uma grande concentração populacional, com a instalação da refinaria, passa a atrair moradores(as)/trabalhadores(as) para a construção da mesma.

No entanto, uma reflexão nos inquieta, a política desenvolvimentista brasileira que impulsionou o processo de industrialização no qual se destaca a presença da Reduc, ocorrida em 1961, não foi suficiente para alterar as condições de vida da maior parte dos/as moradores/as do município.

Na atualidade, a Reduc, passando por todo o processo de reestruturação, atraindo investimentos, gerando riquezas, sendo considerada o segundo polo petroquímico mais importante do país, se tornando a segunda maior refinaria de petróleo do Brasil¹⁴, continua sendo um dos elementos que nos faz questionar os motivos que levam o município de Duque de Caxias ainda a permanecer em situação

¹³ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/510945285686638/photos/constru%C3%A7%C3%A3o-da-reduc-final-anos/957461547701674/> Acesso em: ago. 2020.

¹⁴ A indústria petroquímica nasceu dentro das refinarias pela separação de olefinas contidas nos gases de craqueamento.

de precariedade no que se refere às condições de vida da maior parte dos/as caxienses com marcante expressão espacial.

Em contraposição à riqueza gerada no âmbito dessa refinaria, percebemos um município marcado pela frágil infraestrutura no que é mais básico para uma população, desde quando era apenas um distrito de Nova Iguaçu, comprometendo o bem-estar dos/as caxienses. Dentre os problemas de infraestrutura, podemos relembrar a falta de segurança pública, moradia, de serviços de saneamento básico, na área da saúde e educação, clientelismo político, descontinuidade das políticas públicas que marcaram o passado do município de Duque de Caxias e continuam marcando o presente também, ou seja, problemas sociais espacializados ao longo dos anos, como já apresentamos acima.

Essas reflexões acerca dos distintos investimentos efetuados no território do atual município de Duque de Caxias, apenas servem para nos chamar atenção para a insuficiência do conceito clássico de desenvolvimento como elemento transformador das condições sociais de vida das pessoas que habitam as áreas receptoras de tais investimentos.

O município modernizou-se em alguns aspectos (técnicas e infraestruturas) devido aos investimentos de capital associados ao Estado que nele foram efetuados, mas não foram criadas políticas públicas e investimentos sociais capazes de modificar o padrão de vida que caracteriza a maior parte dos/as moradores/as e do município em estudo.

A “realidade” do município de Duque de Caxias complexifica-se mais ainda quando o observamos como uma periferia em movimento. Como já apresentamos anteriormente, não é mais aceitável a dicotomia centro-periferia como definidora de espacialidades cada vez mais inter-relacionadas pelo valor de troca e pela (i)racionalidade do capital financeiro e da difusão generalizada do crédito e do endividamento fatores de integração de todo o espaço no momento atual.

A nossa problemática, apoiada na multiplicidade das inter-relações espaciais, ganha um elemento de aproximação com a essência da maneira como se processa a crescente expansão do capitalismo financeiro quando nos apropriamos da expressão socialização negativa das periferias urbanas, conforme apontado por Pinho (2017, 2021) e Francisco (2018). Tal expressão, calcada nas formulações de Robert Kurz a partir de 1992, “Sob o Colapso da Modernização”, aponta-nos para

uma inserção social pelo reverso, isto é, da inserção/inclusão pelo trabalho, encaminham-nos para uma crescente inserção social pelo consumo.

Na perspectiva desses autores, há uma negatividade inerente ao capitalismo financeiro que contradiz a positividade atribuída desde o Iluminismo ao progresso, à modernização e ao desenvolvimento tão caros às ideologias liberal e neoliberal.

Essa alteração da polaridade trabalho e consumo vai marcar o espaço no mundo contemporâneo e assim definir as periferias metropolitanas não apenas como localização do trabalho (hegemonia do capital produtivo), mas, principalmente, como localização de consumidores (hegemonia do capital financeiro) que antes estavam restritos às áreas centrais.

Toda essa problemática explicita (mais uma vez) as interações que vêm marcando as distintas espacialidades do município de Duque de Caxias: como se expressam tais interações na atualidade? E as inter-relações? E as transformações (socio)espaciais e como os/as moradores/as do município as percebem? E a percepção de Duque de Caxias como uma periferia urbano-metropolitana pelos sujeitos(sociais) que vivem e participam da construção dessa periferia? Esses questionamentos nos remetem a distintas perspectivas e percepções por parte dos/as moradores/as do referido município.

Diante do exposto anteriormente, importa explicar que o que nos move e se tornou o objetivo central dessa pesquisa é compreender as transformações (socio)espaciais no município de Duque de Caxias (RJ) integradas a ação conjunta de sujeitos sociais diversos, percebendo o município como exemplo das inter-relações espaciais em alguns momentos da organização do capitalismo em periferias urbanas.

Com base no exposto acima, apresentamos a tese que será defendida neste trabalho: as transformações (socio)espaciais no município de Duque de Caxias (RJ) não vêm resultando em mudanças estruturais que retirem a maioria dos moradores(as)/consumidores(as) de uma precariedade nas condições de vida que continuam a marcar as periferias urbanas da metrópole do Rio de Janeiro.

Escolhemos como objeto de estudo a produção de um espaço periférico, o município de Duque de Caxias (RJ), como exemplo das mudanças estruturais integradas aos distintos momentos do capitalismo brasileiro.

Para alcançar o objetivo da tese, será necessário dividir a pesquisa em capítulos, com questões e objetivos específicos. O objetivo específico deste

primeiro capítulo é traçar uma aproximação com a “realidade” que para nós se apresentou no município de Duque de Caxias.

Além desta introdução (primeiro capítulo), nosso objetivo específico relacionado ao segundo capítulo (ou Embasamento teórico-conceitual e metodológico... buscando compreender melhor a realidade) procura traçar as bases que sustentam nossa tese discutindo os principais conceitos nela utilizados e os autores mais relevantes na sustentação das reflexões aqui efetuadas.

Nosso terceiro capítulo (ou Baixada Fluminense e Duque de Caxias, espaços em transformação – espacialidades, territorialidades e periferias: múltiplos aspectos da fragmentação do município) tem como objetivo específico apresentar a multiplicidade espacial do município de Duque de Caxias e sua trajetória nas últimas sete décadas e para isso, na primeira seção vamos explicitar a Baixada Fluminense e sua importância para o crescimento da cidade do Rio de Janeiro e também do capital através de suas inter-relações. A segunda seção busca expor o município de Duque de Caxias ao longo de suas diferentes espaço-temporalidades, ressaltando as características marcantes dos quatro distintos distritos que compõem o município, procurando através das inter-relações espaciais, analisar o crescimento econômico e as condições de vida dos/as moradores/as. Ainda nessa segunda seção, traremos o debate sobre a possibilidade de Duque de Caxias exercer algum tipo de centralidade na Baixada Fluminense. A terceira seção procura compreender a ideia de periferia em diferentes escalas, englobando não somente Duque de Caxias, mas também a cidade do Rio de Janeiro. Também nesta seção, vamos observar/apresentar como tem ocorrido a relação periferia/centro e como a periferia se manifesta heterogênea (periferias) tal qual o centro.

Ao questionarmos as condições espaço-temporais do município de Duque de Caxias e as mesmas apresentarem inter-relações particulares com as condições sociais (manifestadas espacialmente) vividas pelos sujeitos (sociais) que atuam na produção espacial do município, estaremos estabelecendo uma conexão com as discussões que serão elaboradas no quarto capítulo (ou O Município de Duque de Caxias e suas inter-relações com o modelo brasileiro de Desenvolvimento) onde pretendemos problematizar a relação entre Duque de Caxias e as políticas públicas desenvolvidas nas últimas sete décadas pelo Estado brasileiro pautadas no desenvolvimentismo, no neoliberalismo, e no novo desenvolvimentismo. Para alcançar esse objetivo vamos dividir o capítulo em seções.

Na primeira seção veremos a política desenvolvimentista e a regulação pelo Estado. Na segunda seção vamos ver o neoliberalismo e a desregulação. E, na terceira seção, será observado o novo desenvolvimentismo e a parceria do público com o privado. Temos como objetivo específico analisar as distintas espacialidades do município de Duque de Caxias como resultado das políticas conjugadas do desenvolvimentismo, do neoliberalismo e do novo desenvolvimentismo.

Se no capítulo anterior temos como meta apresentar as políticas de Estado, se revezando ao longo de sete décadas, o quinto capítulo (ou Em busca de uma essência inalcançável em uma “realidade” complexa: a periferia tem vida...mesmo quando tentam matá-la) procura discutir as políticas espaciais que não se concretizam, tornando-se um entrave para o desenvolvimento social já que explodem em múltiplas precariedades definidoras de um urbano periférico. Na primeira seção veremos as contradições espaciais existentes, hoje, no município de Duque de Caxias através das condições de vida dos sujeitos subalternizados às relações capital-Estado, produzindo espacialidades múltiplas, plurais, diversificadas, isto é, contrastantes, contraditórias e desigualizadoras. Nossa intenção é refletir sobre as condições de vida das pessoas de Duque de Caxias hoje. A segunda seção procura apresentar a geografia das necessidades como uma ordem de prioridades que mais agrada à lógica econômica do que resolve os problemas dos/das moradores/as caxienses. A terceira seção procura pensar perspectivas de rupturas com a lógica capitalista ao abrir espaço para se pensar em outras possibilidades de espacialidades.

2. Embasamento teórico-conceitual e metodológico... buscando compreender melhor a realidade

O objetivo específico deste capítulo é procurar explicitar um caminho teórico-conceitual-metodológico no qual se fundamentam nossas reflexões a respeito da multiplicidade espacial do município de Duque de Caxias.

Construir o caminho que nos leve a realizar uma análise geográfica não é tarefa fácil, pois não é simplesmente, fazer a escolha de procedimentos ou métodos de pesquisa, mas também de teorias e/ou de bases teóricas, de conceitos que iluminem o caminho da pesquisa e expressem o ponto de vista de quem observa e escreve sobre a “realidade”, que não deve ser compreendida somente pela aparência, pseudoconcreticidade (KOSIK, 1969).

Destarte, é preciso esclarecer que tudo que foi apresentado do município de Duque de Caxias até aqui, nos aproximou do lugar, porém, não é o suficiente para realizar uma análise geográfica, já que é aparência, ou seja, pode ser extraído visualmente ou percebido superficial e provisoriamente. Desde os relatos das experiências com o lugar, passando pelas diferentes informações quantitativas oferecidas pelas distintas instituições e até mesmo as observações qualitativas realizadas pelos autores, tudo isto está baseado na aparência que esconde, mas que também abre oportunidades para que busquemos um caminho para entender a realidade.

Essa dificuldade de apreensão da “realidade” faz com que recorramos a Kosic (1969) que nos alerta para tal situação. O referido autor escreve que a coisa em si não se manifesta imediatamente ao homem, ou seja, não se dá a conhecer de imediato. A partir do esclarecimento do autor, nós fomos percebendo que quanto mais vivenciávamos o município de Duque de Caxias, tanto mais entendíamos que a visão que tínhamos do mesmo era uma forma de apreender a “realidade” a partir do senso comum, o que não é errado, apenas uma das fases do conhecer, mas que a percepção imediata da “realidade” não corresponde à própria “realidade”, pois o pensamento não é capaz de compreender a complexidade dos elementos que compõem essa “realidade” tal como ela é em sua essência.

A aparência do fenômeno não pode ser pretendida como a essência do mesmo, mas é preciso entender que são partes e estão intimamente ligadas formando o todo. “Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno,

sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (KOSIK, 1969, p.18). A partir desse esclarecimento, é preciso fazer um esforço para entender o que está oculto, aquilo que se esconde por detrás dessa “realidade”, dessa aparência e que não foi nem identificado e nem revelado.

A “realidade” não se encontra pronta e acabada, ao contrário disso, está em constante transformação, engendrando novos fenômenos com suas respectivas pseudoconcretidades. Como Kosik (1969), buscamos reforçar a ideia de que a “realidade” está e estará sempre em constante mutação, pois é fruto da práxis humana, e por isso é preciso fazer movimentos que nos façam sair da superficialidade, sair do “raso” e “mergulharmos”, profundamente, naquilo que não é dado e nem, facilmente, compreensível.

Nesse sentido, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour* (KOSIK, 1969) na aparência para chegar à essência. Isso é o que intentamos fazer desde o início deste estudo, sempre recomeçando/ reatualizando/ revisitando/ retornando a partir de novos elementos, visto que se esses se atualizam, não podemos ficar “parados” na mesma forma de ler/ interpretar o mundo.

A “realidade” se manifesta e, muitas vezes, se abre em brechas pelas quais os pensamentos, as dúvidas e as ações penetram e passam a questionar o interior dessa “realidade”. Segundo Kosik (1969, p.12), “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde”.

É sobre a importância do ato de indagar que seguimos os desejos e os conselhos de Raffestin (*apud* HAESBAERT, 2014, p.28): “teríamos desejado mais livros que questionassem do que livros que respondessem. É pelo questionamento e não pelas respostas que se alcança a medida do conhecimento”. Sendo assim, alguns questionamentos rondam a pesquisa e nos ajudam a sair da “escuridão” em busca de caminhos que possam ajudar a “iluminar” a pesquisa, tais como: que elementos existem nessa “realidade” e que não são ou foram expostos? Que sujeitos fazem parte dessa história? Que espaço-temporalidades não foram contadas? Ou que espaço-temporalidades foram criadas? Que trama ou “jogo de relações” existe por detrás da “realidade” que só observamos? O que está por trás das contradições experimentadas na vida cotidiana pelos/pelas moradores/as do município de Duque de Caxias?

Estes questionamentos nos levam a pensar na complexidade dos elementos que abraçam a problemática apresentada, ou seja, nas transformações/mudanças históricas, econômicas, sociais, políticas, culturais e espaciais do município de Duque de Caxias, o que implica observar e trabalhar a totalidade e seus desdobramentos e a multiescalaridade das inter-relações espaciais, não devendo conduzir ao isolamento dos fenômenos, pois como nos esclarece Zago (2013, p.113), “quando no cotidiano o todo é percebido sem clareza estrutura-se um pensamento de senso comum que tende a representar os objetos como se eles estivessem desligados de suas condições históricas e sociais”.

Fazendo o caminho inverso da visão do pensamento comum, a ideia de contradição nos leva a pensar em movimentos opostos de elementos que fazem parte de um mesmo processo e coexistem numa totalidade. “Mesmo que a totalidade não seja percebida, ela continua existindo e determinando as partes que a compõem” (ZAGO, 2013, p.113).

Destarte, a descrição do município de Duque de Caxias, realizada no início do trabalho, corresponde a um conjunto de totalidades (ou subtotalidades como nos lembra Santos, 1996) em que a aparência esconde a essência e está contida na mesma. Construir a reflexão a partir da “realidade” de Duque de Caxias, fugindo da relação de causa e efeito, que de maneira linear, continuaria fixa na aparência sem chegar à essência, é um dos nossos objetivos.

Nossa análise também não deve se limitar a um quadro de descrições, de percepções, de classificações e de estatísticas; temos que partir em busca do essencial, do que se revela para além da aparência do espaço. Na tentativa de nos aprofundarmos nas informações de senso comum, apresentadas no início deste trabalho, entre tantos caminhos a serem seguidos, foi o método dialético o escolhido para realizar a análise da “realidade” contraditória do município de Duque de Caxias, pois permite a interpretação da totalidade em movimento. Por meio dele, tenta-se perceber os diferentes elementos interligados a uma mesma totalidade procurando chegar, dessa maneira, às contradições, às desigualizações e às possibilidades de mudança rumo ao devir, a um futuro que não se assemelhe com presente.

Aqui explicitamos uma primeira base estruturante da nossa narrativa: a partir da periferia (o “real”) a qual nos apresenta a problemática que nos desafia, seguindo o autor supracitado, devemos procurar o centro no qual residem o sentido

dos processos que se procura analisar. Muitas vezes, esse diálogo empiria teoria apresenta-se extremamente difícil de concretizar. Uma das razões que nos parece justificar essa dificuldade pode residir no fato de executarmos apenas uma parte do caminho/método, isto é, permanecemos no diálogo entre a empiria observada e as leituras efetuadas. As leituras efetuadas não encerram a busca da teoria (infundável), mas se permanecermos nessa parte do trajeto (Realidade-Teoria-Realidade) escapamos a continuidade do percurso que é alcançar o real transformado pelo movimento da própria dinâmica espaço temporal. Não se trata de etapas de um caminho. Trata-se de um jogo de interações dialéticas Realidade-Teoria-Realidade representando esse último o real transformado, o qual se alcançado obriga a um imediato retorno à teoria e as observações iniciais. Apresenta-se como uma espiral contínua a qual, para nós permanece como uma figura que representa o nosso processo de reflexão. Entretanto, como já apontamos no primeiro capítulo, ao caminhar, percebemos desdobramentos sucessivos (subtotalidades) que se multiplicam na medida em que caminhamos.

Pensamos, assim, justificar alguns dos paradoxos, bifurcações e encruzilhadas que se colocaram em nosso trabalho, convidando-nos a um eterno recomeço.

O município de Duque de Caxias enquanto espaço (absoluto) se apresenta como uma aparência que esconde na sua essência as relações sociais (espaço relacional) e as muitas dinâmicas (espaço relativo) decorrentes dessas relações. Ao considerar o espaço urbano intrínseco às práticas humanas e sociais, Harvey (2013) admite três acepções da natureza do espaço. Na primeira, o espaço como absoluto, compreendido como área e de existência autônoma, uma “coisa em si mesma” que permite classificar ou distinguir fenômenos. Na segunda, o espaço relativo, resultado da relação entre os objetos devido a sua existência enquanto tal e as respectivas relações estabelecidas a partir do ponto de vista do observador; onde a relação espaço-tempo é inextricável. Na terceira, o espaço relacional, a determinação de uma dada espacialidade dos objetos é definida por meio da relação com os outros objetos, já que a existência de cada um está condicionada ao fato de conter e representar a si mesmo nessa relação e com as influências externas internalizadas em processos através do tempo, tal como nos lembrou Francisco (2018, p.19).

Na nossa tese, a leitura do espaço a partir dessa divisão conceitual tripartite harveyniana será de extrema importância para analisarmos/entendemos a reprodução da vida e a reprodução do espaço. No entanto, ela não estará sozinha, mas dialogará com a tríade, fragmentação, hierarquização e homogeneização de Lefebvre (2000), além das proposições de Massey (2004) que nos fazem pensar no espaço como resultado das inter-relações, da multiplicidade e nunca concluído.

Entre as muitas dinâmicas ocorridas, é o espaço relativo/relacional que nos ajuda a entender a grande variedade de dinâmicas e suas diferentes consequências. Entre elas, podemos citar a necessidade de expansão capitalista que interfere diretamente e de maneira incompatível com a reprodução da vida, como escreve Carlos (2011, p.50), “em conflito, a reprodução da vida, depara-se com as necessidades de reprodução do capital”.

O conceito de espaço absoluto, entendido como o espaço fechado, fragmentado, por exemplo, nos permite compreender a reprodução da vida e a reprodução do espaço através dos relatos dos sujeitos caxienses sobre os recortes espaciais de suas ruas, seus bairros, seus distritos sem relacioná-los a outras dimensões. Também nos ajuda a entender que a globalização integra pelo viés hegemônico pautado pelo espaço separado em parcelas, fragmentado que não é condição, não é produto, não é dinâmico e que foi usado no passado como estratégia de intervenção através do desenvolvimentismo e nos dias atuais continua a ser usado como estratégia de intervenção, agora como neodesenvolvimentismo, ambos matizados com maior ou menor intensidade pelo neoliberalismo. Interessa aos poderes públicos, aos poderes das políticas públicas, das parcerias público privadas essa fragmentação que o espaço absoluto permite realizar, uma visão dicotômica, nunca o espaço relativo/relacional, pois esse põe em dúvida toda essa política espacial hegemônica, contesta toda essa racionalidade capitalista e nos permite entender que a leitura provocada pelo espaço relativo/relacional derruba completamente a disposição dicotômica centro-periferia, o planejamento, as políticas oficiais.

Entendemos também que é através das relações sociais que o espaço pode ser apresentado/denunciado/ocultado/transformado, já que “o espaço é um produto de inter-relações” (MASSEY, 2004, p.8) variando em escalas, mas sempre em torno do valor de uso (crescer, morar, estudar, viver o município) e do valor de troca (setor imobiliário, infraestrutura, finanças) revelando o espaço como mercadoria e

por isso, talvez, o conceito de espaço seja tão caro/importante para os geógrafos, pois pode assumir uma diversidade de sentidos. É a possibilidade de infinitas relações que torna “o espaço (...) a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade” (MASSEY, 2004, p.8). Esse trecho de Massey (2004) dialoga com o conceito de espaço relativo e espaço relacional de David Harvey (2013) e é a chave para entendermos a multiplicidade dentro de Duque de Caxias, pois nos permite entender esse espaço através da comparação de uns com outros e de fora para dentro. Mesmo Duque de Caxias sendo um único município, há a existência de diferentes distritos, múltiplos ambientes e de histórias também.

a simples possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e heterogeneidade em si mesmas depende de um reconhecimento da espacialidade. O corolário político é de que uma genuína e completa espacialização da teoria social e do pensamento político pode forçar na imaginação um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outros com suas próprias trajetórias e com sua própria história para contar (MASSEY, 2008, p.31).

A autora supracitada encaminha-nos para investigar as múltiplas histórias paralelas e coexistências simultâneas que percebemos no município em estudo. Estudantes, trabalhadores/as, homens, mulheres, negros/as, idosos/as, desempregados/as, subempregados/as constituem-se em sujeitos de trajetórias diversas com histórias paralelas em que irão constituir uma possível/desejada multiplicidade espacial no município de Duque de Caxias.

As relações sociais mudam ao longo do tempo, incorporando novos sujeitos (ou os mesmos sujeitos, porém modificados), incorporando novos elementos. Nesse sentido, o espaço, como resultado dessas relações, irá sofrer também alterações, “pois ele [o espaço] está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado, nunca se encontra fechado” (MASSEY, 2004, p.8), ganhando novas funções, novas técnicas, novos processos espaciais, conforme nos explica Milton Santos (2008, p. 46), “a cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente”.

Percebemos assim que tempo e espaço não se dissociam, ambos estão em constante movimento, apresentando dinâmicas e contradições que marcam a “realidade” em cada momento, nas palavras de Harvey (2013, p.11) “é impossível compreender o espaço independentemente do tempo, e isto implica uma

modificação importante na linguagem, com uma passagem do espaço e do tempo ao espaço-tempo ou espaço-temporalidade”.

Esse caráter espaço temporal vai nos permitir compreender Duque de Caxias em processo de junção do tempo e dos diferentes tempos e dos diferentes espaços nesses tempos. O município em estudo vai expressar essa necessidade de que para compreender o espaço é preciso compreendê-lo como espaço tempo. Quantos espaços temporalidades o atual município de Duque de Caxias já viveu? Para refletir sobre espaço tempo/ espaço temporalidade é necessário entender como o espaço total do município de Duque de Caxias pode ser compreendido como absoluto, relativo e relacional simultaneamente e em cada tempo.

E é assumindo um posicionamento analítico geográfico que compreendemos o espaço como dinâmico, resultado do trabalho dos seres humanos, em movimento dialético e em contínua transformação e que nos permite avançar epistemologicamente. É esse espaço como conceito que vai ser uma ferramenta, um instrumental para compreendermos melhor o município de Duque de Caxias como uma periferia em transformação.

O conceito de espaço nos remete a outro conceito, como numa constelação de conceitos (HAESBAERT, 2014), em que um “conceito-astro” vai iluminando outros, sendo assim, o conceito de espaço ilumina o conceito de território, “lançando luz” sobre outras problemáticas, outras dimensões, visto que esse conceito apresenta elevada complexidade, assim como o conceito de espaço, sendo ambos importantes para a compreensão do nosso estudo.

De maneira geral, o conceito território faz referência a uma área delimitada ou sob uma dada jurisdição. Nesse sentido, território se encaixa com o espaço absoluto, fechado, delimitado, entendido como um espaço jurídico-administrativo gerido por um poder político oficial referente a sua escala. No entanto, não temos interesse em realizar análises rígidas, como bem nos alerta Haesbaert (2014), pelo contrário, temos como objetivo/meta/intenção um olhar de interação/integração como ocorre no espaço relativo/relacional visto que mesmo tendo um município como base dos nossos estudos, não estamos fixos nele somente, mas observando todo o território da periferia no qual ele se encontra e as relações que estabelece com o centro.

Abordar a periferia como um território além de complexo, merece uma atenção especial da nossa parte, pois não envolve uma área delimitada

juridicamente, não há um gestor, dando margem para que esse território, nesse caso a periferia, passe a sofrer a influência de outros poderes além dos/as moradores/as e do Estado, tais como a milícia, o tráfico de drogas e o capital.

Sendo assim, território é também o espaço das relações, mas não somente relações de poder de forma tradicional, ou seja, o poder político, mas também no sentido de apropriação. Baseado em Lefebvre, Haesbaert (2014) nos explica que esse último é “um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor de uso”.

Para nosso trabalho interessa apresentar os territórios que refletem as relações sociais e as duas formas de poder que se inter-relacionam: território como espaço político, em outras palavras, o Estado, geralmente, o gestor da política territorial e o promotor da expansão estimulada pela ação do capital que necessita de reprodução ampliada e o território como valor de uso dos/as moradores/as caxienses.

A percepção do espaço faz parte, juntamente com o concebido e o vivido da experiência dos corpos (que será tratado no quinto capítulo), construindo a teoria de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço. Também fazem parte desta construção as práticas espaciais, representações do espaço e os espaços de representação. Essas tríades estão em movimento ao mesmo tempo, por isso, podem ser ajustadas de diferentes maneiras possíveis. O percebido, o vivido e o concebido se entrelaçam dentro de uma mesma sociedade (LEFEBVRE, 2013).

Foi a construção-prédio, a materialidade da Reduc, que ocupando uma extensa área de Campos Elíseos, segundo distrito do município de Duque de Caxias, juntamente com a pouca ou nenhuma infraestrutura oferecida a população que nos causou inquietação, ou seja, foi a aparência desses espaços/locais que nos despertou questionamentos sobre a produção daquele espaço. Nesse sentido, Lefebvre (2008, p. 36) vai nos esclarecer que o “espaço percebido” é aquele “da percepção comum à escala do indivíduo e de seu grupo, a família, a vizinhança”.

Mas é preciso entender que a construção da Reduc e outras empresas, a criação de universidades, a implantação de shopping centers, as vias de transporte, a construção de condomínios e conjuntos de moradias populares, entre outros elementos do espaço, além de serem a aparência do tipo construção-prédio, são também essência e possuem significados, ou seja, dimensões imateriais, símbolos, signos territoriais que estarão a eles associados. Como exemplo, podemos entender

que não se trata apenas de uma Reduc. Há várias “Reducs” representadas na Reduc. Há a Reduc enquanto refinaria, produtora de óleo e transformadora de petróleo em produtos. Há também a Reduc que é a presença do capital e do Estado em Duque de Caxias. Há a Reduc que simboliza o progresso e também há a Reduc que é símbolo de orgulho para os/as caxienses. Há também a Reduc que polui as águas e contamina o ar e o solo. Com isso queremos dizer que a Reduc é materialidade e imaterialidade. Isso serve para os outros elementos do espaço/empreendimentos.

Harvey (2016) é um dos autores que nos acompanha nessa tarefa de entender esses elementos do espaço/empreendimentos como aparência, um fixo, e também como uma dimensão imaterial, um processo. Para isso é importante entender que o capitalismo para continuar seu movimento de expansão e acumulação precisa passar por mudanças ao longo do tempo, que por sua vez passa a demandar outras necessidades para se manter, com isso provoca mudanças na organização do espaço também. Nesse sentido, o espaço possui enorme relevância para o capital, pois é nele que o capital se organiza, se reorganiza, se concretiza através de construções fixas ou móveis. Aqui percebemos que o capital é movimento, processo, mas também é algo imóvel, algo construído, fixo. David Harvey (2016, p.75) nos dá suporte, nesse sentido, quando defende que o capital deve ser visto como um processo e como uma coisa. Processo enquanto “fluxo contínuo de valor que atravessa vários momentos e várias transições de uma forma material para outra”. E coisa, além de ser dinheiro, também é quando o capital é um “conjunto de meios de produção” (HARVEY, 2016, p.75).

No entanto, quando o capital atravessa os diferentes momentos, não significa que a trajetória será linear, que não sofrerá tensões internas com os choques ao encontrar obstáculos. Harvey (2005, p.44) citando Marx, vai esclarecer que no “capitalismo, o crescimento econômico [...] é um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises”. Mas essas crises não devem ser vistas como barreiras intransponíveis. Pelo contrário, devem ser contornadas para que o capitalismo continue seu movimento de expansão e acumulação. Ainda em Harvey (2005, p.45), agora citando a conclusão de Marx, escreve que o “capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas das barreiras para o seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo de acumulação”.

As crises desencadeadas no processo de expansão capitalista nos permitem perceber um descompasso no ritmo de crescimento entre os espaços. O espaço é homogeneizado pelo capital, ele é também fragmentado pelas diferentes partilhas que o próprio capital faz dele com a venda, com a compra, com a negociação, com os investimentos desigualizadores e é hierarquizado por conta das importâncias desiguais que esses investimentos vão dar ao espaço.

Para exemplificar esse descompasso recorreremos a Agueda (2019, p.75) que em sua dissertação, ao analisar as transformações espaciais e as novas relações urbanos rurais em duas localidades na Região Serrana, Vargem Grande (Teresópolis/RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo/RJ), apreende que o “capitalismo ao instalar-se em localidades distintas, desenvolve-se de maneira diferenciada, conferindo particularidades”.

Tal apreensão esclarece em nosso trabalho, que a presença de empreendimentos e suas atualizações técnicas, através de investimentos públicos e privados, como mecanismo de acumulação do capital, interferem na produção do espaço do município de Duque de Caxias de maneira desigual e desigualizadora, devido às importâncias desiguais que esses investimentos vão dar ao espaço, ou seja, “transformações que seguem as leis e tendências gerais do desenvolvimento capitalista, mas que se expressam de maneira particular em cada lugar, conferindo dinâmicas próprias” (AGUEDA, 2019, p.75).

Ao realizarmos essa análise da produção espacial a partir do processo de acumulação capitalista, traremos o debate em torno do desenvolvimento desigual e combinado que também é abordado por Souza (2020) em seu doutoramento, ao analisar as práticas espaciais de resistência dos moradores de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã, localizados nas adjacências do Arco Metropolitano. De acordo com o geógrafo,

a combinação desigual entre atrasado e moderno, novo e velho, no horizonte da modernização-desenvolvimento, leva à formação de novas espacialidades que não estão relacionadas meramente às dimensões econômicas e políticas, mas sim a projeções culturais, sociais e simbólicas de cada povo, nação e, essencialmente, de cada lugar (p.60).

Em relação aos empreendimentos/investimentos e as suas inter-relações com o município de Duque de Caxias, teremos distintas representações do espaço em cada uma das políticas públicas. Teremos práticas espaciais distintas tanto do capital, quanto do Estado, quanto dos outros sujeitos sociais que também produzem

espaço (incluindo formas ilícitas), e que não são apenas os capitalistas e o Estado, são também as pessoas comuns, que estão lá. Estas pessoas estão reagindo num primeiro momento, pois elas se mudaram para lá, foram para a Baixada, para os loteamentos, não só como expansão da metrópole, mas também pela/para a expansão dos investimentos/empreendimentos. E nos momentos que se seguem, eles continuam lá, produzindo o espaço deles, favelados, fragmentados, subalternizados, periféricos, incluídos precariamente.

Assim, quando uma crise se apresenta, o capitalismo busca alguma forma para sair de tal situação e acaba impondo “algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento capitalista. Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista” (HARVEY, 2005, p.46). Essa racionalização acaba desencadeando sérios problemas sociais (desemprego, inflação, queda dos salários) que quando escapam do controle, geram revoltas. “A reação social às crises pode afetar a maneira pela qual se resolve a crise, de modo que não há um único e necessário resultado para esse processo de racionalização forçada” (HARVEY, 2005, p.47).

As reações e as insatisfações podem estar interligadas a movimentos que desestabilizam ou dão uma nova estabilidade espacial e social aos lugares, no caso de Duque de Caxias, vem sendo criadas “ordens” locais (narcotráfico, milícias, empreendimentos públicos e privados) que afetam a vida dos/as moradores/as do município e que aparentemente (pois isso ainda será investigado em outras partes do trabalho) criam lógicas desigualizadoras/complementares entre os fenômenos, explicitando-se aquilo que denominamos de contradições entre os processos de desigualização e inter-relações espaciais no município de Duque de Caxias.

Então, como já vimos, tentar explicar a espacialidade do município de Duque de Caxias apenas pelo “abandono” do poder público já não satisfaz, visto que ao longo do tempo o município tem recebido atenção por parte das autoridades com investimentos públicos e também com investimentos privados (incluindo os ilícitos) em empreendimentos ligados à infraestrutura, assim como a implantação de indústrias.

Constatar que não há “abandono” por parte do poder público, implica em pensar que o Estado (e seus associados) em suas diferentes escalas e em diferentes momentos continua investindo, mesmo que seja de forma desigual (fragmentando

os espaços) e desigualizadora (hierarquizando os espaços). No entanto, Harvey (2016, p.146) nos esclarece que “a construção de uma paisagem geográfica favorável à acumulação de capital em uma era torna-se o grilhão da acumulação na próxima”, ou seja, a sucessão dos investimentos em um empreendimento foi se tornando uma espécie de aprisionamento dos novos investimentos, fazendo um movimento contrário ao do capitalismo, que busca sempre novos espaços para continuar investindo e existindo.

Com isso, é possível percebermos que os investimentos tanto estatais como privados, estão aprisionados a um empreendimento ou infraestrutura, já que é necessário permanecer investindo, atualizando as técnicas. Porém, pela lógica do sistema capitalista, “periodicamente, o capital tem de romper com os limites impostos pelo mundo que ele próprio construiu, ou corre o risco mortal de se esclerosar” (HARVEY, 2016, p.146). Seguindo essa linha de pensamento, torna-se fácil compreender os caminhos que a racionalidade capitalista toma para não declinar em suas capacidades e continuar sua expansão. Como exemplo podemos citar o sistema creditício, que ao ampliar seu espaço econômico de atuação junto aos pobres através das diversas formas de microcrédito, amplia também seu espaço geográfico e permite novas formas de integração das chamadas periferias. Conforme nos apresentam Rosa (2019) e Pinho (2017). Daremos prosseguimento a esse tema mais adiante no texto.

De qualquer forma, romper ou não romper com os limites que o próprio capital construiu, acarreta prejuízos ao espaço, pois “desencadeia crises locais intensas e destrutivas” (HARVEY, 2016, p.146). Crises essas que não se restringem somente ao âmbito da economia, atingem também e diretamente toda a coletividade local. Voltaremos a essa parte no quinto capítulo quando exemplificaremos, através de relatos dos entrevistados, problemas associando a presença da refinaria à qualidade da água, do solo, dos alimentos, de uma forma geral, da vida dos/as moradores/as, assim também como a construção de vias de transporte que não foram pensadas para os/as caxienses, além de condomínios e conjuntos de moradias populares que explicitam (mais uma vez) as flagrantes desigualdades socioespaciais no município que aqui estudamos.

Ao fazermos essa reflexão, queremos demonstrar que o peso da base espacial tradicional no município de Duque de Caxias se faz presente até os dias atuais. Tal base espacial apoiada no poder hegemônico de sujeitos políticos

econômicos sociais sempre acoplados ao Estado retroalimentando se uns aos outros foi fixando as bases espaciais que deixam marca e se refletem ainda hoje nas relações sociais, nas carências das condições de vida na maioria da população e também em algumas contestações a esse poder hegemônico manifestadas de maneira diversa e dispersa (pouco organizada) constituindo-se num conjunto de inter-relações socioespaciais as quais constituem importante alicerce da pesquisa.

Como é que toda essa complexidade teórico-conceitual-metodológica Espaço, Território, Estado, Capital, aparência/essência contribuem para se compreender melhor as transformações operadas numa periferia que passa a ser percebida como parte da metrópole/região metropolitana rompendo qualquer visão dicotômica do espaço?

Aqui explicita-se uma segunda estrutura reflexiva do trabalho que se constitui numa parte fundamental do método analítico. Quer dizer que os entrecruzamentos entre Estado e Capital e as espacialidades e territorialidades que daí resultam vão compor o núcleo central da perspectiva teórica e de suas interações com a empiria em nossa pesquisa.

Cabe aqui também acrescentar que nossos questionamentos a partir da empiria acabam por revelar nosso interesse nos estudos da periferia quando no grupo de pesquisa URAIS/PUC-Rio, tomamos contato com o texto cujo título é *Geographies of development II: Cash transfers and the reinvention of development for the poor*, de Richard Ballard (2013) que utilizaremos em outra parte de nosso trabalho.

As indagações suscitadas por esse texto foram muitas, pois ele se apoiava/se apoia em políticas do Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional que a partir do início dos anos 2000 começaram a promover parcerias com o intuito de incorporar os pobres (termo genérico) ao mercado. Abriram convênios, criaram projetos em conjunto com estados-nação e cidades, inaugurando parcerias que até então não eram possíveis às cidades/prefeituras, se tornando parceiros elegíveis após a assinatura do novo estatuto das cidades (Programa Habitat II) que se desenrolaram mais ou menos na mesma época (início dos anos 2000), conforme nos elucidava Rodrigues (2007).

Entendemos que é uma mudança muito grande, pois passou a permitir às prefeituras tomarem capitais/investimentos diretamente dos órgãos internacionais. Foi nesse quadro que se elaboraram muitas políticas mundo afora de integração dos

pobres pelo consumo, dos quais os mais antigos podem ser lembrados: Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Escola, Bolsa Família, que passaram por diversos governos, passaram por diversas administrações, sofrendo alterações, mas permanecendo.

No nível dos estados e das prefeituras, temos Cheque-Cidadão, Auxílio Gás, abono para subsídios a transportes, enfim, uma série de medidas, que vem sendo rotuladas de populistas, mas na verdade fazem parte de uma estratégia que o próprio capitalismo mundial e seus organismos de alguma maneira o impulsionam. Faz parte da estratégia desses organismos, como representantes formais do próprio capitalismo, de criar novos nichos de mercado. Nesse caminho, fomos nos interessando por essa maneira diferente de olhar/inserir/integrar os pobres. Essa temática de transferência da renda foi retomada, por exemplo, por Elisa Favaro Verdi (2021) quando se refere os “invisíveis” do estado: pobreza, transferência de renda e segregação socioespacial no Brasil e retoma as políticas positivistas do Estado brasileiro como uma permanente ocultação da real situação da propriedade da terra e da habitação em nosso país.

É uma maneira também distinta de observar a periferia, já que os pobres eram vistos, nos anos 1950, 1960, 1970, mesmo durante os “rudimentos” do *welfare states* que tivemos entre nós, no desenvolvimentismo (no qual falaremos mais adiante) apenas com trabalhadores/as, ou seja, as periferias serviam como “depósitos”, como cidades dormitórios desse exército industrial de reserva da clássica montagem da ideia dos *commuters* e as migrações de trabalho. Mas essa perspectiva de uma periferia subordinada ao centro, vem sendo contestada por diferentes autores, entre eles, podemos citar Ritter e Firkowski (2009, p.22) que nos esclarecem que esse “modelo ‘centro-periferia’ concebido até então está carregado de fortes traços do período funcionalista da modernidade industrial, o qual não é mais suficiente para abarcar toda a dinâmica socioespacial que está a ocorrer”.

Essa imagem de periferia dicotomizada continua forte, embora muitos processos de transformação socioespacial venham ocorrendo nas periferias das grandes cidades do mundo e nós percebemos no exemplo particular desse processo que estamos estudando no Município de Duque de Caxias. Nele se observa claramente transformações/interações/manutenções que não condizem mais com aquela situação de cidade dormitório e de deslocamentos diários de grande parte da sua população que dependia quase que exclusivamente do trabalho na cidade do Rio de Janeiro - no centro da região metropolitana na qual Duque de Caxias se

insere. Embora diminuída a dependência quase exclusiva do mercado de trabalho das áreas centrais da região metropolitana, os fluxos diários de trabalhadores/as entre o município em estudo e diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro ainda são muito significativos e coexistem com a precariedade da rede de transportes que deveria dar suporte a esses deslocamentos.

Também para Rosa (2021, p.372) esse argumento de que as cidades periféricas seriam típicas cidades-dormitórios não se sustenta atualmente “seja pela alteração na composição do fluxo pendular, pelos fixos que se instalam na cidade [Duque de Caxias], pela sua modernização técnica e pela própria dinâmica de grande aglomeração que constitui o motor de sua economia urbana”.

O autor supracitado ao trazer esses elementos, defende que a partir dessas novas performances observadas nas cidades periféricas, estas passam a se constituir como uma centralidade, ou seja, considera que a “convergência entre circulação, consumo e redes técnicas é um processo espacial que chama atenção para a consolidação de centralidades fora do núcleo metropolitano” (ROSA, 2021, p.380).

As mudanças em termos de infraestrutura, em termos de comércio, de serviços em geral, são bem nítidas, mas o que nos chama a atenção é a grande mudança creditícia que dá um novo sentido ao nosso estudo. As periferias, antes, apartadas do centro, num dualismo que perdurou décadas nos estudos que foram feitos sobre essa temática incorporada, “não podem ser concebidas e analisadas mais sob o enfoque geometrificado, deve-se, pela efemeridade e pela dinâmica das forças atuantes, considerar as características socioeconômicas formadoras” (RITTER e FIRKOWSK, 2009, p.22).

A noção de periferia também está sendo tensionada por nós, afinal de contas, na medida em que o modo de produção capitalista vai ganhando nuances particulares já não é mais cabível “continuar concebendo periferia(s) como um lugar longe, distante fisicamente de algum ponto central, uma vez que não mais o distanciamento “geométrico” é o determinante das relações socioespaciais nos espaços urbanos” (RITTER e FIRKOWSK, 2009, p.22).

O espaço, no entanto, na medida que aquelas pessoas, aqueles/aquelas moradores/as são considerados consumidores/as, essa inserção/ integração pelo consumo é um fato que vem marcando, nas últimas décadas, não somente o município de Duque de Caxias, mas para toda periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, e também o que poderíamos chamar de “periferias internas” na

própria região metropolitana – as favelas e outras zonas empobrecidas situadas nas áreas nobres da cidade núcleo.

Todas essas pessoas, rotuladas como pobres, participam via políticas populistas, como as denominam os críticos dessas ações políticas por perceberem que há uma inserção pelo consumo, mas apresenta uma inclusão “perversa” das pessoas às condições de vida reais. Os direitos não são contemplados na mesma medida em que essas pessoas são incorporadas ao consumo via cartões de crédito, via cartões de loja (que utilizam máquinas), via pix (que não precisa de máquinas, só de aparelhos de celular), espalhados por todos os lugares, por todos os setores da vida cotidiana.

Em nossa pesquisa observamos uma massa enorme de população pobre, mas consumidora. É claro que, além de tudo isso, nós também vamos levar em conta as mudanças que se expressam espacialmente, como shopping centers, grandes lojas, comércio, universidades privadas, escolas privadas, saúde privada, tudo isso de certa maneira pode parecer antagônico a ideia de pobreza, mas não é.

Este trabalho se interessou por perceber essas transformações na periferia e no desenho espacial que expressa tais transformações. Assim percebe-se que a base teórica conceitual metodológica deste trabalho apoia-se nos conceitos de espaço, território e periferia urbana. Esses conceitos serviram de apoio para as reflexões aqui efetuadas ao mesmo tempo em que atuam como ferramentas para permitir compreender as contradições socioespaciais evidenciadas no município de Duque de Caxias, contradições essas plenamente coerentes com as características apresentadas pelo modo de produção capitalista em suas desiguais espacializações.

Para alicerçarmos as ideias apresentadas acima, recorreremos a alguns autores. Com Milton Santos (1999, p.62), entendemos que o “espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”. Neste sentido, tomemos as estradas, rodovias, a refinaria, os shopping centers, os diferentes estratos residenciais (bairros de alto padrão econômico e favelas) como objetos técnicos (SANTOS, 1999), ou seja, a materialidade e o seu entorno como sistema de ações (SANTOS, 1999), que podemos interpretar como a vida que a anima. No entanto, indagamos, quem executa essas ações animando essa vida? Estado, empresários, classes de alto padrão econômico, classes médias, classes populares, sem nos esquecermos que essa estrutura de classes é atravessada por outros elementos (gênero, raça, idade)

que com elas se interseccionam formando complexas relações de dominação e de resistências com distintos e contraditórios projetos de espacialidade.

Essas espacialidades contraditórias constituem-se em materialidades e imaterialidade (objetos e ações) as quais não podem ser analisadas separadamente, pois “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1999, p. 63). O autor entende o tempo enquanto um agente promotor da acumulação de contradições expressas na sociedade e no espaço.

Para entendermos mais sobre esse conjunto indissociável de ações que é o espaço, voltamos às inter-relações e a multiplicidade, termos usados pela autora Doreen Massey (2008) em seu livro *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade* que aponta elementos que permitem pensarmos o espaço, primeiro, como produto de inter-relações; segundo, como uma esfera de possibilidade da existência da multiplicidade e por último, o entendimento do espaço como um processo constante, e não um sistema fechado.

Outra autora que muito contribui para nossa compreensão do espaço como elemento fundante da vida é Ana Fani Carlos (2011) que traz as seguintes proposições:

A produção do espaço abre-se, portanto, como possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, que, sob a égide da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetido ao mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital (p.15).

Acompanhando o pensamento da Doreen Massey e entendendo o espaço como resultado das inter-relações em que distintas trajetórias coexistem e sempre em construção, também traremos Lefebvre (2008) e a ideia de espaço complexo, como re-produção das relações sociais e Haesbaert (2014, p.80) ao enfatizar essas relações sociais enquanto relações de poder que dentro de um processo de dominação/apropriação possibilita que o território e a territorialização possam ser trabalhados na multiplicidade de suas relações.

Em momentos mais recentes da década de 2000 em diante, o espaço se organiza seguindo outra lógica de interação entre o capital e o Estado, chamado por muitos de novo desenvolvimentismo em que o espaço se organiza a partir de

parcerias público privadas nas quais o capital (financeiro, industrial, comercial e imobiliário) vai tomando força política e econômica frente a um Estado que, via privatizações ou diversas formas de diminuição da sua participação na responsabilidade a respeito da organização do espaço, vai tornar-se dominado pelo capital. Queremos dizer com isso que se desenvolve uma outra relação entre o capital, o Estado e o espaço, distinta daquela predominante no período desenvolvimentista com crescente hegemonia do capital sobre o Estado e sobre a produção do espaço. Alguns autores nos apoiam nessa reflexão, entre eles, Harvey (2013, 2016), Ribeiro Júnior (2014) e Svampa (2016).

David Harvey auxilia-nos na compreensão das transformações que a relação capital espaço vem sofrendo nas últimas décadas. As obras desse autor que mais nos influenciaram: *A Produção Capitalista do Espaço* (2005), *17 contradições e o fim do capitalismo* (2016) e *O espaço como palavra-chave* (2013); Ribeiro Junior (2014) que nos demonstrou a importância no momento atual do capital fictício apoiado nas novas formas de acumulação primitiva e de espoliação; Svampa (2016) traz a perspectiva do neoextrativismo como elemento fundamental para se compreender o chamado neodesenvolvimentismo.

Esses autores, juntamente com Milton Santos, Doreen Massey e Ana Fani Carlos forneceram as bases teórico conceituais para um caminho mais seguro na busca de uma possível essência dos fenômenos espaciais a serem estudados.

Respeitadas as diferenças importantes entre esses autores, podemos identificar que todos, através das respectivas contribuições teóricas, entenderam que existe uma articulação inextricável entre espaço e sociedade, de modo que a compreensão de um passa pela compreensão do outro, dialeticamente. Os autores auxiliam-nos a desvelar de que maneira os interesses hegemônicos de parte da sociedade produz esse espaço; assim como o papel especial que essa dimensão social tem entre as diversas esferas sociais. Ao fazermos essa ressalva, lembramos que cada sujeito social vai desenvolver uma concepção específica do espaço em razão direta aos seus interesses e as suas visões de mundo. De que maneira os sujeitos sociais percebem o espaço um meio de subsistência, como condição para sua vida e como produto de suas ações? Isso nos remete a diversidade socioespacial de Duque de Caxias, sempre em transformação/movimento na qual múltiplos aspectos da segregação (socioespacial), das remodelações do espaço urbano, da imensidão de loteamentos planejados ou fruto da autoconstrução revelam-nos parte

da intrincada rede de relações sociedade-espço que marca as geografias de Duque de Caxias.

Da mesma maneira o território (funcional e ou simbólico-cultural) expressa as relações de poder no espaço. O poder oficial contrapondo-se/coexistindo com o poder ilícito e informal revelam-nos territorialidades nas quais o Estado, o narcotráfico, as milícias, as favelas, os loteamentos clandestinos e aqueles resultantes de empreendimentos privados exercitam suas ações, por vezes, multiterritorialmente (múltiplas relações de poder superpostas) ao mesmo tempo em que se (re)produzem, produzindo o espaço como observamos em muitos locais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, particularmente, no município de Duque de Caxias, nosso foco de interesse.

Como quadro referencial para a formulação metodológica apoiamo-nos fundamentalmente em Karel Kosic e em Henri Lefebvre. Do primeiro autor utilizamos a obra “Dialética do Concreto” (1969, p.13) particularmente o capítulo que trata “O mundo da pseudoconcreticidade e sua destruição”. Do segundo autor utilizamos as obras “A Produção do Espaço” (2006), “Lógica formal Lógica dialética” (1975) e “La presencia y la ausencia - Contribucion a la teoria de las representaciones” (1983) as quais nos auxiliaram a construir o conceito de espaço e de sua reprodução, a perceber as dificuldades de fugir da lógica formal a qual, mesmo subjacente a lógica dialética, por vezes ainda se sobrepõem a essa. Por fim, esse autor nos explicita que o espaço em sua aparência, se constitui num conjunto de representações as quais nos dificultam a possibilidade de alcançar a essência nos fenômenos.

Em nosso trabalho parecem desenhar-se três níveis/momentos da reflexão, da investigação e da redação. Um primeiro nível/momento é aquele que se apoia em Kosic e Lefebvre para estabelecer o caminho fundamental para a reflexão. O segundo nível/momento apoia-se em Santos, Massey, Harvey, Carlos, Ribeiro Júnior e Svampa para compor o ferramental conceitual do nosso trabalho. O terceiro nível/momento vai constituir-se de consulta a alguns autores os quais nos fornecem “pistas” para uma melhor aproximação com o real. Nesse sentido, uma das pistas nos é dada por Carlos (2007, p.27) que indica que no reconhecimento de que o “real”, em sua essência, apenas existe “num movimento ininterrupto articulando passado-presente-futuro”.

Compreender as transformações que vem ocorrendo no espaço de Duque de Caxias enquanto periferia em movimento conduziu-nos a uma dupla segmentação no encaminhamento das leituras.

Um primeiro segmento relaciona-se aos autores que explicitamente trabalham o município de Duque de Caxias como por exemplo Souza (2014), Souza (2020), Silveira (2014), Costa (2009), Simões (2004) os quais nos permitiram compreender melhor as desigualdades internas do município de Duque de Caxias e as distintas formas de inserção do município na Baixada fluminense. A estes autores, diversos outros serão adicionados ao longo do texto.

Um segundo segmento na aproximação com a empiria advém das discussões a respeito dos distintos significados de periferia e das recentes maneiras de reinterpretá-la. Nesse segundo segmento apoiamo-nos especialmente em alguns trabalhos que contestam a dicotomização centro-periferia e, em nosso ponto de vista, se fundamentam na clássica obra “Crítica a razão dualística” de Francisco de Oliveira (2003a) e em Hermínia Maricato (1979) “Autoconstrução, a arquitetura possível”, nas quais se estruturou a relevante ideia de que a produção da própria casa por meio da autoconstrução era também uma forma de rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, ideia que norteou muitos estudiosos e que também, a nós, conduz na perspectiva de melhor compreender os contrastes socioespaciais no município de Duque de Caxias. Entre os autores que se apoiam nessa tese utilizamos Seabra (2004), Tanaka (2006) Ritter e Firkowsk, (2009). Outro segmento da periferia vai trabalhar com a socialização negativa que se apoia nas formulações de Robert Kurz (1992, 2010, 2015). Na obra “Não há Leviatã que vos salve” de 2011 (p.1), o autor escreveu que “na nova crise económica mundial longe de estar dominada o Estado mostra-se novamente um ator económico central. Prova-se que a doutrina neoliberal sempre tinha um núcleo estatista. A estatalidade constitui um momento objectivo da socialização negativa através do capital”.

Pinho (2010, 2017, 2021), Francisco (2018) trouxeram essa formulação de Kurz para os estudos sobre a periferia. Em Pinho (2017) podemos ler

o papel do crédito nas periferias e nos espaços precarizados como lugares do consumo e não como espaços apartados desse processo (...) que enxerga no neoliberalismo a causa desse processo de precarização e exploração de tais populações (...) que busca na ação do Estado as saídas do processo de exploração através de políticas inclusivas (p.142/143/145).

Em Pinho (2021) entendemos que acumulação não estaria mais baseada no consumo da classe com maior poder de compra, mas estaria se espraiando para os lugares, periferias, até então vistos como excluídos, devido a precariedade dos equipamentos de consumo coletivos, mas que agora são incluídos num processo denominado de socialização negativa pelo crédito e pelo consumo. “Procuramos demonstrar que esses espaços periféricos estariam num movimento intenso de inclusão e de integração onde os indivíduos são consumidos pelo mundo da mercadoria através dos mecanismos de expansão das formas creditícias” (PINHO, 2021, p.534). Concordamos com esse autor quando escreve que a “inserção que as pessoas nas periferias em qualquer parte da região metropolitana têm na maneira de consumir e de viver, mediada pela mesma lógica crítica comum que as considera como sujeitos monetarizados, mesmo que sem dinheiro” (PINHO, 2021, p.536).

Essas observações de Pinho confirmam-nos a socialização negativa (inserção negativa, inclusão negativa) se dá apoiada em políticas de transferência de renda para incluir pelo crédito e pelo endividamento crescente, cada vez mais fortemente vinculados à racionalidade capitalista, pessoas que se incluem no mercado e, com isso, atendem as necessidades expansivas do capital. Portanto, a positividade atribuída ao aumento do consumo contém uma negatividade construída na aceitação das regras do mercado e na fetichização da mercadoria.

Para nós essa linha interpretativa da periferia abre-nos a perspectiva de compreender as maneiras pelas quais grande parte da população caxiense se integra, via consumo, cada vez mais a racionalidade capitalista.

Kurz analisa o caráter positivo do progresso, da modernização e do desenvolvimento do capitalismo. Critica essa positividade compartilhada por boa parte dos marxistas, demonstrando como ela reforça a fetichização da mercadoria e conduz a um consumo exacerbado. Demonstra como a primazia da produção, do trabalho e da mais valia foi sendo substituída pelo predomínio da circulação e do consumo (sem dicotomizar a produção e circulação) o que conduziria aquilo que denomina colapso da modernização e do trabalho, socialização negativa ou exclusão reversa quando se refere a precarização geral das relações sociais atribuída ao neoliberalismo. É nessas formulações que Rinaldo Gomes Pinho e André Ramalho Francisco se apoiam para falar de socialização negativa, inserção negativa ou inclusão negativa das periferias apoiadas nas múltiplas formas de obtenção do crédito.

A compreensão das mais recentes maneiras de inclusão das periferias na racionalidade geral do capitalismo financeiro é elucidada por Volochko (2011) quando nos apresentou a sua tese de doutoramento sobre a periferia como um cotidiano desigual e integrado ao crédito e há financeirização.

Tanto o primeiro segmento quanto o segundo apontam-nos para uma crescente complexidade das periferias e nos auxiliam a compreender as múltiplas situações encontradas no município de Duque de Caxias quando, apoiados em diversas entrevistas, percebemos uma efetiva alteração no acesso ao consumo em todas as classes sociais mesmo dentre aqueles que vivem mais precariamente.

Se ao longo de boa parte do trabalho apresentamos uma descrição que revela/oculta as aparências que as observações do território municipal nos possibilitaram, seguindo as orientações metodológicas de Kosik, são elas que nos possibilitam ir nos aproximando da “realidade”. Essa aproximação nos impele à busca de explicações que colocam frente a desafios postos pelo embasamento teórico que (não) encontramos. Não se trata apenas de leituras, trata-se de procurar integrar essas leituras com aquele real empiricamente reconhecido. Trabalho muito difícil de ser realizado por nós. Essa relação teoria empiria não se realiza com facilidade, pois se o foco está na compreensão/ análise do “real”, este sempre nos escapa. Fazendo o percurso realidade-teoria-realidade “revisitada” conforme nos aponta Kosik, deparamo-nos sempre com novos desdobramentos e assim se percebe mais uma vez a totalidade aberta a infinitos desdobramentos.

É mais que provável que ao abraçarmos esse método, abracemos também a incompletude do trabalho científico e a improbabilidade de reunir tais desdobramentos em uma nova totalidade, sempre aberta, como o método aconselha.

Os procedimentos de investigação desta tese se constituíram a partir de levantamentos bibliográficos sobre o tema: consulta a dados mais recentes do IBGE e de TCCs, dissertações e teses mais recentes sobre Duque de Caxias, análise de reportagens de jornais e revistas, documentos oficiais do Estado do Rio de Janeiro e do município em estudo para compreender a trajetória do espaço e as práticas sociais deste; realização de trabalhos de campo para reconhecimento da diversidade interna do Município de Duque de Caxias; entrevistas semiestruturadas com moradores/as do município; realização de um grupo focal como método de investigação com um grupo de alunos da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF- UERJ/Caxias.

Para compreender o contexto do Estado desenvolvimentista brasileiro e as suas promessas, assim como o novo desenvolvimentismo e a atualização das promessas, recorreremos ao levantamento bibliográfico. Autores como Celso Furtado (1966, 1975, 2009), Francisco Oliveira (2003a), Floriano Godinho Oliveira (2003b), Berta Becker e Cláudio Egler (2006), Wilson Cano (2007, 2010), Maristella Svampa (2016), Kartz (2016) estão entre os autores que nos ajudaram nesse momento.

Realizamos, também, uma busca em livros, artigos, teses e dissertações que atualizou o debate sobre o novo desenvolvimentismo que deve ser contextualizado como dentro do contexto neoliberal. Também realizamos uma análise mais consistente sobre desenvolvimento; desenvolvimento regional e local, abordando o papel da política de conteúdo local e política ambiental entre outros. Para o entendimento dessas abordagens, alguns autores como Kartz (2016), Brandão (2003, 2007), Vainer (2001), Costa (2009) e Souza (2000) foram consultados.

Em razão da Pandemia do Vírus Sars-cov-2 (“coronavírus”), causador da doença COVID 19, as Autoridades Públicas foram obrigadas a tomar uma série de medidas que restringiram a circulação de pessoas. Tais medidas nos obrigaram e nos limitaram a realizar algumas entrevistas semiestruturadas à distância, através de ligações telefônicas ocorridas ao longo da segunda quinzena do mês de janeiro de 2022, com alguns moradores/as do município.

As primeiras entrevistas semiestruturadas com os/as moradores/as caxienses procuraram abordar temas como a relação do entrevistado com Duque de Caxias, as “diferentes Duque de Caxias” e a relação do Rio de Janeiro com Duque de Caxias, que foram se desdobrando em outras perguntas específicas para cada entrevistado. Essas pessoas foram escolhidas para serem entrevistados primeiro por serem moradores/as que cotidianamente frequentam/circulam/transitam pelos distintos distritos do município em estudo e segundo devido aos nossos contatos já existentes, seja lecionando no colégio estadual em Duque de Caxias, seja no grupo do doutorado.

O material produzido nessas primeiras entrevistas foi de tamanha relevância para entender o Município de Duque de Caxias como ao mesmo tempo um espaço absoluto, relativo e relacional, contribuindo para o entendimento da multiplicidade desse espaço/município.

Como importa para esta tese trabalhar com interseccionalidade, que em termos simples, é a coexistência e a subordinação de fatores sociais que definem uma pessoa, cabe aqui, de maneira geral, apresentar nossos entrevistados, que além de serem moradores/as de Duque de Caxias, podem ser percebidos através da identidade como gênero, etnia, raça, localização e mobilidade geográfica ou mesmo idade pois, acreditamos que essas características não afetam uma pessoa separadamente, ao contrário, nos permite compreender melhor o espaço, as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade.

Também devido às medidas que restringiram a circulação de pessoas no período da pandemia, nossos trabalhos de campo se limitaram a percorrer os distritos, porém, sem muito contato com os que estavam nos espaços. Além da constante ida ao primeiro distrito (Duque de Caxias) do município em estudo ao longo de 10 anos para lecionar na escola estadual, que me/nos permitia observar e questionar, porém ainda muito superficial, foram realizados (também) quatro trabalhos de campo para melhor apreensão/reconhecimento do lugar. O primeiro trabalho de campo realizado no Município de Duque de Caxias, no dia 31 de julho de 2021, nos levou até o segundo distrito (Campos Elíseos), especificamente, até o Bairro Jardim Primavera, onde se localiza a prefeitura e distante deste ponto em torno de 5km, fomos também, até o km 113,7 da Rodovia Washington Luiz, onde fica a entrada principal da Reduc.

Nosso segundo trabalho de campo aconteceu no dia 04 de fevereiro de 2022 e, acompanhada de um morador/professor/ “guia” caxiense, primeiro fizemos um percurso a pé saindo do Colégio Estadual Doutor Ignácio Bezerra de Menezes (localizado no primeiro distrito, como podemos observar a figura 2, próximo do complexo de favelas da Mangueirinha, já mencionada aqui) e fomos até o Terminal Rodoviário Doutor Plínio Casado (primeiro distrito), também conhecido como “Rodoviária Velha de Caxias”.



Figura 2 - Colégio Estadual Doutor Ignácio Bezerra de Menezes (foto: Elizangela Cruz)

Durante o trajeto de 2,3km, aproximadamente, o morador/professor/ “guia” tecia comentários sobre as ruas, as esquinas, as escolas (em especial a Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto, como podemos observar a figura 3, conhecida como a escola “Mate com Angu” - primeira escola a oferecer merenda em Duque de Caxias, no Brasil e na América Latina), as principais construções como os clubes mais frequentados no passado, que pessoas frequentavam esses espaços e sobre o comportamento das pessoas.



Figura 3 - Rua Dep. Romeiro Júnior

O morador/professor/ “guia” caxiense entre uma informação e outra, deixava transparecer seu passado naquele espaço, detalhava informações sobre as ruas que passávamos, fazendo uma interação sobre o espaço e aquilo que viveu em

outros momentos de sua vida: locais de diversão no passado e que foram abandonados nos dias de hoje; a rua em que morava, a escola pública pequena que frequentava e como a mesma expandiu atualmente. Através dos relatos emocionados e emocionantes podíamos perceber as transformações espaciais pelo qual o primeiro distrito caxiense passou. A multiplicidade dos espaços entendida na teoria ganhava vida pelas ruas de Duque de Caxias, como exemplo, podemos citar o momento que passamos pela “única área verde do centro de Duque de Caxias, e que possui raízes indígenas, quilombolas e sambaqui” (DIAS, 2017, p.93) e que vem resistindo a construção de um shopping center, como podemos observar a figura 4.



Fonte: Cristina M.A. da Silva, 2022

Figura 4 - Rua Dep. Romeiro Júnior

Ao chegarmos a “rodoviária velha” (termo usado pelo professor), nos dirigimos ao ponto final em que estava localizado o ônibus Caxias-Xerém via lote XV (escolhido pelo professor) no qual deveríamos embarcar, porém, para nossa surpresa, o próximo ônibus sairia às 13h30 e ainda era por volta das 11h30. Ficamos ainda mais surpresos quando descobrimos que o último ônibus tinha saído às 9h30. Ou seja, uma pessoa que dependesse somente desse ônibus, caso perdesse a saída, às 9h30, precisaria esperar quatro horas para embarcar no próximo. O ato de ir e vir se torna um direito limitado e mais do que dificultar a mobilidade, dificulta também o exercício de ser cidadão que participa, que consome, que conhece o seu município, o seu distrito, o seu bairro, o seu espaço no mundo. Neste momento do trabalho de campo, fazia muito sentido o texto sobre Espacialidades, corpos e ritmos a produção desigual de mobilidades urbanas, Jorge Luiz Barbosa (2021), e como o

autor aborda o vínculo entre o mover e o ser nas metrópoles contemporâneas e como a mobilidade é entendida como um dos principais recursos para a democratização da cidade. Voltaremos a esse tema no capítulo 3 e 5.

Como não podíamos esperar tanto tempo, acabamos por embarcar no ônibus da linha Caxias/Raiz da Serra (via Taquara) - viação Trel – que seguia em direção a Raiz da Serra, Magé.

Atravessando três diferentes distritos foi possível perceber em cada um deles, bairros bem servidos de infraestrutura (Jardim 25 de Agosto no 1º distrito, Parque Equitativa no 3º distrito) convivendo com bairros mais necessitados (Mangueirinha, complexo de favelas no 1º distrito). A presença de bairros com certa infraestrutura se deve a essa relativa centralidade periférica que permite acesso a inúmeros serviços, mantendo ou atraindo uma classe média que consome esses serviços e outros serviços delivery (o que aumentou mais no momento de pandemia), mas também a posse de terrenos mais baratos em condomínios fechados, o que provoca uma certa segurança, pois a relativa distância, afasta a possibilidade de furtos/assaltos, mas não impede de ter acesso a qualidade de serviços e de infraestrutura.

Já os bairros de classe mais popular podem ser compreendidos como a parte da periferia não integrada ou integrada de maneira precária, ou seja, integrada quando há interesse em explorar essas pessoas ou o espaço dessas pessoas. O artigo de Rinaldo Gomes Pinho (2021, p.352), Periferias urbanas e socialização negativa, traz a “concepção de uma periferia não integrada, distante das centralidades urbanas – espacialmente, mas também no que diz respeito ao mercado do consumo – e diferenciada do restante da cidade e do centro”. Voltaremos a esse tema nos capítulos 3 e 5.

O terceiro trabalho de campo ocorreu no dia 28 de julho de 2022, quando nos dirigimos até a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF-UERJ/Caxias para a realização de novas entrevistas com um grupo de estudantes universitários e também a pesquisa bibliográfica na biblioteca dessa instituição (a mesma não possui acesso online até o presente momento), além das percepções apreendidas pelo caminho.

Além do levantamento bibliográfico que nos ajuda a analisar as condições de vida dos sujeitos subalternizados às relações capital-Estado, produzindo espacialidades múltiplas, plurais, diversificadas vinculadas a presença desigual e

desigualizadora dos investimentos, procuramos identificar a “realidade” dos sujeitos subalternizados de Duque de Caxias nos dias atuais através dos sujeitos que vivem, transitam, produzem e pensam o espaço caxiense e, para isso, realizamos entrevistas com outros moradores/as de Duque de Caxias.

As novas entrevistas foram realizadas através de um grupo focal. Cabe aqui fazer uma pequena explicação sobre essa técnica. Segundo Morgan (1997) grupos focais são definidos como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Kitzinger (2000), também aponta a interação nas entrevistas em grupo como um dos pontos para se obter dados singulares. Para o autor mencionado, o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados.

Nesse sentido essa técnica de pesquisa qualitativa tem por objetivo apreender percepções, opiniões e sentimentos frente a um tema determinado num ambiente de interação (a sala de aula) que reuniu em torno de 15 estudantes do 7º período de Geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF-UERJ/Caxias, acompanhados da Professora Doutora Joana Cruz de Simoni, que participou como co-moderadora na entrevista/reunião/discussão/debate cujo tempo de duração girou em torno de uma hora e meia, na qual após uma sucinta explicação do tema da tese, os graduandos expuseram suas opiniões.

Para nós, essa técnica de pesquisa qualitativa, também propiciou que trabalhássemos com interseccionalidade, pois além de permitir a obtenção de dados válidos e confiáveis em um tempo abreviado, envolve estudantes universitários que são também moradores/as de diferentes distritos de Duque de Caxias, ou seja, com diferentes visões e contextos sociais, e mais do que fornecer conteúdo para nossa tese, demonstra que a educação é uma forma de resistência, de entendimento sobre o vivido e, também, "a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da “realidade” não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1967).

Para garantir que uma elevada quantidade de diferentes ideias, pensamentos, críticas ou reações pudesse ser produzido pelos estudantes, quatro pontos foram previamente determinados: 1) a Reduc em Duque de Caxias, 2) os elementos

urbanos em Duque de Caxias, 3) Como vê a relação Centro-Periferia e 4) a Multiplicidade espacial de Duque de Caxias.

Uma vez que as discussões ocorreram, elas ofereceram *insights* para o desenvolvimento de novos elementos, além do que, as discussões realizadas pelo grupo focal puderam deixar claro o que os estudantes realmente percebem no espaço, o que servirá de base para a pesquisa.

No dia 25 de janeiro de 2023, ocorreu o quarto trabalho de campo que teve como objetivo realizar entrevistas com uma liderança local e com uma doutoranda do mesmo programa de pós-graduação do qual fazemos parte, cujo tema aborda o Grupo Maloca no Bairro Pantanal em Duque de Caxias. Ambas as entrevistadas são moradoras caxienses. Tais entrevistas foram realizadas na Biblioteca Raul Cortez, localizada no Centro de Caxias. As entrevistas semiestruturadas procuraram abordar temas como a relação da entrevistada com Duque de Caxias, as “diferentes Duque de Caxias” e a relação do Rio de Janeiro com Duque de Caxias.

Todas as práticas/ações empíricas relatadas dialogavam entre si, formando o nosso principal arcabouço metodológico da pesquisa. Como nossa empiria precisa e não pode estar dissociada da teoria científica, abaixo apresentamos nossa tese brevemente sumarizada.

No capítulo, Baixada Fluminense e Duque de Caxias, espaços em transformação – espacialidades, territorialidades e periferias: múltiplos aspectos da fragmentação do município, apresentaremos a multiplicidade espacial do Município de Duque de Caxias e sua trajetória nas últimas sete décadas, explicitando a Baixada Fluminense e sua importância para o crescimento da cidade do Rio de Janeiro e também do capital através de suas inter-relações. Vamos expor o Município de Duque de Caxias ao longo de suas diferentes espaço-temporalidades, ressaltando as características marcantes dos quatro distintos distritos que compõem o município. A possibilidade de Duque de Caxias exercer algum tipo de centralidade na Baixada Fluminense também será debatida aqui, assim como a ideia de periferia em diferentes escalas, englobando não somente Duque de Caxias, mas também a cidade do Rio de Janeiro e como tem ocorrido a relação periferia/centro e como a periferia se manifesta heterogênea (periferias), tal qual o centro.

No capítulo O Município de Duque de Caxias e suas inter-relações com o modelo brasileiro de Desenvolvimento trataremos a relação entre Duque de Caxias e as políticas públicas desenvolvidas nas últimas sete décadas pelo Estado brasileiro

pautadas no desenvolvimentismo e a regulação pelo Estado; no neoliberalismo e a desregulação e no novo desenvolvimentismo e a parceria do público com o privado.

O capítulo Em busca de uma essência inalcançável em uma “realidade” complexa: a periferia tem vida...mesmo quando tentam matá-la, procura discutir as políticas espaciais que não são plenamente executadas, tornando-se um entrave para o desenvolvimento social já que explodem em condições desfavoráveis à vida dos moradores e moradoras.

3. Baixada Fluminense e Duque de Caxias, espaços em transformação – espacialidades, territorialidades e periferias: múltiplos aspectos da fragmentação do município

Neste terceiro capítulo temos como objetivo apresentar uma perspectiva espaço-temporal do município de Duque de Caxias inserido na Baixada Fluminense trazendo a trajetória de mudanças, permanências e atualizações nos aspectos políticos, econômicos, sociais entre outros que tenham contribuído com as transformações ao longo do tempo.

Já que estamos apresentando a trajetória de possíveis transformações espaço-temporais, traremos, além de autores que escrevem sobre Duque de Caxias, os/as moradores/as deste município, com suas experiências, seu cotidiano, suas indagações, seus sentimentos, seus espaços, sua vida. Estamos aqui seguindo as orientações de Doreen Massey que é imaginar o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade.

Procuramos também aprofundar nossos estudos, através de uma abordagem histórico-geográfica que ultrapassa a escala do municipal, do regional, do estadual, do nacional, ou seja, será observado a multiescalaridade espaço-temporal, o que nos permite identificar momentos históricos, buscando encontrar a contextualização necessária para tentar explicá-las de forma mais completa.

O esmiuçar desse processo evolutivo, e das determinações e contradições que ele engendrou a cada momento será exposto e segue buscando identificar as inter-relações estabelecidas entre o centro (cidade do Rio de Janeiro) e as periferias (Baixada Fluminense). Como já nos foi apontado por Rosa (2021) e Sobral (2012) quando nos apontaram para o policentrismo para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Dentre esses diversos centros indicavam Duque de Caxias como uma das mais importantes centralidades periféricas, isto é, alguns “centros” na “periferia”. A posição desses dois autores auxilia-nos na contenção de um espaço em mosaico no qual periferias e centros se espalhariam, mesclando-se por toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Voltando a perspectiva espaço-temporal que inicia este texto, fazemos nossas palavras as de Harvey (2013, p.14), e nos perguntamos, “Mas por que e como

eu poderia, como um geógrafo em atividade, considerar útil o modo de abordagem relacional do espaço-tempo?”.

Neste momento, fazemos uma outra aproximação entre as obras, Pelo Espaço, de Doreen Massey (2008) e Espaço como palavra chave de David Harvey (2013), procurando articular os pensamentos desses dois autores para buscar responder à questão anterior.

Em um mundo em movimento contínuo, é importante entendermos que para a perspectiva espaço-temporal há a necessidade de articulação entre espaço e tempo, ou seja, “é impossível separar espaço e tempo” (HARVEY, 2013, p.12). Analisar o espaço separado/isolado do tempo e dos outros elementos internos e externos que o compõem implica prejuízo da análise. Nesse sentido, David Harvey (2013) reforça a importância de evidenciar a relação espaço-tempo. Para o autor,

Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (p.12)

Esta perspectiva espaço tempo é que nos permite orbitar em torno da indagação original para esta tese, posteriormente complexificada: o que vem sendo Duque de Caxias desde sua emancipação política até os dias atuais?

Essa pergunta que originou nosso interesse para a tese pode ser melhor compreendida e associada à ideia de espaço tempo quando utilizamos o termo “trajetória” no mesmo sentido que Doreen Massey utilizou, ou seja, para percorrer um espaço é preciso tempo e em cada momento o espaço pode vir a apresentar configurações diferentes. Destarte, para percorrer o espaço periferia, o espaço Baixada e o espaço Duque de Caxias é preciso entender que todos estão atrelados a um determinado momento-tempo.

O termo aparentemente simples, “trajetória”, sintetiza esta dupla constituição espaço-temporal: não é possível definir trajetória sem vincular de maneira indissociável espaço e tempo (HAESBAERT, 2017, p.6). “É preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 37).

O termo trajetória ainda nos permite fazer outras leituras a respeito da relação centro periferia quando Doreen Massey (2008) explica que trajetória é o “processo de mudança em um fenômeno” (p.33), ou seja, aqui o fenômeno abordado é essa relação entre centro-periferia e o processo é a mudança de leitura,

é a mudança de perspectiva, que antes era vista de forma desarticulada, como "oposição" e agora, articulada, combinação.

É a própria Doreen Massey (2008, p.31) que traz a ideia da “esfera da possibilidade de existência da multiplicidade”, onde espaço tempo não é dado de forma definitiva. Para esta tese, quando mudamos a perspectiva, realizando uma outra leitura sobre a relação centro e periferia, mudamos também a leitura da Baixada e de Duque de Caxias, entendendo que tanto a periferia, quanto a Baixada, quanto o município de Duque de Caxias, podem ser vistos como “um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes (MASSEY, 2008, p.33). É importante salientar a ideia de que não temos todas as respostas ou definições do que seja o espaço, pois ele não está e nunca estará concluído completamente. “O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, no qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros” (MASSEY, 2008, p.33).

Harvey (2013) também nos permite ampliar a perspectiva sobre a leitura do espaço da Baixada, do espaço do município de Duque de Caxias e da relação centro periferia na sua linha de pensamento quando considera o espaço como sendo triparte: absoluto, relativo e relacional.

Segundo Harvey (2013, p.10), “o espaço absoluto é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui”. Para um planejador/técnico, alguém que pensa o espaço dentro de um gabinete, é “onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves” (HARVEY, 2013, p.10). Como exemplo dessa ideia de espaço concebido em gabinete, temos aqui uma frase encontrada no Jornal Última Hora (como podemos observar na figura 5) do dia 29 de agosto de 1962¹⁵, nas “rápidas palavras” do discurso do Sr. Francisco Mangabeira, então presidente da Petrobras e representante do discurso oficial, aos chefes militares em visita à Refinaria de Duque de Caxias e à Fábrica de Borracha Sintética em 1962: “construída por técnicos nacionais”.

¹⁵ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&Fonte=pesq=refrinaria&pagfis=78911>>

CHEFES MILITARES ORGULHOSOS COM EMPRESA ESTATAL DO PETRÓLEO

RECEBIDOS pelo Sr. Francisco Mangabeira, Presidente da PETROBRAS e por dois Diretores, Srs. Manoel Pinto de Aguiar e Domingos Spolidoro, os Ministros militares — General Nelson de Melo, Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano e Brigadeiro Rinaldo de Carvalho — e o Ministro das Minas e Energia, Sr. João Mangabeira, visitaram ontem a Refinaria Duque de Caxias e a Fábrica de Borracha Sintética, duas das mais novas unidades de nossa empresa estatal de petróleo, localizadas no Estado do Rio.

Na Refinaria Duque de Caxias, os visitantes foram saudados pelo Sr. Francisco Mangabeira que, em rá-

pidas palavras, mostrou o que vem fazendo em prol do desenvolvimento do País: aquela unidade da PETROBRAS, construída por técnicos nacionais e com material 65% brasileiro. Em seguida, o Engenheiro Hilnor Canzucu de Mesquita, Superintendente da REBRAS, fez documentada exposição dos trabalhos daquele importante setor, mostrando, num quadro, todos os departamentos da refinaria e apontando as obras em construção para concluir os planos de expansão que a PETROBRAS traçou para a Refinaria Duque de Caxias, que tem capacidade para refinar cerca de 100 mil barris de petróleo por dia.

COMITIVA — Acompanharam os ministros militares, altas patentes das Forças Armadas, entre elas: Generais Machado Lopes, Penha Brasil, Armando de Moraes Âncora, Nestor Souto de Oliveira, Augusto Mazzesi, Maurell Filho, Decio Palmeira Escobar, Paiva Chaves, Plunaro Bley, Cunha Melo, Silvino Nobrega e Antônio de Almeida Moraes; os Almirantes José Luis da Silva Junior, Waldemar de Figueiredo Costa, Roberto Domingos Machado e Aroldo Hasselmann, além de inúmeros outros oficiais das três armas.

Figura 5 - Jornal Última Hora do dia 29 de agosto de 1962¹⁶

Para um morador nascido ou criado desde pequeno em Duque de Caxias, o espaço já adquire outras dimensões, embora permanecendo também como absoluto. Para esse morador é onde “registramos” os acontecimentos ao longo da nossa vida, como nos conta G. L., “onde cresci, onde eu moro, onde eu sou professor”¹⁷. Para outra moradora caxiense, G., o espaço do município de Duque de Caxias é onde “sempre morei na rua e na casa que eu moro! Sempre! Aqui em Caxias que eu comecei realmente a minha vida, assim, escolar, né?! Eu estudei numa escola pública, meus irmãos também. E, assim, Caxias era um bairro, um município muito, faltava muita coisa, muita coisa mesmo. Eu vi Caxias crescer!”¹⁸. Em conversa com outro morador caxiense, C.V. comenta: “eu morava na boca do centro da cidade. Foi onde eu cresci. Na rua do Batalhão da Polícia Militar, na rua do Colégio São José. E ali é bem residencial. E hoje eu moro mais longe, mais afastado, né? Moro em Santa Cruz da Serra”¹⁹. Percebemos aqui o espaço como o espaço do registro, não só do endereço residencial, pontual, do espaço fixo, mas também o espaço do registro das memórias, dos sentimentos, das relações que foram e que são construídas/vividas nesse espaço. Estes relatos nos revelam um espaço relativo e relacional para além daquele abstrato/absoluto dos engenheiros e técnicos, construtores da Reduc.

Segundo David Harvey (2013, p.11) é esse “caráter único da localização e da individualização, definido pelos territórios limitados do espaço absoluto, [que nos] oferece um caminho para uma multiplicidade de localizações que são equidistantes de, digamos, alguma localização central da cidade”. Aqui percebemos que a partir do espaço absoluto, também construído por nós, surge uma infinidade de espaços relativos, ou seja, “há múltiplas geometrias que podemos escolher e de

¹⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=refinaria&pagfis=78911>

¹⁷ Trecho da entrevista concedida em 19 de janeiro de 2022.

¹⁸ Trecho da entrevista concedida em 28 de janeiro de 2022.

¹⁹ Trecho da entrevista concedida em 24 de janeiro de 2022.

que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem” (HARVEY, 2013, p.11).

Sendo assim, a partir de um mesmo espaço absoluto, surgem vários espaços relativos para sujeitos diferentes. Para exemplificar, podemos citar trechos das conversas com moradores/as caxienses, apresentando experiências relativas a distâncias geográficas e também experiências sentimentais espaciais. Para alguns sujeitos, o deslocamento dentro do próprio município de Duque de Caxias revela mais do que uma distância física, revela um imaginário que aprendeu a ver o centro como um outro espaço, mesmo estando no seu próprio município, como nos revela o morador caxiense G. L., “então é curioso, a gente pega a Washington Luís pra ir pro Centro e parece que você está mudando até de cidade, você está mudando de lugar”. O termo “curioso” expressa um certo espanto por parte do morador que deveria considerar normal circular por Caxias e não se surpreender com os elementos da paisagem observada, afinal, está circulando dentro de um mesmo município, mas que ao contrário, se deixa ser surpreendido.

Já o morador caxiense C.V. nos leva a pensar sobre os diversos sentimentos contraditórios que os espaços podem provocar em nós: “é engraçado, eu moro na Baixada Fluminense e eu me sinto mais seguro aqui na Baixada Fluminense do que no Rio. Eu tenho medo de dirigir no Rio. Eu tenho medo de dirigir na Linha Vermelha. Engraçado isso, né?!”. “Engraçado” para esse morador não é empregado como sinônimo de ser divertido, mas sim, procura expressar um sentimento contraditório criado pela história do próprio município e reforçado pela mídia ao longo do tempo em que as pessoas deveriam se sentir seguras na cidade do Rio de Janeiro e não na Baixada Fluminense. Afinal, é a Baixada que possui a fama de violenta então por qual motivo o mesmo morador desabafa: “o Rio de Janeiro me assusta!”? As expressões utilizadas pelos entrevistados, “curioso”, “engraçado” e “me assusta” demonstram como os espaços absolutos podem ser relativos para sujeitos diferentes, ou seja, como podem ser variáveis de acordo com suas experiências.

No entanto, não são só os/as moradores/as caxienses que a partir do seu espaço absoluto apresentam seus espaços relativos. Temos também discursos oficiais do Estado sobre esse espaço através de gestores políticos. Aqui mais uma vez vamos usar o discurso do Sr. Francisco Mangabeira resumido pelo Jornal Última Hora do dia 29 de agosto de 1962, em que lemos, “mostrou o que vem

fazendo em prol do desenvolvimento do país”, se referindo à unidade da Petrobras em Duque de Caxias. É possível perceber através do então presidente da Petrobras que o mesmo toma para si a responsabilidade do desenvolvimento, assim como demonstra o discurso oficial do Estado, em que esse espaço ganha um novo conteúdo - a refinaria e, o projeta como responsável pelo desenvolvimento de um país inteiro.

Além de um mesmo espaço absoluto provocar o surgimento de vários espaços relativos para sujeitos diferentes, temos também que cada sujeito/morador a partir do seu espaço absoluto constrói vários/diferentes espaços relativos. Nesse sentido, o espaço que muitas vezes nos permite viver/crescer não é o mesmo que nos permite ser “livres”, é o que nos conta o morador G.L.: “a minha espacialidade homossexual, ela só foi se dá no Rio. Em Caxias, eu não era gay, digamos assim. Eu fui ser gay lá no centro [Rio de Janeiro], nas boates do centro [Rio de Janeiro]. Eu fui conhecer o mundo gay através de amigos e tudo mais no centro do Rio. Não só no centro, mas na cidade do Rio. Na Zona Sul e que tem a Farma de Amoedo onde eu podia andar e ser livre. Na Praia de Ipanema. Então, o Rio sempre simbolizou isso pra mim. Essa liberdade, esse lugar maior, esse lugar amplo que para muitos moradores/as de Caxias se dá justamente, no nosso centro [Duque de Caxias], digamos assim”.

E para fechar a divisão tripartite harveyniana, vamos agora abordar o espaço relacional, que é uma variação do espaço relativo, proposto por Harvey (2013). Por espaço relacional entendemos que existe uma relação entre o que acontece dentro e fora desse espaço, ou seja, “um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele” (HARVEY, 2013, p.11). Para entendermos melhor, podemos citar as palavras da moradora caxiense G, que relata a chegada de comércio, serviços e infraestrutura, o que implica pensarmos nas relações capitalistas e na necessidade do capital sempre buscar ampliar seu espaço de atuação. No mesmo diálogo ainda percebemos a moradora relacionando os melhoramentos internos do Município de Duque de Caxias aos seus gestores, e conseqüentemente, as relações políticas que esses gestores possuem dentro e fora do município e de acordo com essas relações, Duque de Caxias pode experimentar melhoramentos em sua infraestrutura ou não: “Caxias não tinha essas grandes lojas. Caxias não tinha uma grande faculdade, uma grande escola. Caxias faltava muito

saneamento básico, como ainda continua faltando, mas assim, muitas ruas no Governo Zito foram calçadas. Então, assim, a Caxias que eu conheci e a Caxias de agora, embora ainda falte muita coisa, teve uma grande melhora, um grande avanço e dependendo do prefeito que assume, a gente vê isso melhorar ou regredir, entendeu?”.

Assim como Harvey (2013, p.14) se questiona: “o espaço (espaço-tempo) é absoluto, relativo ou relacional?”, nós também nos questionamos e entendemos que no passado, quando vigorava nos anos de 1970 uma teoria clássica nos estudos sobre centro-periferia, havia um centro, havia uma periferia. Constituíam-se em espaço absoluto, quando muito relativo, mas jamais relacional. As periferias no momento atual do capitalismo constituem-se como espaços relacionais sem deixar de ser relativo e absoluto. Não existe espaço sem o absoluto, que é o material. Não existe espaço sem o relativo, que é o comparativo. E não existe espaço sem o relacional, que é a relação do externo e interno.

Concordamos com o autor supracitado quando ele argumenta, “não sei se existe uma resposta ontológica a esta questão” (HARVEY, 2013, p.14) e seguimos o mesmo caminho que ele tomou para esta tese, “no meu trabalho, considero o espaço como sendo os três” (HARVEY, 2013, p.14). Em alguns momentos, para efeitos didáticos, talvez, um tipo de espaço sobressaia sobre os outros, mas o espaço sempre será observado como sendo os três simultaneamente.

Esta observação de Harvey permite-nos compreender que em alguns momentos priorizaremos a dimensão absoluta do espaço e seus conteúdos fixos enquanto em outros momentos poderemos contemplar “os três espaços” integrados pelas ações, pelos sonhos e pelas indagações dos sujeitos (sociais) que têm no espaço as condições e os meios de sua subsistência.

Nesse sentido, este terceiro capítulo da tese está dividido em três seções, além desta pequena apresentação. A primeira seção tem como objetivo apresentar a Baixada Fluminense e sua importância para o crescimento da cidade do Rio de Janeiro e suas inter-relações. A segunda seção dispõe o município de Duque de Caxias ao longo de suas diferentes espaço-temporalidades, ressaltando as características marcantes dos quatro distintos distritos que compõem o município, procurando através das interações espaciais, analisar o crescimento econômico a partir dos tipos de atividades existentes nos distritos caxienses. Aqui também trataremos o debate sobre a possibilidade de Duque de Caxias exercer algum tipo de

centralidade na Baixada Fluminense. A terceira seção procura compreender a ideia de periferia em suas distintas manifestações, concepções e vivências nas últimas décadas. Seguimos neste capítulo com a seguinte questão específica: que condições espaço-temporais o município de Duque de Caxias, inserido na Baixada Fluminense, vem apresentando ao longo das últimas sete décadas, juntamente com as mudanças, permanências e atualizações nos aspectos políticos, econômicos, sociais entre outros que tenham contribuído para as transformações ao longo do tempo?

Antes de adentrarmos nos subcapítulos, faremos uma breve digressão sobre a evolução da metrópole do Rio de Janeiro e parte do seu entorno para depois falarmos sobre a Baixada Fluminense e o município de Duque de Caxias, mas tomando cuidado para que não pareçam "caixas" de conteúdos estanques. A aparente separação é apenas para efeitos didáticos já que a multiescalaridade será priorizada em nosso trabalho e com ela o pressuposto da simultaneidade em que Caxias, Baixada e parte da região metropolitana do Rio de Janeiro com destaque para a metrópole/núcleo serão vistos integradamente mesmo que separados pelo método de exposição que aqui utilizamos.

Para tal digressão utilizaremos a obra de Maurício Abreu (1997, p.36), *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, contribuição valiosa que nos esclarece que em finais do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro vivia duas lógicas distintas, escravista e capitalista, que articuladas, acabam interferindo na configuração do espaço urbano. Um movimento que tende a sair do centro e passa a se espalhar para a periferia começa a ocorrer. Mas esse movimento não atinge a todos de forma igual. "Os usos e classes 'nobres' tomam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da zona sul), enquanto que para o subúrbio passam a se deslocar os usos 'sujeis' e as classes menos privilegiadas" (ABREU, 1997, p.37).

Saindo do século XIX e caminhando até meados do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passa por mudanças políticas importantes que terão reflexos não somente no seu espaço urbano, mas também para as áreas afastadas do centro.

O poder antes concentrado nas mãos da aristocracia cafeeira, agora entra em disputa por diferentes grupos: a burguesia industrial e financeira, o proletariado, a pequena classe média, as forças armadas e até mesmo a burguesia agrária não cafeeira (ABREU, 1997, p.94). Ocorre também a mudança de status da cidade que deixa de ser Capital do Império e passa a ser a Capital da República e,

exatamente por isso, continua a receber atenção e passa a ser o maior beneficiário da ação pública, entrando em outro momento da expansão do capitalismo.

A cidade do Rio de Janeiro vai incorporando elementos urbanísticos, pois como apontou Maurício Abreu (1997), a maior parte dos recursos públicos eram investidos em locais que dessem retorno financeiro ao capital investido, ou seja, em áreas potencialmente ricas da cidade, que a torna cara demais para os trabalhadores/as ou a população de baixa renda viverem.

Destarte, era necessário que outros lugares, mais especificamente, os arredores do centro, servissem para os trabalhadores/as morarem ou só dormirem. Seguindo o curso da evolução da cidade do Rio de Janeiro, baseado na separação das classes sociais no espaço (ABREU, 1997), políticas de erradicação dos cortiços na área central, da então capital do país, promoveram uma expulsão populacional (SILVEIRA e RIBEIRO, 2017). Grande parte dos pobres, ou seja, os trabalhadores/as acabam sendo expulsos(as) cada vez mais para longe do núcleo urbano, ou seja, distantes dos equipamentos urbanos, das áreas privilegiadas da cidade, de certa qualidade de vida.

Primeiro a população mais carente é empurrada para os subúrbios e depois para a área da Baixada, que não é nada hospitaleira, não oferece infraestrutura adequada, pelo contrário, é lugar de malária, lugar de morte, onde sobra violência e falta drenagem dos rios, o que só vai ocorrer parcialmente na gestão de Nilo Peçanha, quando este se torna Presidente do Estado do Rio e da República entre os anos de 1909 e 1910.

Ainda de acordo com Abreu (1997), o Brasil no início do século XX se caracterizava por ser um país essencialmente agrícola e a indústria se beneficiava pouco das políticas federais e municipais que alcançavam a cidade e por isso buscava tirar o máximo de proveito das áreas já urbanizadas próximas do centro da cidade do Rio de Janeiro, tais como a facilidade de transporte e a mão-de obra farta e barata, esta responsável pela maximização dos lucros de tais indústrias. Deve ser destacado que nessa ocasião ainda não existiam leis que regulamentassem as relações capital trabalho que só viriam a serem efetivadas no final da década de 1930.

Os anos que culminam com a crise de 1929 e com a Segunda Guerra Mundial estimularam a expansão de setores ainda pouco explorados da indústria no Rio de Janeiro, além de determinarem a inadequação de instalações físicas preexistentes

(ABREU, 1997, p.96), o que provocou a instalação de indústrias nos subúrbios e posteriormente foram em direção ao interior (Baixada), como veremos adiante. Ainda segundo Abreu (1997, p.99), é também nesta década que o Estado passa a agir no processo de localização industrial através de trabalhos de drenagem e saneamento das várzeas dos rios nos subúrbios, assim como definindo a zona industrial na cidade através do Decreto-lei 6.000/37 que limita a expansão das indústrias.

Definia-se assim uma nova divisão territorial do trabalho na qual os subúrbios e as áreas mais distantes foram sendo transformados em “depósitos” de trabalhadores/as constituindo-se no que viria a ser denominado cidade-dormitório.

Esboçava-se assim, uma outra relação espacial, centro-periferia, tratada dicotomicamente durante décadas, tanto por pesquisadores quanto por planejadores de políticas públicas. Somente nas últimas duas décadas essa perspectiva dicotômica foi sendo alterada e uma análise da totalidade cidade/metrópole/periferia/periferias vai tomando corpo e representa expressivo avanço na percepção das inter-relações espaciais efetuadas no conjunto urbano-metropolitano.

Conforme passam os anos, outra necessidade se apresenta. A especulação imobiliária que estava reorganizando o espaço urbano na então capital do Brasil, se antes expulsou os trabalhadores/as pobres e mais carentes, agora vai expulsar as indústrias, que passam a buscar vantagens locacionais em outros lugares. “Quando os custos locais aumentam rapidamente, os capitalistas buscam outros espaços na economia global para exercer suas atividades” (HARVEY, 2016, p.142). Nesse sentido, Maurício Abreu (1997) nos explica que, as indústrias, que antes se localizavam na parte nuclear da cidade do Rio de Janeiro, com o passar do tempo, devido ao encarecimento do custo de permanência nas áreas centrais urbanas, passam a ocupar os subúrbios e posteriormente o interior, também chamado de baixada ou área intermediária pelo geógrafo.

3.1. Podemos falar em uma só “Baixada”?

Oficialmente, não existe uma delimitação territorial precisa da Baixada Fluminense. Mas nem sempre foi assim. No início dos anos 2000, foi criada e também extinta a Secretaria Especial da Baixada Fluminense (SIMÕES, 2004), órgão público considerado para fins estatísticos ou de planejamento e intervenção,

estabelecendo uma delimitação oficial dessa unidade territorial. Atualmente, não existe nenhum órgão público responsável por tais atividades, o que permite que instituições e pesquisadores estabeleçam limites regionais e territoriais de acordo com seus objetivos e interesses.

De acordo com Simões (2004), foi a partir das comissões de saneamento que buscavam efetuar intervenções na região, com o objetivo de reduzir as inundações e as frequentes epidemias (voltaremos a esse tema a seguir) que surgiu o termo Baixada Fluminense. A expressão tem origem na geografia física e não era utilizada pelos moradores/as, estudiosos/as, técnicos/as e membros do governo até o início do século XX.

Nos apoiamos em Rua (2007) quando este nos ajuda a perceber que uma geografia fluminense está sendo ainda construída. Observações empíricas pessoais e de entrevistados, artigos, dissertações, teses e a diversidade de trabalhos acadêmicos em geral, nos apresentam a existência de diferentes Baixadas, fruto de um considerável processo das espaço-temporalidades, ainda em andamento, variando com as características e contradições de cada momento de organização social pelo qual passou e tem passado a Baixada Fluminense. Nesse sentido, recorreremos a Seixas (2023) quando ao se debruçar sobre a dificuldade de delimitação da Baixada, realça as construções e reconstruções do conceito de Baixada Fluminense, bem como as possíveis implicações políticas com a integração dos municípios à região metropolitana do Rio de Janeiro.

Buscando apoio para pensar as diferentes maneiras de compreender algumas abordagens utilizadas para trabalhar com a Baixada Fluminense, recorreremos a antigas referências como Geiger (1955), Soares (1962), Beloch (1986). E algumas mais atualizadas como Simões (2004), Barreto (2004), Torres (2008), Costa (2009), Silveira e Ribeiro (2017), Souza (2020) e Tinoco (2023).

De início, geograficamente, Baixada Fluminense correspondia ao conjunto de municípios que englobavam a região de planícies entre a Serra do Mar e o litoral, indo do município de Campos dos Goytacazes, Norte Fluminense, até o de Itaguaí, próximo ao Município do Rio de Janeiro (GEIGER, 1955).

Os termos Baixada ou Recôncavo da Guanabara (SOARES, 1962 *apud* COSTA, 2009), também foram utilizados para compreender os seus aspectos fisiográficos. A partir da perspectiva morfológica surgem outras concepções, tais como Baixada da Guanabara (SIMÕES, 2004 *apud* COSTA, 2009), Baixada

Estadual (BELOCH, 1986 e TORRES, 2008 *apud* COSTA, 2009), Baixada Política (OLIVEIRA, 2004 *apud* COSTA, 2009), Baixada Histórica (OLIVEIRA, 2004 *apud* COSTA, 2009, p.157), são apenas algumas das possibilidades de adaptação ao contexto em que se quer representar a região, porém não há uma concordância entre os autores/pesquisadores/técnicos sobre os municípios que fazem parte e os limites territoriais estabelecidos.

Costa (2009) apresenta a Baixada que é vista, produzida e apresentada no cotidiano pela imprensa. O peso das reportagens sobre essa área acaba influenciando a visão e o imaginário da população sobre essa região, como podemos perceber a partir dos anos 1990, quando o jornal O Globo ao lançar os cadernos destinados a bairros da cidade do Rio de Janeiro e outros lugares específicos do estado – os cadernos de bairros, busca colocar foco em outras dimensões do lugar até então desconhecidos por grande parte de seus leitores/as moradores/as fora da região.

O caderno *Baixada* não vem acompanhado por complemento nominal, talvez pela dificuldade de abranger os diferentes municípios, talvez por não precisar se comprometer com algum critério específico de localização ou por municípios não se reconhecerem dentro desta denominação. Este desconhecimento conduz-nos a retomar a importância do vídeo Nunca fui, mas me disseram, já indicado neste trabalho. A invisibilidade da qual trata é ratificada pela mídia, como visto acima e pelo poder político como foi enunciado.

Podemos pensar também que usar apenas *Baixada* implica dissociar de como essa região era vista e divulgada pela imprensa no passado, apresentando outra *Baixada* que é a proposta do caderno de notícias que traz dimensões culturais, de lazer, além de celebridades locais como políticos influentes, personalidades da elite empresarial, membros pertencentes a associações religiosas ou movimentos sociais. “Há uma tentativa de “positivação” do olhar sobre a Baixada mesmo que a partir de lugares-comuns ou da surpresa em relação a dados sobre qualidade de vida” (BARRETO, 2004), o que não faz desaparecer da imprensa as visões negativas veiculadas sobre a Baixada.

A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), órgão criado logo após a junção do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, usava critérios como o grau de urbanização, violência e densidade populacional, limitando a Baixada ao que ela determinou de Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO) do Rio de Janeiro. De acordo com esses

critérios, a Baixada Fluminense seria composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti.

Para nosso trabalho, não é relevante definir, com exatidão, a área de abrangência a ser estudada, já que, nos interessa apresentar/reconhecer a multiplicidade espacial de como pode ser vista. Entretanto para efeitos didáticos, ao citarmos a expressão Baixada Fluminense, consideramos a delimitação geográfica que apresenta um conjunto de municípios que englobam a região de planícies entre a Serra do Mar e o litoral, que vai de Guapimirim até Itaguaí.

A trajetória espaço-temporal da Baixada Fluminense sempre esteve atrelada ao capital e a sua necessidade de expansão na cidade do Rio de Janeiro, que por um século inteiro foi o principal núcleo industrial do país (OLIVEIRA, 2003b) e também capital nacional durante duzentos anos, possuindo assim grande influência político-econômica, alta concentração de recursos, elevada arrecadação, população e atividades no núcleo metropolitano, atraindo para si toda a atenção, todos os olhares, todos os investimentos.

Mas, ao contrário da “Estrela Nacional”, denominação dada por João Rua (2017) ao Rio de Janeiro, quando capital nacional da República, a Baixada Fluminense sempre esteve associada à ideia de atraso, de pobreza, sem atrair olhares, sem atrair atenção, sem atrair investimentos. Os municípios da Baixada não eram vistos como a “Cidade Maravilhosa”, estavam associados à “cidade dormitório” que apenas acolhe o “sonho dos trabalhadores/as”, ao elevado índice de violência, ao lugar distante, à atividade agrícola, à ideia do lugar que nada produz, e mesmo com a presença de indústrias, símbolo de progresso da época desenvolvimentista, estas não pareciam modificar para melhor a qualidade de vida dos/das moradores/as dos municípios que fazem parte da Baixada.

A economia brasileira se caracterizava por seu modelo agroexportador na gestão federal de Nilo Peçanha (1909 a 1910), que segundo Albuquerque (2020, p.146), apostava na “vocação agrícola” da Baixada Fluminense, mas a região precisava passar por algumas intervenções e segundo o mesmo autor, citando Góes (1934), “apresenta características da região que sofria com frequentes inundações, seja pelas características físico-naturais (topografia, geologia, chuvas), seja pela interferência humana (ferrovias e rodovias)”.

Além das inundações, nas margens dos rios Meriti, Iguaçu e Sarapuí, cada vez mais assoreados, formavam-se brejos imensos, pântanos perigosos e mangues poluídos, cujas águas paradas se tornaram focos do surgimento de mosquitos e de malária (TORRES, 2008 *apud* PREVOT *et al*, 2014). Diante desses impasses, Nilo Peçanha instituiu, em 1910, a Primeira Comissão Federal de Saneamento para a Baixada Fluminense (ALBUQUERQUE, 2020, p. 145).

Por esta Comissão Federal ficou decidido realizar obras de drenagem e, de acordo com Costa (2009), ocorreram com recursos públicos, valorizando grandes extensões de terras que foram adquiridas por baixo preço e revendidas através do fracionamento e loteamento das antigas propriedades rurais improdutivas, que de um lado gerava lucro para os proprietários das terras e do outro, oferecia a oportunidade para a população de baixa renda de possuir um terreno para a autoconstrução da casa própria com preços baixos, o que atraía uma grande quantidade de trabalhadores/as.

A intervenção através das obras de drenagem, que desassoreou e desobstruiu canais, e o fracionamento e loteamento das antigas propriedades rurais improdutivas tinha como objetivo engendrar infraestrutura capaz de absorver a futura demanda habitacional da área (LAMEGO, 1964 *apud* SOUZA, 2014). No entanto, Souza (2014), vai nos esclarecer que nos lotes comprados, os/as trabalhadores/as realizavam suas moradias autoconstruídas, sendo obrigados/as a conviver com a ausência de iluminação, de área de lazer, de esgotamento sanitário, de assistência médica, de educação e principalmente, de abastecimento de água. E mesmo com as obras de drenagem, a ameaça de enchentes era constante.

Em 1933, ocorreu a instauração da Segunda Comissão Federal de Saneamento que juntamente com a elaboração de medidas restritivas à ocupação do solo e repressões às favelas na cidade do Rio de Janeiro (SIMÕES, 2004), contribuíram para a ocupação populacional da Baixada, que por sua vez, intensifica o loteamento de terras no interior.

Se antes o processo de formação da Baixada passava pelas atividades agrícolas, especificamente a citricultura, agora passa pela ocupação do território da Baixada, que abriga/acolhe a população que trabalha na metrópole. Nesse momento, a Baixada como um todo inicia timidamente a função de ser aglomerações urbanas denominadas “cidade-dormitório”, mas é nos anos de 1950 que tem início o adensamento mais efetivo da região da Baixada Fluminense como todo.

Em toda a Baixada Fluminense, além da oferta de lotes com preço favorável, a mobilidade também é levada em conta devido aos deslocamentos que a população trabalhadora precisa realizar todos os dias através dos sistemas de transporte ferroviário e rodoviário, promovido pelo que Abreu (1997, p.94) vai denominar de crescimento tentacular da Cidade do Rio de Janeiro, limitado pelos aspectos físicos e sem muitos melhoramentos com o passar dos anos, mas que permite que parte dos trabalhadores/as possam morar mais distante e continuem trabalhando na cidade do Rio de Janeiro. Em síntese, nas palavras desse autor, a Baixada Fluminense foi povoada ao longo do século XX apoiada pela conjunção de três fatores: a decadência de atividades agrícolas, o transporte de passageiros nas linhas férreas e o encarecimento do preço do solo na capital.

Nesse sentido, outras intervenções do Estado ao longo do século XX promoveram infraestrutura que favoreceram a ocupação e o loteamento da Baixada. Alves (2003, p. 63) cita, entre elas, a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, a partir de 1935; a tarifa ferroviária única no Grande Rio; a construção da Avenida Brasil, em 1946; a criação do Serviço de Malárias da Baixada Fluminense, em 1947; e a abertura da Rodovia Presidente Dutra, em 1951. Vale ressaltar que essas vias de circulação tanto servem para a escala da proximidade, da relação direta e do contacto físico com a metrópole carioca, como salta para qualquer uma das multiescalaridades possíveis entre o regional e o internacional, estabelecendo relações com o mundo global.

Também fazem parte do processo de adensamento populacional da região o capital privado e estatal, através do movimento industrial ocorrido na Baixada Fluminense a partir da década de 1940 com a instalação da Fábrica Nacional de Motores (1942), da indústria farmacêutica Bayer em Belford Roxo (1958) e da Reduc em Duque de Caxias (1961). É válido lembrar que uma parte da população trabalhadora será absorvida por estas indústrias que começam a surgir na região.

Em 1974, um novo estado surge no mapa do Brasil a partir da fusão do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, mas a sua “construção” enquanto unidade federativa não é tão fácil de desenhar no papel diante de valores, demandas, impasses e interesses divergentes entre os grupos dominantes dos dois ex-estados. Enquanto a cidade carioca foi sede da capital em diferentes tipos de governo, restringia-se a pensar dentro dos próprios limites, seja como Capital Colonial, Capital Imperial ou como Capital da República, não se sentindo

responsável ou se comprometendo pelos problemas do seu entorno, da Baixada. No entanto, mesmo que a contragosto de parte da elite carioca, no que tange à fusão, no momento em que passa a existir um só Estado do Rio de Janeiro e uma única capital, a conjuntura tende a ser outra e apresenta como questão política e econômica central a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A partir desse momento, ao menos na teoria, não é mais possível pensar a metrópole carioca sem pensar os seus arredores, o que coloca a Região Metropolitana, sendo assim toda a Baixada Fluminense, como um apêndice dos planos, projetos e planejamentos da “Cidade Maravilhosa”, numa relação de dependência, em que a Baixada passa a existir dentro da relação centro/periferia (SILVEIRA e RIBEIRO, 2017).

Lembrando que se antes já não havia uma vontade ou certa dificuldade de integração entre as partes, seja pela ausência do imaginário de um pertencer coletivo das populações, em função da inexistência de coesão e de laços de solidariedade territorial (DAVIDOVICH, 2001), seja pelo próprio processo de formação histórica pretérita e as políticas públicas que privilegiavam a capital/centro em detrimento ao seu entorno/periferia, a partir deste momento, diante de uma fusão forçada, a medida centralizadora e autoritária não contribui para de fato integrar os municípios, ao contrário, aprofundou conflitos de competência e a relação entre a metrópole e a região metropolitana tende a encontrar outras dificuldades para uma efetiva fusão.

No entanto, se existem obstáculos na dimensão político-administrativa para uma fusão/integração efetiva entre metrópole e região metropolitana, na escala da vida cotidiana, mesmo que a população metropolitana não perceba, isso não acontece, pois como nos lembra Rua (2017) “os limites municipais [da RMRJ] são pouco percebidos pelos seus habitantes. Tal fato se traduz, dentre outras maneiras, pelos movimentos pendulares de trabalhadores/as em seu mercado de trabalho ou na busca por melhor atendimento no setor de saúde, no setor da educação e de outros serviços por parte dos habitantes em geral”. As palavras do morador caxiense C.V. nos confirma que os limites municipais são pouco percebidos na busca por diversos serviços e isso se deve ao fato que a distância pode ser percebida de forma relativa: “se eu quiser ir, muitas vezes quando eu quero ir a um médico, eu vou ao Rio, porque é logo ali, é muito perto. Ele é muito bom pra serviços e eu utilizo pra serviços”.

A Baixada Fluminense é anexada à Região Metropolitana como área periférica e passa a ser vista como área segregada, como sinônimo de área degradada

física, moral, social e politicamente e associada à ideia de atraso (SOUZA, 2014) devido ao elevado índice de violência, a própria ideia de “cidades dormitórios” como aquela que nada produz, apenas abriga os trabalhadores/as. Mas a visão de uma região perigosa, violenta, insegura parte de quem está de fora da Baixada, não corresponde à visão dos moradores/as, ou pelo menos não é consenso dos moradores/as da Baixada. E como nossa intenção é apresentar diferentes panoramas, temos aqui o morador C.V. que declara: “é engraçado, eu moro na Baixada Fluminense e eu me sinto mais seguro aqui na Baixada Fluminense do que no Rio”.

Em 1975, logo após a fusão dos estados, o Estado do Rio de Janeiro, na tentativa de integrar metrópole e região metropolitana, criou o primeiro órgão, Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem)²⁰, como já apresentado, responsável por promover convênios de assistência técnica para a elaboração dos planos diretores nos municípios, coordenar programas e projetos de interesse local e viabilizar estudos e pesquisas. De acordo com o site Modelar a Metrópole, as dificuldades de atuação da Fundrem estavam relacionadas ao choque de competências entre a instituição e as gestões municipais. A Fundrem foi perdendo poder político à medida que o país avançava no processo de redemocratização e o poder local obtinha maior autonomia.

Ainda de acordo com o site citado anteriormente, a Fundrem foi extinta no ano de 1990. Neste mesmo ano entrou em vigor a Lei Complementar Estadual nº 64 que formalizou a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e instituiu o Fundo Contábil de Desenvolvimento Metropolitano (FDRM). Por um longo período de 25 anos, uma lacuna existiu na realização de um planejamento integrado e articulador de intervenções no Rio de Janeiro, que só foi modificada em 2015, quando o Estatuto da Metrópole foi sancionada pela Lei Federal nº 13.089, que determinou a “implantação de processo permanente e compartilhado de planejamento e de tomada de decisão quanto ao desenvolvimento urbano e às políticas setoriais afetas às funções públicas de interesse comum”²¹.

Em 2019, foi criado, efetivamente, o Instituto Rio Metrópole (IRM), um Órgão Executivo da Câmara Metropolitana, composto por uma equipe técnica responsável pela execução de projetos previstos no Plano Estratégico de

²⁰ Disponível em: <<https://www.modelarametropole.com.br/rmrj/>> acesso em Out/2020.

²¹ Disponível em: <<https://www.modelarametropole.com.br/rmrj/>> acesso em Out/2020.

Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PEDUI), denominado Modelar a Metrópole²².

A globalização da economia nos conduz a pensar em uma homogeneização do espaço, como corrobora o próprio plano, Modelar a Metrópole citado anteriormente. Por isso, ao tentar responder e analisar como é a região da Baixada Fluminense é preciso ficar atento à heterogeneidade interna desse espaço.

A Região Metropolitana, mais especificamente a região da Baixada Fluminense, não possuía no passado autonomia para “caminhar em seus próprios caminhos”. Mas será que os municípios da Região Metropolitana, incluindo a Baixada Fluminense ainda estão subordinados à capital do estado?

Tal pensamento é ratificado por Souza (2020, p.108), que ao abordar as práticas espaciais de resistência dos moradores do entorno do Arco Metropolitano, explica que cada um desses lugares corresponde a uma Baixada diferente. Para o autor, são diferentes Baixadas e essas Baixadas “constituem um conjunto de memórias e práticas sociais dos sujeitos em seus territórios e uma série de conflitos que marcam a história dessa região”.

Nessa mesma direção caminhamos com Sobral (2012) que já nos apontava para três distintos polos na Baixada Fluminense: o polo oeste apoiado em Nova Iguaçu, o polo centro-norte, apoiado em Duque de Caxias e o polo leste apoiado em São Gonçalo. Essa classificação comenta a dificuldade de se compreender a Baixada Fluminense como uma unidade.

Também Rosa (2019 e 2021) ao discutir o policentrismo da região metropolitana do Rio de Janeiro nos aponta para três centralidades periféricas na Baixada Fluminense: Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo, defendendo o pensamento de que a centralidade seja atualmente uma categoria analítica mais consistente em detrimento da relação dicotômica entre um centro dinâmico e uma periferia como negação deste centro. A essas centralidades poderíamos acrescentar Itaguaí no extremo oeste da Baixada Fluminense.

Se levarmos em consideração os últimos quinze anos com a construção do Arco Metropolitano – BR-493 – que procurou integrar o complexo portuário industrial de Itaguaí com a Reduc e o COMPERJ, apesar dos refluxos (em alguns aspectos abandono) desses empreendimentos, podemos aceitar as observações de

²² Disponível em: <<https://www.modelarametropole.com.br/rmrj/>> acesso em out.2020.

Pinho, Germano e Alves (2023) quando escrevem sobre Queimados, Itaguaí – se espalhando sobre Santa Cruz – e Duque de Caxias para mostrar um momento caracterizado por eles como novo desenvolvimentismo que teria dado um dinamismo logístico-industrial a algumas localidades da Baixada Fluminense, complexificando o mosaico espacial que nela se apresenta nos dias atuais. Em Queimados, observamos a redinamização de um distrito industrial dos anos de 1970 e o crescimento imobiliário como consequência da chegada de investimentos fabris. Em Itaguaí-Santa Cruz, os governos municipais, estadual e federal, em parceria com o empresariado nacional e internacional, viabilizaram as atividades de grandes empreendimentos siderúrgicos, navais, petroleiros e portuários. Por fim, em Duque de Caxias, onde se observou o surgimento de condomínios logísticos, amalgamando agentes imobiliários e o circuito financeiro e novas prioridades para a instalação do capital, foi possível verificar a relação sobreposta dos novos empreendimentos como aqueles pré-existentes – Reduc, universidades, Coca-Cola, Fabor, condomínios habitacionais de vários status econômicos e forte marca do rodoviarismo.

Se fazemos essa longa reflexão sobre as “múltiplas Baixadas” é por que percebemos, nessa região, mais um exemplo da tríade lefebvrina apontada no início deste trabalho – homogeneização, fragmentação e hierarquização – através da qual fica explícita uma constante integração a racionalidade capitalista (capital industrial e, mais recentemente, capital financeiro) que impõe a primazia do valor de troca a toda a região, subsumindo o valor de uso; a fragmentação que era percebida a partir de elementos fisiográficos e político-administrativos (numa dimensão funcional do conceito território) e, nas duas últimas décadas, uma fragmentação apoiadas em centralidades de consumo, como nos aponta Rosa (2021); a hierarquização é notada nas múltiplas escalas de análise – metrópole/Baixada, centralidades periféricas versus áreas não incluídas nesse rótulo, bairros de padrão elevado/grandes extensões de autoconstrução etc.

Definir a Baixada Fluminense a partir de uma única perspectiva nos leva ao erro de reduzir a pluralidade dessa região/território/lugar a uma única história, a uma única geografia, a uma única política, a um único conflito, a uma única economia, a uma única cultura, a um único tipo de habitante/morador, a um único cotidiano, a uma única “realidade” e também a um único devir/futuro.

É nesta direção que pretendemos demonstrar a multiplicidade do município de Duque de Caxias integrando-as às multiplicidades da Baixada Fluminense.

Então, diante do exposto, podemos falar em uma só “Baixada”?

3.2. Podemos falar em uma só “Duque de Caxias”?

Como já vimos, anteriormente, na fala de alguns moradores/as e através de representantes do discurso oficial e também, alguns autores/as, o espaço permite que façamos interpretações múltiplas, apresentando-se como um conceito multifacetado que abrange dimensões variadas do nosso cotidiano. Em seu artigo, O espaço como palavra-chave, David Harvey (2013) explica que ao tentarmos definir espaço de maneira genérica, nos arriscamos a perder as particularidades do mesmo.

Quando construímos expressões como espaços do medo, do jogo, da cosmologia, dos sonhos, da raiva, da física das partículas, do capital, da tensão geopolítica, de esperança, da memória ou da interação ecológica (...), os domínios de aplicação são tão particulares que tornam impossível qualquer definição genérica do espaço (p.8).

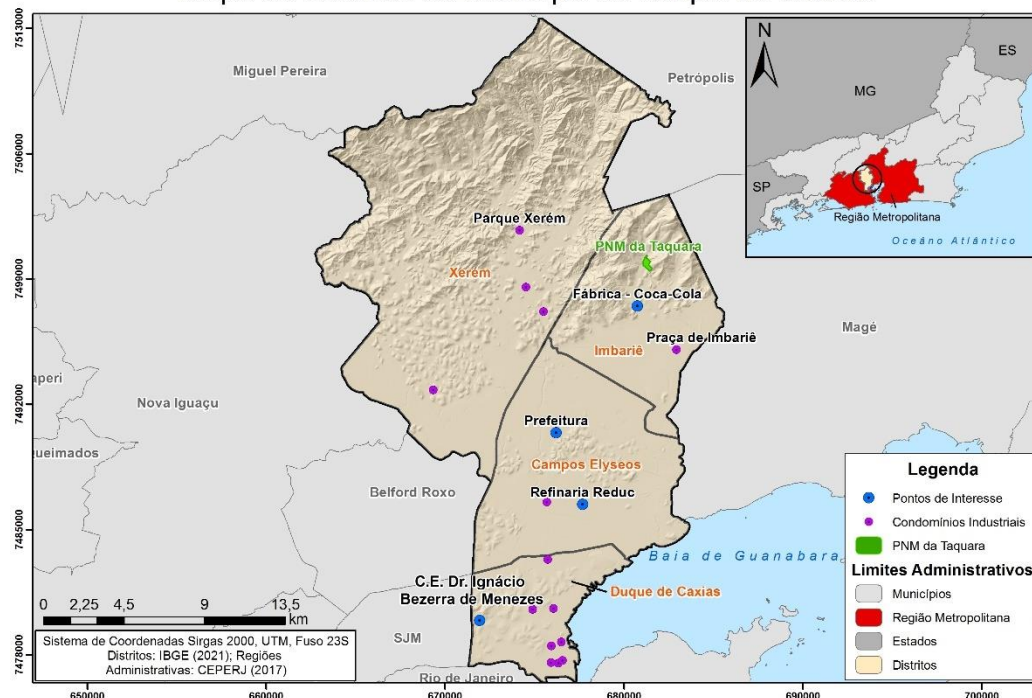
Partindo da explicação/orientação apresentada por Harvey (2013) nossa intenção não é realizar uma definição genérica de espaço de Duque de Caxias, ao contrário, queremos nos aventurar na busca por ao menos tentar conhecer/entender os diferentes espaços-temporalidades que coexistiam no município, isto é, as suas particularidades as quais têm variado no tempo e no espaço.

Neste item, procuraremos efetuar uma digressão histórico-espacial do município de Duque de Caxias buscando expressar a sua diversidade interna. Para tanto realizaremos uma descrição dos diferentes distritos do município os quais embora constituam recortes político-administrativos (o que de certa maneira contradiz a nossa concepção de espaço aberto), ainda assim evidenciam a impossibilidade de generalizações a respeito das complexas espacialidades que vêm sendo reproduzidas nesse município. Esse aparente paradoxo nos conduz a uma ênfase maior no espaço absoluto mesmo que o relativo relacional possa, eventualmente, ser percebido quando se efetuam comparações e inter-relações multiescalares do município com a Baixada, com a RMRJ e até com o país como um todo. Por outro lado, estaremos bastante prisioneiros da “armadilha territorial” pelo destaque que daremos à dimensão funcional (jurídico-político-administrativa) do território. Essa armadilha será tensionada nos diversos momentos da nossa

digressão, não só neste capítulo, como também nos seguintes, quando as dimensões simbólicas e culturais do território e da territorialidade serão explicitadas.

A seguir apresentaremos o mapa 2 com as divisões e com algumas localizações que facilitem uma certa digressão espacial por Duque de Caxias.

Mapa de Distritos do Município de Duque de Caxias



Mapa 2 - Mapa dos distritos do Município de Duque de Caxias - criação Cristina Maria Alves da Silva e execução Pedro Ferreira Chagas Araujo

Para entendermos o que levou o Município de Duque de Caxias a ser conhecido como um lugar violento/perigoso é preciso levar em consideração, como assinala Rodrigues (2017, p.105), a constituição dos poderes políticos e o uso de métodos violentos, como os assassinatos, e a condição periférica em relação à cidade do Rio de Janeiro.

O município em estudo (e os demais municípios da Baixada) podia ser visto como “terra de ninguém”, “terra sem dono” ou ainda “terra sem lei” o que contribuía para a constituição dos poderes políticos locais que se tornaram os donos dessas terras, os donos dessas leis, os donos dessas pessoas, os donos dessas vidas, os donos de seus pensamentos e até mesmo de sua felicidade, formando com isso, uma espécie de coronelismo que dominava todas as dimensões da vida regional, sendo os métodos violentos os mais usados para legitimar essas posses e o controle desses espaços e desses corpos.

Para Rodrigues (2017), no que se refere às interrelações entre a política local e a violência letal, o interior (isto é, a Baixada Fluminense) apresenta uma longa história na qual o uso de expedientes violentos de poder foi uma das principais fontes de capital político para alçar lideranças locais aos cargos eletivos formais. Ou seja, os donos das terras faziam uso do poder armado e/ou do clientelismo para permanecer como lideranças políticas locais, se tornando, os “donos” do local, garantindo os ganhos econômicos da área que dominavam através do fornecimento de serviços, tais como segurança, fornecimento de água entre outros que sendo de responsabilidade pública, porém, negligenciados, passam a servir como moeda de troca na hora de angariar eleitores.

Os dias atuais são outros, mas a figura de liderança que surge a partir da violência continua com o passar dos tempos, só alterando o tipo de sujeito. Os coronéis, que garantiam os redutos eleitorais com o coronelismo, a atuação de um chefe local controlando o território com o mandonismo, a prática de favorecimento com o clientelismo, passam a conviver com outros grupos que se consolidam como forças de poder local, defendendo seus “territórios”, defendendo seus “interesses”, como é o caso dos traficantes, da milícia e dos grupos de extermínio, que matam por motivos torpes. “Poder matar é a principal moeda política desses grupos” (RODRIGUES, 2017, p.109). A prática da ocultação de cadáveres, a divulgação de que as pessoas assassinadas eram/são marginais/bandidos ajuda a dificultar/impossibilitar a apuração desses crimes, contribuindo para a impunidade e manutenção dessa violência. Fato não exclusivo de Caxias ou da Baixada.

Rodrigues (2017) denomina de clientelismo homicida a fronteira entre a prática política aliada aos homicídios que tem como objetivo o controle de territórios e eleitorados e a exploração criminosa de serviços públicos e privados e, na ponta, carreiras políticas em cargos eletivos e de confiança.

A trajetória política de Duque de Caxias pode ser compreendida como um dos fatores responsáveis pela continuidade dos problemas de infraestrutura e saneamento, de transporte público, de acesso aos direitos e das condições gerais de vida da população.

Os exemplos citados anteriormente, também são melhor compreendidos quando observamos a condição periférica do município de Duque de Caxias em relação à cidade do Rio de Janeiro. A pouca distância física, mas a distância política/

econômica/ social/ imagética/ identitária dificultavam/dificultam o cumprimento das leis.

A preocupação com a violência, com o cumprimento das leis e com a moralidade já vem de longo tempo. Na tentativa de conter as situações de violência urbana, a Sra. Darcy Vargas, primeira-dama, levantou fundos para erguer um núcleo de abrigo, de educação e de treinamento para meninas, a Fundação Darcy Vargas, em 1939. De fato, a Cidade dos Meninos, como é conhecido o bairro de Duque de Caxias, inicia-se como Cidade das Meninas, idealizada junto com outros projetos, à moralização, ao treinamento para o trabalho, ou seja, à formação do trabalhador nacional e, finalmente, à promoção e à diversificação agrícola e ao desenvolvimento industrial (SOUZA, 2014, p.120).

Segundo essa autora, a cidade idealizada previa a construção inicial de duzentos ou trezentos lares habitados por meninas e moças que seriam preparadas moralmente para o casamento, para serem mães, para elevar a honradez/ integridade das famílias empobrecidas e ainda estariam aptas para o trabalho. Aqui percebemos o espaço como mais um objeto de controle, quando a primeira-dama e os técnicos planejadores pensam nesse espaço como um local de formação/adestramento de pessoas a um modelo de sociedade pautada pelo trabalho e pela moral da família, como era pensada a sociedade na Era Vargas.

Ainda de acordo com a autora supracitada, com o fim do Estado Novo, o patrimônio da Fundação Darcy Vargas, décadas depois, foi transferido para a Fundação Abrigo Cristo Redentor e logo depois a cidade passou a ser dos meninos, passando a ser uma escola agrícola objetivando preparar os meninos pobres e abandonados para o trabalho, assim como o preparo cívico e físico, da assistência, da orientação religiosa e educativa. “Sem direito de escolha, os meninos seriam lavradores ou marceneiros” (SOUZA, 2014, p.123), confirmando o que já foi anteriormente comentado, havia o controle dessas pessoas, desses corpos, dessas vidas e de seus pensamentos.

Eram poucos os investimentos no projeto Cidade dos Meninos, deixando muitos espaços ociosos. Diante disso e da necessidade de combater a malária na Baixada Fluminense, em 1947, o Ministério da Saúde passou a usar alguns pavilhões para a instalação do Instituto de Malariologia. O combate desta doença infecciosa, antes desse momento, era feito pelo Serviço de Malária da Baixada Fluminense (SMBF) que procurava atacar o transmissor, ainda na fase de larva nos

criadouros. Após esse momento, o protocolo passa a ser outro e é realizado pela dedetização domiciliar, com o uso do pesticida D.D.T., atacando o transmissor na fase adulta (SOUZA, 2014).

O uso do pesticida D.D.T. em larga escala no Estado do Rio de Janeiro reduziu o número de casos positivos de malária o que estimulou ainda mais o seu consumo. Para atender à demanda, o Instituto de Malariologia planejou a construção de uma fábrica de HCH (Hexaclorociclohexano ou BHC).

É bom lembrarmos que a fábrica de HCH não foi a primeira a se localizar no município de Duque de Caxias. Os primórdios da indústria em Duque de Caxias estão ligados à cerâmica, responsável por produzir tijolos que seriam utilizados para construir o Cais do Porto do Rio de Janeiro (CUNHA & ALMEIDA, 2003).

Após a produção de cerâmica veio a primeira grande indústria para a época, com a Fábrica de Explosivos Ruturita, de propriedade do Comandante Álvaro Alberto. Era localizada onde hoje se ergue o Edifício Giupponi (CUNHA & ALMEIDA, 2003, p.64).

De acordo com Souza (2014, p.126), é a partir de um projeto de colonização e de desenvolvimento industrial do Estado Novo que as terras de Duque de Caxias passam a ser denominadas como “cidade do motor”, ou seja, quando o Estado passou a investir na produção do aço e de motores de avião.

A escolha por Xerém está associada a vários fatores. Souza (2014, p.128) explica que politicamente, Amaral Peixoto (então governador do Estado do Rio de Janeiro) queria dar à região o status industrial. As condições naturais como, o terreno plano ao nível do mar, que seria utilizado como campo de pouso, reduziria os gastos; o abastecimento de água não seria problema, devido a grande quantidade de rios na região. Seria um lugar protegido por estar localizado entre serras e ter dois caminhos de acesso. Do ponto de vista estratégico, a Estrada de ferro Rio D'ouro e a rodovia Rio - Petrópolis passavam por Xerém, favorecendo a circulação de informações e a chegada do material usado para a instalação da fábrica, além da proximidade de Duque de Caxias com a capital federativa que favorecia a circulação dos técnicos e o escoamento do que era produzido.

Souza (2014, p.128) citando Ramalho (1989) vai esclarecer que mais do que simplesmente a implantação de uma fábrica de motores de avião, denominada Fábrica Nacional de Motores (FNM), representava a ideia de um laboratório experimental de uma cidade que se transformaria em um modelo de

desenvolvimento e progresso. Além do desenvolvimento industrial, visava também à criação de um espaço de formação do trabalhador nacional. Dentro dessa lógica, a sociedade idealizada era hierarquizada e ordenada a partir das orientações do poder central, visto como provedor das necessidades básicas do homem e condutor da nação à sua vocação: o progresso e a felicidade (SOUZA, 2014, p.125). Pretendia-se com essas iniciativas realizar os projetos preconizados tanto pela Fundação Darcy Vargas como pela Fundação Cristo Redentor.

Percebemos assim o espaço de Duque de Caxias apresentando-se como absoluto, relativo e relacional. Absoluto quando a cidade é vista como um “laboratório experimental”, ou seja, pensado como um espaço fixo por planejadores e técnicos para vir a ser um modelo de desenvolvimento e progresso, sendo também um espaço relativo, visto que é uma perspectiva oficial do Estado e espaço relacional já que seria um modelo que conduziria a nação à sua vocação: o progresso e a felicidade, sendo assim, para ser copiado por todos que fossem externos à cidade.

Diante de um projeto que visava mais do que o funcionamento de uma fábrica, Duque de Caxias deixa de ser Cidade do Motor e passa a ser intitulada como Cidade do Motor, do Trabalho e do Trabalhador, que promoveu a ocupação urbana, a sobrevivência de um campesinato nas áreas periféricas do terceiro e quarto distritos e a incorporação da cidade ao projeto de desenvolvimento industrial (SOUZA, 2014, p. 136).

Todos esses acontecimentos juntamente com o crescimento populacional e industrial da cidade do Rio de Janeiro, como já mencionado anteriormente, nos ajudam a entender a incorporação de Duque de Caxias ao aglomerado urbano da metrópole carioca.

Essa incorporação ao aglomerado urbano carioca implica na busca por melhores condições de vida para essa localidade o que provoca o desejo por emancipação, que teve início quando um grupo de jornalistas, médicos e políticos locais se organizaram em torno da União Popular Caxiense (UPC) com o objetivo de assegurar o encontro de soluções para os problemas locais, organizar o trabalho de filantropia e promover o lazer (SOUZA, 2014, p.137).

Em 1940, foi criada uma Comissão Pró-Emancipação devido a um descontentamento por parte do núcleo político de Caxias com a política clientelista do governo municipal de Nova Iguaçu. Contudo, a emancipação de Duque de

Caxias não ocorreu pelo descontentamento por parte desse grupo político. A municipalização de Duque de Caxias em 1943 fazia parte do projeto de reforma administrativa com base no discurso do Estado Novo, no qual um dos eixos fundamentais era a consolidação do nacionalismo, que tinha no comunismo e no excesso de regionalismos seus principais empecilhos (SOUZA, 2014, p.138), ou seja, emancipar localidades, como Duque de Caxias, fazia parte do projeto que tinha como demanda a reorganização territorial para melhor controlar e gerir esses espaços, atrair a simpatia e o apoio da população, assim como aproximar o representante regional com os diferentes grupos da classe hegemônica local.

Mas a emancipação de Duque de Caxias nos moldes do Estado Novo não significava autonomia, e sim a formação de uma célula da nação em que Niterói, a então capital estadual, era responsável por indicar os interventores que governariam a cidade.

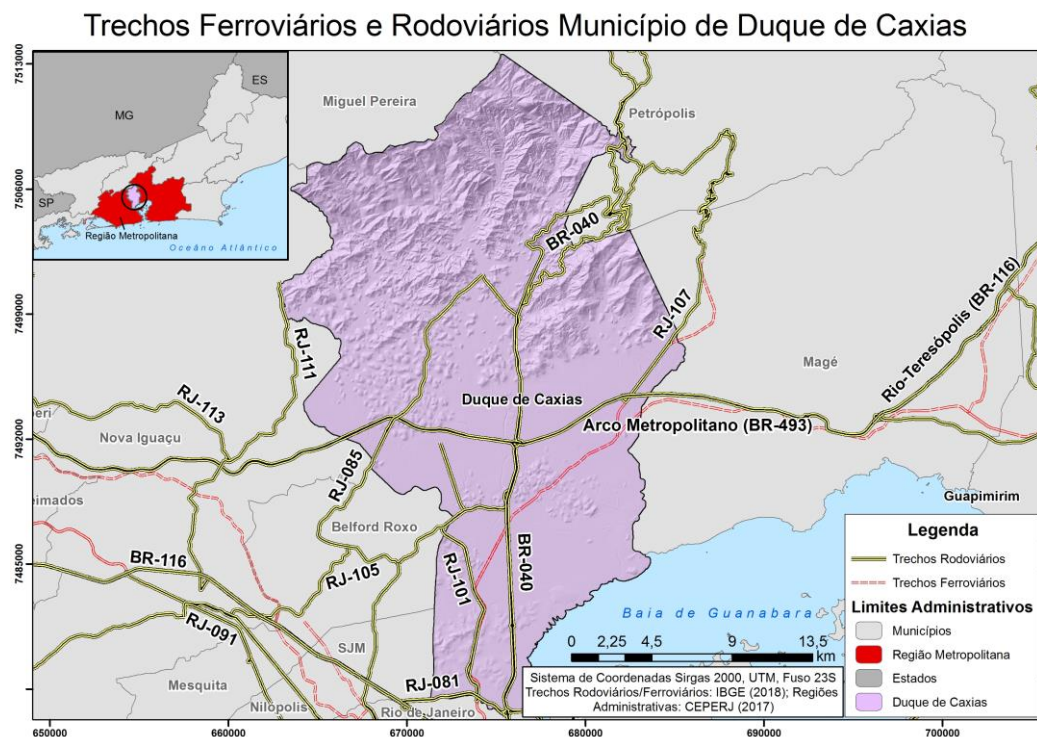
Duque de Caxias passava por um momento de pujança econômica e isso pode explicar o interesse no controle administrativo deste local. Souza (2014, p.142), citando Tenório Cavalcanti, político bastante influente já nessa época (década de 1940), revela que a prosperidade de Duque de Caxias estava relacionada ao crescimento econômico, fenômeno chamado por alguns de “surto progressista” ou “era do desenvolvimentismo”. Usando exemplos para explicar esse crescimento em Caxias, Souza (2014) acrescenta,

Na segunda metade da década de 1950, o comércio de Caxias estava em expansão; havia no município 206 indústrias que empregavam 3,18% de sua população, bem como nove agências bancárias e uma produção agrícola de CR\$17.000.000,00. Era o município que possuía a maior arrecadação e a maior taxa de crescimento populacional da Baixada Fluminense. Possuía 61.210 eleitores, sendo o terceiro colégio eleitoral do Estado (p.142).

Nos anos 50, a população de Duque de Caxias chegava a 123.432 habitantes oriundos da então capital federal, do Nordeste, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do [restante do] Estado Fluminense (SOUZA, 2014, p.137). É nesse momento que Duque de Caxias passa a estar associada à imagem de cidade-dormitório, com grande movimentação de trabalhadores/as que se deslocavam entre o local de trabalho, na cidade carioca, e onde voltavam para dormir, em Duque de Caxias.

Esse conjunto de elementos ajudam a entender o que levou as pessoas a se estabelecerem em Duque de Caxias. Se antes o município representava uma visão pejorativa e estigmatizada, posteriormente soma-se a essa visão o cerne de grandes fluxos de expansão econômica, contribuindo para o crescimento econômico

estadual (atualmente, produz o segundo maior PIB do estado do Rio de Janeiro) e nacional (onde está localizado a terceira maior refinaria do Brasil - Reduc), ou seja, interagindo com outros espaços num movimento interescalar. Esse movimento interescalar pode ser percebido pelo estabelecimento de grandes eixos viários que atravessam o município e o interligam com a metrópole carioca, com a Região Serrana, com o Porto de Itaguaí e com o COMPERJ, tornando-o um importante Hub nas conexões terrestres, como será mostrado no mapa 3 a seguir.



Para melhor exemplificarmos essas interações/inter-relações espaciais, observamos nesta parte do trabalho os diferentes setores de atividades econômicas e os atributos demográficos existentes nos distritos de Duque de Caxias, ressaltando as características marcantes de cada um dos quatro que compõem o município: Duque de Caxias (1º distrito), Campos Elíseos (2º distrito), Imbariê (3º distrito) e Xerém (4º distrito). Para tal explicação, partiremos daquele que é considerado o distrito mais distante da capital carioca em direção ao primeiro distrito.

Xerém é o quarto distrito de Duque de Caxias e o mais distante da metrópole carioca, cerca de cinquenta quilômetros. Devido à essa distância, o distrito é percebido, por aqueles que nele não vivem, como “zona rural”, “areazinha rural”, “roça”, “área verde preservada”, lugar das cachoeiras, observado dessa forma por

embora esteja experimentado intensas transformações espaciais, nas quais se destacam a construção civil, o comércio, os serviços e a presença de condomínios industriais. Apesar disso, ainda é visto por alguns moradores como “afastado de tudo”, “atrasado” e “distante”. Nas palavras da moradora G, “o [distrito] de Xerém, é tipo assim, vamos dizer, assim, uma zona rural! Né?! Que lá tem cachoeira, tem a ...que vai pra Nova Iguaçu também que é aquela área verde, preservada. Eu esqueci agora o nome! Serra?! É, esqueci! Mas tem uma área verde preservada. Entendeu, então, Xerém é mais assim, embora tem comércio, eu vejo também aquela areazinha rural, aquela área verde preservada, entendeu?”

No que diz respeito à população, este distrito possuía 61.129²³ habitantes, de acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, distribuída na maior área territorial do município com 239 km².

No passado, esse distrito foi a base da Fábrica Nacional de Motores, como já apresentado anteriormente, conhecida popularmente como “FeNeMê”, foi inaugurada em 1942 para produzir motores aeronáuticos que atenderiam à aviação militar e civil brasileira. Esse momento, quando o Estado direciona investimentos para a produção do aço e de motores de avião, nos leva a pensar que este distrito estava contribuindo assim para o desenvolvimento econômico nacional.

Rodrigues (2019, p. 8) aponta que a FNM “deu início à urbanização [formal] de Xerém com a implantação dessas vilas para os funcionários, que juntas somavam mais de trezentas moradias”.

Embora para alguns, como apontado acima, esse distrito, muitas vezes, esteja associado à ideia de atraso, de um local pacato, com muitas casas e poucos prédios, sem muitos serviços e nem comércio diversificado, onde nada acontece, onde os visitantes procuram para ter contato com a natureza junto à Reserva Biológica Federal do Tinguá ou descansar longe do tumulto dos núcleos urbanos, também é nesse distrito que se percebem os grandes contrastes que marcam todo o município de Duque de Caxias. Em Xerém, onde o moderno passa rápido através do deslocamento de pessoas, mercadorias e capitais que atravessam o Arco Metropolitano e a Rodovia Washington Luís (BR-040), também conhecida como Rio-Petrópolis, que corta todo o município na sua porção mais a leste, ligando a

²³ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378#resultado>

metrópole carioca à cidade imperial. É nele que residem alguns dos mais importantes políticos locais, além de artistas renomados.

Para falar de Imbariê, o terceiro distrito, lembramos que ele é atravessado também pelo Arco Metropolitano e por uma importante rodovia, a Rio-Teresópolis, e assim como Xerém, esse distrito parece ter sua importância associada a um lugar de passagem para outros lugares, permitindo o deslocamento de pessoas, mercadorias ou, na outra ponta, como lugar de lazer e descanso por abrigar o Parque Natural Municipal da Taquara, o que marca o imaginário dos moradores/as, mas que aparentemente não cresceu muito, como podemos perceber nas palavras da moradora G, “Eu acho que o distrito que fica mais assim, um pouquinho, é o de Imbariê. Eu não vi Imbariê crescer muito”.

Contrariando as palavras da moradora, foi neste 3º distrito que a fábrica de refrigerantes da Coca-Cola foi inaugurada no dia 25 de junho de 2019, considerada a mais moderna de toda a América Latina. Localizada onde anteriormente funcionou a fábrica de tecidos Nova América, entre 1950 até 2009, a fábrica de refrigerantes vem causando impacto ambiental por estar na área de corredor ecológico, no interior de unidade de conservação (Parque Municipal da Taquara) e nas zonas de amortecimento das unidades de conservação federais APA Petrópolis e Rebio Tinguá. É importante ressaltar que o elevado padrão tecnológico dessa fábrica (utilização de robôs produzindo durante 24 horas, por exemplo) contrasta com a precária rede de comunicações e de serviços básicos voltados para atender os moradores do seu entorno.

É também neste distrito que encontramos o Centro de Distribuição das Casas Bahia, localizado na Avenida Automóvel Clube, s/nº, Vila Santa Cruz. Inaugurado no dia 18 de junho de 2007, veio trazendo promessas de emprego, é o que adiantava o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico da época, Jorge Rezende. De acordo com o secretário, 2.200 empregos diretos seriam gerados e somando aos empregos indiretos, poderia chegar aos 5 mil. Ainda segundo o secretário, o salário da comunidade do 3º distrito dobraria e a região deveria atrair mais fornecedores. O depósito de Caxias, como é mais popularmente conhecido, abastece as filiais no

Rio de Janeiro, região leste de Minas Gerais e no Espírito Santo²⁴, movimentando mercadorias, carretas e pessoas por toda essa região.

No que diz respeito às unidades de educação, neste distrito, encontramos o Campus Duque de Caxias/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Professor Geraldo Cidade que oferece cursos de graduação em Biofísica, Biotecnologia e Nanotecnologia. A presença de instituições educacionais profissionalizantes ou de cursos superiores, além de mudar o perfil da população onde se situa tal instituição, também atrai pessoas dos municípios do seu entorno, com a intenção de estudar e/ou trabalhar.

Sobre a sua população residente, este distrito apresenta uma estimativa populacional para 2010 de 161.853²⁵ habitantes distribuídos em 64 km².

No ano de 1947, como já citado anteriormente, esse segundo distrito abrigava um projeto denominado Cidade dos Meninos, responsável por formar meninos e meninas carentes, que cedeu alguns de seus pavilhões para a instalação do Instituto de Malariologia, que planejou a construção de uma fábrica de HCH (Hexaclorociclohexano ou BHC) para produzir o pesticida D.D.T. que estava ajudando a reduzir o número de casos positivos de malária no Estado do Rio de Janeiro, especificamente na Baixada Fluminense. Souza (2014, p.124) esclarece que o uso desse pesticida já era contestado quando a fábrica foi inaugurada, colocando em risco menores e funcionários públicos.

Um incêndio, em 1952, atingiu a fábrica que mesmo diante de muitos protestos permaneceu em funcionamento até 1962, quando foi definitivamente fechada. Além da ação criminosa do Ministério da Saúde de instalar uma fábrica de pesticida na cidade dos meninos, após o fechamento da fábrica, nenhum tipo de cuidado foi dado ao transporte do produto químico (SOUZA, 2014, p.124).

Além desse problema ambiental, existem muitos outros resultantes da presença da Refinaria de Duque de Caxias nesse distrito. Novamente aí ficam explicitados os contrastes entre o elevado padrão tecnológico da refinaria, seu poder econômico, simbólico e imagético para o município e as precárias condições de

²⁴ Casas Bahia inaugura Centro de Distribuição em Duque de Caxias no Rio de Janeiro - 19/06/2007 – Disponível em: <https://www.revistafatorbrasil.com.br/imprimir.php?Not=12546>. Acesso em: 08abr2022

²⁵ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378#resultado>

vida e de acesso a serviços essenciais por grande parte dos moradores do seu entorno.

Quanto ao setor de comércio, é possível observar ao longo da Rodovia Washington Luís, especificamente neste distrito, aproximadamente 36 km de distância do centro do Rio, 16 km do centro da cidade de Duque de Caxias, e cerca de 50 km de Petrópolis (Região Serrana) o que foi denominado de “rota da moda” ou como dizem os anúncios de internet, “Venha conhecer o maior Polo de modas do Rio”, ou seja, um mercado popular em uma grande área destinada à comercialização de vestuário e calçados que pode ser encontrada nesse espaço denominado Feirão das Malhas.

O Feirão das Malhas de Caxias é um local de venda em atacado e redistribuição dos produtos para múltiplos compradores com diferentes perfis e objetivos comerciais. A posição geograficamente estratégica entre o Rio de Janeiro onde o comércio é varejista, e Petrópolis, onde o comércio é atacadista, torna este distrito um local híbrido, denominado “atacarejo”²⁶, movimentando não só a economia local, mas também influenciando o crescimento econômico estadual e gerando empregos informais e formais, como nos explica Bernardo Ferreira Tavares (2018).

Antes entendíamos o trâmite desse setor vendo o varejista no centro urbano e o atacadista na região de produção, que no caso do Rio, fica na região Serrana. Agora percebe-se um híbrido entre ambos, locais com acesso geográfico mais próximo, apesar de ainda ser afastado do centro, que cria especialidades de venda equilibradas, dando diferentes oportunidades de trabalho (p.30).

Esse distrito também contribuiu para o crescimento econômico nacional quando, no passado, foi escolhido, em finais dos anos 50, para a construção daquela que é a terceira refinaria mais importante do Brasil. A Refinaria de Duque de Caxias, popularmente conhecida como Reduc, é atualmente a mais completa e complexa refinaria do sistema Petrobras. Responsável por 80% da produção de lubrificantes e pelo maior processamento de gás natural do Brasil, ela possui também o maior portfólio de nossos produtos (no total, são 55 produtos processados em 43 unidades). Entre seus principais produtos, podemos citar: óleo diesel,

²⁶ VIANA, Ana Paula; MACHADO, Andréa. EXTRA mapeia dez ‘atacarejos’, lojas que vendem roupas e utilidades a preços de fábrica. 2014. Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia-e-financas/extra-mapeia-dez-atacarejos-lojas-que-vendem-roupas-utilidades-precos-de-fabrica-12104198.html>>

gasolina, querosene de aviação, asfalto, nafta petroquímica, gases petroquímicos (etano, propano e propeno), parafinas, lubrificantes, GLP, coque, enxofre.

A Fábrica de Borracha Sintética (FABOR) foi um importante empreendimento construído nesse distrito em complementaridade à Reduc. Inaugurada em 1962, foi a primeira empresa petroquímica do Brasil, destinada à fabricação de elastômeros.

No que tange a área da educação, o distrito de Campos Elíseos conta com a Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), que tem sua origem em 1969. Esta instituição privada oferece cursos de graduação nas áreas de biologia, história, geografia, matemática, letras e informática, além dos cursos de pós-graduação.

A respeito dos habitantes, neste 2º distrito percebemos uma grande concentração populacional, estimada para 2010 em 290.762²⁷ habitantes, correspondendo a 30,20% da população total do município distribuída em uma área de 98 km². Essa concentração populacional pode ser associada ao fato de que a prefeitura, que antes se encontrava no 1º distrito, foi transferida, a partir de 29 de maio de 1991, para Campos Elíseos, o que vem desde então promovendo transformações espaciais no mercado imobiliário neste distrito. Para a moradora G, a transferência da prefeitura permitiu a dinamização deste 2º distrito. Nas suas palavras: “e por que o Jardim Primavera cresceu? Porque a sede da prefeitura foi pra lá, até por conta disso também, né? Tirou aqui do centro e levou pra lá! Por quê? Porque aí também muitas coisas cresceram no entorno, né? A maioria das secretarias de governo estão aí, próximo a prefeitura”.

Tais mudanças levaram para este distrito a oferta de serviços antes só encontrados no centro (1º distrito) de Duque de Caxias, tornando-o compatível ou equivalente à qualidade de vida do primeiro distrito. Essa expansão e qualidade dos serviços pode ser percebida ainda nas palavras da moradora G. que nos diz, “eu conheço o segundo distrito que é ali no Jardim Primavera, onde fica a prefeitura, né?! Ah, sim! Eu acho que não fica devendo a Caxias [primeiro distrito], não! O centro, não!”.

O primeiro distrito, Duque de Caxias, leva o mesmo nome que o município e possui a menor área geográfica, com 41km², mas é a área que abriga a maior

²⁷ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378#resultado>

concentração populacional com uma estimativa para 2010 de 341.304²⁸ habitantes, correspondendo a 46,50% da população total do município. Este é o distrito que mais passou por transformações espaciais, absorvendo diferentes tipos de comércio e serviços. Talvez, por isso, este distrito seja visto como o que o progresso chegou primeiro, mais moderno e avançado entre os distritos caxienses pelos residentes. A moradora G reforça nossa afirmação quando explica: “Então, assim, era uma vida bem complicada mesmo! Aí, depois veio o primeiro mercado grande que eu me lembro, foi as Casas da Banha, que nem existem mais, né?! Ali, onde é a Americanas! Ali era uma Casas da Banha. Não sei se você lembra, né? E aí, depois, vieram outras lojas, outros mercados: Guanabara, Extra, Prezunic. E aí, veio a Americanas, Riachuelo, a Leader, C&A. Aí, foi crescendo! O progresso, como se diz, foi chegando, foi chegando! Aquela praça onde era a biblioteca, não tinha biblioteca, não tinha o teatro²⁹. Entendeu? Ali também foi uma coisa que eu vi chegar. Não tinha a Igreja Santo Antônio³⁰, não tinha! Então, Caxias evoluiu muito, embora não está como nós queríamos, né? Ou queremos!”.

Esse distrito por estar geograficamente mais próximo à capital estadual, contribuiu (e ainda contribui) como o distrito que acolhia (e ainda acolhe) a mão de obra que servia (e ainda serve) para trabalhar na metrópole, retirando do Rio de Janeiro todo tipo de compromisso ou responsabilidade socioespacial com esses trabalhadores e trabalhadoras que ocupando diferentes posições/cargos trabalhistas geravam (e ainda geram) riqueza, mas que raramente alcançaram renda o suficiente para morar na capital e desfrutar de sua infraestrutura.

No que diz respeito à área da educação superior, em 1988, para manter a necessária autonomia de suas atividades formativas, a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF, Unidade Acadêmica da UERJ, foi criada e o CIEP-090, localizado no bairro da Vila São Luiz, passa a ser um importante campus da UERJ para o município de Duque de Caxias e para a Baixada Fluminense o que permitiu criar novos Cursos de Licenciatura, a saber Geografia e Matemática, além

²⁸ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378#resultado>

²⁹ A Biblioteca Municipal Governador Leonel de Moura Brizola foi fundada em 28 de setembro de 2004 e o Teatro Municipal Raul Cortez, foi inaugurado em 23 de setembro de 2006, ambos estão localizados no conjunto que forma o Centro Cultural Oscar Niemeyer na Praça do Pacificador.

³⁰ Em 13 de junho de 1939 foi inaugurada a Igreja de Santo Antônio na Rua José de Alvarenga, centro de Duque de Caxias. A Igreja mudou-se para a Av. Presidente Kennedy no ano de 1959, onde é sua atual localização. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=443815&view=detalhes>>

de Pedagogia que já era oferecido anteriormente e que ao formar profissionais da educação, contribui também produzindo conhecimento da Baixada sobre a Baixada para a Baixada. O caxiense G.L. corrobora com tal afirmação: “eu sou aluno egresso da FEBF e me lembro que há 10 anos atrás era muito difícil, por mais que já tinha a FEBF já alguns anos, não lembro exatamente quando surgiu a FEBF, mas a gente tinha uma dificuldade muito grande de ter trabalhos sérios dentro da Geografia que contemplasse a Baixada Fluminense. De forma que a gente pudesse conhecer mais, que a gente pudesse contribuir com a pesquisa sobre a Baixada Fluminense de forma geral, principalmente Duque de Caxias que é a cidade onde cresci, onde eu moro, onde eu sou professor”.

O primeiro distrito conta também com mais algumas instituições privadas superiores, entre elas estão a Faculdade de Serviço Social Santa Luzia, localizada no Bairro Jardim Vinte e Cinco de Agosto. Neste bairro também estão localizadas mais duas instituições educacionais de nível superior: o campus da Universidade Estácio de Sá, onde são oferecidos os cursos de politécnicos, pós-graduação e graduação em administração, direito, informática e letras e a UNIGRANRIO que é a maior e mais conhecida instituição de ensino superior de Duque de Caxias. Criada na década de 1970 com o nome de Associação Fluminense de Educação (AFE). Foi reconhecida como universidade em 1994, quando passou a adotar o nome atual. Em Duque de Caxias possui unidades no Centro e em Santa Cruz da Serra.

Ainda no distrito sede encontramos duas importantes instituições federais: um campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e um dos mais tradicionais colégios do Brasil, um campus do Colégio Pedro II.

Este distrito também é marcado pela força do setor terciário que abarca uma grande diversidade de serviços e atividades ligadas à troca. O centro comercial de Duque de Caxias chama atenção por ser um dos mais importantes e diversificados do Estado do Rio de Janeiro. A presença de três shoppings center, Shopping Unigranrio, Shopping Center de Caxias e Caxias Shopping, e o famoso “Calçadão de Caxias” (área comercial destinada a pedestres) representam uma grande força de centralização de atividades terciárias num único local, provocando a falência ou a saída de pequenos comerciantes, quando ocorre a chegada de grandes lojas e a valorização dos imóveis no entorno de onde estão inseridos esses empreendimentos, expulsando para longe os moradores/as das adjacências.

Para esse distrito há, ainda, a ideia de construção de um quarto shopping, que ficaria localizado próximo à Catedral de Santo Antônio e da Escola Municipal Armanda Álvaro Alberto, ocupando uma área de 11.718,72 m², na pouca área verde que sobrou desse primeiro distrito. No entanto, um grupo de moradores/as, intelectuais, professores/as do município e várias entidades da sociedade civil tem se reunido em torno do FORAS (Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping) e buscado resistir à implantação desse empreendimento através de lutas judiciais, mas também expondo esse tema para a sociedade através de textos acadêmicos, como Danilo Santana Porcari Dias (2017) em sua dissertação de mestrado intitulada, “As grafias do Foras em Duque de Caxias: capturando a produção do espaço em ato”.

A sigla FORAS também é utilizada como palavra de ordem para além da luta contra o shopping, se tornando um fora a todo e qualquer tipo de processo que possa causar impactos negativos para a vida no município. (p.20)

Localizado no bairro do Parque Duque, no 1º Distrito do Município de Duque de Caxias, encontramos ainda o Moinho Fluminense. Encontramos também no International Business Park, um loteamento comercial e industrial situado no início da Rodovia Washington Luís. A presença desses equipamentos urbanos altera significativamente a vida cotidiana nas cidades, incluindo a mobilidade urbana, sua inserção em áreas localizadas nas periferias das metrópoles, como o caso de Duque de Caxias.

Atualmente, devido aos impostos arrecadados com a expansão imobiliária e ao setor de comércio e serviços, que abrange diferentes tipos de atividades, Duque de Caxias ocupa a segunda posição no ranking do PIB do Estado do Rio de Janeiro, perdendo somente para a capital do estado.

Diante dessas e de outras atividades realizadas nos diferentes distritos de Duque de Caxias, percebemos a sua heterogeneidade interna, ou seja, não há um padrão de atividades, de relações sociais ou mesmo de vida.

É possível perceber também pelas relações espaciais que este município estabelece com a sua área envolvente, através das vias de mobilidade coletiva, que o mesmo representa uma área de atração (centralização) para a fixação dos referidos equipamentos e é um agente de desenvolvimento urbanizado em si mesmo.

O que queremos trazer para esta parte do trabalho é o debate sobre a possibilidade de Duque de Caxias ser um município passando pelo processo de transição, em que vai deixando de ser a periferia da metrópole carioca e passa a ser

um polo de atração dentro da Baixada Fluminense, ou seja, vai se tornando uma centralidade periférica, possuindo forças atrativas para a concentração do capital.

Rosa (2021, p.372), analisando Duque de Caxias, defende que a “centralidade seja atualmente uma categoria analítica mais consistente para estudar os municípios em torno da metrópole carioca”. Para esse autor a oferta de serviços ligados à educação promove certa vitalidade no município. Também Alves (2021) ao abordar a presença de condomínios industriais em Duque de Caxias, aponta para um possível crescimento econômico no município, porém em ambos os autores não percebemos uma melhora no nível de vida dos moradores/as caxienses.

No entanto, quando passamos a tratar esses municípios periféricos como centralidades periféricas, devemos ficar atentos para não reproduzirmos automaticamente a relação dicotômica entre uma centralidade periférica e o seu entorno que seria uma “periferia periférica”, visto que os elementos observados que tornam o município uma centralidade periférica não estão distribuídos igualmente dentro do município.

A partir disso percebemos um movimento dialético entre centralidade e dispersão muito interessante para essa análise, pois permite trabalhar a ideia acoplando os dois termos: dispersão de centralidades, pois Duque de Caxias também tem uma centralidade.

A centralidade não é inerente à dicotomia, porque não é o fato de existir centralidade e não-centralidade ou periferia que faz um fenômeno dicotômico. A leitura dicotômica é não integrá-las. Então, podemos ter uma centralidade no Rio de Janeiro, uma dispersão de centralidades nesse processo de dispersão da metrópole. Um diálogo interessante a esse respeito pode ser estabelecido com a geógrafa Sandra Lencioni (2008, p.8) quando escrevendo sobre concentração e centralização, observou que ocorre um processo de conurbação das cidades que também fragmenta o território, o que remete à ideia de arquipélago urbano. Enfatiza a necessidade de se distinguir concentração do capital e centralização do capital. “Faz parte da racionalidade capitalista concentrar um grande número de população, renda, indústrias de alta tecnologia e trabalho qualificado”. Já a centralização se refere a fusão do capital realizada pela aquisição de empresas por outras “empresas, de grupos econômicos comprando outros grupos e de desaparecimento de muitas empresas” (LENCIONI, 2008, p.13).

Para nós merece destaque a ideia de conurbação relacionada à malha urbano metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Merece destaque também a relação com a ideia de arquipélago urbano a qual pode ser conectada as formulações de Sobral (2012) e Rosa (2021) quando se referem às múltiplas centralidades da RMRJ, referindo-se, especificamente, a São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Para esses dois últimos autores trata-se do esgarçamento do tecido urbano (talvez a conurbação de Lencioni) e de dispersão dos objetos técnicos.

Em Duque de Caxias, percebem-se todos esses movimentos. Faz parte de uma malha metropolitana (contida na RMRJ) concentrada, centralizada e dispersa em acordo com os distintos momentos da racionalidade capitalista que ora mostram ênfase na concentração, ora na centralização e, particularmente, nas últimas décadas, na dispersão de atividades, principalmente, serviços, ligados ao consumo evidenciando crescentes heterogeneidades da região comandada pela metrópole carioca, condizentes à atual divisão territorial do trabalho (neoliberalismo e novo desenvolvimentismo), como se verá no capítulo quatro.

A centralidade de Duque de Caxias existe, mas como já mostramos, há dispersão dessa centralidade quando a prefeitura passa a se localizar no segundo distrito – Campos Elíseos – ou quando a fábrica da Coca-Cola se instala no terceiro distrito – Imbariê – ou ainda neste mesmo distrito se localiza o depósito das Casas Bahia e alguns condomínios industriais, que também serão encontrados no quarto distrito – Xerém. Há, ainda, espalhados pelos diferentes distritos, instituições educacionais superiores federais, estaduais e privadas e que segundo a proposta de Rosa (2021) é um caminho para se pensar em outras formas de centralidades. Segundo o autor,

avançar na compreensão sobre as grandes periferias, mostrando como a centralidade nos permite pensar a cidade para além da produção econômica, usando como mote a expansão de serviços educacionais como outro elemento que dinamiza o cotidiano citadino e passa a ter rebatimentos também sobre a retenção/atração de pessoas, evidenciando de forma empírica a consolidação da centralidade periférica (p.373).

Além das instituições educacionais espalhadas pelos distritos, os shoppings e espaços de comércio, de maneira geral, também são distribuídos pelos distritos caxienses e segundo Pintaui (1987) e Beinstein (2001) esses espaços também influenciam na geração de centralidades.

Esses são exemplos de um movimento que é dialético, ou seja, ao mesmo tempo que existe uma centralidade, fruto de uma centralização, existe

também uma periferação fruto de uma dispersão, mas sempre integradas e não dicotomizadas, como a abordagem tradicional dos anos 1970 percebia.

A abordagem dialética entre centralidade e dispersão, que permite uma leitura integrada do espaço, dialoga com a leitura analítica do desenvolvimento desigual e combinado (DDC) pois todas essas interações centro/periferia, centralidade/periferação, centralização/periferação, podem ser compreendidas também numa perspectiva na abordagem do DDC, que é sempre a ideia de combinado, de integração, de interação. Ele é desigual, mas não é desintegrado, não é pulverizado. Ao contrário, é integrado. É articulado.

Através desta leitura pudemos perceber como o município de Duque de Caxias através das diferentes formas de inter-relações pode ser percebido como um espaço que é ao mesmo tempo centralidade e dispersão da centralidade e que contribuiu para o crescimento da capital carioca e até mesmo para o país, mas de acordo com muitos autores, não foi o suficiente para que o próprio município e o conjunto de seus moradores experimentassem do crescimento e de todos os benefícios que o deveriam acompanhar.

Nem observando isoladamente os distritos que foram escolhidos para serem as sedes/bases dessas atividades, conseguimos perceber mudanças significativas que tenham contribuído para a qualidade de vida de grande parte dos moradores. O município de Duque de Caxias é há décadas desigual internamente.

Diante do exposto, podemos falar em uma só “Caxias”?

3.3. Duque de Caxias: periferia, periferias ou centro-periférico?

Por muito tempo, e talvez ainda nos dias atuais, o município de Duque de Caxias foi, ou ainda é visto, como periferia do município do Rio de Janeiro, seja nos centros acadêmicos, seja na “realidade” dos sujeitos caxienses. Essa periferia distante, muitas vezes, é vista como um limite não só territorial, mas também como um limite do seu lugar no mundo. Transpor essa fronteira entre o centro e a periferia significa conhecer outro mundo, como também nos revela o caxiense G.L., quando comenta: “essa centralidade do centro do Rio pra mim era uma necessidade de expandir o meu lugar”.

Para a moradora G, a falta de oferta de serviços ligados a eventos culturais, como teatro, shows e ao lazer de forma geral é que torna Duque de Caxias “inferior” à metrópole carioca. Ela comenta: “E eu queria morar no Rio! Pelo lazer e pela

cultura, entendeu?! Pelo lado cultural! Que eu não tenho. Eu não tenho uma boa biblioteca. Nós temos uma biblioteca. Eu não tenho um bom teatro. Tem teatro aqui, tenho! Já apresentou boas peças? Já! Mas no momento, parece que vai entrar em reforma, então não tenho! Tem shows? Já teve uma época que sim, mas hoje nem se ouve falar. Quando o prefeito não valoriza, não bota um bom secretário de cultura, aí piora mais ainda. Então, eu sinto falta do Rio? Sinto! Porque eu teria esse lado que eu gosto muito! Entendeu?! Um teatro! Um cinema! Uma boa biblioteca!”.

Para outro morador de Duque de Caxias a relação centro periferia passa pela subordinação de Duque de Caxias (periferia) ao centro (Rio de Janeiro) quando este oferece mais serviços em comparação com o primeiro. Na declaração dada pelo morador C.V., “o Rio de Janeiro é uma cidade que tem muito mais a oferecer do que a minha cidade, por exemplo, né!?”. Ainda para este morador, Duque de Caxias não deixou de funcionar como uma cidade que acolhe os/as trabalhadores/as enquanto o centro do Rio de Janeiro é o espaço das oportunidades: “É como se aqui fosse um dormitório que as pessoas vivem aqui e trabalham no Rio, porque o Rio oferece mais trabalho, oferece mais serviços, oferece mais lazer, oferece mais hospitais”. Para alguns autores, a precária oferta de serviços se deve ao baixo poder aquisitivo, como revela Tanaka (2006, p.60), “a segregação espacial urbana se realiza, levando as camadas menos remuneradas a habitar territórios mais desprovidos de serviços, equipamentos e transportes”.

Esse desencontro empírico e também teórico nos leva a querer entender um pouco mais sobre a complexidade das cidades/municípios componentes da região metropolitana, em especial o município de Duque de Caxias, e para isso pretendemos entender como se dá a relação centro e periferia, buscando ir além da diferenciação espacial, que consiste no que é diretamente perceptível, enfatizando mais a perspectiva material como caminho explicativo. Fugindo disso, buscamos ir além da dicotomia centro - periferia que é só diferenciação baseada na aparência, na distância construída no imaginário seja do espaço físico, seja nos aspectos sociais, não sendo observadas/analizadas pelo viés da integração e nem interação, em que as partes articulam entre si e como essas abordagens favorecem o acúmulo de capital.

A dinâmica totalizadora da sociedade capitalista de Postone (2014) nos ajuda a entender que tanto a periferia quanto o centro são essenciais à acumulação do capital: se por um lado a periferia contribui tanto com o trabalho improdutivo

(moradores de Caxias, por exemplo, os/as trabalhadores/as domésticos/as, essenciais à reprodução do trabalho), considerado atrasado, onde as técnicas chegam depois e ao mesmo tempo como produtivo (fábricas), por outro lado, o centro demanda todo tipo de serviço e é o local onde as técnicas chegam primeiro. Sendo assim, centro e periferia convivem simultaneamente e não separados e são sempre necessários ao capital, pois “complementam-se, mas as atividades divididas confrontam-se e afrontam-se geram [gerando] desigualdades e conflitos” (LEFEBVRE, 1972, p.53)

Leandro Ribeiro da Silva (2013) em sua tese, *Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930–2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo*, além de nos ajudar a entender essa relação centro e periferia, também elucida sobre como essa relação centro e periferia está associada ao conceito de desenvolvimento desigual, em que o centro é o lugar de destaque, pois aí as técnicas chegam antes e a periferia onde as técnicas chegam depois. Para o autor,

os conceitos de centro e periferia trazem a ideia implícita de desenvolvimento desigual originário, isto é, os centros referem-se às economias onde as técnicas capitalistas de produção penetram primeiramente; e a periferia, por sua vez, é formada pelas economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizacional (p.23).

A relação que passa a existir entre esses espaços, em que um recebe primeiro as técnicas e o outro depois, implica/engendra uma dinâmica espacial em que o primeiro apresentará melhor estrutura do que o segundo, influenciando assim, nas condições políticas, econômicas e sociais, tornando o segundo subalterno/submisso ao primeiro. Fazendo uso de outras palavras para entendermos a relação que existe entre o desenvolvimento desigual, Soja (1983, p. 58) também nos ajuda a entender a relação entre esses espaços quando escreve, “o desenvolvimento do capitalismo concreto tende a estruturar o espaço em áreas de dominância e subordinação, autoridade e dependência relativas” e, em outras palavras, centro e periferia.

Compreendendo tais palavras, precisamos buscar o caminho da interação neste momento pois, é válido entendermos que a interação não aceita dicotomia, pois a dicotomia não revela o que de fato acontece. Essa divisão do espaço em centro-periferia facilita a submissão, dominação, exploração, a hegemonia e controle do segundo pelo primeiro e também produz guetos e espaços dos grupos

sociais considerados minorias e outras formas socioespaciais de isolamento e exclusão que não são reveladas/analizadas/esclarecidas pela dicotomia centro-periferia. É preciso também esclarecer que não é que não ocorra dicotomia, mas a dicotomia é superada (dialecticamente) pelos processos de interação que revelam dicotomia no pensamento elitista. Mas existe uma força de interação muito maior que a dicotomia.

A discussão acerca da concepção de uma periferia distante das centralidades urbanas seja espacialmente, seja no que diz respeito ao mercado do consumo e distinta do restante da cidade e do centro foi priorizada ao longo do tempo. Se nos anos 1970 e 1980 esse pensamento expressou alguma realidade, a noção dicotômica de periferias urbanas ainda hoje utilizada em grande parte das pesquisas não dá conta da complexidade que esses espaços ganham no período vigente, ou seja, se no passado a dualidade era o método/caminho como ocorria a análise tradicional do centro-periferia, no momento atual, precisamos buscar outros rumos, já que centro e periferia formam uma totalidade, complementam-se, pois se antes era “versus”, oposição, dicotomia, nos dias atuais busca-se o “e”, para expressar interação, dialeticidade.

A tríade lefebvriana, homogeneização, fragmentação e hierarquização, mais uma vez nos auxilia na compreensão de parte do movimento do e no espaço e nos ajuda a compreender a relação centro periferia e como é produzida em diferentes escalas para favorecer o acúmulo do capital, o que implica na colonização/exploração/submissão de espaços em favor de um centro, ou seja, o capital sempre homogeneiza, hierarquiza e fragmenta, mas não se desfaz de nada.

A criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1974) já é um movimento que busca espacializar a homogeneização através da produção/reprodução de elementos e materiais globais no espaço, ou seja, ocorre uma adaptação das características, da estrutura e da aparência de um conjunto de elementos a determinado padrão. O espaço vai perdendo suas características iniciais e passa a assumir as formas de um modelo que deve ser copiado por todos. Sampaio (2021) ao explicar essa homogeneidade do espaço, utiliza a palavra formatação que nos leva a pensar na ideia de limpar o que existe neste espaço e introduzir uma nova arrumação geral, facilitando assim a entrada do capital.

A homogeneidade diz respeito à formatação do espaço, para possibilitar e facilitar sua reprodução. A divisão em lotes geométricos, criação dos (mesmos) desejos, a

reprodutibilidade dos materiais e das técnicas, a generalização dos (mesmos) usos. Tudo isso é orientado para a reprodução de capital. Trata-se de um “consumo repetitivo no espaço” que “faz emergir um tédio permanente” (p.127).

Esse espaço considerado homogêneo fragmenta-se em partes, o que só aumentou, ao longo da história, a distância relacional entre centro-periferia. A periferia vista como espaço-dormitório, a periferia vista como espaço-violência, a periferia vista como espaço-pobreza. A periferia vista como espaço do atraso. “A fragmentação representa a alocação no espaço de diferentes (mas sempre as mesmas) funções, isto é, na especialização de determinados lugares” (SAMPAIO, 2021, p.128).

A par da fragmentação e da homogeneização ocorre a hierarquização que pode ser percebida quando a periferia, enquanto um fragmento da região metropolitana, é vista em oposição, ou mesmo de forma “inferior” ao dinamismo do núcleo metropolitano. Rosa (2021) escreve que esse distanciamento relacional não é recente e que a cidade do Rio de Janeiro ao longo da história interagia com escalas que não eram as mais próximas como a periferia. O autor explica que

a disparidade entre o núcleo metropolitano e sua periferia já era sentida desde décadas anteriores, quando a cidade do Rio de Janeiro que devido à sua condição de capital federal e depois estado da federação, fez com que a cidade estabelecesse vínculos com outras escalas de interação sem, no entanto, fortalecer as ligações com sua periferia imediata (p.371).

Reforçando o que já foi apresentado por Rosa (2021), podemos perceber uma fragmentação do espaço - núcleo-periferia - e também uma hierarquização do espaço quando a “periferia imediata”, ou seja, que está mais próxima da metrópole carioca, porém devido a diversas questões, como a própria dinâmica econômica, política e social, por ser considerada atrasada, não é escolhida para manter interações com a cidade do Rio de Janeiro.

A hierarquização passa pela comparação e é Rosa (2021, p.375) em seu artigo Heterogeneidade, Centralidade e Tendências da Vida de Relações das Grandes Periferias Fluminenses no Início do Século XXI, que nos ajuda a esclarecer que “a periferia metropolitana passa a ser definida tanto em comparação ao dinamismo do núcleo metropolitano como em função de suas carências no que tange às melhorias que impactassem na qualidade de vida de seus residentes”. A reflexão desse autor nos leva a um movimento de perceber que a periferia é homogeneizada, ou seja, percebida como o lugar das carências, dos pobres, subempregados/as e trabalhadores/as temporários/as, muitas vezes reduzida a um

mero local de residência da força de trabalho metropolitana identificando estas cidades periféricas como “dormitório”. Este tipo de leitura não se sustenta mais, pois está em desacordo com os usos e costumes da atualidade, já que existe uma complexidade da vida de relações destas cidades e também o papel destas cidades na vida metropolitana atual.

Homogeneizar o espaço da periferia, ou seja, da Baixada Fluminense, vai permitir também que ocorram fragmentações e hierarquizações internas não somente na Baixada, mas também no município escolhido para este trabalho, Duque de Caxias. Esse município em momentos diferentes, como já mencionado anteriormente, foi denominado como “Cidade dormitório” ou “Cidade do crime” ou “Cidade dos motores” ou ainda “Cidade do motor, do trabalho e do trabalhador”, estabelecendo uma visão muitas vezes preconceituosa e funcional homogeneizadora do espaço, como se o município fosse só aquilo, vivesse dessa única rotulação, isolado, sem interação com a metrópole.

No entanto, viver o espaço representa a expressão da tríade lefebvriana, comentada acima de tal espaço. Existe uma complexidade da vida de relações nessas cidades periféricas. A realidade é múltipla. A realidade é diversa. A realidade não se homogeneiza apenas. A realidade não se fragmenta isolada. A realidade não se hierarquiza por si mesma. Ela se realiza subjetivamente em diferentes espaços, que estão conectados pela vida que os anima também nessa periferia, ou seja, tais cidades periféricas não estão alijadas do movimento geral de produção do espaço, o qual abrange aquilo que geralmente se denomina de centro e periferia. Uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos, isto é, as fragmentações e hierarquizações.

Mas a interação centro e periferia sempre ocorreu e continua ocorrendo, adaptando-se aos diferentes momentos do capitalismo, como já citamos anteriormente.

No passado (e ainda hoje), vem da periferia trens e ônibus que muitas vezes ultrapassam o limite máximo de pessoas transportadas, um fluxo de trabalhadoras e trabalhadores que incrementam a economia do centro do município do Rio de Janeiro. Esse tipo de interação, ou seja, essa possibilidade de se locomover no espaço através de trens e ônibus, permite a alguns sujeitos da periferia experimentarem outros mundos, seja da cultura, seja do comércio, seja do lazer, seja da saúde, seja da existência/aceitação do seu eu.

Jorge Luiz Barbosa (2021, p.83) ao escrever sobre Espacialidades, corpos e ritmos a produção desigual de mobilidades urbanas, vai questionar como as condições de mobilidade urbana estabelecem possibilidades e limites à vida cotidiana nas metrópoles contemporâneas brasileiras, principalmente no que se refere ao acesso aos direitos urbanos fundamentais, em especial em sociedades marcadas por profundas desigualdades socioespaciais como a brasileira. A essas reflexões do autor podemos acrescentar a necessidade de se compreender que essas desigualdades socioespaciais são atravessadas por outras desigualdades/ desigualizações, as quais relacionam classes sociais, raça, gênero e idades/gerações formando um imenso mosaico de desigualizações que marcam a sociedade brasileira e o município de Duque de Caxias, em particular, como será analisado no capítulo cinco deste trabalho.

Nesse sentido e extrapolando a escala da metrópole carioca, é possível entender que no passado e ainda hoje, muitos moradores das periferias ainda se deslocam para os grandes centros em busca de acesso ao mercado de trabalho e a serviços que muitas vezes ainda são limitados em seus municípios, demonstrando mais uma vez as profundas desigualdades espaciais. A moradora G. comenta das oportunidades de lazer que teve quando se deslocava para a metrópole carioca: “então, quando eu era mais nova, eu ia com a minha irmã e as amigas. Nós íamos muito para o cinema lá embaixo! Nós íamos em shows lá embaixo! Nós íamos! Depois veio o tempo dos shoppings, nós íamos muito! Porque Caxias não tinha! E depois que fizeram o shopping, que Caxias não tinha, que construiu o Grande Rio e Caxias tem aquele na Washington Luís, né!? O Shopping Caxias. Mas eu ia lá no Rio mesmo. Então, eu tive, realmente, uma fase de muita presença no Rio. Agora, não! Agora já não vou muito não! Só quando é coisa assim de documentação ou então que eu queira comprar uma coisa que não tenha em Caxias, que é difícil, porque o comércio em Caxias é muito bom. Você encontra praticamente tudo aqui, entendeu? Então, Caxias cresceu muito também!”. Percebemos no final desse relato que Duque de Caxias passa a oferecer mais serviços comerciais com o tempo, o que implica pensar que o município passa a atrair pessoas das áreas adjacentes, experimentando certa centralidade. No entanto, há ainda a queixa de outros moradores sobre a oferta de serviços de lazer, cultura e diversão.

Assim como a moradora citada anteriormente, o morador G. L. denuncia a falta de espaços de cinema, não só para lazer e diversão, mas também para a

expansão do conhecimento, assim como expressa o desejo de estudar fora de Caxias e aponta: “Então, eu tinha uma vontade de estudar no centro [Rio], de ir ao centro [Rio]. Por exemplo, pra mim, que gosto muito de cinema, o centro do Rio era o lugar onde passava os filmes que eu queria ver, porque Caxias só tinha um cinema, só tem até hoje e que só passava os filmes do Batman e os filmes da Xuxa. Não vai passar o filme que a Meryl Streep (...) está concorrendo a dez Oscar, sabe?”. Percebe-se aí como a “metrópole” expande-se para a “periferia”, incorporando-a mais intensamente. Pode ser observado também que tal interação se apoia nitidamente num crescente apelo ao consumo, podendo mesmo dizer-se que o processo de integração centro/periferia vai sendo intensificado pela incorporação até mesmo dos “pobres” da periferia, assunto ao qual voltaremos mais adiante.

Observa-se também um movimento muito complexo que ao mesmo tempo que mostra uma força centrípeta do centro integrando a periferia, mostra também uma força centrífuga de dispersão de atividades econômicas, principalmente serviços em direção às periferias retomando aqui os movimentos de concentração e dispersão já apontados antes no trabalho.

Ainda refletindo sobre as oportunidades que o deslocamento permite, podemos pensar que em tempos de pandemia, buscar outros municípios através da mobilidade passa pela oportunidade de se vacinar onde aparentemente estava mais organizado. Nesse momento tão angustiante para o mundo, as palavras na obra, *O Direito à Cidade*, de Lefebvre, se encaixa perfeitamente para essa situação: “o direito de transitar se tornou tão importante como o de habitar”, já que poder se mover pelo espaço para buscar a vacina é sinônimo de esperança, de não sucumbir à pandemia, de poder viver. O morador C.V. viveu essa situação em sua família e nos relata: “minha mãe e meu irmão já tomaram as três doses e todas as três doses foram no Catete [Rio de Janeiro]. Eles saíram aqui do Pilar [1º distrito de Duque de Caxias], onde eles moram, pegaram um Uber e foram para o Catete. Todas as vezes, todas as doses foram lá no Catete. Nem a vacina eles tomaram aqui. Porque era mais fácil, lá estava mais organizado, é isso!”.

Em outro momento, o mesmo entrevistado comenta suas próprias experiências com transporte e as dificuldades/desafios para se mover pelo espaço, não só físico, mas social e cultural também: “eu fiz federal de química, né?! Hoje virou IFRJ, agora tá lá no Maracanã, do lado da Veiga de Almeida, mas era dentro do CEFET, então a federal de química era dentro do CEFET e aí ganhou seu espaço

próprio, hoje a federal de química virou IFRJ e agora tem vários campos por aí. E uma facilidade que eu tive é que eu morava no centro de Caxias, próximo à estação de trem. Então eu ia pra escola técnica de trem, né?! E voltava de trem também. Olha que beleza!? Só que eu tinha que pegar o último trem. O último trem, eu acho que saía lá de Barão de Mauá, às 10h, não, 10 pras 10, então, eu tinha que estar lá 10 pras 10 e a minha aula termina às 10h da noite. Então eu tinha que sair um pouquinho mais cedo da aula pra poder pegar o trem. Porque se eu não pegasse o trem, eu tava ferrado. Imagina, você está lá em São Cristóvão, 10h da noite sem o trem? Aí, vai ter que pegar um ônibus, né?! Ia ser um sacrifício muito grande. De trem, eu vinha em meia hora, vinte e cinco minutos, era o que o trem fazia. E se eu perdesse o trem, eu acho que demoraria uma hora e meia, né?!, pra chegar até minha casa e, bem mais caro”.

Através desses relatos, percebemos que “as infraestruturas regulam comportamentos e desse modo escolhem os atores possíveis (SANTOS, 2006, p. 306) assim como percebemos também que “a mobilidade se torna uma condição para realização da cidadania” (BARBOSA, 2021, p.83) mas que não são todos que possuem condições necessárias para realizar essa mobilidade, ou seja, essa cidadania. Ter poder aquisitivo e acesso a diferentes tipos de transportes permite não só a mobilidade espacial, mas também a mobilidade social, é o que nos esclarece Kleiman (2011),

a capacidade de mobilidade é uma condição de participação no mundo urbano, mas que para efetivar-se precisa de um conjunto de fatores, como, entre outros, o nível de renda, a existência de modais de transporte coletivos e particulares e sua acessibilidade segundo o nível de renda, de modo que podem existir deslocamentos sem mobilidade. A mobilidade pode, então, ser atribuída como um recurso social importante e integrante da sociedade, isto é, diretamente relacionado ao deslocamento de pessoas entre as diferentes hierarquias socioespaciais (p.3 e 5).

Como o próprio autor escreve, “a mobilidade pode ser um recurso social importante e integrante da sociedade permitindo o deslocamento de pessoas entre as diferentes hierarquias socioespaciais”. Tomemos esta última parte da citação para reflexão. Por vezes, a mobilidade social, para algumas instituições, para alguns economistas, passa pela financeirização das camadas mais carentes da periferia que eventualmente acredita estar experimentando uma condição financeira que a eleve a outros patamares (de consumo), ou seja, a capacidade de mobilidade é uma condição de participação no mundo urbano capitalista (KLEIMAN, 2011).

É criado no imaginário das pessoas que elas podem ter acesso a benefícios financeiros para que alcancem seus objetos de desejos. Para Harvey (2011, p.92) a criação de necessidades e desejos de consumo são uma forma de superação da crise: “a criação perpétua de novas necessidades é uma condição essencial para continuidade da expansão infinita da acumulação do capital”.

Vale dizer que fugimos de qualquer forma simplificadora de observação desse processo. Os movimentos de concentração e dispersão são provocados pelas distintas manifestações no interesse locacional dos investimentos capitalistas que selecionam/hierarquizam/precificam desigualmente as distintas parcelas do espaço seja no centro, seja nas periferias. Essas hierarquizações desigualizadoras ocorre tanto na cidade do Rio de Janeiro distinguindo seus bairros uns em relação aos demais e até mesmo dentro de cada bairro, da mesma maneira que se observa em qualquer parte da periferia. No nosso exemplo de estudo – Duque de Caxias – essa desigualdade se expressa num mosaico onde se sucedem e se imbricam bairros de classes mais abastadas, favelas, conjuntos habitacionais, condomínios de elevado padrão e imensas áreas de habitações modestas. Não desejamos ficar apenas nessa visão fisionômica. Essas formas/aparências nos desafiam a investigar a lógica/racionalidade que compõe aquele mosaico de formas tão diversas. Os interesses do capital comercial, do capital imobiliário, integrados pelo capital financeiro aos quais se juntam os capitais ilícitos justificam tal heterogeneidade espacial. Agrega-se a isso ainda a sucessão no tempo na hegemonia de cada um desses “capitais” por vezes em consonância e outras em competição aberta.

Tudo isso nos leva a pensar na multiescalaridade dos movimentos de (re)produção de espaço no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense e na própria cidade do Rio de Janeiro sempre integrados a escalas supralocais que serão observadas no capítulo seguinte.

No momento atual do capital e buscando pensar a relação centro periferia não simplesmente a partir da diferenciação, Rinaldo Gomes Pinho (2021) ao longo de seu trabalho, “Periferias urbanas e socialização negativa”, nos leva a refletir a relação centro/periferia a partir de um novo quadro de desenvolvimento por meio da integração, ou seja, um processo de socialização negativa através do consumo, do crédito e do endividamento, mesmo dentro de um quadro de aumento da miséria, pensar as periferias urbanas imersas num movimento de reprodução crítica do capitalismo. O autor tem a intenção de demonstrar que esses espaços periféricos

estariam num movimento intenso de inclusão e de integração onde os indivíduos são consumidos pelo mundo da mercadoria através dos mecanismos de expansão das formas creditícias.

No passado já tivemos formas creditícias para a população de baixa renda. A “pendura”, “anota aí”, “põe no caderninho”, “depois eu acerto” “são formas dominantes de crédito [que] eram os famosos ‘fiados’ nos armazéns e outras formas diminutas de crédito” (PINHO, 2021, p.84) nos anos 1970 e 1980. Eram acordos que quando em atraso ou rompidos/desfeitos/burlados por parte do consumidor, não empobrecia o dono do estabelecimento. Muitas vezes com pequenos prejuízos para o comerciante por falta de pagamento, mas quando ocorria o pagamento das dívidas em atraso não o enriquecia também, pois eram acordos sem juros, sem punições, sem “prisões”, sem “nome sujo”, esse sendo um artifício informal do capitalismo para manter o bom pagador, mas que aprisiona ainda mais os consumidores, comprometendo a renda e a qualidade de vida das famílias.

Criar caminhos através de crédito para permitir poder aquisitivo aos pobres é uma das maneiras como vem acontecendo atualmente a integração/ interações espaciais centro/periferia. Integração pelo consumo, integração ao mercado financeiro, pelo crédito das populações pobres: crédito para casa própria (programa de habitação popular “Minha Casa, Minha Vida”), crédito para educação em que o usuário pode cursar uma universidade particular com bolsa e pagar posteriormente (FIES e PROUNI), crédito consignado (oferecido para aposentados e pensionistas) são elementos de integração pelo consumo ou escravidão pela dívida (PINHO, 2021, p.81).

Além da expansão das formas creditícias para os mais pobres que promove a integração pelo consumo, podemos observar também um movimento de políticas públicas, como os programas de transferência de renda, ou seja, programa para dar dinheiro aos pobres com custos de funcionamento baixos em que se objetiva a melhora da frequência, permanência e conclusão escolar, assim como uma mudança no padrão alimentar.

Foram as recomendações do Banco Mundial, da década de 1990, que indicavam que os países deveriam combater a pobreza por meio de políticas sociais. No Brasil essas políticas sociais tiveram início entre o primeiro e o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), juntamente com a primeira dama, Ruth Cardoso, criando o bolsa-escola, o vale-gás e o bolsa-alimentação, que tem

continuidade com o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002 – 2006), passando por algumas aglutinações/modificações sendo chamado de bolsa-família. Essa política social se estende durante o segundo mandato presidencial do governo de Lula (2006 – 2010) e avança o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (2010 – 2014), sofrendo alterações na metade do segundo mandato da presidenta (2014 – 2016), quando essa sofre um golpe e o vice-presidente que assume, Michel Temer (2016 – 2018), passa a cortar alguns gastos com essa política social.

O início do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2018 – 2022) não se empenhou com essa política social, porém, com a pandemia do vírus da COVID-19, há um forte apelo dos movimentos sociais, grupos políticos de esquerda para que algum benefício financeiro seja concedido aos muitos trabalhadores/as desempregados/as, autônomos/as, e microempreendedores individuais (MEI) ou mesmo aqueles trabalhadores/as informais que perdem a oportunidade de fazer alguns “bicos” para sobreviver, devido ao distanciamento social, medida de proteção imposta pelas autoridades públicas. A partir disso é criado um programa de transferência de renda, denominado auxílio emergencial, para proteger economicamente a população de uma piora na sua condição de vida. Faltando pouco para terminar o seu mandato, em dezembro de 2021, Jair Bolsonaro sancionou com vetos a lei que cria oficialmente o Auxílio Brasil, um programa de transferência de renda que substituiu o Bolsa Família criado durante o Governo Lula.

Após a pandemia e com o terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023, é retomada a política de transferência de renda conhecida como Bolsa Família. Se fazemos aqui a retrospectiva dessas décadas, é para mostrar que há vinte nove anos, aproximadamente, vem havendo uma “preocupação” de integrar os pobres pelo consumo segundo diretrizes do Banco Mundial, como exposto acima.

No entanto, é possível perceber que em muitas dessas políticas de transferência de renda, a responsabilidade de sair das situações mais vulneráveis de pobreza recai sobre a própria população mais carente, além do que percebemos também um certo controle dos corpos sobre como devem utilizar essa renda para alcançar objetivos estabelecidos pelos governantes. Autores, como Ballard (2013) reforçam nosso pensamento e vão questionar essa transferência de renda ao abordarem questões como colocar a responsabilidade de transcender a pobreza sobre os próprios pobres e usar subsídios para alterar o comportamento dos pobres.

Como já mencionamos anteriormente, a interação centro/periferia sempre ocorreu e continua ocorrendo, adaptando-se às distintas fases do capitalismo, a diferença é que no passado, a periferia foi ao mesmo tempo uma periferia distante, dicotomizada, como se considerava na época do desenvolvimentismo (que será discutido no capítulo seguinte deste trabalho), e atualmente com um olhar mais crítico, a periferia vai sendo percebida como a periferia integrada pela negativa, através do que Ballard (2013) denomina de o “desenvolvimento para os pobres”, ou seja, “a miséria como negócio do capital financeiro, como ficcionalização da miséria” (PINHO, 2017, p.17).

Milton Santos, em documentário produzido por Silvio Tendler³¹, já denunciava tal situação em 1995, anos “promissores” do neoliberalismo, em que o encantamento pelo dinheiro era mais importante do que a vida do ser humano. Quase trinta anos já se passaram desde o lançamento do documentário, mas as palavras do geógrafo brasileiro continuam a ecoar:

O que nós estamos vivendo hoje é que o homem deixou de ser o centro do mundo. O centro do mundo hoje é o dinheiro, mas o dinheiro no estado puro. O dinheiro em estado puro só é o centro do mundo por causa dessa geopolítica que se instalou, proposta pelos economistas e imposta pela mídia.

Através dos autores e da fala de alguns moradores/as caxienses foi possível perceber a maneira como tem ocorrido a interação/integração centro periferia, ou seja, esses espaços periféricos estariam num movimento intenso de inclusão e de integração onde os indivíduos são consumidos pelo mundo da mercadoria através dos mecanismos de expansão das formas creditícias e não apenas pelo mercado de trabalho como ocorria (e ainda ocorre) com as tradicionais migrações pendulares. Percebe-se mais uma vez a complexidade das maneiras utilizadas pelo capital para integrar o espaço à sua feição. Sem serem exclusivos em cada momento, trabalho e consumo vão sendo mesclados como elementos fundamentais para a produção de uma metrópole-periferia formando uma única espacialidade, contrariando mais uma vez as teses dicotômicas.

Nosso objetivo nesta parte do trabalho foi apresentar o município de Duque de Caxias, ressaltando as características marcantes dos quatro distintos distritos que compõem o município, procurando através das interações espaciais, demonstrar que o município de Duque de Caxias foi ao mesmo tempo exemplo de uma periferia

³¹ Documentário: Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá, 2006; Silvio Tendler.

distante, dicotomizada, como se olhava na época do desenvolvimentismo e com olhos críticos vai sendo percebida como a periferia integrada pela negativa.

Para entendermos aquela periferia dicotomizada, é preciso esclarecer que se percebia também aquele espaço como absoluto, que admitia unidades estanques, ou seja, um centro e uma periferia. Com o passar do tempo o conceito de espaço foi sendo problematizado, tensionado por novas abordagens a partir de autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Milton Santos, Doreen Massey, o que possibilitou perceber que o conceito de espaço absoluto não se sustenta na realidade.

Partindo desse primeiro ponto, a segunda parte procurou compreender a ideia de periferia em diferentes escalas, englobando não somente Duque de Caxias, mas também a cidade do Rio de Janeiro.

Para melhor entendermos essa desigualdade interna, cabe aqui um esclarecimento sobre o que é desigual. Primeiro, é necessário entender que algo desigual não é o mesmo que algo diferente. Diferença é algo “natural”, por exemplo: um lugar é vale, outro é morro. Um lugar é planície, outro é uma bacia hidrográfica diferente. Um lugar tem floresta, outro lugar não tem. Um ser humano é homem e outro é mulher; uma pessoa tem pele branca, outra tem pele negra, uma pessoa é jovem, outra é idosa. Isso é diferença. A desigualdade por sua vez é algo construído socialmente, mesmo quando transforma diferenças em desigualdades segundo relações de poder que as podem explicar.

As relações de poder e as desigualdades por elas expressadas também têm uma dimensão espacial. Com isso queremos dizer que em qualquer parcela do espaço produzido, segundo as relações capitalistas, serão percebidas aquelas diferenças transformadas em desigualdades, tendo sempre como pano de fundo as classes sociais que constituem determinadas sociedades em espacialização. Esse processo é complexo e desdobra-se em múltiplos elementos que o constituem. Podemos tomar, por exemplo, os quatro distritos do Município de Duque de Caxias os quais a par das desigualdades acima apontadas ainda apresentam desigualdades (expressas como diferenças de grau) na própria produção acadêmica que se refere a tais distritos: teses, dissertações, monografias, artigos, vídeos, entre outros, existem em maior número quando se referem ao primeiro distrito.

Os outros distritos muitas vezes são vistos a partir do primeiro distrito, ou seja, de forma homogeneizada, como se todos os outros distritos experimentassem o vivido/cotidiano do primeiro distrito, porém, esses espaços vêm sendo ao longo

da história construídos por uma lógica capitalista, ou seja, simultaneamente homogeneizada, fragmentada e hierarquizada.

Tudo que estamos abordando sobre a dificuldade de mobilidade, deficiências em infraestrutura, renda, cooptação pelo crédito, são elementos que aparentemente separam o centro da periferia: o centro não carecendo de infraestrutura, não apresentando problemas de mobilidade. Se usamos o termo aparentemente é porque na verdade, nem no centro e nem na periferia há homogeneidade quanto a esses serviços: as favelas constituem-se em periferias no centro, tanto no centro metropolitano, quanto no centro de Duque de Caxias. Sendo assim, o conceito de periferia, não é mais um conceito de distanciamento e sim de desigualdade social expressa no espaço, seja no centro desigual, seja na “Baixada” desigual, chamada de periferia.

Tudo isso serve pra argumentar que há uma lógica de integração crescente entre aquilo que algumas décadas atrás parecia distante, ou seja, a relação entre centro e periferia passa a ser percebida como um todo integrado. Temos periferias no centro, temos centros na periferia. O que antes se chamava de periferia, o que antes se chamava centro passa a ser um grande espaço integrado, cada vez mais integrado pela lógica capitalista urbana - a expressão urbana é a expressão do capitalismo. A cidade, a metrópole, a região metropolitana, antes de serem administrativas, são formas. O capitalismo vai integrando o espaço, vai integrando essas formas. É a lógica do capitalismo que integra tudo isso. Integra desigualizando.

4. O Município de Duque de Caxias e suas inter-relações com o sentido geral do desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Neste capítulo pretendemos explicitar a importância do espaço para a política tal qual nos lembra Doreen Massey (2004) quando nos mostrou a relevância do espaço para a ação política. Parece-nos que pode ser estabelecida uma conexão entre o pensamento dessa autora a respeito da política do espaço e o do filósofo Henri Lefebvre quando apresenta como se torna fundamental compreender os complexos processos de produção do espaço. Tanto a autora quanto o autor dão expressivo destaque à ação política e aos sujeitos que a desempenham. Podem ser aqueles que a dominam (Estado, capitalistas privados, capitalistas internacionais) ou aqueles que, embora não a dominem, também participam de tal ação política (moradores/as, trabalhadores/as, sindicatos, associações, movimentos sociais). O que queremos dizer é que, ao longo das últimas sete décadas, vem se desenvolvendo políticas espaciais de natureza diversa tanto no município de Duque de Caxias, nosso principal foco de atenção, quanto em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa ação se estende a todo espaço, mesmo que, em nosso trabalho, estejamos restritos a uma pequena parte dele, isto é, o município que estudamos, mesmo percebendo-o como um exemplo dos processos gerais de produção do espaço e de espacialização das relações sociais.

Pretendemos prestar especial atenção às políticas emanadas da ação dos sujeitos hegemônicos, mesmo que não fiquemos restritos a elas. Refletiremos sobre desenvolvimentismo, novo desenvolvimentismo (ascensão em 1990), estatismo, planejamento espacial, parcerias público-privada e no neoliberalismo e sua maneira particular de perceber as relações público-privadas, políticas essas de marcante relevância para a produção do espaço em nosso país. Procuraremos compreender o feixe de interações que vai marcando os distintos momentos no capitalismo brasileiro ao longo dessas décadas. Serão reflexões bastante gerais que se constituíram apenas como “pano de fundo” para a compreensão dos efeitos locais de tais políticas que se manifestam em distintas escalas de intervenção: ação do poder central (governo federal), a ação dos distintos governos estaduais em acordo com os diversos status jurídico-político-administrativos do Estado do Rio de Janeiro, do Estado da Guanabara, da RMRJ e da própria metrópole carioca em sua permanente expansão ao longo do século XX e no século XXI até agora. Todas

essas escalas de ação acontecem imbricadas entre si e com a forte participação do capital privado nacional e internacional como nos mostram os diversos investimentos realizados em nosso município em estudo, os quais o tornaram bom exemplo da multiescalaridade que essas intervenções explicitam - Fábrica Nacional de Motores, Reduc, Coca-Cola, capital imobiliário privado, condomínios industriais, investimentos rodoviários/ferroviários, etc. Todos contribuindo para uma produção do espaço caxiense simultaneamente demarcado pelos limites municipais e pelas interações com o restante da Baixada Fluminense, com a metrópole carioca e com as distintas esferas do poder constituído.

Procuraremos estabelecer um percurso reflexivo que se inicia nas promessas e possibilidades adotadas pelo capitalismo desde sua fase liberal estabelecida em alguns vetores espaciais da Europa Ocidental Moderna e sua mundialização posterior, alcançando o que mais recentemente se denomina globalização. E fazemos essa pequena digressão é porque percebemos que aquelas promessas efetuadas pela burguesia em ascensão na modernidade capitalista ocidental permaneceram nos dois últimos séculos explicitadas nos discursos de ordem, de progresso, de modernização e de desenvolvimento, consoante a época nas quais tais discursos tenham sido elaborados e evidenciados em políticas públicas.

É nessa perspectiva que compreendemos a inserção do Brasil do pós Segunda Guerra Mundial e das décadas de 1960 e 1970 nas ações políticas de organismos internacionais que se traduziram na escala nacional em políticas de planejamento acarretando em intensas transformações no espaço brasileiro: substituição de importações, plano de metas, construção de Brasília, grandes obras rodoviárias, fortes investimentos em fontes de energia e em redes de transporte e de telecomunicações, tudo isso integrado a uma lógica desenvolvimentista a qual priorizando o desenvolvimento em implantação de técnicas no espaço, abria poucas perspectivas para investimentos sociais. Estabelecia-se assim uma opção do Estado brasileiro pelo desenvolvimento técnico (crescimento econômico) em detrimento do desenvolvimento social por mais simplificada que esta afirmação possa parecer, já que, no discurso oficial sempre se falou da preocupação do Estado com o bem-estar humano.

E a relação do município de Duque de Caxias com o projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro? Como se deu? Como ocorreu? Que efeitos espaciais na implantação de técnicas e os investimentos sociais podem ser

identificados? É nesta primeira problematização (investimentos desiguais e desigualizadores) que traçamos a nossa análise nesta parte do trabalho.

O modelo de desenvolvimento brasileiro vem se pautando desde a Segunda Guerra Mundial por algumas linhas ideológicas/políticas/econômicas que se traduziram em distintas maneiras de intervenção do Estado na economia em sua crescente associação com o capital privado e até mesmo mais recentemente a ele se submetendo. É claro que toda essa base ideológica, política e econômica se traduziu em diversas maneiras de (re)produzir o espaço (geográfico) nacional dotando-o de fixos e crescentes fluxos que simbolizaram a intensificação do movimento de mercadorias e pessoas no território brasileiro. No território caxiense, observa-se uma superposição de objetos e ações de densidades técnicas as quais expressam relações assimétricas de poder.

A industrialização e a urbanização a ela associada representaram os dois pilares básicos para essa verdadeira reestruturação espacial que vem ocorrendo há cerca de 70 anos. É nosso propósito fazer algumas interações entre o surgimento, o crescimento e as transformações espaciais ocorridas no município de Duque de Caxias e esses diversos momentos da reestruturação espacial brasileira integrada aos distintos momentos do chamado desenvolvimento capitalista do espaço brasileiro, conforme nos apresentou Plínio de Arruda Sampaio Jr.(2012) sintetizando o pensamento de muitos autores que sobre essa temática se debruçaram (Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Wilson Cano, Francisco de Oliveira, por exemplo). Escreve Sampaio Jr. (2012) que

a pretensão do neodesenvolvimentismo de pleitear a continuidade do desenvolvimentismo não encontra nenhum fundamento objetivo. As duas expressões do pensamento econômico correspondem a épocas históricas distintas e representam espectros ideológicos opostos (p.672).

Percebe-se nessa citação do autor a crítica ao novo desenvolvimentismo (ao qual chega a denominar como farsa) e lamenta o destino das políticas desenvolvimentistas as quais enaltece e, mais adiante no referido trabalho, considera como “tragédia” as sucessivas conjunturas políticas e econômicas que minaram as diretrizes desenvolvimentistas em nosso país. Mais adiante, Sampaio Jr. (mesma página) finaliza que

Ao identificar a realidade da economia brasileira contemporânea com o desenvolvimento capitalista virtuoso, o novo desenvolvimentista revela-se tal qual é – uma apologia do poder. Não passa de um esforço provinciano para dar roupa

nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial.

Se reproduzimos tais palavras do autor supracitado é porque acolhemos suas críticas ao novo desenvolvimentismo e à verdadeira mesclagem que este representa com relação ao neoliberalismo.

O desenvolvimentismo exerceu influência basilar na formação das estruturas política, social e econômica do Brasil contemporâneo. Publicamente incriminado e politicamente desconstruído a partir de meados da década de 1980, o desenvolvimentismo voltou a pautar o debate econômico atual (SALOMÃO, 2017, p.421).

Ao colocarmos esta citação neste momento da reflexão, pretendemos chamar atenção para três aspectos nela contidos: como foi importante o desenvolvimentismo para a organização da economia brasileira e dos sentidos que ela foi adquirindo; um segundo aspecto refere-se às críticas que essa corrente do pensamento econômico (bastante plural) foi recebendo ao longo dos anos de 1980, com isso se abrindo caminho para o neoliberalismo e para suas práticas anti-estatistas; o terceiro aspecto a destacar, chama-nos atenção para as duas últimas décadas nas quais tenta-se retomar alguns princípios do desenvolvimentismo, mas matizados pela força ideológica do neoliberalismo, formando um conjunto de ideias contraditórias ao qual muitos autores denominam novo desenvolvimentismo.

São esses três aspectos dos sentidos do desenvolvimentismo brasileiro e sua expressão espacial nas escalas nacional, estadual e municipal que constituem a linha mestra do pensamento que nos norteia ao elaborar este capítulo da tese.

4.1. A Política Desenvolvimentista: uma percepção espacial estatal

Observa-se que o emprego do termo desenvolvimentismo qualifica distintos fenômenos, do passado e do presente. Desta maneira, uma certa polissemia do conceito se traduz por algumas ambiguidades. Basta pensarmos no keynesianismo e no marxismo como matrizes teóricas que deram suporte ao desenvolvimentismo para observarmos a enorme gama de posições e combinações que marcaram (e, de alguma maneira, ainda estão presentes) as políticas econômicas de meados do século XX até o presente momento, mesmo que mescladas/ antagonizadas/ subsumidas pela (i)racionalidade neoliberal. Compreende-se que o conceito de desenvolvimentismo estará apoiado na realidade

histórica das políticas econômicas, ao mesmo tempo que em diversos discursos políticos.

As fases do desenvolvimento econômico tornam-se um tema fundamental para entendermos este trabalho e por isso é necessário que façamos um caminho reflexivo que se inicia com os momentos do desenvolvimento econômico brasileiro. Mas antes também precisamos contextualizar a nossa condição econômica que de maneira resumida e de forma geral, se encontrava, no início do século XX, na posição de um país agrário-exportador (sendo o café o principal produto de exportação) marcado por sistemas tradicionais de produção, uma atividade industrial incipiente, recentemente saído da escravidão (e todas as sequelas que esse momento traz), transitando de um sistema monárquico forçadamente para uma república de “botas” caracterizada pela limitação tecnológica, pela restrita economia, pelas amarras políticas e com uma imensa obsessão por alcançar o progresso, tendo pouca eficácia nas melhorias nas condições de vida da população brasileira.

Partindo das teorias do desenvolvimento, surgidas no pós Segunda Guerra Mundial, “simplistas e baseadas em diagnósticos comprometidos com a ideologia do progresso, sustentavam que os países subdesenvolvidos precisavam passar de um estágio tradicional a um estágio moderno através de inúmeras etapas intermediárias” (NIEDERLE & RADOMSKY, 2016, p.10), ou seja, de acordo com a ideia de “etapas” concebida por Rostow (1960), haveria um padrão a ser seguido, um modelo único para que todos os países considerados “atrasados” ou subdesenvolvidos alcançassem desenvolvimento.

Para sair dessa condição de subdesenvolvimento, foi pensado o Desenvolvimentismo, também conhecido por Nacional Desenvolvimentismo ou Desenvolvimentismo Clássico ou ainda “Velho Desenvolvimentismo³²” e Desenvolvimentismo tradicional³³ termos usados para explicar o pensamento ideológico e político que tomou conta do Brasil em meados do século XX, entre os anos de 1930 até os anos de 1990, sendo seu auge nos anos de 1950/1960 e que via no processo da completa industrialização por meio do planejamento e da

³² Autores que usam essa denominação: Rodrigo Castelo (Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012) e Leandro Ribeiro da Silva, (2013 - Tese: Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930 – 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo).

³³ Autor que utiliza essa denominação: KARTZ, Claudio. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

intervenção do Estado na economia um meio de superar a situação de pobreza e de reduzir a diferença entre os países “subdesenvolvidos” e os países “desenvolvidos”, termos utilizados então.

Foi essa visão dominante no mundo, de um desenvolvimento a ser alcançado, que se estabeleceu como caminho único que vigorou no Brasil (ou ainda vigora?) para alcançar os objetivos citados anteriormente. Como um dos elementos da ideologia hegemônica, o desenvolvimento é posto como a solução dos problemas da sociedade e, mais que isso, como o único caminho possível. Faz parte do senso comum acreditar que o desenvolvimento é algo benéfico e necessário, sem fazer uma reflexão crítica sobre as consequências das políticas e práticas a ele relacionadas e pensar diferentemente dessa ideologia dominante do desenvolvimento ou em outros caminhos para resolver os problemas de pobreza, carências da população e atraso técnico, expressava/expressa ir “na contramão” do mundo, um atraso ou mesmo um retrocesso, como nos esclarece o geógrafo Agueda (2019).

O desenvolvimento como modelo, como uma espécie de religião dogmática, inquestionável, torna-se uma concepção fechada, única. Da mesma forma, converte-se em uma ideia simples e naturalizada, onde opor-se ao desenvolvimento como é exposto significa se opor ao progresso, ao bem-estar da sociedade (p. 70).

Para seguir em direção ao progresso era necessário caminhar por esse “velho desenvolvimentismo” que foi marcado por três momentos: identificação do atraso com a pobreza econômica, intelectuais que viam o Estado como o único capaz de levar a construção de uma nação e a Cepal, que convergia para a ideia do Estado como promotor/indutor do desenvolvimento.

Esse discurso desenvolvimentista trouxe a ideia de que aspectos políticos, econômicos, sociais, enfim, tudo seria transformado para melhor. O velho e ultrapassado seria substituído pelo novo e moderno. Nesse sentido, a atividade industrial, vista como uma atividade avançada, substituiria, a atividade agrícola, vista como arcaica, obsoleta e ultrapassada. É nesse âmbito, na metade da década de 1940, que um conjunto de proposições teóricas e de políticas econômicas fortaleceu o que ficou conhecido como desenvolvimentismo cepalino, termo este que faz referência às teses dos autores da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), entre eles Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto entre outros que propunham que a industrialização apoiada pela ação primordial do Estado na economia seria o estopim para se alcançar o

desenvolvimento latino-americano, ou seja, a forma básica de superação do subdesenvolvimento.

Cabe lembrar aqui que esses autores cepalinos eram críticos daquele desenvolvimento do capitalismo dos países centrais, pelo qual, segundo alguns pensadores economistas, como Rostow (1960), se chegaria ao desenvolvimento cumprindo uma linearidade de etapas que seria o modelo dos países já desenvolvidos, como já apontamos acima, porém tanto os cepalinos quanto os desenvolvimentistas pensam o papel do Estado como um organizador da economia, não exclusivo, mas como um forte planejador e defendiam que a industrialização seria o caminho para se alcançar o desenvolvimento. Sobre isso, Colistete (2001, p.23) escreve que “todo o edifício da teoria cepalina estava fundado na hipótese de que a indústria seria capaz de se tornar o núcleo gerador e difusor de progresso técnico e produtividade”. Sendo assim, a industrialização juntamente com a urbanização eram os dois pilares do pensamento cepalino e do desenvolvimentismo. No entanto, esses pilares ruíram e tal promessa nunca foi realizada.

O pensamento da CEPAL é contemporâneo à vontade de algumas nações latino-americanas, entre elas, México, Argentina e Brasil, que queriam deixar para trás a imagem de colônias, de atrasados, de periféricos, de subdesenvolvidos com o objetivo de traçarem suas próprias veredas, ou seja, se transformarem em países relativamente independentes e donos de seus próprios destinos (COSTA, 2009).

Seguindo as orientações da CEPAL para sair dessa condição de atraso, esses países, latino-americanos, fazem a opção de uma política de desenvolvimento industrial, que incentive a reforma agrária, aperfeiçoe a destinação dos recursos produtivos e dificulte a evasão da produtividade. Cabe destacar que o desenvolvimento dessa indústria dinâmica era entendida por Prebisch como a principal responsável pela absorção de mão-de-obra e pela geração e difusão do progresso técnico. Ao adotar essa política, esses países mudam o eixo essencial da economia, baseado na industrialização para o mercado interno, diferente do que ocorria.

Então, para superar o denominado na época como subdesenvolvimento latino-americano, especificamente no caso brasileiro, uma estreita parceria ocorreu entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro dominando a produção de bens duráveis, e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção

(BECKER & EGLER, 2006) estabelecendo as bases do modelo conhecido como do “Tripé”. Recordamos aqui que nos anos 1960 e 1970, segundo Becker e Egler (2006), esse “tripé”, se organiza para produzir um espaço planejado, centralizado e organizado a partir de organismos federais, estaduais e municipais. Esse tripé econômico, coordenado pelo Estado, foi integrado a uma lógica espacial/social/econômica denominada desenvolvimentismo.

Um planejamento centralizado apoiado no tripé acima referido e na política desenvolvimentista explicitou-se em significativas obras de infraestruturas espalhadas pelo país. Esse pode se constituir num quadro referencial para marcar as primeiras décadas de existência das políticas públicas localizadas em empreendimentos que interferem fortemente com o seu entorno.

Se fazemos essa reflexão sobre o pensamento cepalino e o desenvolvimentismo “à maneira brasileira”, é porque percebemos uma intensa ligação entre essas linhas de pensamento e a execução de políticas públicas por parte do Estado brasileiro ao repercutirem nas transformações (socio)espaciais do país, do estado do Rio de Janeiro e do município de Duque de Caxias, nosso particular interesse.

O Estado, de acordo com o modelo do Tripé, deveria dar suporte para a industrialização e isso iniciou-se no período do Estado Novo através de vários investimentos em empreendimentos, entre eles podemos citar a Álcalis (1943), localizada em Cabo Frio; a Fábrica Nacional de Motores - FNM (1940), localizada em Xerém, atual quarto distrito de Duque de Caxias; a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (1941), localizada em Volta Redonda e a Refinaria de Duque de Caxias - Reduc (1961), localizada em Campos Elíseos, atual segundo distrito de Duque de Caxias. Desses empreendimentos daremos destaque mais detalhadamente aos dois que se encontram localizados no município de Duque de Caxias que aqui estudamos: a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria de Duque de Caxias.

O Estado foi responsável por investir na produção do aço e de motores de avião que foram pensados para atender a demanda dos países que lutavam contra o Nazismo. Destarte, Estados Unidos e Brasil estabeleceram laços que desencadearam um impulso na promoção de uma indústria de base que assegurasse a expansão do capitalismo no Brasil a partir do desenvolvimento industrial.

Sendo assim, dentro de uma concepção de nacionalidade e sociedade, foi pensado o projeto de cidade industrial para Duque de Caxias, a Fábrica Nacional de

Motores, como podemos observar a figura 6, uma “cidade imaginada”, como a denominou Souza (2014), que além do desenvolvimento industrial, visava também a criação de um espaço de formação do trabalhador nacional. Segundo essa autora, dentro dessa lógica, a sociedade idealizada era hierarquizada e ordenada a partir das orientações do poder central, visto como provedor das necessidades básicas do homem e condutor da nação à sua vocação: o progresso e a felicidade, como já apresentamos no capítulo 1.



Figura 6 - Instalações da Fábrica Nacional de Motores (FNM) na década de 1940, Xerém, Duque de Caxias/RJ ³⁴

A implantação de uma refinaria no município de Duque de Caxias, como podemos observar a figura 7, que em um primeiro momento foi denominada Refinaria Rio de Janeiro (REFRIO) começou a ser pensada alguns meses antes da criação da PETROBRAS, ocorrida no dia 04 de abril de 1952. O Conselho Nacional do Petróleo aprovou o Plano de Localização de Refinarias de Petróleo, que previa a construção de uma refinaria localizada na costa e que atenderia a zona geoeconômica dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais (COSTA, 2008).

³⁴ Fonte: RAMALHO, José Ricardo. Estado patrão e luta operária. O caso FNM. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

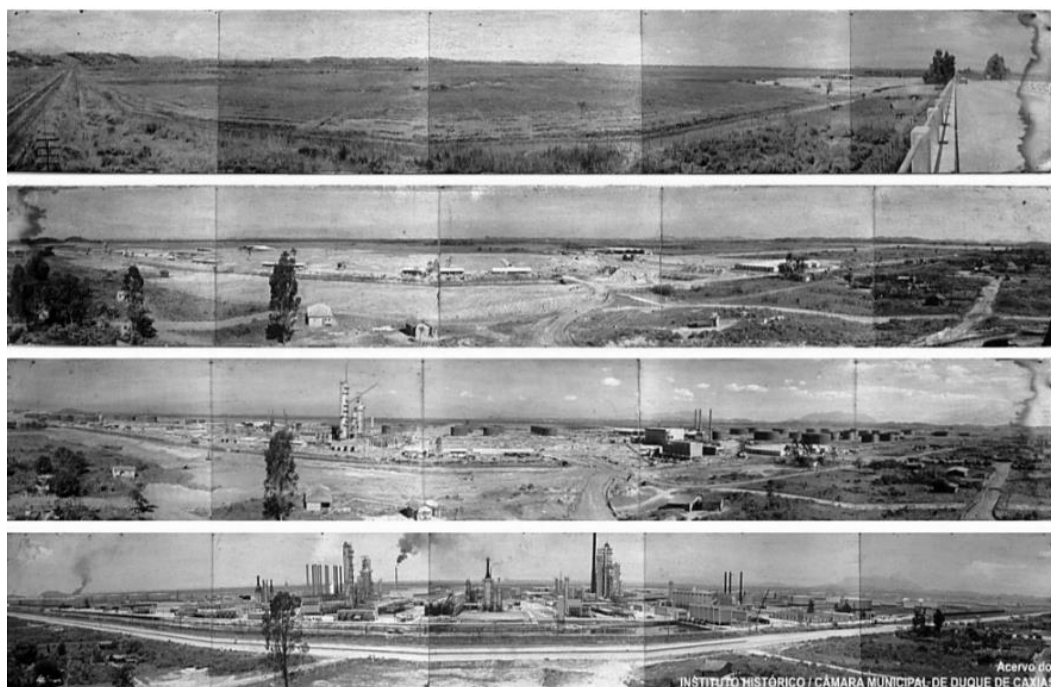


Figura 7 - Construção da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) na década de 1960³⁵.

Se pensarmos na implantação da Fábrica Nacional de Motores, em 1942, para produzir motores de aviões, como já vimos acima e na sua mudança nas décadas seguintes para produção de caminhões e de automóveis (quando se fabricou o famoso Alfa Romeo) ao passar para o controle acionário do capital italiano, podemos ver exemplificados no nosso município de estudo um pensamento cepalino voltado para a industrialização e para a urbanização, o pensamento desenvolvimentista que lhe dá continuidade (Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek) apoiando-se no rodoviarismo, na produção energética e na produção automobilística. Além de alguns bens de produção, podemos perceber como a metrópole do Rio de Janeiro, o estado do Rio de Janeiro e o município de Duque de Caxias (como vimos emancipado em 1942) vivenciaram multiescalarmente todo esse movimento de transformações (socio)espaciais, como chamamos e como foram se adaptando às diversas expressões que o capitalismo foi adquirindo em nosso país. Por outro lado, se lembrarmos o exemplo da Refinaria de Duque de Caxias, podemos perceber mais uma faceta da integração/ transformações (socio)espaciais referente ao município de Duque de Caxias como participante no movimento acima referido, agora como fornecedor de combustíveis.

³⁵ Fonte: Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias

Assim, a implantação da FNM e Reduc, para tomarmos como exemplo, ocorre a partir do pensamento cepalino, que influenciou fortemente a elaboração dos planos de desenvolvimento brasileiros entre as décadas de 1940 e 1980. Esse tipo de empreendimento localizado ali, fornecendo novos objetos geográficos que se constituíram em fixos fundamentais para a organização do espaço do município em estudo por uma política do governo federal, cuja sede estava na cidade do Rio de Janeiro.

Nos anos de 1960, com o Golpe de 1964, tem início um outro momento desenvolvimentista (1965 - 1985) denominado por Leandro Ribeiro da Silva como o modelo de desenvolvimento “perverso dos militares”, que significava a defesa dos interesses de uma minoria representada pela aliança entre o capital estrangeiro e o capital privado nacional, isto é, as grandes empresas, em detrimento dos interesses da maioria da população, sendo essa uma característica marcante da estratégia de desenvolvimento dos militares e excluindo essa população do processo de desenvolvimento.

Dois Planos Nacionais de Desenvolvimento foram engendrados pelos governos militares para promover o desenvolvimento econômico nacional a partir de empreendimentos infraestruturais em que grandes empresas de engenharia seriam contempladas. Investimentos na ampliação da capacidade produtiva das indústrias básicas e de bens de capital também marcavam esses planos nacionais.

No entanto, ambos os planos não se sustentam por muito tempo e entram em crise, abrindo caminho para políticas neoliberais na década de 1980, o que veremos na seção a seguir.

Ao atravessarmos algumas décadas desse movimento de transformações (socio)espaciais brasileiro fluminense carioca caxiense, poderemos compreender as diversas lógicas de alocação de investimentos e de reorientação das pessoas para residirem nas periferias das grandes cidades, sendo simultaneamente também sujeitos dessas ações realocadoras. Nos apoiamos em Harvey (2016) para entendermos que essas ações realocadoras de investimentos nada mais são do que a capacidade que o capital tem para se atualizar no espaço, ora criando, ora destruindo, interferindo assim nas relações sociais que se estabelecem nesse espaço:

o capital cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades em determinado momento, apenas para destruí-lo em outro e facilitar uma nova expansão e transformação qualitativa. O capital desencadeia as forças de “destruição criativa” sobre a terra”. Alguns grupos se beneficiam da criatividade,

enquanto outros sofrem o impacto da destruição. Invariavelmente, isso envolve uma disparidade de classes (p.146).

É importante ressaltar não somente o jogo de escalas a que se referiu acima, mas sobretudo o jogo assimétrico entre os sujeitos dessas ações (Estado, corporações de capital industrial ou imobiliário, conglomerados comerciais e o próprio conjunto dos trabalhadores/as - muitas vezes, utilizando autoconstrução como elemento importante para a alocação/ocupação/povoamento de muitas cidades periféricas brasileiras). No exemplo de Duque de Caxias pode se estabelecer uma relação direta com o neoliberalismo (e sua expressão espacial) e o novo desenvolvimentismo (também trazendo novos aportes à ocupação do espaço).

Percebem-se com isso movimentos de concentração dos meios de produção no espaço e de centralização de empresas e de capital ao mesmo tempo em que vão se redefinindo novas logísticas de dispersão de meios de produção, de investimentos e de trabalhadores/as, moradores/as formando novos desenhos espaciais que evidenciam a presença justaposta e superposta e distintas espaço-temporalidades relacionadas ao desenvolvimentismo, ao neoliberalismo e ao novo desenvolvimentismo.

Um fato relevante que nos remete ao período desenvolvimentista é a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1974, que preparou a fusão do estado da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975. Se lembramos este fato relacionando ao desenvolvimentismo é porque ele nos evidencia a política de planejamento locacional (FNM e Reduc) e explicita uma visão de gestão centralizada e planejada apoiada numa concepção de espaço absoluto/abstrato a qual ainda se mantém (mesmo que criticada) até os dias atuais.

Como já escrevemos na introdução deste capítulo, concordamos com Sampaio Jr. (2012), nas críticas que esse autor elabora com relação ao novo desenvolvimentismo ao nos lembrar que o que prevaleceu nas décadas posteriores aos anos de 1980 foram os princípios do neoliberalismo mesmo que mesclados a algumas diretrizes desenvolvimentistas que permaneceram. Esta visão é compartilhada com Boito Jr. (2006) quando nos chama atenção para as relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil e Oliveira (2018) ao dar destaque ao colapso e a crise e desestruturação produtiva na realidade metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, parece-nos difícil separar temporalmente o neoliberalismo e neo/novo desenvolvimentismo. Por isso, apresentamo-los de alguma maneira

mesclados mesmo que dando destaque a seus aspectos mais explícitos em cada um dos itens a seguir.

4.2. A política neoliberal: o espaço da desregulação

Ao refletir sobre o neoliberalismo no Brasil e suas políticas territoriais conduzindo a uma lógica de dispersão tanto de indústrias quanto de serviços e mesmo de pessoas, fica a imagem de um certo “transbordo” da aglomeração metropolitana do Rio de Janeiro. Diversos elementos, considerados já clássicos, como o que muitos autores chamam de deseconomias de aglomeração, mas também, uma outra lógica locacional, promovida por novas formas de acumulação do capital nos levam a pensar sobre o neoliberalismo como agressivo territorialmente e mais socialmente virulento, como nos lembra Leandro Dias de Oliveira (2018) ao escrever que

O neoliberalismo foi mais agressivo territorialmente e mais socialmente virulento em países como o Brasil, por exemplo, pois, nos tempos de privatização em larga escala, o território foi também, em grande parte, negociado para grandes empresários, além do completo desmonte dos investimentos estatais em melhorias das condições sociais da população (p.142).

A política neoliberal, que ganhou destaque no Brasil nos anos de 1990, como vimos, vai gerar repercussões espaciais. Denominado por alguns autores como “década neoliberal” ou “década desperdiçada”, “o neoliberalismo brasileiro nasceria a partir do edifício em ruínas do nacional-desenvolvimentismo, de todo seu aparato institucional, burocrático, político e econômico” (SILVA, 2013, p.151). Podemos entender a partir dessa metáfora que esse “edifício” é a regulação, ou seja, é a política de intervenção promovida pelo Estado desenvolvimentista juntamente com o planejamento centralizado e que agora em “ruínas” vai abrir caminho para a desregulação ocorrida na política neoliberal. É importante ressaltar que a desregulação não significou menos regulação, mas sim a adoção de outros mecanismos de atuação estatal. Nesse sentido, para exemplificar um desses possíveis mecanismos, podemos citar Acselrad (2015) que nos elucida com o pensamento de que poderes locais assumem protagonismo para alavancar o desenvolvimento local.

Para um certo número de autores, o novo modo de regulação urbana pós-fordista se caracterizaria pelo fato das condições de reprodução do capital serem menos coordenadas pelo estado central, com os poderes locais assumindo um papel proativo nas estratégias de desenvolvimento econômico (p.65).

Esse papel proativo expandiu-se a partir dos anos 1990 (apoiado pelos royalties do petróleo, como já vimos) e intensificou-se a partir da década de 2000 com base em ações voltadas para a atração de investimentos. Consiste, fundamentalmente, em políticas de atração de empreendimentos industriais e de serviços apoiadas em formas de liberação de impostos além de outras maneiras de atrair capitais num processo que gerou e gera grande competição entre prefeituras, estados e países, quando se trata da escala global. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como em outras partes do estado do Rio de Janeiro, tem acontecido uma espécie de “guerra fiscal” entre algumas prefeituras da região. Podemos lembrar o exemplo da capital, buscando atrair eventos de grande repercussão e de natureza variada, além de Itaguaí, Queimados e Rio Bonito, por exemplo, cujas prefeituras criaram políticas de atração de recursos, como nos aponta Oliveira (2018, p.139), ao se referir especificamente a esse último município.

Outro movimento interessante que expressa a deslocalização de empresas em busca de vantagens fiscais é aquilo que Acselrad e Bezerra (2009) denominaram chantagem locacional quando escreveram sobre a desregulação e deslocalização de empresas e demonstraram o poder que elas adquiriram a ponto de escolher onde se localizar apoiadas em promessas e concessões estabelecidas entre tais empresas e as prefeituras. Esse movimento ocorreu (e ainda ocorre) num acirramento de competição entre poderes locais.

Cabe chamar atenção aqui para as lideranças locais do município de Duque de Caxias dentro da ideia da política neoliberalista, que ao tentarem novos arranjos econômico-espaciais para engendrar ou perpetuar o desenvolvimento econômico local acabam por promover o que Silva & Aragão (2020) denominam por “gestão da barbárie”. Tal expressão surge diante de um cenário pandêmico da Covid19 em que o então prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis, desestimula o isolamento social permitindo o funcionamento do comércio e até incentivando a abertura de igrejas. A plataforma do Jornal Extra divulgou no dia 24/03/2020, quase um mês após a confirmação da primeira morte por coronavírus no Brasil, um vídeo em que o prefeito diz: “Cura virá das igrejas³⁶”.

³⁶ “Cura virá das igrejas, diz prefeito de Duque de Caxias sobre coronavírus”. Extra, 24/03/2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/cura-vira-das->

A realização de feiras livres, a abertura do comércio³⁷ e de casas lotéricas também seguiu funcionando normalmente³⁸, essa última inclusive sob a alegação de fazer parte dos serviços essenciais³⁹, ou seja, em nome do capital, líderes locais subordinam a vida dos moradores(as)/trabalhadores(as) caxienses ao lucro de comerciantes e patrões, devidamente amparados por leis e decretos em que é possível perceber o “esgarçamento dos próprios limites do Estado” (SILVA & ARAGÃO, 2020, p. 427).

A metáfora do “esgarçamento”, ao contrário do que possa nos levar a pensar, ou seja, que está muito gasto pelo uso, na verdade, deve ser entendido como alargamento da força/poder que o Estado tem para favorecer a circulação dos fluxos do capital pelo espaço. Souza (2020) nos explica esse “esgarçamento” quando exemplifica a atuação do Estado ao oferecer vantagens locacionais para atrair investimentos. De acordo com o autor,

o Estado como promovedor de um “ambiente de negócios”, que tem por objetivo atrair investimentos em seu território, facilitando para o capital se territorializar e oferecendo vantagens locacionais em suas múltiplas escalas administrativas – de mobilidade, serviços e mão de obra, como parte do discurso neoliberal do Estado-empresa (p.192).

Como apresentamos na seção anterior deste capítulo, algumas empresas e serviços se deslocam para a Baixada, especificamente para o município de Duque de Caxias, tais como os condomínios industriais, a Coca-Cola, as universidades particulares, shopping centers, feirão das malhas e o comércio de rua de forma geral. Esses empreendimentos marcam a junção do capital privado com o capital público e a especulação imobiliária do município de Duque de Caxias. O deslocamento do capital em direção a periferia alimenta ou faz surgir novas centralidades. Essas centralidades “são produzidas muito menos pelas necessidades da cidade de desempenhar as funções de comércio e de serviços, e, muito mais, devido às

³⁷ “Na Baixada Fluminense, Duque de Caxias é o único município que se nega a fechar comércio”, Folha de São Paulo, 30/03/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/lider-em-casos-de-coronavirus-na-baixada-fluminense-duque-de-caxias-se-nega-a-fechar-comercio.shtml>. Acesso em 29/09/2022

³⁸ “Corona vírus: moradores de Duque de Caxias ignoram recomendações de isolamento social”, R7, 20/03/2020. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/coronavirus-moradores-de-duque-de-caxias-ignoram-recomendacoes-de-isolamento-social-20032020>. Acesso em 29/09/2022

³⁹ O texto da decisão do TRF-2, datado de 31/03/2020, está disponível integralmente em: <https://www.conjur.com.br/dl/trf2-garante-lotericas-igrejas-essencial.pdf>. Acesso em 29/09/2022

necessidades de reprodução do capital do setor imobiliário” (LENCIONI, 2013, p. 29).

Retomando Souza (2020) ao abordar a construção do Arco Metropolitano nos leva a refletir sobre os investimentos do capital público e do capital privado na periferia, permitindo a descentralização e a deslocalização das unidades produtivas, das unidades de comércio, para fazer face ao consumo. Ou seja, através da construção do Arco Metropolitano ocorre uma reconfiguração espacial na qual o interior passa a atrair atividades que antes estavam concentradas e centralizadas na capital metropolitana. Segundo o autor,

em uma escala regional, o Arco é um projeto que fomenta a abertura de novos espaços imobiliários, especificamente industriais e logísticos, em suas adjacências, articulando eixos como a rodovia Presidente Dutra e a Washington Luiz. Essa conexão abre uma integração do espaço metropolitano de modo significativo para o mercado imobiliário do setor logístico-industrial (p.46).

Mesmo que o autor supra apontado se refira a porção oeste da Baixada Fluminense, em nosso ponto de vista, podemos também acrescentar que os condomínios industriais, o Porto de Itaguaí e o Polo Petroquímico de Itaboraí também são exemplos dessa interiorização.

Mas se por um lado percebemos essa reconfiguração espacial dos empreendimentos através da deslocalização, por outro não podemos esquecer que a centralização da gestão permanece na capital metropolitana. Há uma deslocalização das unidades produtivas, das unidades de comércio para fazer face ao consumo, mas a centralização da gestão continua na capital carioca.

Analizando o processo de acumulação do capital e as suas complexas formas de espacialização, Harvey (2005) escreve que a superação das crises capitalistas ocorre a partir da ampliação de sua reprodução que faz participar novas áreas ao sistema capitalista. Por isso, o desenvolvimento é expansionista e gera conflitos e contradições, pois sua expansão não se dá sobre um espaço “vazio”, mas sobre outras formas de vivências do espaço que são desarticuladas, absorvidas ou apagadas nesse processo. As crises do capital, na verdade, uma crise estrutural do capital que se apresenta eventualmente explicitada nos remetem a pensar sobre a constante busca pela superação dessas “crises” ao expandir continuamente os investimentos de capital para áreas “fracamente capitalizadas” ou num processo de reinvenção continua das formas de acumulação nas áreas mais “densamente capitalizadas”.

Nesse processo de reinvenção permanente estabelece-se um jogo de competição inter-capitais no qual, com o neoliberalismo verifica-se uma hegemonia do capital financeiro e a financeirização de todas as dimensões da produção e do consumo, das empresas e da vida privada.

Sobre a financeirização dessas diferentes escalas do vivido, recorremos a Tonucci Filho (2017, p. 439 e 440) de onde retiramos as ideias a seguir apresentadas. Mesmo após o declínio de um regime de acumulação centrado na indústria, esse vínculo permanece em cena de forma decisiva na dinâmica metropolitana contemporânea, o que nos remete à manutenção de alguns princípios do desenvolvimentismo mesmo em tempos de neoliberalismo.

Sobre alguns resquícios do desenvolvimentismo e a plena abertura para o modelo neoliberal de organização da economia e do espaço, Tonucci Filho (2017) escreve o seguinte:

Para além dessa primeira forma com que as transformações sociais operadas pelo neoliberalismo se fazem presentes na metrópole, há também um fortalecimento progressivo de formas de operação e realização do neoliberalismo a partir do Estado nas escalas local e regional – em grande medida a partir do imperativo das chamadas vantagens comparativas e de uma forma de planejamento e gestão em busca de uma suposta eficiência pautada pelos padrões do mercado, logo, abrindo terreno para sua expansão e predomínio (p. 434).

Percebemos nessa citação que o autor revigora a importância da competição inter-capitais e a relevância do espaço no intrincado jogo das vantagens locais. Nota-se que não se trata de um espaço de aglomeração, mas de um espaço de dispersão – o capital se expandindo para novas áreas e se reestruturando nas mais antigas.

Corroborando essas observações Tonucci Filho (2017) nos aponta,

em paralelo ao avanço do neoliberalismo em escala ampla, o capitalismo contemporâneo é marcado por uma expansão do setor financeiro e em sua proeminência política em relação a outros setores e grupos de interesse anteriormente mais fortes nos espaços de disputa entre capitais (p. 439).

No mesmo texto, mais adiante, o autor supracitado nos encaminha para uma relação muito relevante que atravessa boa parte de nosso trabalho – a financeirização, o crédito e o endividamento. Sobre isso, escreveu Tonucci Filho (2017, p. 440), “padrões semelhantes ocorrem na ponta do crédito, na busca por novas formas e mercados para a ampliação da concessão de financiamentos de forma ampla e do endividamento”.

Esse movimento/momento do capitalismo explicitando financeirização, o crédito e o endividamento levam-nos a reforçar a ideia de que toda a sociedade em permanente (re)espacialização está em plena integração ao valor de troca independentemente da classe social embora ressalvadas as desigualdades frente as distintas maneiras de obtenção do crédito e de convivência com o endividamento.

É nessa perspectiva que percebemos a inclusão das periferias metropolitanas (como vimos espalhadas por toda parte do tecido urbano – metropolitano) e dentre elas as desigualdades (sócio)espaciais no município de Duque de Caxias.

Ao escrever sobre crédito e endividamento nas periferias recorreremos mais uma vez a Pinho (2021) que nos esclarece que

o crédito e o processo de mobilização das populações pobres nas regiões metropolitanas são ligados a um movimento de dependência estrutural do acesso às formas de crédito e ao endividamento e à mobilização dessas populações enquanto sujeitos do consumo e do processo mais amplo de financeirização da economia (p.541).

Esse mesmo autor, em outra obra explica que

procuramos analisar esse processo a partir da perspectiva da ficcionalização do capital e os fenômenos de mobilização das populações mais pobres no sistema de crédito e no consumo a partir de um processo mais amplo de uma totalidade social negativa da reprodução capitalista que envolve a todos (PINHO, 2017, p.12).

Essa citação nos remete ao que já foi apresentado no capítulo 2 neste trabalho, quando apontamos para a noção de socialização negativa (expressão de Kurz) para destacar a maneira como, no momento atual da reprodução do capitalismo, se inserem todos os sujeitos sociais na lógica do valor de troca, embora a denominada inserção negativa (expressão de Pinho) se explicita mais nitidamente entre as populações periféricas pobres. A isso voltaremos no capítulo seguinte.

As crises estruturais do sistema capitalista que se abatem sobre o Rio de Janeiro, de maneira particular devido ao jogo (da desigualdade) político entre as escalas federal, estadual e municipal, jogo esse que se repete, porque a lógica do capital é uma lógica de crises, ou seja, manifestam-se de maneiras distintas, mas é a mesma: tudo mudar, para tudo manter.

Iniciamos esta seção apresentando as políticas do espaço e como elas são resultados das políticas de governo. Vimos que enquanto no desenvolvimentismo a palavra-chave era regulação pelo Estado, no neoliberalismo é a desregulação, a privatização, a deslocalização, é parceria do público com o privado e a financeirização, já no novo desenvolvimentismo, que veremos a seguir, mistura

aspectos do desenvolvimentismo com o neoliberalismo, sendo este último a base ideológica de sustentação das políticas, inclusive das sociais como veremos.

4.3. A Política Novo Desenvolvimentista e suas repercussões (socio)espaciais

Como já deixamos claro nos itens anteriores e continuando com Sampaio Jr. (2012), com Boito Jr. (2006) e nos apoiando ainda em Oliveira (2018) relembramos que para nós o chamado novo desenvolvimentismo representa uma “revisão” progressista dos princípios neoliberais que vem norteando a política econômica do governo brasileiro incluindo em todas as escalas administrativas e das diversas intervenções espaciais que resultam de um emaranhado de ideias que se cruzam num jogo político (e dos políticos). Também podemos retomar Kurz (2010, p.1), já apresentado no segundo capítulo deste trabalho e que aqui reproduzimos ao dizer que “prova-se que a doutrina neoliberal sempre tinha um núcleo estatista. A estatalidade constitui um momento objectivo da socialização negativa através do capital”. A seguir o autor escreve, reforçando a nossa posição de que o neoliberalismo não rompeu inteiramente com o desenvolvimentismo e, portanto, o novo desenvolvimentismo também não rompe com o neoliberalismo. Diz esse autor que: “tal como nas próprias categorias económicas, também na administração estatista da crise os irmãos inimigos keynesianismo e neoliberalismo se revelam como membros da mesma família” (KURZ, 2010, p.1).

Pode parecer controverso, mas torna-se plenamente coerente com o emaranhado de intervenções políticas de natureza tão diversa no qual se vê a coexistência da política fiscal, da precarização das relações de trabalho e da abertura total ao capital internacional com ações compensatórias de cunho social que incentivam o consumo. Criou-se um equilíbrio muito precário nos últimos vinte anos nos quais se alternaram alguns momentos de políticas de cunho social com políticas de cunho fiscal. Basta lembrar a presença de Henrique Meirelles e Joaquim Levy, fortemente ligadas ao mercado financeiro em governos de cunho progressista. Mas, sem dúvida, a partir de 2015, percebe-se um fortalecimento das características neoliberais em nossa política (final do governo Dilma, governo Temer e governo Bolsonaro) as quais, ao mesmo tempo que travaram alguns poucos avanços sociais, ainda desmontaram algumas políticas compensatórias que existiam – Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, bolsas para estudantes, etc.

Espacialmente também podem ser percebidas diversas transformações (socio)espaciais que vão desde a reprimarização das exportações até grandes obras como a transposição do Rio São Francisco, mas sempre com a manutenção nas diretrizes neoliberais, conforme apontamos acima.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro todos esses aspectos tem aparecido hiper dimensionados. A crescente importância do petróleo na economia do estado do Rio de Janeiro, na capital do estado e de Duque de Caxias, em particular, nos liga a reprimarização da economia; os megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, com repercussões em toda a região metropolitana, reforçam a ideia de cidade-vitrine, sede de espetáculos grandiosos que a projetaram internacionalmente; a construção da BR-493 (Arco Rodoviário Metropolitano) que liga o complexo portuário de Itaguaí às grandes rodovias-tronco que se abrem a partir da região metropolitana, com a Refinaria Duque de Caxias e com o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro) em Itaboraí com forte influência em todo leste metropolitano; a proliferação de condomínios industriais, espalhados por todo entorno da RMRJ e de grandes depósitos de mercadorias formaram uma nova logística industrial a qual reflete a flexibilização de investimentos e até mesmo do próprio sentido/desenho da fábrica que se torna cada vez menos fixa e mais deslocalizável. Todos esses elementos se mesclam e superpõem provocando uma forte amplificação da crise estrutural do capitalismo e que repercute “domesticamente” em nosso estado e no município de Duque de Caxias com características muito particulares, como já apontamos em outra parte. Tomemos como exemplo o Arco Metropolitano, apoiados em Oliveira (2018) para exemplificar um momento mais recente da crise fluminense, há cerca de quinze anos, em junho de 2008, cercadas de grande otimismo e de euforia política, foram iniciadas as obras para a construção do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro, ligando o COMPERJ ao Porto de Itaguaí. Havia a intenção dupla de, ao mesmo tempo, diminuir o fluxo de veículos de carga pela cidade do Rio de Janeiro e por alguns dos municípios da Baixada Fluminense e incentivar o desenvolvimento econômico nas áreas mais afastadas do centro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com Oliveira (2018),

Atualmente, o Arco Metropolitano pode ser considerado, sem qualquer exagero, o arquétipo sinistro do colapso dos modelos de desenvolvimento brasileiro e fluminense. Símbolo da logística como virtude espacial e da aposta no nomadismo empresarial no tabuleiro econômico da globalização (p.134).

No diálogo com esse autor, destacamos o nomadismo empresarial para relembrar a fluidez de capitais e de empreendimentos logísticos que vem ocorrendo naquilo que o autor denomina borda metropolitana do Rio de Janeiro. Este movimento exemplifica o processo de acumulação flexível de capital e a importância das parcerias público-privadas, às quais já nos referimos anteriormente e agora retomamos.

Como vimos, políticas novo desenvolvimentistas se apoiam também nas parcerias dos investimentos públicos com o setor privado, em outras palavras, misturam aspectos do desenvolvimentismo com o neoliberalismo. No entanto, segundo Niederle e Radomsky (2016, p.86), contrariamente ao seu primogênito, o novo desenvolvimentismo não é essencialmente protecionista e tem um foco menos evidente nas políticas de proteção à indústria nascente, uma vez que, nos países em desenvolvimento, o setor industrial já estaria consolidado. Para entendermos um pouco melhor essa mistura entre investimentos públicos e o setor privado, precisamos entender em que contexto se deu essa junção.

Os anos da década de 2000 marcam a crise estrutural da política neoliberal, fazendo surgir algumas variantes e dando início a um novo formato de política em que o Estado passa a se preocupar também com a questão social. Vimos no final do capítulo 2, que em alguns momentos, como brevemente aqui no Brasil aconteceu, o Estado se travestiu um pouco de “Welfare State”, ou seja, as políticas sociais ganharam maior importância, mas na maior parte do tempo, o que interessava eram as políticas facilitadoras da reprodução ampliada do capital. Esse novo momento político que busca introduzir uma justiça social é denominado por Castelo (2013) como social-liberalismo e segundo o autor caracteriza-se por promover

um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social. Ou seja, as desigualdades socioeconômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Assim, as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter significados políticos e culturais conservadores (p. 247 e p. 248).

Mesmo apresentando ideologias contraditórias, Luís Inácio Lula da Silva ao ganhar as eleições de 2002 mantém esse formato e dá continuidade, com uma nova roupagem às políticas públicas de transferência de renda para que famílias superem a condição de pobreza que se encontram, porém não é o suficiente. São necessárias

outras ações/políticas que, paralelamente a essas políticas, possam garantir condições de superação da pobreza, confirmando o que foi anteriormente exposto, mesmo que tivesse como preocupação solucionar questões ligadas ao social, não poderia se sustentar, se os interesses dos empresários não fossem garantidos. Os autores Medeiros, Britto e Soares (2007) em artigo intitulado, Transferência de renda no Brasil, esclarecem que

opor as transferências a investimentos ignora a possibilidade de que ambos sejam complementares. Afinal, as transferências permitem que as famílias consumam mais, e aumento de consumo pode estimular investimento. Se as pessoas querem comprar mais, os empresários vão querer produzir mais (p.19).

Aqui lembramos que todas essas iniciativas ocorrem dentro de um grande “guarda-chuva” de incentivos vindos de organismos internacionais com o propósito de incorporar o pobre à lógica do mercado, tal como visto acima e que está focada em outra parte do trabalho quando se apresenta “desenvolvimentos para os pobres” conforme o denominou, com carácter crítico, Ballard (2013).

Luís Inácio Lula da Silva, ao se reeleger em 2006, promove mudanças na direção da gestão do Estado que passa a atuar como agente indutor do crescimento econômico, característica do novo desenvolvimentismo, e não mais como financiador, como ocorria na política desenvolvimentista. Tal característica nos é apresentada por Souza (2020) que esclarece que a política do governo petista retorna ao modelo agroexportador para promover a economia. Nas palavras do geógrafo,

o novo desenvolvimentismo, que deu base aos governos do PT, se apoiou na acumulação produzida pelo sistema agroexportador do agronegócio brasileiro, diferente da visão clássica de desenvolvimentismo, que foi o principal “financiador” do processo de modernização infraestrutural, industrial e urbana (p.69).

Constituindo aquilo que muitos autores, entre eles Svampa (2016), denominaram de neoextrativismo, a fase é marcada por um movimento de volta/retorno a perspectiva eldoradista, visão utilitarista, em que a natureza é só um produto/mercadoria a ser explorado(a). Esta perspectiva é marcada pelo modelo primário exportador, baseado na exploração de matérias primas, ou seja, depois de ter passado por uma fase de substituição de importações e a produção do mercado interno, o Brasil voltou a partir dos anos 2000 à fase de exportação de produtos semimanufaturados como minerais (alumínio, ferro, entre outros), vegetais (agronegócio da soja) e o petróleo em sua produção e refino. Esse último vai nos

interessar particularmente por ser de fundamental importância econômica tanto para o estado do Rio de Janeiro quanto para o município de Duque de Caxias.

A atividade extrativista é a principal responsável pela retomada do crescimento econômico e produtividade no Estado do Rio de Janeiro, orientando a reestruturação de outras atividades. Como exemplos de outras atividades temos o setor naval, de forma lenta, e a criação do polo gás-químico em Duque de Caxias, ambos recebendo importantes investimentos, o que abordaremos a seguir, e fazendo crescer a economia industrial localizada na RMRJ (OLIVEIRA, 2003). A atividade de refino na Refinaria de Duque de Caxias também cresceu, ampliando a produção e arrecadação do setor químico no estado.

A respeito dos investimentos público-privados, segundo Baptista (2017), entre o final da década de 1990 e 2015, o Brasil se destacou pelo aumento do influxo de investimentos externos diretos com a ampliação dos investimentos chineses no território nacional. Merece destaque para essa pesquisa o fato de que o estado do Rio de Janeiro recebeu, no período que corresponde 2010 - 2016, US\$ 21,9 bilhões, aproximadamente, em investimentos oriundos da China, possibilitando a implantação de atividades produtivas nos setores de energia, siderúrgico, ferroviário, infraestrutura, automotivo e de informática.

Como já visto em capítulos anteriores, a partir dos anos 2000, o Banco Mundial e o FMI começam a estimular acordos bilaterais não apenas entre estados-nação, mas também entre prefeituras/cidades com estado-nação ou com outras cidades. É interessante notar que a abertura ao capital estrangeiro passa a ocorrer a partir de um movimento em que muitos gestores municipais e estaduais passaram a ser atores financeiros importantes em busca de empréstimos, investimentos, contratos fora do território nacional, incentivados por organismos internacionais e pelo BNDES, o que antes não acontecia.

Para ilustrar tal situação, podemos lembrar da viagem feita por Washington Reis, prefeito do município de Duque de Caxias (2017 - 2020), no dia 14 de junho de 2019, à província de Zhejiang, no sudeste chinês, juntamente com uma comitiva política composta de deputados, vereador, secretário e assessores, em que procurou estreitar relações com o vice-governador da província Gao Xing Fu para fomentar o desenvolvimento do município, principalmente a partir do setor tecnológico.

Segundo a declaração do então prefeito, a busca por novas tecnologias, significaria oferecer “benefícios” para os/as caxienses além de “facilitar e

melhorar” a vida dos moradores locais, o que se coaduna ao projeto de tornar o município de Duque de Caxias mais atraente para outros empreendimentos. Nas palavras do prefeito à época, Washington Reis,

Com o crescimento da nossa cidade temos a obrigação de pensar em soluções tecnológicas inteligentes para facilitar e melhorar a vida da população. Esse encontro com certeza vai render grandes benefícios para o nosso povo. O contato com os chineses, que têm tanta expertise em tecnologia e desenvolvimento de cidades, vai ser fundamental para nos ajudar a colocar em prática várias iniciativas do nosso projeto de transformar Caxias em uma grande Smart City⁴⁰.

Aparentando demonstrar, o que já comentamos anteriormente, uma preocupação com a questão social, na verdade o que percebemos são políticas facilitadoras da reprodução ampliada do capital e o não comprometimento efetivo com os problemas socioespaciais enfrentados cotidianamente pelas classes subalternas, o que veremos em outro capítulo.

Voltando aos investimentos estrangeiros, os motivos e/ou fatores que conduzem à inserção do Estado do Rio de Janeiro, de forma geral, como recipiendário de investimentos chineses se deve ao fato de que é o Estado que garante ou é o avalista de tais investimentos. Podemos perceber que essa característica do Estado está presente em todos os momentos, seja na política desenvolvimentista, seja na política neoliberal, seja na política novo desenvolvimentista. Ele é sempre o “fiador”, o garantidor do capital em todos esses momentos, ao longo de todas essas décadas.

O Estado, ao contrário do que possa parecer, é sempre o protagonista. Em determinados momentos sua atuação é mais direta, como na política desenvolvimentista dos anos de 1950, 1960, 1970, em que é o promotor/gestor/organizador. Em outros momentos ele passa a ser um ator que divide com o capital privado a responsabilidade nos investimentos. É o capital privado que investe, mas investe apoiado nas oportunidades e nas garantias que o Estado oferece. O Estado custeia parte desses empreendimentos e entrega para o capital privado administrar. O Estado deixa de ser administrador e passa a ser empreendedor em relação ao desenvolvimento econômico (HARVEY, 2005, p. 167). Como exemplo dessa parceria, citamos a Rodovia Washington Luís (BR-

⁴⁰ Declaração retirada do portal de notícias da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, a qual detalha os acordos feitos pelo prefeito Washington Reis. Disponível em: <https://duquedecaxias.rj.gov.br/noticia/prefeito-washington-reis-reune-se-com-vice-governador-dezhejiang,-na-china/1158>

040), no trecho que compreende o município de Duque de Caxias (km 100 ao km 125) e que inicialmente implantada/construída pelo Estado, a partir da concessão à iniciativa privada, na metade da década de 1990, passa a ser gerida pelo grupo Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (CONCER).

Mas o que esse empreendimento entre outros empreendimentos tem gerado de benefício para os moradores e para a economia no município? Que prejuízos vieram juntos com esses empreendimentos? O que esses empreendimentos significam para quem é morador do município? O que esse empreendimento significa para o espaço vivido pelos/as caxienses?

Na lógica da acumulação capitalista, empreendimentos de estrutura espacial fixa (refinarias, rodovias) pensada para que em Duque de Caxias, num primeiro momento através do processo de industrialização, em um contexto do pensamento desenvolvimentista/cepalino promovesse o crescimento, se tornou uma barreira para esta propagação ou continuação desta lógica capitalista.

Em seu livro, *A Produção Capitalista do Espaço*, David Harvey (2005) ao falar da lógica de acumulação capitalista, pontuando sobre localização, esclarece que os fixos após construídos podem se tornar uma barreira para a sua expansão. Segundo o autor,

o surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições. Para superar barreiras espaciais e “anular o espaço pelo tempo”, criam-se estruturas espaciais, que no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional. Essas estruturas espaciais se manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movidos sem serem destruídos (p.53)

Seguindo as ideias do autor supracitado, podemos perceber a Fábrica Nacional de Motores e a Reduc, enquanto capital fixo, num primeiro momento gerando lucro, pois de acordo com o pensamento cepalino desenvolvimentista de industrialização, deviam promover o desenvolvimento do território. Ou seja, é importante para a lógica de acumulação capitalista, mas depois se torna uma barreira, pois se a lógica de acumulação capitalista é a expansão, ali, na FMN (até os anos de 1980) e na Reduc, o capital está aprisionado.

Mais uma vez recorremos ao geógrafo David Harvey (2006), que em seu livro, *Os limites do capital*, nos leva a considerar como a formação, o uso e a circulação do capital fixo (implícitos na ideia da mudança tecnológica) se relacionam com a acumulação.

Nesse sentido, foi necessário repensar essa lógica de acumulação capitalista para os objetos geográficos localizados no município de Duque de Caxias, entre eles podemos destacar, novamente, a Reduc e a Rodovia Washington Luís (BR-040). O repensar passou por reativar tecnicamente a Reduc que deixou de ser uma barreira quando passou a estar integrada, a partir do final dos anos 1980, a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro.

Quando observamos num primeiro momento a concepção da Reduc (CEPAL e a industrialização/ desenvolvimentismo) e o início do seu funcionamento, nos anos 1970, com o petróleo descarregado no terminal da Ilha do Governador seguindo por oleoduto, passando pela Baía de Guanabara em direção a refinaria e um segundo momento (neoextrativismo/novo desenvolvimentismo) quando ela (Reduc) se integra à rede de produção de petróleo no Rio de Janeiro (precisa expandir sua capacidade de produção), identificamos a adequação à lógica do capital nos diferentes momentos (desenvolvimentismo, neoliberalismo e novo desenvolvimentismo).

O mesmo ocorre com a Rodovia Washington Luís (BR-040) que inicialmente foi construída para encurtar o tempo de viagem entre a metrópole do Rio de Janeiro e Petrópolis, tornando-se um corredor de deslocamento de pessoas, mercadorias e capitais e com o passar dos anos se tornou importante por incorporar em suas proximidades ou junto a própria rodovia atividades econômicas reprodutoras do capital, entre elas o polo de roupas, denominado Feirão das Malhas, a Fábrica da Coca-Cola, em Xerém, além dos treze condomínios industriais localizados ao longo da referida rodovia e do Arco Metropolitano (BR-493) no trecho do município em estudo.

A Rodovia Washington Luís (BR-040) e a Reduc são objetos geográficos “fora” do contexto geográfico atual, engendrados por outras lógicas espaciais, pensados por uma política do governo federal, cuja sede estava na cidade do Rio de Janeiro. Se no passado foram implantadas por uma política que visava o desenvolvimentismo através da industrialização, hoje seguem o caminho do novo desenvolvimentismo. Atualmente permanecem mantendo um certo grau de “descolamento” com relação ao seu entorno mesmo já apresentando alguma funcionalidade para as relações socioespaciais na escala local, o que não acontecia até algumas décadas atrás.

Este quarto capítulo procurou apresentar as repercussões no espaço do município de Duque de Caxias das políticas desenvolvimentistas, neoliberalistas e novo desenvolvimentistas. Independentemente das políticas governamentais, não é possível visualizar ainda relevantes melhorias nas condições de vida dos/das caxienses, portanto, não se realizando um verdadeiro desenvolvimento, algo prometido pela lógica de acumulação capitalista, mas de difícil (ou impossível) execução.

Vimos que políticas de intervenção do Estado no desenvolvimentismo, ou políticas de desregulação no neoliberalismo, ou ainda, a parceria de investimentos públicos com o setor privado, também na política do novo desenvolvimentismo engendraram elementos/empreendimentos no espaço geográfico caxiense. Ao observarmos esses empreendimentos na paisagem entendemos que representa uma escolha política dos executores do ordenamento espacial em Duque de Caxias, com evidentes sinais de não atendimento às necessidades sociais das pessoas.

Como nos informam Pinho, Germano e Alves (2023) quando escrevem que

Apesar dos descaminhos dos projetos [novo] desenvolvimentistas para a borda metropolitana, este novo processo de reestruturação tem surgido sobre seus escombros. Este fenômeno, contudo, também traz consigo outra mudança significativa: uma maior integração entre agentes imobiliários e o circuito financeiro. A instalação e ampliação dos condomínios industriais se deu em íntima correlação com a esfera das finanças e com os bancos, seja em termos de gestão de seus empreendimentos (que passam a figurar como ativos financeiros), seja na intermediação do acesso a diferentes fontes de financiamento (p.137).

Como pode ser visto na opinião desses autores a presença dos condomínios industriais logísticos ocorreu apoiada num movimento de financeirização e de reforço do setor financeiro com relação aos setores produtivos e de circulação. Torna-se patente a importância do crédito, o qual sempre foi fundamental para os empreendimentos produtivos. Mas nas últimas décadas parece ocorrer uma “certa autonomização” da circulação, no financiamento/crédito e do consequente endividamento quando se estabelece uma comparação com os setores produtivos (tradicionais). No exemplo de Duque de Caxias podem ser percebidas essas formas de acumulação do capital através dos já citados condomínios industriais logísticos com forte vinculação ao capital imobiliário, a explosão do comércio multivariado e a construção de numerosos shopping centers, tudo isso construindo uma centralidade periférica, como já nos demonstrou Rosa (2021).

Mas não é somente a integração com a indústria, com o comércio e demais serviços que vai marcar a financeirização desse novo momento do capitalismo. Destaca-se também uma maior inserção nas classes populares através do consumo fortemente financiado e apoiado num crescente endividamento.

Assim, se existe/existiu um certo otimismo dos autores supracitados com relação a implantação dos condomínios industriais e logísticos, também é preciso lembrar como eles próprios o fazem, além de Oliveira (2018) a manutenção das precárias condições de vida para a grande maioria da população caxiense, como tantas vezes já reportamos neste trabalho.

Se nos fixarmos nessa ideia de inserção pelo crédito financiado, avançamos em nosso pensamento estruturante de que a modernização infraestrutural e a produção apoiada na precarização do trabalho não tem conseguido alavancar uma melhoria social mesmo que ocorrendo uma expansão muito significativa do consumo.

Desenvolvimentismo, industrialização, neoliberalismo e novo desenvolvimentismo são partes de um todo que por muito tempo, e talvez ainda nos dias de hoje, têm sido vistas como único caminho, porém, “tais trajetórias foram parte de uma complexidade, e não os universais que elas, [que] por tanto tempo, propuseram ser” (MASSEY, 2008, p.31).

Este capítulo nos serviu para apresentar as políticas espaciais realizadas no Município de Duque de Caxias, que apesar de serem pensadas e realizadas como “neutras”, estão alinhadas aos interesses dos executores desse ordenamento que privilegia/prioriza o saber técnico-científico em detrimento/ esquecimento/ aniquilamento dos sujeitos que vivem esse espaço. Essa conceituação de espaço abstrato de Lefebvre, tão caro aos planejadores, que pode corresponder a concepção de espaço absoluto para David Harvey e ambas as concepções nos desafiam a procurar um lugar e uma voz para os sujeitos subalternos procurando partilhar outras representações do espaço que não as hegemônicas. E já nos encaminhando para o quinto capítulo, chegamos ao momento de pensar o espaço com a ajuda de interlocutores mais voltados para a teoria ou mais voltados para a empiria, que vão nos permitir discutir o espaço da política que não se completa para os moradores do Município de Duque de Caxias convivendo com processo muito particular de periferização.

5. Em busca de uma essência inalcançável em uma realidade complexa: a periferia tem vida ...mesmo quando tentam matá-la.

Em uma das incontáveis conversas/
orientações com João Rua,
lembro que ele comentou,
“não existe espaço sem vida e
não existe vida sem espaço”.
(29 de agosto de 2022)

O objetivo desse capítulo é discutir as políticas espaciais que não são plenamente executadas, tornando-se um entrave para o desenvolvimento social já que explodem em condições desfavoráveis à vida dos moradores e moradoras.

A epígrafe que inicia esse capítulo parte da conversa que se desenrolou com o geógrafo João Rua e nos faz compreender que a respeito do espaço e da vida, não há como separá-los, pois, um não existe sem o outro, e os dois são necessários para o viver/existir. A produção da vida passa pela produção do espaço e vice-versa, um interferindo no outro, como destaca Costa (2009, p.62) ao escrever, “a produção da vida, no cotidiano do ser humano, não é apenas a fabricação de bens para a satisfação de suas necessidades materiais, mas também a confecção de sua humanidade através da construção de relações socioespaciais, políticas etc”.

A partir de Costa (2009), pensar vida e espaço implica pensar nas relações dessas vidas e como elas se desdobram e se (re)constroem com e nesse espaço, ou seja, podemos pensar em quantas histórias tem o “ali” ou quantos “alis” tem histórias. Quantas histórias tem os espaços para contar e quantos espaços têm as histórias para contar, especificamente, o município de Duque de Caxias, o que nos leva a imaginar um universo de diversidades de elementos que coexistem. O espaço nos permite compreender que caminhos foram escolhidos, que grupos foram beneficiados e que grupos foram esquecidos/ prejudicados/ “abandonados” / “largados” / “jogados”.

Esse início de reflexão nos permite retomar as formulações da geógrafa Doreen Massey em seu artigo Filosofia e Política da espacialidade: algumas considerações (2004), em que a autora apresenta três proposições sobre como o espaço pode ser conceitualizado:

1. O espaço é um produto de inter-relações. Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno
2. O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de

mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade: multiplicidade e espaço são co-constitutivos. 3. Finalmente, e precisamente porque o espaço é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado, nunca se encontra fechado (p.8).

A partir dessas formulações da autora supracitada, procuraremos desdobrá-las em argumentos que pensamos serem possíveis de nos conduzir a duas constatações iniciais: o espaço da multiplicidade não pode realizar-se numa sociedade capitalista; uma outra constatação é que a pluralidade de vozes só se realizaria plenamente numa verdadeira democracia, algo bastante distante de se concretizar na sociedade brasileira como um todo e, portanto, também no município de Duque de Caxias.

Então, o que fazer? Procurar argumentos que refutam o chamado desenvolvimento capitalista e os distintos momentos no processo de acumulação de capital com o intuito de, ao efetuar essa análise, procurar evidenciar também as necessidades urgentes não satisfeitas por esse modelo de sociedade. Ao mesmo tempo procurar anunciar alguns sinais indicadores de outros horizontes para além daqueles que se vivenciam na atualidade.

Já apresentamos as multiplicidades do município protagonista e se retornamos às fundamentações teóricas é porque essa multiplicidade, que atravessa toda a tese, também é importante neste momento, pois “a simples possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e heterogeneidade em si mesmo depende de um reconhecimento da espacialidade [?]” (MASSEY, 2008 p. 31).

A multiplicidade e a heterogeneidade espacial existem, mas não se realizam plenamente pois são sufocadas pelo sistema capitalista que procura a homogeneização, pelo menos naquilo que diz respeito ao valor de troca e a mercadificação de todas as dimensões da vida, incluindo a espacialidade, como já apresentamos anteriormente. Ao contrário do que as denominações já apresentadas neste trabalho tentam nos passar, Duque de Caxias sempre esteve em movimento, nunca foi uma cidade de tipo/modelo só, único, o que nos leva a concordar com a segunda proposição de Doreen Massey apresentada acima.

Mesmo sendo um “único” município, percebe-se a existência de múltiplos ambientes e de histórias também, como já tentamos demonstrar no capítulo três. E histórias entrelaçadas por diferentes tipos de sujeitos, múltiplas interações entre os

sujeitos históricos, marcadas por encontros e choques de interesses. Entre os sujeitos, temos o Estado, como já vimos no capítulo anterior, que está sempre presente na organização territorial do município de Duque de Caxias. Temos também os/as caxienses que nasceram e os/as que se tornaram porque ali encontraram as poucas condições para sobreviver, ou seja, oportunidade de ali residir, (re)existir, viver.

No entanto, o espaço é mais do que uma mera superfície, é um espaço tomado e produzido em sua diversidade e pluralidade, pois

se o espaço é a esfera da multiplicidade, o produto das relações sociais, e essas relações são práticas materiais efetivas, e sempre em processo, então o espaço não pode nunca ser fechado, sempre haverá resultados não previstos, relações além, elementos potenciais de acaso (MASSEY, 2008, p.144).

As diferentes políticas governamentais (desenvolvimentismo, neoliberalismo, “novo” desenvolvimentismo) se revezando e se superpondo ao longo de diferentes momentos no município de Duque de Caxias, como vimos no capítulo anterior, não ofereceram um espaço em que as condições de vida da maior parte dos moradores/as caxienses pudesse ou possa ser percebido com qualidade, oposto a isso, tais políticas são entendidas como um discurso para o crescimento econômico e não para o que vamos denominar aqui de “desenvolvimento capitalista mais humano”, ao contrário, “explodindo” em condições desfavoráveis para os moradores e moradoras.

O capítulo três e capítulo quatro procuraram apresentar o espaço do planejamento territorial, o espaço do capital, o espaço do Estado e as repercussões que isso tem na vida das pessoas do município. Essas repercussões vão “explodir” neste capítulo cinco.

Para entendermos as repercussões que essas políticas públicas desencadeiam no espaço caxiense, antes vamos recorrer às geografias das relações desiguais, ou seja, vamos entender como as interações entre os sujeitos, que são as relações assimétricas de poder, engendram um espaço desigual (fragmentado) e desigualizador (hierarquizado). Nesta parte da tese, o que nos interessa são as promessas e as expectativas que foram apresentadas e não plenamente executadas pelos diferentes tipos de políticas públicas de desenvolvimento evidenciando-se algumas das muitas “falhas” na concretização de tais políticas naquilo que repercute mais diretamente na melhoria das condições de vida dos/das caxienses.

Vimos diversas iniciativas de implantação de empreendimentos no município, mas, como veremos mais adiante, na opinião dos/das caxienses, há muito o que fazer.

Também abordaremos neste capítulo aquilo que denominaremos de “geografias das necessidades”, ou seja, um espaço no qual se entrecruzam a urgência e a necessidade. Para isso, pretendemos identificar a “realidade” vivida pelos sujeitos subalternizados de Duque de Caxias nos dias atuais, através dos moradores que vivem, transitam, produzem e pensam o espaço caxiense.

Na última seção deste capítulo, pretendemos apresentar um prisma que muitas vezes passa despercebido: a periferia tem vida...até quando tentam matá-la. Aqui intentamos mostrar o devir que já está em andamento, acontecendo hoje e se movimentando cada vez mais para um(uns) outro(s) possível(eis). Nos apoiamos em Doreen Massey que nos alerta que o espaço está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado, nunca se encontra fechado ou concluído. Nesta parte do capítulo, para dialogar com a autora supracitada, pretendemos trazer autores, entre eles, Paulo Freire e a sua Pedagogia da Esperança, David Harvey e seus Espaços de Esperança, Milton Santos com Uma outra Globalização é possível, entre outros que já iniciaram esse caminho do devir, ou seja, do futuro em aberto e nunca em vias de conclusão.

5.1. Duque de Caxias: geografias das relações desiguais

Para esse subcapítulo, vamos nos apoiar em quatro pontos levantados junto ao grupo focal⁴¹, como apresentado no capítulo dois desta tese. São estes os quatro pontos: (1) A Reduc em Duque de Caxias, (2) Os elementos urbanos em Duque de Caxias, (3) Como se vê a relação Centro-Periferia e (4) A multiplicidade espacial de Duque de Caxias. Esses pontos abordados não se encontram separados/fragmentados na vida dos caxienses, portanto, também não são observados por nós de maneira isolada. Estarão sempre dialogando/interagindo uns com os outros.

Este é o ponto de partida para a análise das geografias das relações desiguais. Mas, sem que se negue seu significado político, o que se persegue aqui é uma compreensão da espacialidade do desenvolvimento socioeconomicamente desigual, ou seja, desigualdade socioeconômica entre espaços geográficos

⁴¹ Esse grupo focal deveria ter sido seguido, no entanto, sendo estudantes da FEBEF, se formaram e se dispersaram e não foi possível dar prosseguimento a conversa que norteou nossos pensamentos.

produzida pelo capitalismo. A produção do espaço não é meramente espontânea, é algo pensado, planejado, produzido, construído, existe uma intencionalidade que explica por que dentro desta lógica capitalista alguns espaços vão receber investimentos e outros não.

Já apresentamos os investimentos em infraestrutura viária e como a construção da BR-040, no final da década de 1920, permitiu/ facilitou/ abriu caminhos/ “iluminou pontos” para que, posteriormente, outros fixos e fluxos se desenvolvessem na região.

Como arquétipo de um desses fixos, temos a Fábrica Nacional de Motores, inaugurada em 1942. Pode ser tomada como exemplo de capital-trabalho ainda relacionada à primeira revolução industrial: os trabalhadores vivendo junto à fábrica em alojamentos construídos por ela, num modelo clássico de desenvolvimento fabril. A localização dessa fábrica foi utilizada como um dos argumentos para que o então oitavo distrito de Nova Iguaçu (Duque de Caxias), se emancipasse no último dia do ano de 1943. A presença dessa indústria indicava que o território do distrito era capaz de pagar seus impostos.

Posteriormente, na política desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960, ocorreu a construção da Refinaria de Duque de Caxias, relacionada com uma segunda revolução industrial, na qual a fábrica não tem qualquer responsabilidade com seus trabalhadores fora da empresa. Percebemos que os investimentos realizados pelo Estado nessa refinaria foram decisivos na estruturação do Município de Duque de Caxias, nesse sentido, Carlos (2009) ao escrever sobre o processo de urbanização nas metrópoles brasileiras, nos dá suporte explicando que

o modo como o processo de industrialização se realizou gerou uma urbanização profundamente desigual, criando separações entre o centro e a periferia como particularidade da metrópole em constituição. Com isso localizou uma massa expressiva de trabalhadores em áreas sem equipamento e moradias precárias (sem paginação).

Mais recentemente, com a parceria de recursos financeiros público-privados, temos um outro tipo de investimento: surge o polo da moda, os condomínios industriais logísticos e o polo gás-químico que também é um investimento, basicamente, estatal, mas também privado, ou seja, é misto, coordenado pela Petrobras.

Podemos perceber que um elemento estrutural vai puxando outro, um elemento estrutural vai iluminando outro, mas em nenhum desses elementos ou

equipamentos urbanos, em nenhum desses momentos, os moradores de Duque de Caxias recebem diretamente essa “luz”. Sendo assim, é questionável a política desenvolvimentista dos anos de 1940/1970 e os argumentos da teoria cepalina que ao identificar a condição de atraso, faz orientações aos países latino-americanos, para que os mesmos optem por uma política de desenvolvimento industrial, visto que o desenvolvimento local a partir da presença de algum elemento urbano/infraestrutura, e para a nossa tese, uma refinaria no Município de Duque de Caxias, não foram alcançados. Esse é o primeiro ponto a ser abordado, a Reduc em Duque de Caxias.

Talvez, os moradores caxienses recebam o “reflexo” ou a “penumbra” da “luz” que esse elemento estrutural produz, pois podem fazer uso desses equipamentos, mas com algumas limitações. Essa diferença no uso dos equipamentos urbanos demonstra a desigualdade nos ritmos e velocidades distintas, por contradições, como também demonstram os relatos do morador/a 1 ao descrever a realidade dos sujeitos caxienses que moram próximos a Reduc e que precisam fazer uso da água: “a questão da água que a Reduc usa. No entorno da Reduc, tem muitas famílias que não tem água, usam água de poço. Eles [moradores] não tem [água encanada] pra se utilizar água de poço. O consumo de água [da Reduc] é gigantesca. Pegar água de outro rio porque não está sendo suficiente. [A Reduc] está pegando [água] de outros rios também. E a prefeitura deixa esse aval para utilizar a água enquanto os moradores daquela região não têm água pra utilizar no dia a dia”.

Além da denúncia do acesso desigual de uso da água por parte dos moradores e da Reduc (segundo distrito), a Coca-Cola que está localizada dentro do Parque Natural Municipal da Taquara, no terceiro distrito – Imbariê, também foi citada nos relatos do morador/a 3 por ter se apropriado de um curso de água para suas atividades e por querer impedir ou dificultar o uso desse ambiente natural pelos moradores: “eu acho que fora a Reduc, tem também a Coca-Cola na Taquara. A Coca-Cola lá na Taquara fechou um curso de rio, né? Pra uso próprio deles! Uma cachoeira dentro da área de proteção ambiental. Os moradores que usam a cachoeira como uso cultural, as pessoas vão lá pra aproveitar, e eles ficavam preocupados, eles queriam que as pessoas pagassem pra entrar”.

A desigualdade nos ritmos e velocidades distintas relatadas pelos moradores/as equivale a “lógica da desordem”, expressão utilizada por Rolnik

(2008, p.1) para explicar que essa lógica tem um “caráter predatório do modelo [de desenvolvimento urbano capitalista], que condena a cidade como um todo a um padrão insustentável do ponto de vista ambiental e econômico”. Queremos mostrar através dessa “lógica da desordem” que para se alcançar lucro econômico, estão através de um consumo predatório de água pela refinaria ou pela empresa de refrigerantes, colocando esses cursos de água em risco, sofrendo algum tipo de alteração, seja na vazão do rio, seja na qualidade da água, comprometendo todo o ambiente natural, comprometendo a vida dos moradores próximos que fazem (ou deveriam fazer) uso dessa água, mas também comprometendo o econômico que não vai conseguir se manter. Ainda segundo a mesma autora, a ocupação das

áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental – como mananciais de água, complexos dunares ou mangues – é decorrente de um padrão extensivo de crescimento por abertura de novas fronteiras e expulsão permanente da população mais pobre das áreas ocupadas pelo mercado (ROLNIK, 2008, p.1).

Essa última parte da citação, nós constatamos em trabalho de campo realizado no município de Duque de Caxias no dia 31 de julho de 2021, em que uma faixa nos chamou a atenção. Pendurada no CIEP 369 - Jornalista Sandro Moreyra, localizado entre a Alameda Esmeralda e a Avenida Primavera, ao lado da prefeitura, que também se localiza no segundo distrito, Campos Elíseos, distante da Reduc em torno de 5km, a faixa anunciava a chegada de água para “mais de 150 mil beneficiados”, como podemos observar na figura 8.



Figura 8 - CIEP 369 - Jornalista Sandro Moreyra, ao lado da prefeitura.

Inquietos, nos perguntamos: o que aconteceu para que “mais de 150 mil beneficiados” recebessem a oferta de água depois de tanto tempo de espera? A

Reduc já está presente no município há mais de 60 anos, mas os moradores convivem com a falta de água há mais tempo do que isso. Comentamos anteriormente que talvez, o “reflexo” ou a “penumbra” os moradores caxienses experimentassem, pois fariam uso desses equipamentos, porém com algumas limitações ou mesmo atraso. Aqui temos um exemplo dessa “penumbra”, a segregação está estampada na paisagem. Observando o entorno, uma possível resposta estava do outro lado da Rodovia Washington Luís, em frente à prefeitura: um anúncio de venda de apartamentos, como podemos observar na figura 9.



Figura 9 - Foto de cartaz de propaganda de venda de imóveis na Rodovia Washington Luís (BR 040), em frente à prefeitura.

Diante do canteiro de obras de um empreendimento imobiliário, pensamos que talvez a água não fosse diretamente para os caxienses, visto que não sabemos quem são esses “mais de 150 mil beneficiados”, pois o que percebemos é um “padrão extensivo de crescimento por abertura de novas fronteiras e expulsão permanente da população mais pobre das áreas ocupadas pelo mercado”, retomando o comentário de Rolnik, ou, em outras palavras, aumentar a oferta de água neste distrito e neste momento esteja mais associado a atender aos interesses do capital imobiliário, do que para satisfazer as concretas necessidades ocasionadas pelo aumento populacional.

E ainda nos perguntamos: será que esses “mais de 150 mil beneficiados” receberiam água caso a prefeitura não estivesse ali? Caso não houvesse investimentos em empreendimentos imobiliários? Será que todos os moradores

serão beneficiados pela chegada da água? E os outros moradores que continuam a fazer uso da água coletada em poços? Que tipo de problema pode surgir com o uso dessa água captada perto de uma refinaria?

Essa desigualdade nos ritmos da vida caxiense é denunciada nos relatos do morador/a 2 ao trazer informações sobre a péssima qualidade da água consumida por muitos moradores/as caxienses que tem a Reduc como uma “vizinha inconveniente”: “a professora falou uma vez, não sei se foi na aula ou se foi no laboratório que ela fez uma pesquisa. Ela dá aula na Unigranrio e eles tinham um laboratório de análises ou tinham algum vínculo assim com laboratório que analisava a água. E aí, eles fizeram uma coleta de água lá perto da Reduc com essas pessoas que usavam poço, água de poço. E aí, o técnico do laboratório, ela falou que quando eles colocavam uma lâmina tinha contaminação. Coisa fecal ficava verde fluorescente. E aí, ela falou que o técnico falou que era suco de merda e que a lâmina tava assim tipo uma lanterna de tão verde que tava a água de lá do lado da Reduc”.

De acordo com o relato, podemos perceber que além de não ter água tratada/encanada para todo mundo, aqueles que necessitam fazer uso da água dos poços ainda precisam conviver sem o tratamento de esgoto, sendo expostos ao mal cheiro, doenças e até mesmo à morte.

A “vizinha inconveniente” também é “perigosa” e coloca mais uma vez a vida dos caxienses em risco, pois com a prática de furtos dos dutos, as ameaças dessas ações criminosas podem trazer consequências graves, como incêndios, explosões, vazamentos, poluição e contaminação de áreas ambientalmente sensíveis. Observam-se avisos da existência de dutos em alguns locais e de acordo com os relatos do morador/a 3, “você vê placas sinalizando onde tem e também acontece o caso de roubos, né? Fazem buracos nos tubos e roubam petróleo”, porém sem nenhum tipo de fiscalização, segurança ou mesmo treinamento dos moradores em caso de uma explosão, esses, mais uma vez, estão em risco como também nos alertou o morador/a supracitado ao dizer: “Caxias é como se fosse um campo minado, por causa que aqui ao mesmo tempo que tem a Reduc tem os dutos. Provavelmente estamos por cima de um duto e a gente não sabe. Muito perigoso!”.

Ainda de acordo com esse morador/a o perigo pode ser mais fatal: “a gente sempre escuta falar, se a tocha apagar, acabou Caxias, né? (risos). Todo mundo sabe disso. Se a tocha apagar, Caxias explode!”. “Tocha” é o nome popular para o *flare*

que se for apagado, indica que todos os gases tóxicos que deveriam queimar como o H₂S (gás sulfídrico), CO (monóxido de carbono) e a NH₃ (amônia), podem formar uma nuvem enorme. Caso isso ocorra em um período de frio, a nuvem com os gases tóxicos pode descer e matar todos da refinaria e ao seu redor, matando todos da comunidade do entorno da Reduc.

O mesmo morador/a aparenta preocupação com o que vai acontecer com o município, caso ocorra uma explosão e mesmo sabendo da existência de algum tipo de seguro, caso ocorra o pior, não há garantia de que os moradores serão ressarcidos por algum dano. O morador/a destaca: “e Caxias recebe um seguro, né? Não só Caxias, mas umas cidades vizinhas onde passam os dutos, Caxias, enfim! E fica essa questão: pra onde vai esse dinheiro do seguro? Porque uma hora, vai que isso aconteça?! Vai que isso aconteça e é muito complicado”. A preocupação do morador/a é pertinente visto que um grande acidente já aconteceu quando um vazamento de gás no dia 29 de março de 1972 provocou três grandes explosões na Reduc, sendo este o acidente mais impactante, provocando pânico na população que não foi amparada pelo seguro, pois esse não abrangia os moradores caxienses (COSTA, 2009, p.146).

Como vimos, anteriormente, estar próximo dos dutos é perigoso, no entanto, muitas vezes, estar por cima dos dutos é até estimulado pela Petrobras, que vem desde 2005 promovendo projetos de hortas comunitárias que estimulam a ocupação de áreas com dutos. O pioneiro é o Projeto de Agricultura Familiar Agroecológica em Faixas de Dutos, desenvolvido pelo Programa Petrobras Fome Zero, que além de promover a geração de emprego e renda nessas comunidades, tem como objetivo tornar produtiva uma faixa de 20 metros de largura que cobre 5 quilômetros de dutos de petróleo e derivados, dentro dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, com o plantio de hortaliças⁴².

Mas o que parece uma proposta capaz de atrair muitas pessoas pela oportunidade de trabalho e renda, na verdade esconde uma realidade em que mais uma vez a vida dos caxienses está em perigo. O morador/a 2 comenta sobre as reais condições desse tipo de projeto em dutos: “eu fiz um processo seletivo que era parceria da Petrobras que era um programa pra construir hortas. Olha só, cara, hortas em cima das faixas de dutos pra incentivar a agricultura familiar e a economia

⁴² Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-10-29/familias-da-baixa-da-fluminense-farao-hortas-comunitarias-ao-longo-de-dutos-da-petrobras>. Acesso: 12/11/2022.

financeira dessas famílias que moram perto dessas faixas de dutos e ao mesmo tempo pra inibir a ação dessa galera que rouba. Agora, imagina, a nossa professora, que é a professora de Geomorfologia, ela já fez alguns trabalhos nessa área em cima das faixas de dutos. Ela falou que em várias tem vazamentos. No campo, eles pisavam no óleo que estava vazando ali. Agora você imagina incentivar que as famílias produzam seus alimentos do óleo. E isso é financiado. Tipo assim, a Petrobras tá pagando por um projeto desse”.

Se por um lado a Petrobras incentiva trabalhos em hortas comunitárias em dutos que podem vaziar óleo, por outro lado, parece que não há um estímulo para que os caxienses trabalhem na refinaria. O relato do morador/a 4 demonstra que os moradores/as são marginalizados/as dentro do seu próprio município quando não conseguem uma vaga de emprego na refinaria por falta de formação técnica/profissional. Nas palavras do morador/a: “acredito por não ter investimentos pra educação pro povo de Caxias, então, não se forma funcionários, mão de obra qualificada, então, provavelmente os trabalhadores da Reduc vêm de outros lugares pra trabalharem e retornarem”. Esse relato também nos permite entender Duque de Caxias como uma centralidade. Se no passado, os/as trabalhadores/as caxienses se encaminhavam para trabalhar na metrópole carioca, na atualidade, observamos para alguns, o caminho inverso, os profissionais com certa qualificação/especialização passam a trabalhar na refinaria e suas subsidiárias.

Diante da troca de tantas informações sobre a presença da Reduc, alguns comentários começaram a ser tecidos com diferentes pontos de vista pelos moradores/as sobre o modo como a vida cotidiana dos moradores/as do município de Duque de Caxias está ou não (fracamente ou fortemente) vinculada à presença da Reduc. Para alguns, a presença da Reduc traz benefícios, mesmo que uma parte da riqueza gerada seja desviada, é o que argumenta o entrevistado/a 3: “eu acho que de alguma forma, não sei o que acontece lá dentro da prefeitura, de alguma forma, um mínimo de dinheiro é levado lá pra dentro. Acho que é extraviado e acho que faz alguma ajuda no saneamento básico, manutenção das lâmpadas. Eles estão fazendo aí, essa obra gigantesca, entendeu? Tão reformando tudo, tão colocando novas calçadas, novas lâmpadas. Tão fazendo Caxias a cidade luz. Você vê Caxias a cidade luz”.

Segundo ainda esse morador/a, a presença da Reduc no município beneficiaria os moradores/as caxienses ao promover trabalho para um grupo,

mesmo que fosse para os trabalhadores sem algum tipo de formação específica ou qualificada: “eu acho também que a questão da oportunidade de trabalho. Eu acho com certeza muitos moradores de Caxias são beneficiados com a questão de trabalho lá dentro, mesmo sendo uma classe baixa, eu acho que ainda tem uma questão do trabalho que ajuda de alguma forma essas pessoas. Muitas pessoas aqui trabalham na Reduc”.

Grandes empreendimentos, para não serem rejeitados/contestados, facilmente conseguem ludibriar os moradores do entorno de onde pretendem se localizar com o discurso de que haverá geração de empregos. Para ratificar esse pensamento, recorremos a Dias (2017, p.17) que ao abordar a construção de um shopping no centro do município de Duque de Caxias argumenta que grande parte da população “fica presa ao senso comum de análise do espaço e aceita como discurso único o fato desse empreendimento ser um grande gerador de empregos”.

O mesmo morador/a 3, no entanto, apresenta uma opinião contraditória ao reconhecer que a refinaria também é responsável por inúmeros problemas que atingem o município de Duque de Caxias e lista alguns deles: “porque ao mesmo tempo que a Reduc traz coisas positivas, porque ela traz economia pro município, ela também tem muitos problemas. A gente pode contar vários problemas. A questão dos rios, que ela também joga os dejetos dela. E deveria ter uma segurança. Como os lençóis freáticos, as pessoas recolhem água do poço, sabe? Os dutos que muitas pessoas morrem em volta ou então até polui o solo”.

As políticas desenvolvimentistas, neodesenvolvimentistas e neoliberais induzem esse pensamento contraditório em grande parte da população ao alegarem que para ter algum tipo de desenvolvimento, é necessário fazer alguns ajustes, mesmo que esses prejudiquem os moradores. Milton Santos (2007, p.39) reforça nosso pensamento ao escrever, “o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde”. Demonstramos isso anteriormente quando trouxemos a entrevista do prefeito Washington Reis que ao entrar em contato com os chineses em 2019, afirmava, “vai ser fundamental para nos ajudar a colocar em prática várias iniciativas do nosso projeto de transformar Caxias em uma grande Smart City”.

Podemos lembrar que “Smart Cities”, segundo a União Europeia, são sistemas e pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da

qualidade de vida”⁴³, no entanto, o que observamos até aqui é um município que não consegue oferecer o básico, como então pretende virar uma “Smart Cities”? Essa contradição é facilmente entendida a partir do desenvolvimento desigual do município, reforçando o que já acontece. Enquanto um grupo seleto de moradores experimenta a “cidade experta”, a maior parte dos moradores vive a “cidade lenta/atrasada”. O que percebemos é um governo funcionando como uma “máquina de crescimento que, ao produzir cidades, reproduz desigualdades” (FERREIRA, 2007 *apud* ROLNIK, 2008, p.1).

Abordando ainda possíveis benefícios criados pela refinaria, existe um pensamento de um movimento de retorno restrito da riqueza gerada que é percebido na opinião do morador/a 1 que acredita que a prefeitura recebe algum retorno financeiro, mas que acaba investindo grande parte na própria refinaria, sobrando muito pouco para os moradores, nas suas palavras são “migalhas”: “Quando tem uma empresa do tamanho do porte da Reduc no município, acaba que a própria prefeitura acaba recebendo mais dinheiro pra poder investir na própria Reduc pra facilitar e gerar mais dinheiro na Reduc. Então acaba que esse dinheiro escoado pelo município, ganho esse dinheiro vai para Reduc. Grande parte vai para Reduc. As migalhas que sobra acaba chegando pra [população]”.

Para o morador/a 5 é um ledor engano acreditar que a refinaria traz benefícios, como por exemplo, a oferta de trabalho, diante de tantos problemas apresentados no grupo. Para ele a presença da Reduc “traz mais malefícios do que benefícios, sim! E aí, de repente vem com essa falsa ideia de que tá ajudando dando algum trabalho, mas na verdade o malefício afeta na alimentação, na água, em tudo. Não compensa esse trabalho”.

Procurar entender/saber o que a refinaria faz para a população é o questionamento do morador/a 6 que também se interroga sobre o que a Reduc faz e que esconde da população caxiense. A “vizinha inconveniente” e “perigosa” também é percebida como manipuladora quando não expõe ou escolhe as informações que divulga sobre os possíveis problemas ocasionados pela sua presença. Nas palavras do morador/a: “não sei dizer dos benefícios. Mas, sei dizer dos malefícios. Eles vão fazer obras de infraestrutura. Meio que enganar o povo. A Reduc, historicamente, também, oculta muita coisa. Não vou falar que ela não faz

⁴³ Disponível em: <<https://www.secti.df.gov.br/entenda-o-que-e-uma-smart-city/>> Acesso em: jan/2023

nada para a população, mas cara, o que ela fez para a população? É uma pergunta que eu quero saber”.

A desconfiança entre os sujeitos participantes do grupo focal em relação à presença da Reduc e o que ela faz para os caxienses e para o seu espaço vivido provoca uma comparação da refinaria com os "coronéis de Caxias", como são conhecidos os políticos da região que, historicamente, faziam o que queriam, onde queriam, com quem queriam, quando queriam e pouca ou nenhuma satisfação/prestação de contas davam para os moradores que deveriam representar. O morador/a 3 comenta sobre essa falta de esclarecimentos por parte da Reduc: “falta muita transparência. Ela é como se fosse o coronel de Caxias. Porque tudo é passado por coronel de Caxias. A Reduc, o coronel de Caxias. Ela tá ali, ela tá se destacando. Ela tá num espaço muito grande de Caxias. Principalmente na beirada da Baía de Guanabara e tudo que acontece, eu acho, relacionando a Reduc é passado pra debaixo do tapete. As pessoas fingem que não acontece. Só quando é uma coisa muito grande, que nem a explosão que teve há muitos anos atrás. Que aí apareceu nos jornais. Acontecem muitas coisas, esse extravio dos dutos de óleos e ninguém fala sobre isso. Ninguém fala sobre a contaminação dos rios”.

A falta de transparência por parte da Refinaria de Duque de Caxias também é associada aos prefeitos da Baixada Fluminense que utilizam dos seus status políticos para serem beneficiados ou não punidos ou não cobrados diante de atitudes que vão contra as leis gerais da sociedade, como podemos ver no relato do morador/a 2 a seguir: “é uma característica bem típica ainda da política na Baixada Fluminense que é esse coronelismo mesmo, o prefeito é dono da cidade, o prefeito tem uma casa dentro da área de proteção ambiental. Tipo, umas coisas assim”. O mesmo morador/a ainda completa o pensamento, exemplificando que caso algum habitante caxiense vá questionar/refutar/ou procurar saber sobre o que não está sendo revelado/apresentado ou não para os moradores/as, pode sofrer algum tipo de retaliação por parte desses políticos: “vai a Letícia na porta da prefeitura com um cartaz, falar que quer saber a transparência da Reduc (...)”. O receio do entrevistado/a é válido diante de um histórico de violência legitimado por relações de poder abusivas, em que muitas vezes, os moradores fazem um “jogo duplo” para conseguir melhorias em sua comunidade: escondem verdades e aprovam mentiras. Hutta (2009) procura contribuir com as geografias da violência inspiradas nos

conceitos de Foucault e Agamben ao abordar as relações de poder e sugere que essas têm a ver com a questão da ocultação, ou seja,

Os residentes, muitas vezes cientes dos interesses poderosos que estão sendo jogados, ainda adotam formas de lealdade ou desaprovação para conceder apoio seletivamente a quem quer que eles vejam servindo suas comunidades. Enquanto isso, sua capacidade de denunciar publicamente os crimes era radicalmente limitada tanto pelas ameaças de violência dos traficantes quanto pelo envolvimento de policiais e políticos, contribuindo para a ocultação da violência (p.67, livre tradução nossa).

Acrescente-se a essa problemática de violência implícita ou explícita a fundamental relevância dos royalties pagos pela Petrobras/Reduc ao município de Duque de Caxias, evidenciando uma gigante assimetria de poderes entre o que a Reduc representa (política, econômica e socialmente) e a força dos “mandatários” locais, muitas vezes imbricados em projetos que agradem a ambos os grupos. E onde se colocam os cidadãos comuns, em sua heterogeneidade, quanto a busca de representação e de apoio para os problemas estruturais que vivenciam?

De acordo com os relatos dos moradores/as, percebemos a desigualdade dos ritmos que se de um lado faz com que a Reduc seja a segunda/terceira refinaria mais importante do Brasil, do outro temos os caxienses que convivem com as desvantagens de estarem/viverem ali: falta ou contaminação de água, vazamento de óleo pelos dutos e consequente contaminação do solo pelo óleo, risco de explosões, falta de transparência, abuso de poder por parte dos políticos locais, entre outras.

Os investimentos são desigualizadores (hierarquizadores) pois acabam por desigualizar (fragmentar) o espaço. É desigual porque ele enfatiza as desigualdades. Para os moradores a presença da refinaria não trouxe melhoramentos, especificamente, não trouxe água encanada, não trouxe saneamento básico, ou seja, a Reduc não mudou para melhor a vida das pessoas no local no qual está inserida. O que podemos perceber é a vida material desses moradores como sendo vivida em formas locais que são somente marginalmente afetadas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

Usando a expressão de Milton Santos, espaços opacos x espaços luminosos, queremos esclarecer que não significa que haja uma área toda opaca e uma área toda luminosa. Podemos generalizar, porém não podemos totalizar, assim como não podemos fazer uma oposição fechada desse espaço. Não há dualidade. Por isso ele é desenvolvimento desigual “e” combinado. Não é desenvolvimento desigual

“versus” combinado. Ele é simultaneamente desigual e combinado entre/dentro e de dentro pra fora.

A desigualdade dos ritmos está em toda parte. No próprio local, em cada rua, em cada casa, em cada indivíduo e a partir daí vai aumentando a escala de uma área para outra. Com isso, o que queremos abordar é o espaço relacional e não o espaço absoluto, pois o espaço relacional não tem limites.

Partindo desse pensamento, abordaremos o segundo ponto norteador: os elementos urbanos em Duque de Caxias como resultado de relações internas e externas, que nos faz compreender que um evento não pode ser compreendido a partir de um único ponto, mas dependerá de tudo o que ocorre ao seu redor. A partir dessa formulação, percebemos que o espaço ao mesmo tempo que é produto das relações sociais, também denuncia as relações sociais desiguais, pois denuncia o resultado dessas relações desiguais, denuncia a vida precária, denuncia a rua, o bairro, o distrito, o município “largado”, “jogado”, “abandonado”. Denuncia o descaso/indiferença sentido por muitos que experimentam/experienciam/vivem o local, como nos relata o morador/a 7: “outro lugar que eu moro perto é Amapá. Amapá é jogado. Amapá é roça, assim, é roça porque não tem outra palavra que possa definir o Amapá. É largado! É um distrito [bairro do quarto distrito – Xerém] de Caxias abandonado pelo prefeito e os moradores tentam fazer com que o prefeito olhe pra lá, só que, tipo assim, não é visto. É um lugar abandonado. Se você for, é isso, um lugar abandonado”.

Esse sentimento de “jogado”, “largado” ou “abandonado” não é recente e demonstra que a relação centro/periferia sempre foi marcada pela falta de infraestrutura oferecida aos moradores. O morador/a 8, com um pouco mais de experiências vivida com o município nos relata: “largado porque não tínhamos água, luz, carros eram poucos, digamos assim, e a dificuldade de um atendimento médico, um hospital, tudo que, digamos, seria em benefício da população, [pra]a gente era pouco, era bem deixado de lado. E o Rio, como capital federal, o que aconteceu? Feita a Avenida Brasil, ele foi tomando muito o destino da zona oeste do Estado da Guanabara que era o distrito federal”.

Segundo o artigo 3º do Plano Diretor Urbanístico de Duque de Caxias cabe ao município “promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do território, de forma a assegurar aos habitantes condições de bem estar e segurança”, mas o

que podemos perceber de acordo com os entrevistado/as é a intervenção mínima por parte dos diferentes sujeitos políticos responsáveis por administrar o município nos diversos momentos.

O sentimento de abandono e a denúncia de bairros do município estarem “jogado”, “largado” ou “abandonado”, como foi colocado pelo morador/a 8, é corroborado pelo morador/a 3 que completa o raciocínio ao dizer, “é uma das regiões onde o saneamento básico está chegando agora”. E assim como questionamos a chegada da água, anteriormente comentada, interrogamos também sobre o saneamento básico: é pra todos? Quem está se beneficiando com esse serviço público? É válido lembrar que a falta de saneamento básico acaba interferindo em outras questões importantes para os moradores de qualquer município, pois é com esse serviço estrutural que em dias de chuva, a água pode escoar, permitindo a circulação das pessoas, assim como impedir que a água parada provoque doenças entre tantos outros transtornos, como comenta o morador/a 1: “alagamento, porque se chover, você não entra”.

O descontentamento dos moradores de Duque de Caxias também passa pela dificuldade de se movimentar pelo espaço. Muitas vezes o problema não é a distância, mas sim a oferta de transportes que é reduzida, aumentando o tempo de deslocamento como nos conta o morador/a 3: “em compensação também, daqui pro centro do Rio não é tão longe, mas o transporte público é tão ruim que faz ser longe. A gente demora muito tempo dentro do ônibus, do metrô ou esperando”. O relato do estudante nos leva a uma reflexão: a distância entre centro e periferia ocorre mais pela falta de oferta ou deficiência dos serviços de transporte do que pelo distanciamento físico, que confirma que o distanciamento centro periferia ocorre pela via da desigualdade.

Uma outra reclamação por parte do morador/a 1 faz referência a própria dinâmica dos itinerários dos ônibus, “a questão de quando você vai ter que se deslocar, onde não deveria ser mão dupla é mão dupla, por exemplo. É muito estreito e tem carros na calçada. E como o ônibus sai da rodoviária de Caxias, o ônibus vai por uma ruazinha e sai uma porrada de ônibus daquele local. Não deveria ser feito daquele jeito, então”. Esse relato denuncia a falta de atualização ou morosidade do planejamento urbano do município que não acompanha o crescimento do número de moradores, interferindo diretamente na circulação, na oferta e qualidade dos transportes.

No entanto, a questão da mobilidade espacial é muito complexa, pois não se trata apenas de deslocar-se de um espaço para outro. A questão da mobilidade espacial nos leva a refletir sobre os fixos e os fluxos e como os investimentos desiguais contemplam uma classe (empresas de ônibus) e excluem outra (moradores) com a validação de leis regulamentadas pelo plano diretor (as leis nesse sentido, mais aprisionam do que libertam).

A exclusão passa por impedir ou dificultar esses/as moradores/as de experimentarem outros espaços, outras experiências, outros fazeres, outros lazes, “traduzindo as condições de existência dos sujeitos sociais em suas corporeidades” (BARBOSA, 2021, p.83). O cansaço de uma semana de trabalho e a baixa renda são características que marcam os/as moradores/as caxienses que têm dificuldades de consumirem outros espaços de lazer ou de cultura, como apresenta o morador/a 9: “é caro, gente! Você ir pra lá, você tem que tirar um dia. Por exemplo, pra Petrópolis! É ali! Eu fui pra Petrópolis na escola quando eu era nova e há trinta anos atrás fazia passeio da escola, hoje em dia (...) mas eu acho assim, complicado! Uma família que trabalha a semana inteira, chega sábado e domingo, tá cansada. Vai levar criança pra (...) e ainda tem que levar a farofa inteira, não tem como”. O morador/a 2 completa o pensamento: “só de passagem, tipo assim, uma família de quatro pessoas, é mais de 100 reais de passagem. Só a passagem! E ainda tem a entrada de onde você vai, alimentação. Você vai com criança, tem alguma coisa pra fazer”.

Ainda sobre as experiências desiguais com o espaço vivido, o que deveria ser um momento de prazer/lazer/descontração, como ver uma partida de futebol, transforma-se em preocupação/aflição/desassossego, por saber que a volta pra casa não é algo tão simples de ser solucionado como conta o morador/a 10: “eu moro em Saracuruna, ontem eu fui ver o jogo de futebol do Flamengo. Tive que alugar um lugar no Centro do Rio pra passar a noite que seria mais vantajoso pra mim, financeiramente, do que sair do estádio, porque eu sabia que iria dar confusão. E ir para o centro do Rio, ficar pernoite lá e vir pra faculdade de lá é mais barato e mais seguro do que fazer esse processo de volta. Porque além de não ter a segurança, só teria um trem. O horário e aquele trem exclusivo que se der algum problema na linha, você vai ficar na região que te deixarem e se você tiver dinheiro pra pegar outro transporte. É muito duro a falta de transporte público. A melhoria na Supervia, eu acho que os horários são muito curtos. Por exemplo, se eu fizesse

faculdade na UERJ [Maracanã] à noite e saísse no horário, só teria um ônibus pra onde eu vou. Eu teria que pegar um trem pra Caxias e de Caxias pegar ônibus que passa, pois trem já não teria mais, pararia em Gramacho. Então eu acho que melhorar isso tudo tem só a acrescentar na Baixada. Tanto fosse morador quanto pra essa cultura do ir e vir ser mais leve”.

Além da mobilidade ser um problema que dificulta o deslocamento dos/das moradores/as, o tráfico também pode ser acrescentado a esse tema quando ao provocar confrontos ou ao construir obstáculos/barreiras nas ruas/passagens, dificultam ainda mais a circulação de quem precisa estudar/trabalhar/viver o seu espaço, como é lembrado pelo/a morador/a 2 que relata: “mas Imbariê, apesar de ter, pelo menos onde eu conheço, bem característico de bairro pobre, assim, com tráfico já, tipo, várias ruas com barricada”. O “bairro pobre” que já sofre com tantas carências ainda precisa conviver com a falta de segurança e a violência cometida por sujeitos estatais e não estatais. Violência essa que impede/dificulta o direito de ir e vir do morador/a que precisa transitar pelos espaços para consumir o próprio espaço, para viver. Podemos também acrescentar que por ser um município marcado por vários bairros empobrecidos, em que os “novos coronéis” é que decidem sobre o lugar e sobre as pessoas desse lugar, ocorre uma atualização da morosidade por parte do governo/Estado, que no passado não impedia a influência dos antigos coronéis, e nos dias atuais pouco interfere na influência dos “novos coronéis”. Mais uma vez recorremos a Hutta (2009, p.66, livre tradução nossa) que ao extrapolar as análises a partir dos conceitos agambenianas e foucaultianas, vai esclarecer que “onde a violência é efetivamente obscurecida ou ocultada, muitas vezes ela não precisa ser legitimada da mesma forma”.

As relações de dominação passam pelo controle dos corpos e são cometidas por sujeitos oficiais e ilegais que podem ser observados de diferentes maneiras, desde as relações de ocultação apresentadas por Hutta (2009) como também, a cooptação do pobre através da inserção na lógica capitalista do mercado pelo crédito, como exposto por Pinho (2021) e também a transferência de renda, explicada por Ballard (2013), ou seja, tudo isso já é resultado/consequência da racionalidade capitalista: conteúdos contraditórios podem ser observados na desigual qualidade de vida dos/as moradores/as caxienses: mobilidade, segurança, renda. Nesse sentido, “a violência urbana não se explica pela criminalidade, mas

pelos conteúdos contraditórios da acumulação capitalista ao longo de sua história” (SAMPAIO, 2017 *apud* CARLOS, 2021, p.22).

Tudo é cooptado pela lógica do capital para ser consumido, até os “conteúdos contraditórios” que para esse momento queremos exemplificar como/através do acesso ou falso acesso à cultura, lazer, entretenimento, diversão. Os pobres, trabalhadores e trabalhadoras são conquistados pela oferta de crédito, de transferência de renda (que os tornam consumidores em potencial), pela falsa ideia de que estão experimentando o espaço pelo consumo. Segundo Pinho (2010, p.10), surge a necessidade de incluir essas populações na condição de “consumidores no processo de reprodução crítica da metrópole”.

O Estado é o responsável por incluir a população mais pobre na condição de consumidores ao validar as diferentes formas de acesso monetário, tornando-se assim um facilitador do mercado. Concordamos com Dias (2017, p.90) quando nos diz que “o capitalismo depende do Estado, pois o capital precisa ser organizado para sua reprodução”. Nessa mesma linha de pensamento, trazemos também as palavras de Harvey (2016, p.75), “um capitalismo sem o Estado é impensável”. Colocando Dias (2017) e Harvey (2016) em diálogo, acrescentamos que o Estado, ao promover transferência de renda, transforma pobres em consumidores, favorecendo o sistema capitalista.

Tal afirmação pode ser melhor compreendida quando analisamos as palavras de Paulo Guedes, ministro da economia no governo de Jair Bolsonaro, fazendo menção aos brasileiros beneficiados pelo auxílio emergencial no período da pandemia e que não estavam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) - banco de dados utilizado para identificar e caracterizar o público-alvo das políticas de assistência social no país - no dia 9 de junho de 2020, o então ministro afirmou: “aprendemos durante essa crise que havia 38 milhões de brasileiros invisíveis e que também merecem ser incluídos no mercado de trabalho⁴⁴”. Não ter emprego não significa para a racionalidade capitalista que esses milhões de invisíveis não tem renda ou estão excluídos, muito menos apartados do consumo, pois

mesmos as pessoas não inseridas, plenamente, no mercado de trabalho, têm uma funcionalidade na reprodução desse próprio sistema. Não é possível estar excluído,

⁴⁴ Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/politica/paulo-guedes-anuncia-a-criacao-do-renda-brasil/>. Acesso em 23 mar. 2023.

pois a realidade social faz parte de uma totalidade, cujo sentido não permite análises marginalistas ou dualistas (FRANCISCO, 2018, p.71).

Os templos do consumo, “os shoppings, para além de uma forma arquitetônica, são representações espaciais da sociedade de consumo” (DIAS, 2017 p.17), que são construídos sobre a falsa ideia de um espaço de segurança, de conforto, de lazer, de uso, de cultura, de diversão, escondendo sua verdadeira função de espaço de troca, espaço de consumo. Santos (2020) nos ajuda a entender que não conseguir perceber/ver toda essa dinâmica, torna esses consumidores, alienados.

numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é o verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os shopping-centers e os supermercados, aliás construídos à feição das catedrais. O poder de consumo e tão contagiante, e sua capacidade de alienação e tão forte que sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual (p.48).

O morador/a 3 acaba por revelar a condição de alienado que se tornam os/as consumidores/as em municípios como Duque de Caxias, em que faltam espaço de lazer e que se constroem espaços de consumo tornados espaços de lazer: “até a nossa questão da cultura, capitalismo! O nosso shopping é o único acesso à cultura do pobre, sabe? É o mais acessado. Pra onde o pobre vai? Pro Shopping no final de semana. É o único acesso que eles têm pra fazer. Ir no shopping pra comprar alguma coisa”. Carlos (2007, p.51) reforça as palavras do entrevistado/a ao escrever, “as grandes lojas de departamento e os shoppings centers substituem o lazer, ou melhor, viram lazer”. Em lugares onde há carência de praças, campos de futebol, museus, cinemas, lonas culturais, bibliotecas públicas, criam-se espaços de comércio onde os mais pobres gastam seu tempo de lazer na compra de mercadorias novas. Nesse sentido, Duque de Caxias faz parte “[d]esses espaços periféricos [que] estariam num movimento intenso de inclusão e de integração onde os indivíduos são consumidos pelo mundo da mercadoria através dos mecanismos de expansão das formas creditícias” (PINHO, 2021, p.533).

Através desse relato, percebemos que as inter-relações são desiguais e estão se fazendo pelo avesso do tipo de vida que os cidadãos desejam para si, tal como aquela socialização negativa. As cifras que movimentam o sistema capitalista, se antes só concediam crédito às classes abastadas do centro, agora enxergam no pobre da periferia a oportunidade de fazer a manutenção da sua

reprodução. A partir disso é possível entender e concordar com Mohammad Yunus quando afirma: "el sistema es el creador de la pobreza" (1998, p.53).

Mas quem é esse pobre? E a posição que ocupa? E o grau de influência que exerce? Cabe aqui compreender que as desigualdades socioespaciais são atravessadas por outras desigualdades/ desigualizações, as quais relacionam classes sociais, raça, gênero e idades/gerações formando um imenso mosaico de desigualizações que marcam a sociedade brasileira e também o município de Duque de Caxias.

A multiplicidade espacial do município em estudo passa pela interseccionalidade do pobre e da relação que acontece nessa cooptação pelos pobres e como ela é diferenciada para cada pobre.

Como exemplo, apontamos a mulher, o gênero que tem sido escolhido como a melhor opção pelo Estado para ser beneficiária dos programas de transferência de renda, por “gerir” melhor os recursos financeiros, em outras palavras, é aquela que se responsabiliza por pagar as contas, perpetuando “o papel das mulheres em carregar o fardo da cotidianidade, sendo sujeito e vítima da vida cotidiana” (LEFEBVRE, 1991), isentando os homens da sua participação no contexto familiar e coletivo, além de colocá-la como responsável pelo desenvolvimento de toda uma comunidade/sociedade: fazendo as tarefas familiares, criando as crianças, colocando as na escola e controlando sua frequência, cuidando para que a vacinação das mesmas esteja em dia, tudo isso como sinônimo de contas pagas, promovendo a continuidade e reprodução das desigualdades de gênero na medida em que trata com naturalidade a mulher ser responsável por sair da condição de vulnerabilidade econômica. Nesse sentido, concordamos com Milton Santos (2007, p.59), “ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, como uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo”.

Essas reflexões nos levam a pensar que o espaço periférico era visto no passado somente como lócus da classe trabalhadora (a população explorada no centro só dormia na sua cidade) e como essa classe trabalhadora periférica tem uma outra maneira de ser percebida, como usuário de crédito, de transferência de renda, dos benefícios concedidos, como já demostramos acima. “Diferentes periferias” estão integradas aos “diferentes centros”: uma mulher pobre, moradora de Duque de Caxias, integra-se aos centros (econômicos e políticos) quando passa a receber

algum tipo de renda através de políticas que são pensadas nesses centros. Integra-se também aos centros periféricos através do consumo que realiza.

A centralidade, vista como área de produção e consumo, precisam de aparatos - fixos - como caminho para a expansão do capital, e fluxos para que os pobres possam se locomover para gastar, ou seja, “poder mover-se, implica participar do mundo e interessa a lógica capitalista que não se limita exclusivamente à produção de mercadorias móveis” (DIAS, 2017 p.17). Barbosa (2021, p.84) também ressalta a importância de movimentar-se pelo espaço como forma de assegurar a acumulação capitalista, ou seja, “para além dos dispositivos de transporte (meios e infraestruturas), que se fazem imperiosos para realização dos empreendimentos destacados, faz-se igualmente necessário o agenciamento de mobilidades para garantir a acumulação geográfica diferencial do capital”.

Outros aspectos da sociedade parecem ser ignorados/removidos do sistema de responsabilização dos agentes públicos e provoca um sentimento de invisibilidade que pode ser expresso/detectado quando o morador/a 2 busca apresentar um outro olhar sobre Caxias, mas esbarra no que vivencia nos seus dias: “nossa realidade é atravessada o tempo inteiro pela desigualdade, pela falta de acesso e tal. E aí, enquanto a gente tava aqui falando, eu tava pensando, poxa será que a gente vai ficar falando só de coisa ruim, coisa ruim. Eu não consegui pensar, tipo, o que eu posso falar daqui que seja, nossa, maneiríssimo!?”. A declaração desse/a entrevistado/a nos faz pensar sobre a construção de um imaginário sobre o espaço que vivencia. A dificuldade de tentar buscar algo de bom para comentar sobre Duque de Caxias (sobre a Baixada de modo geral), e não encontrar, se deve ao fato de ter sido construído no imaginário ao longo do tempo com adjetivos pejorativos, associados à violência, como o lugar da exclusão, que só serve para dormir, e que passaram a ser introjetados pelos moradores das periferias, como já apresentamos na introdução.

Um outro jeito de entender o “abandono” desse lugar está associado à visão de uma Baixada ainda empobrecida, onde as pessoas não querem estar, não querem/conseguem divulgar, como o caso relatado pelo morador/a 3: “eu moro em Belford Roxo, mas teve uma época, eu assumo isso, e eu falava assim, eu moro em Caxias porque se eu falasse que morava em Belford Roxo, a pessoa não falava mais com você”.

Não encontram motivos para se conectar com o espaço devido ao que foi construído no imaginário de exclusão. Esse desencontro de pertencimentos sobre Duque de Caxias revela as relações do externo com o interno em diferentes escalas, relação centro/periferia, mas também revela a relação periferia/periferia, nos permitindo entender Duque de Caxias como uma centralidade dentro da Baixada. Se no passado as pessoas omitiam ou trocavam seu endereço no momento de preencher uma vaga de emprego, isso foi atualizado, abrangendo outras dimensões da vida, como nos relata o morador/a 3: “mas acho que Caxias tem umas coisas que são menos piores que nas cidades vizinhas, até na questão social, sabe? A gente tem um aplicativo de relacionamento. A pessoa fala assim: Ah, eu moro em Caxias, mas na verdade a pessoa mora em São João de Meriti, mora em Belford Roxo, entendeu? Porque não tem orgulho de falar que mora numa cidade pior do que Caxias”.

Essas distintas histórias, essas diversas vivências, esses outros pontos de vista, essas diferentes relações com o espaço tempo nos permitem perceber a multiplicidade espacial que há na Baixada Fluminense, especificamente, Duque de Caxias, nos ajudando a desconstruir a ideia de um lugar homogeneizado, como nos lembra o morador/a 6 ao se referir aqueles que não são da Baixada: “a imagem que eles têm também é de que é tudo igual. Que a Baixada é tudo uma coisa só. Choveu, alagou! Tudo!”.

Concordamos com o morador/a supracitado/a ao mostrar que a Baixada não deve ser vista como se tudo fosse homogêneo, mas encontramos nessa narrativa a brecha da contradição: a desigualdade ao mesmo tempo que homogeneiza pela lógica do capital, pela lógica do crédito, ela mantém a fragmentação e a hierarquização. Recorremos mais uma vez à tríade lefebvriana para explicar as geografias das desigualdades, que são também geografias da integração.

Pelo movimento da tríade lefebvriana, ao mesmo tempo que ocorre a integração através da homogeneização pelo crédito, temos a manutenção da fragmentação social e uma acentuação da hierarquização social, pois os ricos conseguem ficar ainda mais ricos (condomínios fechados do bairro Vinte e Cinco de Agosto) e os pobres, apesar de integrados pelo crédito, permanecem pobres ou até cada vez mais pobres (bairro popular no Pilar).

Quem está dentro e vive o espaço de Duque de Caxias, da Baixada, da periferia, de forma geral, como o morador/a 2, questiona sobre a distância e põe em xeque esse critério como o mais apropriado para explicar as relações centro

periferia: “e a galera acha que a Baixada é outro planeta! Que é tipo, assim, quatro horas de distância do centro do Rio de Janeiro”. Recorremos a Ritter e Firkowski (2009, p.22) para reforçar que “a proposta defendida é a de não mais continuar concebendo periferia(s) como um lugar longe, distante fisicamente de algum ponto central, uma vez que não mais o distanciamento “geométrico” é o determinante das relações socioespaciais nos espaços urbanos”, pois que, também, como já vimos em outra parte do trabalho, existem periferias nas áreas centrais e não apenas na borda metropolitana. Duque de Caxias, que faz parte da Baixada Fluminense, sendo considerada uma periferia, já não encontra nessa ideia enquanto espaço distante do centro ou que se encontra às margens externas de áreas urbanizadas, a melhor designação para explicá-lo, visto que pela lógica do capital, esses espaços estão integrados.

Essas indagações populares são também acadêmicas e, é Pinho (2017, p.148), em sua tese de doutorado intitulada, *A transformação na relação centro-periferia e a ficcionalização da miséria na metrópole paulistana*, que ao questionar alguns autores que ainda possuem “uma leitura que continua afirmando os espaços periféricos como lugares marginais”, nos ajuda a compreender “esses lugares como centrais para entender esse novo momento da reprodução do capitalismo na perspectiva da inclusão dos seus habitantes” (PINHO, 2017, p.148) através de formas creditícias que os tornam consumidores de crédito sem desenvolvimento social, interferindo assim sobre as relações centro/periferia, explicitando que não esgotamos o tema e lançando luz sobre a periferia não ser mais uma separação em termos de distância e sim, uma separação, uma desigualdade em termos sociais. Isso vai se manifestar no centro metropolitano, entre favelas, bairros pobres, bairros de classe mais abastada e no que se chama/chamaria ou chamou em algum tempo de periferia, dando como exemplo Duque de Caxias que tem também o centro de classes abastadas e tem periferias dentro desse centro, as favelas.

5.2. Espaço de necessidades... não atendidas

Nos anos de 1970, como um conceito que se pretendeu explicativo dos fenômenos urbanos, podemos entender que o termo centro se aplicava ao espaço (da cidade) onde estava o poder econômico e o oposto a isso, estaria a periferia.

Pinho (2021, p.531) nos explica que essa visão dicotômica ainda prevalece na produção teórica brasileira apresentada como uma “relação centro-periferia

marcada pela exploração e pela não integração das periferias no espaço urbano”. O autor para exemplificar essa percepção de exploração e não integração nos lembra de expressões que denotam oposição:

espaços opacos x espaços luminosos, espaços precários x centralidade dotada de serviços, espaços da dominação x espaços dominados, cidade formal x cidade informal; ou ainda a partir de termos como: espaços não integrados, territórios adormecidos ou como novos quilombos urbanos (PINHO, 2021, p.531).

Pelos exemplos podemos perceber que as análises da relação centro periferia passaram, ou ainda passam, a reforçar uma via de leitura das contradições da sociedade brasileira, da perpetuação das desigualdades sociais e econômicas. Tanaka (2006) ao explicar sobre a construção do conceito, também traz elementos que revelam uma

periferia expressa [pelas] relações binárias, fundadas no mundo do trabalho, entre espaço da produção e espaço da reprodução da força de trabalho; trabalho e moradia; cidade formal e cidade informal; mercado imobiliário formal e informal, com fortes relações entre um e outro (p.140).

Quando a produção teórica acadêmica começa a pensar/questionar a relação centro periferia a partir da periferia, é porque lá, já estão ocorrendo todos os processos de expansão do capitalismo. Rosa (2019, 2021), ao usar como mote a expansão dos serviços terciários, como educacionais e bancários, nos municípios de Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu para mostrar uma possível vitalidade em que a centralidade pode ser pensada para além da produção econômica em detrimento da relação dicotômica entre um centro dinâmico e uma periferia como negação deste centro, procurando contrapor-se a visão tradicional centro e periferia, parece-nos reproduzir essa visão dentro da própria periferia ao evidenciar algumas centralidades nela existentes. Como já mostrado anteriormente, é possível perceber também que ao mesmo tempo que existe uma centralidade, fruto de uma centralização, existe também uma periferização fruto de uma dispersão, mas sempre integradas e não dicotomizadas, como a abordagem tradicional dos anos 1970 fazia.

A noção de centralidade, centralidades, periferia, periferias, periferia na periferia, centro-periferia são maneiras de explicarmos a produção do espaço urbano pela racionalidade do sistema capitalista e não para além da produção econômica. “A periferia teoricamente foi construída como uma noção que se pretende explicativa da realidade urbana, de produção da cidade, e que serviu para caracterizar um momento de inflexão e de grandes mudanças na sociedade e

economia brasileira” (TANAKA, 2006, p.90). Essas transformações foram percebidas quando viver nas áreas mais valorizadas do centro metropolitano passou a ser dispendioso para as camadas mais desprovidas de renda e essas foram empurradas para a periferia, onde foram construindo suas casas pra poder sobreviver. Isso já é o resultado da expansão da racionalidade capitalista a qual vem se estruturando como fundamento de vida para todas as classes sociais e não apenas para as classes médias ou abastadas, como vários autores ainda vêm percebendo. Entendendo centro periferia como um todo, “o urbano não é neutro para os negócios capitalistas” (DAMIANI, 2008, *apud* FRANCISCO, 2018, p.61), sendo assim, centro periferia vistos como integrados contribuem para as transações capitalistas.

Ao problematizarmos a relação centro periferia atualmente, a partir do município de Duque de Caxias, estamos questionando a noção de periferia como área ainda não incorporada à cidade.

Como já afirmamos, o capitalismo não se desfaz de nada: espaços como shoppings, conjuntos habitacionais (populares ou não), universidades privadas, centros hospitalares privados, condomínios industriais expressam o capitalismo por intermédio do capital financeiro-privado, ou através do capital-estatal, como as refinarias, as universidades públicas, hospitais públicos que também são expressão do capitalismo. No entanto, os espaços das extensas periferias onde há privação do trabalho, da alimentação, do lazer, da moradia, da segurança, da saúde, entre outros, também são percebidos pelo capital como rentáveis. A complexidade que esses espaços periféricos ganham no período atual colocam novos desafios para entender esses espaços nas metrópoles brasileiras. Concordamos com Pinho (2021, p.536) que já “não é possível discutir a reprodução do capitalismo atual e, mais ainda, a reprodução nos espaços pauperizados, ou as teorias atuais sobre as periferias, sem pensar nas relações fetichistas que efetivam e dominam a sociabilidade moderna”.

Entendemos que a busca pela solução desses problemas sociais/serviços urbanos dentro do município de Duque de Caxias, integra-se cada vez mais à racionalidade capitalista, ou seja, busca resolver os problemas dentro do sistema que satisfaz mais ao capitalismo do que as carências dos moradores.

Nesse sentido, é importante levar em consideração o potencial da própria aglomeração das periferias como elemento dinamizador da economia urbana. Rosa (2021, p.13) citando Montenegro (2011) afirma: “cidades mais populosas correspondem a mercados maiores e mais extensos, assim como a uma segmentação

da economia urbana mais complexa, onde múltiplas divisões do trabalho coexistem em um meio construído fragmentado e, ao mesmo tempo, integrado”.

Nesse sentido, o município de Duque de Caxias que apresenta uma população estimada em 929.449 habitantes para o ano de 2021, de acordo com o IBGE, o mais populoso da Baixada Fluminense, torna-se atrativo e a partir disso é possível entender como esses moradores têm uma inserção na economia e sociedade capitalista. O mundo do consumo, o mundo da troca, o mundo da mercadoria, o mundo do endividamento invade a vida em todas as esferas. Tudo vira mercadoria nesses espaços que antes eram vistos somente como dormitórios, como nos esclarece Rosa (2021):

Estas grandes aglomerações passam também a serem percebidas pelo seu potencial de consumo de produtos diversos que vão desde bens de consumo imediato como alimentos e vestuário até produtos de maior valor agregado como computadores, automóveis e imóveis, rebatendo o entendimento destas cidades como meros centros residenciais (p.381).

Em Duque de Caxias, busca-se ao máximo o potencial de consumo, mesmo durante um momento de crise sanitária, como o período da pandemia da gripe da COVID-19, em que as medidas de isolamento eram burladas e até disputadas judicialmente pela prefeitura, que alegando ser “atividades essenciais”, permitia a abertura de igrejas e lotéricas desde o início. As “atividades essenciais”, entre outras que ocorriam diante das “vistas grossas” do então prefeito, eram muito mais necessidades econômicas dos empresários do que necessidades sociais, o que acabou resultando num número muito elevado de pessoas infectadas e/ou levadas à morte.

A pobreza, a precariedade das condições de vida, como resultado das trocas desiguais entre centro e periferia não devem ser entendidas como uma situação de não-integração. Se antes a exploração do trabalhador das periferias rendia a mais-valia, favorecendo a classe dominante capitalista das áreas centrais, isso foi atualizado com a exploração da pobreza através das formas de consumo, fomentadas pelas diferentes maneiras de se conceder valores monetários: uma delas está associada ao mais básico, a questão da insegurança alimentar que pode ser entendida como uma ordem de prioridades que mais agrada a lógica econômica do que resolve a falta de “pão na mesa” para “matar” a fome dos caxienses.

Para entendermos a promoção de uma qualidade de vida dentro da lógica econômica, retornaremos ao estudo de Pimentel (*et al* 2009), que aborda a

insegurança alimentar em crianças menores de 30 meses em Campos Elíseos/Duque de Caxias. De acordo com esse estudo, 72% dos domicílios encontram-se em estado de insegurança alimentar. Tal situação pode ser explicada pelo baixo nível de renda dessas famílias: cerca de 80% das famílias apresentaram renda familiar mensal per capita inferior a dois terços do salário mínimo (PIMENTEL *et al* 2009). A situação atual parece pouco ter sido alterada de acordo com leituras efetuadas e com pesquisa direta.

A transferência de renda, como política pública, deveria/poderia ser um caminho para tentar sair dessa condição de fome estrutural, em que os mais carentes não comem pois não têm acesso à renda para o necessário para se alimentar, mas como já demonstramos e voltamos a comentar, a transferência de renda apenas faz a cooptação do pobre para o mundo do consumo, sem realmente mudar sua condição.

Na mesma direção, temos as diferentes formas creditícias disponibilizadas aos pobres: crédito no mercado, crédito nas lojas, crédito nos bancos, crédito nos créditos (o usuário entra num movimento tautológico, em que cria uma dívida para pagar outras dívidas), que faz inclusão a partir do consumo e da dívida também.

A forma de inclusão e de saída da marginalização dessas populações pobres tem se realizado por meio do que o mercado tem denominado de acesso a “cidadania financeira”, através da socialização dessas populações a partir do crédito, como sujeitos do consumo (PINHO, 2021, p.542).

Seja pela transferência de renda, seja pelas diferentes formas de crédito, o valor monetário aprisiona o consumidor pobre ao endividamento do crédito quando acessa o comércio de forma geral e o comércio local, que tem se adaptado as novas formas de pagamento, como comenta Pinho (2021, p.544), “as relações no pequeno comércio local e rede de serviços, que se adequam a esse período e também utilizam de maneira intensa as formas de crédito, tais como cartões de crédito, de débito e outras formas de financeirização”, que tem se aproximado cada vez mais das milícias e traficantes que ao manterem determinados políticos no poder oficial e legitimado, garantem a sua própria permanência no poder paralelo e acordado. “Vários estudiosos têm argumentado que, embora as milícias tenham usado a força para se estabelecerem em certas áreas, isso só foi possível devido à não interferência ou apoio por parte de políticos e instituições estatais” (HUTTA, 2009, p.67, livre tradução nossa). Mas se por um lado, as entidades legais se omitem diante da ação de sujeitos ilícitos, de outro, defendem políticas de segurança que decidem quem

pode viver e quem deve morrer, como nos esclarece Arlete Rodrigues (2007, sem paginação): “no discurso oficial e oficioso, a defesa da ‘segurança’ propõe aumento da violência policial, implantação de pena de morte, redução da maioridade idade penal, entre outras. As políticas públicas visam eliminar os ‘inimigos’ da ordem ‘social’, que são os que produzem a cidade real”.

Diante de um quadro de violência dentro da lógica capitalista, a segurança “pública” tornou-se um empreendimento lucrativo estendido aos próprios promotores de tal violência. Em André Rodrigues (2017, p.112) conseguimos “identificar o homicídio como um recurso naturalizado de imposição de uma ordem, sob o pretexto do combate ao crime”. A criminalidade, a violência geram riqueza de forma legal e ilegal. É preciso alimentar os medos para que seja aceita toda sorte de medidas de um negócio rentável.

Vamos aqui apresentar de forma bem simples um dos muitos pontos que podem ser abordados. Diante de toda a insegurança apresentada anteriormente, cresce o mercado da “segurança”, mas também faz surgir outras maneiras rentáveis para aqueles que exercem poder paralelo, como esclarece André Rodrigues (2017, p.106), “ser ‘dono’ de uma área, nessa gramática do poder, significa ter o controle dos ganhos econômicos decorrentes desse domínio, através do monopólio sobre o fornecimento de certos serviços, muitos deles de responsabilidade pública, como a oferta de água, transportes ou a garantia da segurança”.

Esse modelo de controle dos espaços da pobreza também é abordado por Silva e Aragão (2020) que assim explicam como funciona esse poder paralelo que coexiste com o poder oficial:

trata-se de um poder discricionário que simplesmente sofisticou os métodos da espoliação, incluindo a modalidade do pagamento de taxas e pedágios pela “segurança”, o monopólio de serviços essenciais, o acesso ao mercado imobiliário e à moradia e, ao mesmo tempo, a convivência com a violência do narcotráfico e da guerra contra as drogas (p.448).

Diante de todas essas formas de violência a partir do controle, da espoliação, da coação, vamos nos atentar nesse momento para a questão da moradia, uma necessidade tão básica e tão violada ao mesmo tempo. Araújo (2022, sem paginação) ao detalhar o controle do mercado imobiliário, explica que esse se dá de diferentes maneiras: “cobrança de taxas de segurança de moradores, taxas sobre transações imobiliárias – taxas sobre contratos (mesmo que não registrados) de aluguel, transações de compra e venda – e, há também grupos milicianos que têm

suas próprias construtoras, imobiliárias e lojas de construção”. Nesse contexto podemos perceber que “as milícias são agentes dos mercados imobiliários não formalizados” (ARAÚJO, 2022, sem paginação) que através de expulsões, ocupações de terra, mutirões e obras; constroem prédios de apartamentos; alugam e vendem casas; cobram taxas de aluguel e taxas sobre transações de compra e venda, agravando o problema da moradia, pois empurram famílias carentes cada vez mais para áreas distantes e mais precárias.

O período atual do capitalismo em sua fase financeira permite ao capital se mover com grande velocidade em busca por ampliação. A periferia coexiste com as áreas centrais e não simplesmente estão em um estágio inferior de crescimento/desenvolvimento, mas possuem características próprias pela forma como foi/é integrada ao sistema capitalista, assim como teriam peculiaridades em sua estrutura socioeconômica que devem ser consideradas.

Nenhum espaço é consumido de forma homogênea, pois o próprio espaço não é homogêneo, mas no caso do espaço periférico essa percepção é evidente na paisagem, pois “o acesso ao solo urbano, tanto para habitação como para lazer, está subordinado à existência de uma propriedade fundiária privada que defina o lugar de cada um na cidade e na distribuição dos bens e serviços urbanos” (CARLOS, 2005, sem paginação). Seguindo o mesmo pensamento, Verdi (2021, p.362) vai nos explicar que “a própria existência da propriedade privada significa a divisão da cidade, sua fragmentação, e o acesso à propriedade, por depender das relações do mercado, determina a desigualdade do processo de produção do espaço urbano”.

Mais uma vez recorremos a Silveira (2014, p.73) como já comentado anteriormente, que nos permite por meio da comparação de dois bairros caxienses selecionados, Jardim 25 de Agosto e Pilar, como podemos observar na figura 10, distantes cerca de quase um quilômetro, “comprovar a presença de territórios abandonados pela gestão pública, seja pela ausência de recursos, má alocação dos mesmos e/ou ainda pelo investimento prioritário em alguns núcleos municipais em detrimento de outros”. Enquanto no primeiro bairro mencionado ocorreu a “urbanização de status” (PETRAKIS, 2009 *apud* SILVEIRA, 2014) com a presença do Estado através do rigor com que eram cobrados a adoção de padrões urbanos, tornando os lotes mais caros, impedindo assim a aquisição pelos mais carentes, no segundo bairro mencionado, os mais pobres tinham acesso aos loteamentos que

ocorreram pela “urbanização popular” (PETRAKIS, 2009 *apud* SILVEIRA, 2014), que eram marcados por estarem longe do centro do Rio de Janeiro, sem amenidades, com casas construídas pelo sistema de autoconstrução, ou seja, o morador faz uso dos finais de semana, feriados, férias para levantar sua moradia, pois dentro da lógica capitalista, “o homem vive onde ele pode morar, e onde pode morar será determinado pela renda que recebe e pelo sacrifícios que pode fazer” (CARLOS, 2008, p.134). É relevante destacar que se trata de espaço-temporalidades distintas. Fisionicamente, a diferença/desigualdade é bastante perceptível. Entretanto, é preciso lembrar que embora os dois bairros sejam originários da mesma época (anos 1950) expressam as múltiplas segregações espaciais observadas no município de Duque de Caxias.



Figura 10 - Bairro Jardim 25 de Agosto e Bairro Pilar (Fonte: Silveira, 2013).

Arlete Rodrigues e Odette Seabra (1986, p.20) ao refletirem sobre a questão da habitação, também colocam que a “(...) tônica dominante da exclusão da população dos benefícios do urbano e o processo de periferização das classes populares se configura cada vez mais com sua marca da segregação espacial”. Para Tanaka (2006, p.60) “a segregação espacial urbana se realiza, levando as camadas menos remuneradas a habitar territórios mais desprovidos de serviços, equipamentos e transportes”. Não é uma opção, mas sim uma imposição do capitalismo que torna a terra (e os elementos urbanos que nela existem) uma mercadoria (pode ser vendida e comprada) e como tal a depender dos elementos

envolvidos, da oferta e da procura, a torna acessível para uns e inatingível para outros, como nos explica Rosa (2021).

Como a terra é também uma mercadoria e um produto cada vez mais caro nos arredores das áreas que oferecem as melhores oportunidades por concentrarem historicamente a maior densidade de serviços e postos de trabalho melhor remunerados, habitar lugares mais acessíveis, porém afastados, foi a estratégia encontrada também pelos pobres na metrópole (p.376).

Dados recentes de Duque de Caxias apresentam um alto índice de favelização, com assentamentos precários e áreas irregulares. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, cerca de 35% da população do município reside em favelas ou em condições precárias de moradia. “O plano do habitar desvela a extrema desigualdade bem como a fragmentação dos lugares submetidos à apropriação privada” (CARLOS, 2007, p.109).

A falta de infraestrutura básica, como saneamento, abastecimento de água e energia elétrica, afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores dessas áreas. Estima-se que apenas 55% das moradias têm acesso a saneamento básico adequado, e apenas 75% têm abastecimento regular de água. A precariedade habitacional também aumenta a vulnerabilidade dessas populações a desastres naturais e a doenças.

Ao considerar esses dados estatísticos, é possível perceber a extensão do problema da favelização e da precariedade habitacional em Duque de Caxias. A situação evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a urbanização e a regularização fundiária dessas áreas, bem como o investimento em infraestrutura e serviços básicos para garantir a dignidade e a qualidade de vida dos moradores. No entanto, a oferta desses equipamentos coletivos é usada, por um lado, como moeda de troca pelo Estado em relação às demandas populacionais e, por outro, como um processo de acumulação de acordo com os interesses da lógica do mercado capitalista, como nos explica Harvey (1982),

as demandas da classe trabalhadora por saúde, habitação, educação serviços sociais das mais variadas naturezas são usualmente expressas através de canais políticos; o governo arbitra essas demandas e procura conciliá-las com as exigências da acumulação. (...) Os sistemas capitalistas tem evoluído cada vez mais no sentido da coletivização do consumo por causa da necessidade, claramente compreendida por causa das políticas fiscais keynesianas, de administrar o consumo segundo os interesses da acumulação. Pela coletivização, a escolha do consumidor é traduzida, da anarquia descontrolada da ação individual, para a área aparentemente mais controlável da ação estatal (p.18).

Morar vai além de só possuir um terreno/lote para a construção de uma habitação dentro da lógica econômica. Morar é viver, morar é abriga-se das intempéries naturais e sociais, morar é símbolo de resistência contra a lógica capitalista da propriedade privada, como nos esclarece Carlos (2005):

pode-se entender que a luta pela moradia não é a luta por “um teto mais serviços”, mas sim a luta pela vida e contra as formas de apropriação privada baseadas nas necessidades de realização econômica. Nesse sentido, trata-se de pensar as transformações que possibilitam a existência humana, que caminha na contramão do mercado e dos interesses dos segmentos que sustentam o Estado (CARLOS, 2005, sem paginação).

Associada à moradia e percebida por nós como uma necessidade não atendida, o desemprego em Duque de Caxias além de atingir muitos moradores, em cada 100 habitantes, somente 16 possuem emprego formal⁴⁵, também se revela como parte da lógica capitalista, que já nos tempos incipientes da industrialização brasileira, identificada por economistas como um período de suposto crescimento, deixou de fora uma parte significativa da mão de obra. Carlos (2009) ao explicar o processo de urbanização como consequência de um processo de industrialização, nos faz entender que a formação das periferias ocorre através da exploração da mão de obra ou a falta dessa exploração, ou seja,

fundada em altas taxas de exploração da força de trabalho (baixos salários), e "poupadora de mão de obra"; isto é, a industrialização, ao se realizar, deixou à margem do setor produtivo uma "quantidade significativa de força de trabalho" para além do contingente de "exército industrial de reserva" que só pôde sobreviver mediante o desenvolvimento de uma economia chamada de informal (sem paginação).

Dentro da racionalidade capitalista, para a grande maioria da população caxiense, ter ou não ter emprego não muda a sua condição de periférico, pois o capital se expande ao mesmo tempo em que nega o trabalho, ou seja, “o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2011, *apud* PINHO, 2021, p. 535).

Entra governo e sai governo e o município continua apresentando suas mazelas, o que pode ser observado através do grande déficit na oferta de políticas públicas como habitação, transporte, segurança, saúde e serviços de lazer aos seus

⁴⁵ Fonte: RAIS-MTE e IPP, 2018. Disponível em: < <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/#4>>

moradores. As soluções que se apresentam de momento, muitas vezes paliativas, é o que o Estado está disposto a ceder para a gestão da cidade e satisfaz a racionalidade do capitalismo. Sobre isso, Carlos (2005) escreve,

Com muita facilidade, o “direito à cidade” também se transforma em acesso a uma “melhor qualidade de vida”, o que pressupõe uma vida organizada sob o comando de um modelo manipulado em torno do bem-estar, que produz a satisfação do indivíduo envolvido no consumo, do indivíduo em sua limitada condição de usuário de bens de consumo/qualidade ambiental (sem paginação).

A vida cotidiana, imposta pelo capitalismo, é longa demais, mas a vida do pobre/ trabalhador/ morador/ caxiense/ indivíduo é curta, passa rápido demais. Não é o desejável de fato e só afasta para mais longe da utopia o que serve para não ficar parado, como explica Arlete Rodrigues (2007, sem paginação), “é próprio da utopia nunca se concretizar. Porém, cada conquista, por menor que seja, abre novos campos, novas escalas de articulação de uma sociedade sempre em movimento”, dar um passo, dar dois passos, três, quatro... “O ‘direito à cidade’ como categoria de análise permite a desmistificação dos discursos, possibilitando a elaboração de um projeto que tenha respaldo real como resposta às carências” (CARLOS, 2005, sem paginação). Para Arlete Rodrigues (2007)

o direito à cidade como bem coletivo, com acesso universal aos bens e serviços, constitui uma ‘revolta’ contra a mercadoria terra, moradia e cidade, e a privatização dos equipamentos públicos. É uma ‘revolta’ contra o predomínio do valor de troca, uma luta pelo valor de uso da cidade e da propriedade (sem paginação).

Mas se temos por um lado um sentido de emergência e urgência, “geografias das necessidades”, ou seja, um espaço no qual se entrecruzam a urgência e a necessidade, que não são alcançadas, por outro, há um sentido de necessidade de mudança, por isso é necessário desejar/querer/lutar/pensar em outra organização societária em que o espaço é para todos, livre do privatismo e o trabalho é o mínimo necessário (Marx).

Após identificar a realidade vivida pelos sujeitos subalternizados de Duque de Caxias nos dias atuais, pretende-se pensar numa possível outra realidade: “a questão sobre o tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão sobre o tipo de pessoas que queremos ser, tipo de relações sociais que buscamos, as relações com a natureza que estimamos, o estilo de vida que desejamos” (HARVEY, 2016, p.261). No próximo item intentamos apresentar situações que buscam enfrentar de alguma forma a estrutura hegemônica vigente.

5.3. A periferia tem vida...mesmo quando tentam matá-la

Qual o espaço que queremos? Que outras relações almejamos? Há uma diversidade de situações que pode se contrapor ao modelo único e nos fazer pensar os pobres como parte da cidade, em elementos para a construção de novos horizontes para a sociedade. O direito a Duque de Caxias passa por apropriar-se das condições necessárias de sobrevivência e vai além, caso contrário, acabamos provocando “o esvaziamento do debate sobre o ‘direito’ ao identificá-lo com a ideia de ‘qualidade de vida’” (CARLOS, 2007, p.109) apenas. Por isso, pensamos Duque de Caxias como um direito de seus moradores, com uso pleno da cidade e de forma não privatista. Uma cidade de todos como nos ensinou Lefebvre.

É o devir, espaço e relações que podem vir a ser, uma outra possibilidade, um futuro que desejamos, mas que não está pré-definido, depende da criação espaço-temporal. Porém, vivemos em um momento espaço temporal em que há uma certa “carência de ideias visionárias com que combater essa desolação” (HARVEY, 2014, p.207). Como nos adianta Harvey, vivemos em permanente processo de criação sem pré-determinações e num mundo carente de ideias para acabar com a pobreza. Adiantamos nós, ideias que ultrapassem o assistencialismo e a busca de melhor distribuição de renda, até agora predominante. Pois, concordando com Yunus (1998, p.53), não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo “marco teórico” que permitiu ou ajudou na sua criação”, ou seja, não podemos usar o capitalismo para resolver o problema da pobreza se foi ele que a causou, conforme nos elucidaram Kurz (1992, 2010, 2015) Pinho (2010, 2017, 2021) e Francisco (2018) ao chamarem a atenção para a socialização negativa que marca os dias atuais do capitalismo dominado pela (i)racionalidade financeira. Desses autores, destacamos Pinho (2017),

procurando debater com a crítica hegemônica sobre o tema da metrópole e periferias, que enxerga no neoliberalismo a causa desse processo de precarização e exploração de tais populações, assim como o seu reverso, que é a abordagem que busca na ação do Estado as saídas do processo de exploração através de políticas inclusivas que se colocam de maneira geral pela lógica da política sócio espacial (p.142)

Seguindo essas reflexões de Rinaldo Pinho, encontramos apoio para nossa abordagem em vários momentos, já explicitada, de que as políticas assistencialistas de distribuição de renda, de incentivo ao consumo introjetam, cada vez mais, a racionalidade do capitalismo em todas as dimensões da vida (produção mais

circulação; material mais imaterial...) atingindo assim a própria consciência individual. Tentaremos, mais adiante, problematizar essa introjeção. Entretanto, surgem sempre ideias veiculadoras de um possível devir otimista, ideias essas apoiadas em várias matrizes que sugerem a esperança nesse devir.

Como exemplo lembramos Martins (2021, p.32) que faz um questionamento: “seria a esperança o maior mal de todos os sentimentos por escamotear a realidade caótica indicando a pretensa possibilidade de superação das crises?” Uma mera banalização da esperança, “Era do conformismo” (Castoriadis), porém usada com forte potencial político, diferente do não imobilismo que nos leva a uma utopia materializável, onde seria possível ter uma espacialidade mais democrática, mais justa e não desigual.

Paulo Freire (1992, p.5) em *Pedagogia da Esperança* nos fala sobre uma esperança que não é uma “esperança imóvel”, mas que precisa estar em “movimento utópico”. Ao contrário da esperança freiriana, a desesperança imobiliza a ação, faz crer no fatalismo de que não é possível mudar ou recriar o mundo. Mas à esperança é preciso juntar a consciência e ação crítica, porque a “esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia” (FREIRE, 1992, p. 5). Por isso a esperança precisa estar apoiada em uma práxis. “Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (FREIRE, 1992, p. 5).

Harvey em seu livro *Espaços de Esperança*, nos capítulos: Os espaços de utopia e Utopismo dialético, demonstra certa preocupação com as contradições existentes no espaço urbano, na qual a política pública em parceria com a iniciativa privada produzem espaços destinados à reprodução do capital em detrimento do uso pela população mais pobre. “Mas como chegamos a nos convencer de que ‘não há alternativa’? [...] É simplesmente porque nos faltam a vontade, a coragem e a perspicácia para propor alternativas e buscar ativamente pô-las em prática? Ou há aí algo mais em ação?” (HARVEY, 2014, p. 205). Usamos as palavras do autor supracitado de outra parte do texto para responder tais questionamentos e que nos faz pensar, “há [...] a necessidade de persuadir as pessoas a ver para além das fronteiras do míope mundo da vida cotidiana que todos habitamos necessariamente” (HARVEY, 2014, p. 310), ou seja, precisamos estar sempre em busca do inalcançável, inatingível, irrealizável para espaços, cidades, políticas, relações (nos mantendo em movimento).

Mas ter esperança do quê? Se dentro do capitalismo não há possibilidade de mudança, onde então estará a esperança? Por outro lado, é necessário fazer alguma coisa. A urgência tem de conviver com a esperança de algo melhor. Mas quando virá esse algo melhor? E o que fazer até lá? Como atender as carências imediatas?

Todos esses questionamentos nos levam a pensar nos paradoxos que estão colocado para a ação política. Se tradicionalmente, a prática política de crítica ao capitalismo vem se apoiando na luta de classes e na busca da melhoria nas condições de vida para as classes menos favorecidas economicamente, por outro lado essa orientação política desemboca num “beco sem saída”. Como visto acima, as políticas distributivistas acabam por fortalecer o capitalismo. Outra maneira de se criticar o capitalismo é perceber o momento atual como um momento de crise do trabalho, da produção, como já dissemos em outra parte.

Entretanto, mobilizações e ações concretas com algum sucesso vem sendo reconhecidas e, de alguma maneira, atendendo a urgência da qual falamos acima. Desse intrincado jogo de possibilidades/linhas de ação política ligadas ao atendimento de algumas urgências, destacamos três exemplos na Baixada, um deles em Duque de Caxias.

Em sua tese de doutorado, Victor Tinoco Souza (2020) nos leva a pensar na busca do inalcançável e a necessidade de resistir ao abordar a formação de uma Associação dos moradores do bairro Vila de Cava, localizado em Nova Iguaçu, ameaçados de perder seu espaço para a construção do Arco Metropolitano. Mas não é perder só o espaço físico/absoluto/residencial, que já é sofrido, mas também seu espaço relativo/relacional, de vivência, de memórias, de experiências, de sensações, de significados, de emoções, de projeções, de uso.

Espaços de uso, muitas vezes são “atropelados” por empreendimentos que justificam a ocupação desses pelo seu baixo adensamento populacional, sendo denominados “espaços vazios” ou “espaços livres” (termo usado no plano diretor do Arco Metropolitano) e que segundo Sousa (2020, p.95) “são termos que expressam a concepção de espaços sem sujeitos”. Sampaio (2021, p.127) usa a expressão “formatação do espaço para possibilitar e facilitar sua produção” o que nos leva a pensar na ideia de limpar o que existe neste espaço para introduzir uma nova arrumação geral, de acordo com a racionalidade capitalista. Porém, contrariando a ideia de “espaços vazios”, o que foi apresentado por Souza (2020) nos permite concluir que a “limpeza” do espaço não se deu de forma tão fácil.

Segundo o autor supracitado, a associação de moradores foi formada por famílias católicas que ao realizarem reuniões/encontros, que aconteciam no salão da igreja católica do bairro, tinham como objetivo debater as consequências das obras do Arco Metropolitano para os moradores, mantendo-se em movimento, pois não queriam perder seu espaço. “Por ser um movimento católico, buscaram apoio na diocese de Nova Iguaçu no Centro dos Direitos Humanos (CDH), que os assessorou juridicamente na mediação com o estado durante o processo de negociações das indenizações” (SOUZA, 2020, p.211). As orientações indicavam que as ações não tinham que acontecer de maneira individualizada, mas em grupo. Com isso, mais famílias atingidas pelas obras foram atraídas e ocorreu a formação da agora denominada Associação das Famílias Atingidas pelas Obras do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Isso nos leva às palavras de Santos (2020) que nos inspira,

sozinhos, ficamos livres, mas não podemos exercitar nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização. É assim que nosso campo de luta se alarga e que um maior número de pessoas se avizinha da consciência possível, rompendo as amarras da alienação (p.103).

Nesse sentido podemos pensar que “na comunidade ou fora dela alguém só pode ser livre se os outros também o forem, ensinou Bakunin num momento caloroso em seu histórico debate dentro do movimento internacional dos trabalhadores” (COSTA, 2004, p.21).

A mobilização das famílias que por sua vez formou a associação permitiu aos moradores acesso às informações sobre o projeto da obra e conhecimento sobre onde atuar para ter diálogo com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER). Para Souza (2020, p.212), “a questão da mobilização é fato importante para a construção do diálogo e, especialmente, a negociação sobre as questões referentes aos impactos e às desapropriações das famílias”.

Um desses impactos estava relacionado ao isolamento do bairro em relação à outras partes e o perigo em torno da travessia da pista pelos moradores, mas a construção de uma passarela no Arco, que não estava no projeto original, para que a comunidade pudesse circular de forma segura, foi uma das principais conquistas em Vila de Cava. “Essas conquistas representam a importância da mobilização como instrumento de luta” (SOUZA, 2020, p.213). Arlete Rodrigues (2007, sem paginação) escreve que “algumas conquistas, por menores que pareçam, permitem a constituição de um novo imaginário coletivo”.

Martins (2021) em sua dissertação de mestrado intitulada *Algumas contradições entre a territorialidade simbólica e a funcional exemplificadas na luta pela delimitação do Quilombo Maria Conga em Magé-RJ*, também nos traz um exemplo da busca do inatingível e a importância de resistir ao apresentar a luta dos filhos de Maria Conga que ao se mobilizarem para manter a vivacidade do comunitarismo, buscam a delimitação do quilombo urbano que é “atravessado pelo privatismo que constitui o modelo de crescimento das cidades” (MARTINS, 2021, p.123).

Mesmo na eminência de confirmação da não delimitação do território quilombola, Martins (2021, p.146) apresenta a complexidade da comunidade de Magé para pensar projetos alternativos que vinculam o comum como lógica operante em uma das reuniões realizada para debater algumas propostas de intervenções práticas. Segundo o autor supracitado, participaram da reunião a associação de Amigos da Comunidade de Maria Conga, moradores, quilombolas, professores, pesquisadores e pessoas de outras áreas que apoiam o fortalecimento da coletividade para a construção e afirmação de uma comunidade mais autônoma e mais valorizada. Nessa dinâmica percebemos que pela “organização que pessoas inconformadas se reúnem, ampliando, destarte, sua força e arrastando, pela convicção e o exemplo, gente já predisposta mais ainda não solidamente instalada nesses princípios redentores” (SANTOS, 2020, p.103).

Respeitando as devidas proporções, temos os moradores de Vila de Cava que resistem às investidas da atuação do Estado trajado pelo poder público municipal e estadual pelas obras do Arco Metropolitano e os filhos de Maria Conga que “enfrentam estruturas hegemônicas na tentativa de alçar a emancipação que possa se desdobrar em um território funcional às demandas que o movimento de autoidentificação quilombola colocam: reconhecimento e valorização da sua história” (MARTINS, 2021, p.110).

A partir das observações realizadas sobre os trabalhos de Souza e Martins, identificamos que em Duque de Caxias também tem havido movimentos que resistem à transformação do espaço pela lógica capitalista. Dias (2017), em sua dissertação de mestrado intitulada *“As grafias do Foras em Duque de Caxias: capturando a produção do espaço em ato”*, nos apresenta o FORAS (Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping), formado por sindicatos, ONGs, associações de moradores, a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, outras religiões

e segmentos diversos da sociedade civil caxiense de maneira geral, que conseguiu impedir, ou ao menos adiar, a construção de um shopping na única área verde que sobrou no centro do Município de Duque de Caxias. Para o nosso estudo, a construção de um shopping na única área verde da porção central do município, sem levar em consideração a dinâmica existente no local e toda a alteração que vai provocar na vida cotidiana-espacial, indica que essa região é vista como “espaços vazios” ou “áreas livres que representam para o desenvolvimento do capital” (DIAS, 2017, p.81).

Mas é válido ressaltar que a preocupação do grupo que tem resistido ao empreendimento não está somente em torno da preservação da única área arborizada do centro de Caxias. Outras preocupações eram/são temas de debate nos encontros, pois o

que dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno (SANTOS, 2020, p.64).

Seguindo esse pensamento, usamos a tentativa de construção do shopping que teria, ironicamente, o nome de Central Park Caxias, em referência ao Central Park de Nova York, como exemplo para demonstrar que esse empreendimento traria mais problemas do que algum tipo de benefício, criando outros arranjos espaciais para esse município, causando mudança de microclima, devido à retirada de árvores na única área verde; a maior circulação de pessoas nessa área, aumentaria o fluxo de carros, mais engarrafamento, mais barulho, mais insegurança; aumentaria a especulação imobiliária; o pequeno comércio seria esmagado pelas grandes lojas. A construção de um shopping faz parte de um processo maior que é o capitalismo e nesse sentido, a perversidade se trata do mundo como ele realmente é. Um mundo no qual para a “[...] maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades” (SANTOS, 2004, p. 19).

Além do Foras, temos no município o Coletivo Movimenta Caxias, fundado em 2017 por uma articulação comunitária e defensores de direitos humanos da Baixada Fluminense. O Coletivo tem como objetivo analisar a sociedade e buscar melhorias para a cidade atuando em diversos bairros e favelas e no restante do município, realizando reuniões de bairros, caminhada pela paz, seminário de

segurança pública, debates em escolas e universidades e um jornal com apoio da Casa Fluminense. Atua também nas áreas da educação, cultura, comunicação, ações de solidariedade e combate ao racismo. No período da pandemia da Covid-19, o Coletivo foi de extrema importância pois realizou uma rede de solidariedade com ações entre as quais podemos citar a distribuição de cestas básicas e produtos de higiene e o acolhimento de pessoas em situações de risco e vulnerabilidade social em suas instalações.

Outro movimento social que podemos abordar é o Fórum Grita Baixada. Constituído por uma rede de organizações e pessoas da sociedade civil que articuladas têm como objetivo as iniciativas voltadas aos direitos humanos, justiça e a uma política de segurança pública cidadã para a Baixada Fluminense. O Fórum Grita Baixada tem origem em 2012, como um espaço para o diálogo, formação e incentivo à organização, articulação e mobilização na busca de soluções junto à sociedade civil para as problemáticas sociais e de direitos humanos na Baixada Fluminense, especialmente no que se refere à violência letal que ceifa centenas de jovens todos os anos. Através da formação popular, mobilização, comunicação social, articulação e incidência política buscam soluções conjuntas para as dificuldades sociais, atuando em movimentos de luta pelos direitos humanos e entendendo, essencialmente, que a garantia ao direito à vida é o mais importante.

Entre outros movimentos podemos citar também projetos ligados à área de educação voltados para o ingresso de jovens e adultos em universidades. Vem sendo constituídos há algumas décadas os chamados vestibulares comunitários os quais, na atualidade, vivenciam uma relevante mobilização popular que contribui para uma permanente “vivacidade” da Baixada como um todo e, particularmente, do município de Duque de Caxias.

Queremos explicitar que as diferentes mobilizações dos moradores ao colocarem “em xeque a produção da cidade questionando políticas públicas e planejamentos que aumentam as desigualdades” (CARLOS, 2005, sem paginação), colocam em dúvida essas políticas que não se realizam para esses moradores “já que as populações atingidas não estão incluídas no projeto, ou seja, não fazem parte da lógica espacial que está sendo imposta” (SOUZA, 2020, p.214).

Como podemos perceber, o espaço é de todos, mas não é para todos igualmente. Não é pensado para/por todos, não é produzido para/por todos, não é administrado para/por todos, não é usado para/por todos, não é vivido por todos

igualmente, pois “os que mandam falam em nome da coletividade” (FURTADO, 1974, p.116). No entanto, movimentos como os apresentados acima, mobilizam parte da sociedade civil na intervenção da produção do espaço da cidade, pois “o que faz mudar as sociedades é o excesso de problemas e um excesso de projetos irrealizáveis” (RODRIGUES, 2007, sem paginação), nesse sentido podemos usar as palavras de Souza (2020) que explicitam de forma geral a pouca importância que esses moradores tornados “invisíveis” têm para o poder público, mas também, a capacidade dos mesmos de reafirmarem a sua existência.

A reação da comunidade promoveu a luta por justiça, revelando uma perspectiva de ruptura com essa lógica, ao abrir espaço para se pensar em outras possibilidades de espacialidades e mostrar que essas pessoas não estavam incluídas no projeto, já que se acentuava que, desde a concepção do projeto do Arco Metropolitano, o vivido é excluído (p.217).

Arlene Rodrigues (2007, sem paginação) ao abordar a importância do espaço e da utopia da cidade como direito compreende “o processo de luta e a construção da utopia da cidade produzida por todos e que deverá ser universalmente apropriada. É um processo de evitar o silêncio dos problemas reais, de evitar uso de consensos forjados em nome de algo melhor”. Não mascarar os problemas, não aceitar a imposição da vontade hegemônica passa por entender que “o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania” (SANTOS, 2020, p.105). A não alienação é um processo contínuo e tem na identificação do sujeito com a realidade, sua maior participação no “jogo” de relações que transformam a sua vida, o seu espaço. Esse tema também foi abordado por Paulo Freire (1967) enquanto estava no seu exílio no Chile que registrou:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em ternos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (p.43).

A partir da experiência de lutas retratadas acima, queremos destacar que é no coletivo que os debates/lutas/resistências se tornam mais frutíferos. A tese de

Souza (2020) e as dissertações de Dias (2017) e de Martins (2021) nos levaram a pensar nos movimentos de resistências existentes em Duque de Caxias e suas conquistas. Nesse sentido Santos (2020, p.74), escreve que “dizer não é mostrar-se plenamente vivo e portador de uma existência ativa, é recuperar os poderes perdidos e levantar-se sobre os próprios escombros, reaprendendo a liberdade”.

Esses exemplos de movimentos de luta/resistência ao se negarem a aceitar o que é imposto como única racionalidade possível, nos servem como argumentos para pensar num devir real e possível e não como uma fábula ou conto de fadas com personagens fantásticos e encantamentos que transformam tudo em num piscar de olhos ou num passe de mágica. Sobre isso, Harvey (2014, p. 251) comenta que “em ao menos um aspecto Marx e Unger fazem causa comum. Eles insistem que o futuro tem de ser construído não segundo algum molde utópico fantástico, mas por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição em nossa atual condição”.

Esses exemplos de manifestações explícitas de inconformismo que podem ser compreendidas também como resistência parecem ser pouco visíveis na Baixada como um todo e em Duque de Caxias em particular.

Podem ser lembrados aqui os muitos entraves na sociedade brasileira na Baixada Fluminense e em Duque de Caxias que se opõem às manifestações explícitas de resistências à dominação da racionalidade capitalista. Alguns desses entraves podem ser aqui evidenciados: o conservadorismo modernizador da sociedade brasileira o qual tem sido manifestado mais veementemente na última década; o conformismo generalizado que segundo Cornelius Castoriadis, assola as sociedades e que no caso da sociedade brasileira parece traduzir-se na ausência ou na pequena expressão de manifestações antissistêmicas; a histórica violência da Baixada Fluminense que há muitas décadas vem estabelecendo leis “próprias” para manter uma ordem local na qual se conjuga a ação de político, milicianos, traficantes e outros “mandantes”; a importância das igrejas, particularmente as neopentecostais, que acentuam um clima de respeito e obediência que muito beneficiam o *status quo*.

É claro que percebemos esses elementos imbricados e multiescalarmente atuantes com maior ou menor intensidade em nosso município de estudo.

Mas, então, o que fazer? Como se justificam os movimentos sociais antes apontados? Não haveria outras maneiras de se manifestar, silenciosamente, em

movimentos pouco articulados, mas com alguma eficácia? Tais interrogações conduzem-nos a buscar algumas referências que, de alguma maneira nos auxiliam a compreender esses desafios.

Resistência cotidiana, segundo Scott (2011) ao dar como exemplo o roubo de grãos de arroz pelos camponeses do sudeste asiático, abre-nos uma perspectiva de compreender como a resistência, atos aos quais pouco damos atenção, mas que podem representar forte impacto inclusive econômico para a esfera oficial e para o capital privado como por exemplo, o “roubo” de luz, de água, de internet.

Ajuda-nos nessa reflexão a ideia de resistências silenciosas apresentadas por Juan Villulla (2017, p.62, livre tradução nossa) que se apoia em algumas fissuras internas do capitalismo como as “resistências operárias [que] não concretizam uma crítica global ao agronegócio, nem propõem horizontes como aquele que em algum momento representou a reforma agrária (...) [mas] se confronta como pode”.

Outra formulação que nos dá sustento para melhor pensar as resistências não explícitas é o texto de Flávia Martins (2013) quando nos apresenta o ato de construção/aquisição de moradias como um ato de desvio e endividamento. Escreve a autora “quando observados e compreendidos a partir da generalização do endividamento imobiliário, podem ser abordados como um momento de resistência aos processos de segregação e expropriação urbanos” (MARTINS, 2013, p.1).

Com base nesses três autores podemos nos arriscar a perceber o consumo apoiado no crédito e endividamento também como uma resistência no sentido de luta por um pertencimento a uma pseudocidadania apregoada, incentivada e matizada pela mídia.

Essas diversas maneiras de resistir nos colocam diante de uma das grandes contradições do capitalismo: a luta contra a racionalidade desse sistema/processo civilizatório apresenta-se também como uma luta por “mais capitalismo”. Será esse um dos princípios utilizados por Kurz quando critica a positividade do trabalho e da produção, fornecedores de permanente acúmulo de mais valia enquanto nos adverte contra a financeirização e a socialização negativa, pautada no consumo, no crédito e no endividamento, possibilidade posta aos moradores das periferias, mas não somente a eles, como nos indicam Pinho e Francisco.

Pinho (2017, p.143) ratifica essa inserção negativa quando escreve “desenvolveremos um entendimento de tais espaços a partir da inserção constante das diversas formas de consumo e da consumação desses indivíduos através dessa

forma de inserção negativa”. De acordo ainda com Pinho (2017, 145), “o consumo e, por sua vez, essa realidade do endividamento tem priorizado, através do crédito, o acesso dessas camadas a produtos eletrônicos de última geração”.

Embora o autor supracitado não se remeta a consumo como resistência, continuando com o que já escrevemos anteriormente e nos apoiando em Flávia Martins que vê o consumo residencial como uma resistência, também nós reiteramos essa visão paradoxal na qual pensamos poder perceber o consumo em geral, mesmo aquele apoiado no endividamento e na dependência creditícia, como ato individual e coletivo de resistência.

Então, o paradoxo se explicita: como aceitar o consumo, o distributivismo (de terras, auxílios financeiros) enquanto movimento em prol de uma cidadania, mas incluída no capitalismo e simultaneamente optar por uma visão que percebe essa inserção (pseudo) positiva como uma inserção/socialização negativa?

Resposta não há pois se trata de linhas de ação política bastante distintas e que estão colocadas dentre o urgente e aquilo que, do nosso ponto de vista, realmente importa.

Assim, neste capítulo, procuramos apresentar a complexidade interna do município de Duque de Caxias e sua difícil apreensão. As vozes de seus moradores, as difíceis situações de carência que vivenciam em seu cotidiano e alguns exemplos de resistência ao sistema que regula/provoca as carências, apenas nos evidenciam os paradoxos e as contradições que se revelam na tentativa de compreender as transformações (socio)espaciais e no município em estudo ocorrem, ao mesmo tempo em que um amplo processo de resignificação das periferias se “escancaram”.

6. Considerações finais: um permanente recomeço.

Pode parecer estranho falar em recomeço na parte final de um trabalho, mas para nós, essa ideia de recomeço está colocada em duas dimensões: a primeira é constituída da percepção pessoal de que ao “terminar” o trabalho, percebemos que é neste momento que consigo ultrapassar aquela visão superficial do espaço Caxiense que me desafiou desde o início de meus contatos com o município. Percebemos agora um longo caminho a percorrer para alcançar um conhecimento mais aprofundado do município em estudo; uma segunda dimensão que me leva a pensar em recomeço prende-se a própria perspectiva metodológica de buscar na análise um caminho de conhecimento do espaço como nunca acabado tal como nos anunciou Doreen Massey no início deste trabalho ao apontar o espaço como “um processo constante, e não um sistema fechado” e também nos remete a abordagem de Lefebvre retomada aqui como uma permanente re-produção do espaço e das relações sociais que com ele interage ao recriá-lo permanentemente.

Entretanto, não foi possível completar o método sugerido por Karel Kosic na medida em que não alcançamos a essência (se é possível alcançá-la) pois a “realidade” sempre nos escapou. O movimento do real (pseudo) desafiou-nos todo tempo e, mesmo efetuando algumas periodizações, ainda assim, não pudemos analisar uma totalidade que abrange o sentido geral do desenvolvimento brasileiro e suas manifestações do município em estudo. Os desdobramentos dessa(s) totalidade(s) nos levariam a uma análise de seus elementos componentes em permanente desdobrar para, em seguida, juntar todos esses elementos numa síntese para detectar novas contradições e assim por diante. Embora, como apresentamos no primeiro capítulo, não nos tenhamos comprometido em completar esse método, fica aqui o direcionamento de um caminho que poderíamos ter trilhado.

Sim, apontamos as transformações (socio)espaciais em Duque de Caxias, apontamos o movimento multiescalar do/no espaço caxiense. Mas pouco pudemos fazer além disso.

Assim, as transformações (socio)espaciais integradas ao processo de modernização no município de Duque de Caxias nos mostram, em escala local, a dinâmica e o sentido do desenvolvimento brasileiro – técnico, mais que social, conservador, mais do que progressista. Enfim uma visão reducionista da modernização, traduzida numa visão economicista do desenvolvimento.

Se já temos noção que a perspectiva de periferia está passando por mudanças, nos questionamos, o que a periferia está virando/ se tornando? Como já vimos antes, a periferia se transforma na medida em que todo o espaço se transforma dentro de uma lógica que antes era uma lógica do capital produtivo, na qual a periferia era vista de forma dicotômica e distante e torna-se, na lógica do capital financeiro das últimas décadas, uma periferia integrada ao centro metropolitano, já que se apresenta como uma dispersão deste. No entanto, essa integração não implica em garantias para a eliminação da pobreza, ao contrário, se antes a periferia abrigava os trabalhadores/desempregados/ autônomos ou em busca de trabalho o que podemos compreender é que a periferia vem se tornando o espaço dos endividados, dos financeiramente comprometidos com contas que parecem não ter fim. Lembramos que falamos de periferias localizadas nas áreas centrais ou na borda metropolitana.

Mas o que isso tem a ver com a qualidade de vida dos moradores de Duque de Caxias/ da Baixada Fluminense/ das periferias? O crescimento econômico não está mais associado a oferta de uma possível qualidade de vida desses moradores. Se no passado era necessário oferecer o mínimo possível para a reprodução da força de trabalho (os moradores-as/trabalhadores-as), como habitação e saneamento básico, nos tempos da ficcionalização, já não há mais nenhum tipo de compromisso.

A tese que aqui procuramos apresentar é a de que as transformações (socio)espaciais no Município de Duque de Caxias (RJ) não vem resultando em mudanças estruturais que retirem a maioria dos moradores de uma precariedade nas condições de vida que continua a marcar as periferias urbanas na metrópole do Rio de Janeiro.

Em nossa tese, falamos bastante em melhorar a distribuição de renda. É claro, isso é necessário, mas, o que os governos vêm fazendo, há muito tempo, é procurar medidas compensatórias/distributivistas, mas não igualizadoras. São medidas compensatórias para fazer com que essas pessoas pobres, sem renda, tenham alguma renda pra poder consumir - o foco está neles enquanto consumidores.

É necessário e não somos contra isso (distribuição de renda) mas não podemos acreditar que esse seja um mecanismo de ultrapassagem do capitalismo. Ele é necessário para dar melhores condições de vida, mas é simultaneamente e, contraditoriamente, um movimento de reforço da lógica capitalista, da lógica privatista, da lógica desenvolvimentista.

As pessoas de Duque de Caxias, da Baixada e das favelas do Rio de Janeiro (as periferias em geral) estão sendo inseridas pelo endividamento, pelo crédito, ou microcrédito, mas sem acesso a água de qualidade, sem acesso a esgotamento sanitário, sem acesso a usufruir de uma moradia.

A resistência é uma esperança - poder comer é um ato de esperança e resistência. Lutar pelo direito de moradia, mesmo diante dos constrangimentos das milícias, de autoconstrução, de periferia distante é uma resistência. Consumir também é um direito, porém os caxienses ao consumirem confirmam sua submissão cada vez mais ao capital - pela lógica da socialização negativa/endividamento, mas ao mesmo tempo ele está se mostrando como indivíduo, como cidadão e até mesmo como coletivo, tentando ser igual aos outros.

Podemos apresentar uma forma de concluir, afirmando que Duque de Caxias muda, vai ainda mudar e esta mudança lhe traz a maior transformação pela qual já passou, a maior perturbação e o maior “desenvolvimento”. Não se trata somente da metamorfose de uma sociedade local, mas a mais recente e decisiva etapa de integração a escalas mais amplas – metropolitana, regional, nacional e global.

Assim, nossa procura pela essência continuará. Apenas iniciamos a espiral reflexiva que nos encaminha na direção da análise de tão complexa “realidade”.

7. Referências

ABREU, M. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. IPLANRIO. 3ª edição. 1997.

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 33 - 2015 p. 57 - 68. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_1_Acserald.pdf. Acesso em 08 set. 2022.

ACSELRAD, H. BEZERRA, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental - considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. In: **Anais XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** - Florianópolis - Santa Catarina - 25 a 29 de maio de 2009.

AGUEDA, B. C. **Relações urbanos-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais: transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis/RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo/RJ)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia Puc-Rio. Rio de Janeiro. 2019.

ALBUQUERQUE, E. O adensamento populacional da Baixada Fluminense a partir dos loteamentos: a construção de um a periferia. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 143-167, jan.-jul. 2020. Disponível em: < <http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v13n24a7%20-%20Albuquerque,%20E.pdf>> Acesso em: out. 2020.

ALVES, J. C. S. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

ALVES, G. S. **A reestruturação espacial e a produção de condomínios industriais em Duque de Caxias**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2021.

ARAÚJO, M. Urbanismo miliciano, remoções públicas e fragmentação política. **Passa Palavra**. 2022. Disponível em:< <https://passapalavra.info/2022/07/144944/>> Acesso em: mai. 2023.

BALLARD, R. Geographies of development II: Cash transfers and the reinvention of development for the poor. **Progress in Human Geography**. 37(6): 811-821. 2013. Disponível em:<<https://doi.org/10.1177/0309132512474739>> Acesso em: mai. 2021.

BAPTISTA, T. J. A participação dos investimentos chineses no processo de reestruturação do território fluminense. **GEO UERJ** n. 31 2017. Disponível em:<<https://doi.org/10.12957/geouerj.2017.32067>> Acesso em: out. 2020.

BARBOSA, J. L. Espacialidades, corpos e ritmos a produção desigual de mobilidades urbanas. **Brasil, Presente!** [recurso eletrônico]. Ana Fani Alessandri

Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz (organizadoras). p.83. FFLCH/USP - São Paulo. 2020. Acesso em: out. 2021.

BARRETO, A. S. Um Olhar Sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Revista de Antropologia Campos**. V. 5, N. 2 UFP. 2004. Disponível em < <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1620> > Acesso em: out. 2020.

BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. **Brasil Uma nova potência regional na economia-mundo**. 5ªed. - Rio de Janeiro, 2006.

BONENTE, B. I. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx** v. 2 n. 3 (2014). Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/68>> Acesso em: dez. 2022.

BOITO Jr., A. As relações de classe na nova fase o neoliberalismo no Brasil. In: *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2006. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101020015225/9_P_I_I_C_dos.pdf Acesso em: dez. 2022

BRANDÃO, C. A. O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública. In: **Anais ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. X, 2003. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

_____. O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os “localismos” na literatura e nas políticas públicas contemporâneas. In: **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o Global**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2007.

BURGOS, R. Transformações recentes das periferias urbanas da metrópole de São Paulo: contribuição para (re)definições teórico-conceituais. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011. pp. 1-15

CAMPOS, H. A; SILVEIRA, R. L. L. da. Urbanização e dinâmica socioespacial nas aglomerações urbanas da Região dos Vales, RS. In: **Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010)**. Álvaro Luiz Heidrich, Paulo Roberto Rodrigues Soares, Iván Gerardo Peyré Tartaruga e Rosetta Mammarella (Org.) Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. 336p.

CANO, W. Agenda para un nuevo Proyecto Nacional de Desarrollo. In: **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización**. VIDAL, G.; GUILLÉN, R. A. México: Clacso-Unam-Red Celso Furtado, 2007.

_____. **Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP. n. 183, ago. 2010.

CARLOS, A. F. A. La utopía de la “gestión democrática de la ciudad”. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. ISSN:

1138-9788. Vol. IX, núm. 194 (01), 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-01.htm>> Acesso em: dez. 2022.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto. 2ª edição. 2007.

_____. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. Edusp. 2008.

_____. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. Cidade e exclusão. **Estudos Avançados** 23 (66). 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/XwS46QJPfBH8nF3HRz9tyh/?lang=pt>> Acesso em: dez. 2022.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

_____. O urbano “desigual e combinado”: uma interpretação, possível, da urbanização brasileira. In: **Brasil, Presente!** [recurso eletrônico]. Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz (organizadoras). p.19. FFLCH/USP - São Paulo. 2021.

CASTELO, R. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/O-social-liberalismo%3Dauge-e-crise.pdf> Acesso em: dez. 2022.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 4, p. 21-34, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/jxY9NqgCYnFHQZ4CjrC9spz/>> Acesso em: ago. 2022.

CORRÊA, R. L. Processos, Formas e Interações Espaciais. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016

COSTA, C. T. **O que é anarquismo**. Coordenação: Vanya Sant' Anna. Editora Brasiliense. Primeira edição 1980. 16ª reimpressão. 2004. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/161071/Colecao%20p%20r%20meios%20passos%20O%20que%20%C3%A9%20anarquismo.pdf>>

COSTA, P. A. **Duque De Caxias (Rj) – De Cidade Dormitório À Cidade Do Refino Do Petróleo: Um Estudo Econômico-político, Do Início Dos Anos 1950 Ao Início Dos Anos 1970**. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

CUNHA, R. T. da & ALMEIDA, T. M. da S. A. de. Seção Transcrição. In: **Revista Pilares da História** - Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Ano II - nº 02 - maio de 2003. Disponível em: <http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474> Acesso em: jul. 2019.

DAVIDOVICH, F. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole** n. 6, pp. 67-77, 2º sem. 2001.

DIAS, D. S. P. **As grafias do Foras em Duque de Caxias: capturando a produção do espaço em ato.** Dissertação. Mestrado em Geografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2017. 131p

FERREIRA, A. Algumas reflexões para ajudar a entender a produção desigual do espaço urbano em Duque de Caxias. *In: Educação Ambiental Formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no município de Duque de Caxias.* 2009. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br/media/livro_educacao_ambiental_duque_de_caxias.pdf> Acesso em: jul.2018.

FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade global – O papel da ideologia na produção do espaço urbano.** São Paulo, Vozes/Editora Unesp/Anpur, 2007.

FRANCISCO, A. L. R. **Divisão intraurbana das metrópoles; revendo discursos sobre a periferia paulistana.** Dissertação. Mestrado em Filosofia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018. 127p

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da Esperança.** Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974

_____. **Análise do “Modelo” Brasileiro.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

HAESBAERT, R. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.19 - 51. 2014.

_____. Lugares que fazem diferença: encontros com Doreen Massey. *In: GEOgraphia*, 19(40), p.5 - 10. 2017.

HARVEY, D. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.** Trad. Flávio Villaça. Espaço e Debates, v. 6, p. 7-14, 1982.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume. 2005. 252p.

_____. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____ The right to the city. **New Left Review**, Londres n. 53, 2008, p.23-40. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em mar/2023.

_____ **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. [tradução de João Alexandre Peschanski]. São Paulo: Boitempo, 2011

_____ O espaço como palavra-chave. In: **GEOgraphia**, v.14, n.28, p. 8-39, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia.2013a.v14i28.a13641>> Acesso em out/2020.

_____ **Espaços da esperança**. São Paulo, Loyola. 7ª edição. 2014.

_____ **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. 2016.

HUTTA, J. S. Geographies of Geborgenheit: Beyond feelings of safety and the fear of crime. In: **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 27, n. 2, p. 251–273, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/d3308>. Acesso em: 20mar2021.

KARTZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. Tradução Maria Almeida. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016, 473 p.

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: **POPE, C.; MAYS, N. (Org.). Qualitative research in health care**. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

KOSIK, K. O mundo da pseudoconcreticidade e sua destruição. In: **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969. Capítulo I, pp. 09-20.

KURZ, R. **O colapso de modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1992.

_____ **Não há leviatã que vos salve. Teses para uma teoria crítica do Estado**. 2010. Disponível em <<https://www.obeco-online.org/rkurz390.htm>>

_____ **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria**. 2015. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>>

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Ulisseia, Porto.1972

_____ **Lógica formal Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____ **La presencia y la ausencia - Contribucion a la teoria de las representaciones**. Fondo de Cultura Económica. Mexico. 1983

_____ **A vida cotidiana no mundo moderno**. Ática, 1991.

_____ **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 178p.

_____ **A produção do Espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

_____ **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *In: Revista de Geografia Norte Grande*, 39: 7-20 (2008) versión On-line ISSN 0718-3402 Santiago mayo 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022008000100002>>

_____Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. *In: Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.* FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio José; SILVA, Augusto César P. da. (org.). Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LIMA, E. L. de. O sujeito na encruzilhada do conhecimento geográfico. *In: Revista Paisagens & Geografia*. v. 4 n. Esp. 2019. Disponível em <<https://paisagensegeografias.revistas.ufcg.edu.br/index.php/A1p7D/article/view/42/45>>

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. *In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.* MARICATO, Ermínia (org.). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MARTINS, F. E. da S. Desvio e resistência na constituição desmedida da periferia: uma análise dos avanços do endividamento imobiliário na (re)produção do espaço metropolitano e de suas contradições. *In: Anais XIII SIMPURB.* UERJ. Rio de Janeiro. 2013.

MARTINS, G. **Algumas contradições entre a territorialidade simbólica e a funcional exemplificadas na luta pela delimitação do Quilombo Maria Conga em Magé-RJ.** Dissertação. Mestrado em Geografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro. 2021.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade.** MACIEL, Hilda P.; HAESBAERT, Rogério (Trad.). 3. ed. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 314P.

_____ Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *In: GEOgraphia*, Niterói, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MATTOS, R. C. Educação Ambiental: por que e para quê? *In: Educação Ambiental Formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no município de Duque de Caxias.* 2009. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br/media/livro_educacao_ambiental_duque_de_caxias.pdf> Acesso em: jul.2018.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. *In: Novos Estudos*. 79. Novembro 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/9MsRz9SGmRMwJ7zLhRCdgsL/?lang=pt#> Acesso: out. 2022.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/ O Ornitorrinco**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003(a).

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. Universidade de São Paulo. Tese. Doutorado em geografia. São Paulo. 2003(b).

OLIVEIRA, L. D. de. **Geografia do colapso: crise e desestruturação produtiva na realidade metropolitana do Rio de Janeiro**. Terra Livre, São Paulo, ano 33, vol. 1, n. 50, p. 131-158, 2018.

PIMENTEL, P. G.; SICHIERI, R.; SALLES-COSTA, R. Insegurança alimentar, condições socioeconômicas e indicadores antropométricos em crianças da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. *In: Revista Brasileira de Estudos de População*. 2009; 26(2):283-294. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/LzBHGnP GPD 6ky6Fk GzGFq dL/ abstract/?lang=pt>>

PINHO, R. G. Periferias urbanas e socialização negativa *In: Brasil, Presente!* [recurso eletrônico]. Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz (organizadoras). p.531. FFLCH/USP - São Paulo. 2021.

_____. **As transformações na relação centro-periferia e a financeirização da miséria na metrópole paulista**. Tese. Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 202p. 2017.

_____. **Crise do trabalho e a abordagem e a abordagem centro-periferia na metropolização de São Paulo**. Dissertação. Mestrado em Geografia. FFLCH -USP. São Paulo. 2010.

PINHO, M.; GERMANO, A. L. do N.; ALVES, G. de S. Mudanças produtivas na Baixada Fluminense: reestruturação espacial e novas dinâmicas em curso. *In: Sociedade-natureza na Baixada Fluminense: perspectivas de investigação* [recurso eletrônico] Organizadores: André Santos da Rocha, Jean Rodrigues Sales. - Seropédica: Ed da UFRRJ, 2023.

PINTAUDI, S. M. Os Shopping centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano. *In: Boletim paulista de geografia*. Jul-dic. n.65. p. 29-48.1987.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *In: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo (Orgs.). (p. 37) - 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

POSTONE, M. **Tempo Trabalho e Dominação Social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PREVOT, R. MARTINS, C. M. F. L., BARROS, D. F., COSTA, A. de S. M. da. A Trajetória Histórica de Duque de Caxias e a Constituição do Espaço Social a partir do Advento da REDUC: Paradoxos e Contradições. In: **Anasi VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Gramado/RS. 25 a 27 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnEO365.pdf> Acesso em: ago.2020.

RIBEIRO Jr., J. A. dos S. Acumulação primitiva, capital fictício e acumulação por espoliação: introdução a uma leitura geográfica da economia capitalista contemporânea. In: **Revista Tamoios**, v. 10, p. 55-66, 2014.

RITTER, Carlos; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. Novo conceitual para as periferias urbanas. In: **Revista Geografar**. Resumos do VII Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia Curitiba, 2009 Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/14334/9644>> Acesso em: mar. 2022.

RODRIGUES, A. M.; SEABRA, M. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia**, (64), 19–58. 1986. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/973/865>>

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. In: **Anais IX Coloquio Internacional de Geocrítica**. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias Sociales. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm#_ednref4> Acesso em: mar. 2023.

RODRIGUES, A. Homicídios na baixada fluminense: estado, mercado, criminalidade e poder. In: **GeoUERJ** n.31 2017 Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32058>> Acesso em: jun. 2020.

RODRIGUES, A. L. T. Duque de Caxias e Rodovia Washington Luís (BR-040): uma perspectiva dual sobre a temática econômica, histórica e política do município. In: **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**. Ano VIII, número 15 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/7245?lang=en>> Acesso em: ago. 2022.

ROLNIK, R. A lógica da desordem. In: **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 2, nº13, ago/2008, p.10 Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-logica-da-desordem/>> Acesso em jan. 2023.

ROSA, Daniel Pereira. Heterogeneidade, centralidade e tendências da vida de relações das grandes periferias fluminenses no início do século XXI. In: **Brasil, Presente!** [recurso eletrônico]. Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz (organizadoras). p.371. FFLCH/USP - São Paulo. 2021.

_____. Grandes periferias e a centralidade periférica: consumo, economia urbana e vida de relações. In: **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XVI Simpurb**. 14 a 17 de novembro de 2019. Teatro da Ufes e CCHN. p.964-980 Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26612>>. Acesso em ago. 2021.

ROSTOW, W. W. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RUA, J. As crises vividas pelo Estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. *In: Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Glaucio J. Marafon; João Rua; Miguel Ângelo Ribeiro. (org.). 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, v. 1, p. 271-298.

_____. No Estado do Rio de Janeiro: o lugar de um lugar rural em um espaço de metropolização. *In: O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (org.). 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, v. 1, p. 443-486.

SAMPAIO Jr., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012

SAMPAIO, R. dos S. A favor da metrópole, contra a metrópole: uma perspectiva lefebvriana da contrarrevolução urbana. *In: Revista GEOgrafias*, v.29, n.1, 2021 ISSN 2237-549X

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo (SP): Hucitec, 1983

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel. 1998.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Hucitec, São Paulo, 1996. (3ª edição: 1999).

_____. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Editora Record, Rio de Janeiro São Paulo. 2000 (14ª edição: 2007).

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. 7ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo. Edusp. 2020.

SEABRA, O. C. de L. São Paulo: a Cidade, os Bairros e a Periferia. *In: Geografias de São Paulo*. Carlos, Ana F. A. & OLIVEIRA, Arioaldo U. (Orgs.). Representação e Crise da Metrópole. Vol. I. São Paulo: Contexto, 2004.

SEIXAS, Antônio. Reflexões sobre a genealogia do conceito de Baixada Fluminense: a Baixada da Guanabara, a Grande Iguaçu e o Município de Magé. *In: Sociedade-natureza na Baixada Fluminense: perspectivas de investigação* [recurso eletrônico] Organizadores: André Santos da Rocha, Jean Rodrigues Sales. - Seropédica: Ed da UFRRJ, 2023.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243

SILVA, L. R. da. **Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930 – 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo**. Tese. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Campinas. 2013

SILVA, M. R., ARAGÃO, L. X. Duque de Caxias e Rio das Pedras: reflexões sobre as particularidades e universalidades da Covid-19. In: **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 9, n.16, 2020 (ISSN 23.17-8825). Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/278/210>> Acesso em ago. 2021.

SILVEIRA, L. A. da; RIBEIRO, M. A. C. Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da baixada fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena. In: **Revisitando o território fluminense**, MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A.orgs. VI [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 209-258. ISBN: 978-85-7511-457-5. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788575114575.0012>> Acesso em ago/2020.

SILVEIRA, L. A. da. Políticas públicas locais e a produção de desigualdades territoriais: o exemplo dos bairros Jardim 25 de agosto e Pilar no Município de Duque de Caxias. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.8, n.18, ser./dez. de 2014. pp.72-92

SIMÕES, M. R. Da Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: emancipação política e reestruturação política e reestruturação espacial. In **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. OLIVEIRA, Rafael da Silva (org.). Rio de Janeiro: Paradigma, 2004, pp. 48-61.

SOBRAL, B. L. B. A crise no Estado do Rio de Janeiro entendida não apenas como uma questão financeira. **Geo UERJ** E-ISSN 1981-9021 Rio de Janeiro. 2017. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32056>> Acesso em jun/2020.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade. In: **Abordagens Políticas da Espacialidade**. BECKER, Bertha K. *Et all* (org.). Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Geografia, abril de 1983.

SOUZA, M. S. de. Memórias da emancipação e intervenção no Município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50 In: **Revista Pilares da História** - Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. A emancipação política-administrativa do Município de Duque de Caxias. Ano II - nº03 - dezembro/2003. Disponível em: <http://www.bvambientebf.uerj.br/banco_de_magens/revistas_pilar_hist/03_revista_pilares_da_historia.pdf> Acesso em: jul.2019.

_____. **Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 228p. 2014.

_____. **Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)**. RJ: Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2002.

SOUZA, V. T. **Transformações espaciais e práticas espaciais de resistência no entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: a luta dos moradores das comunidades Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã pela permanência na terra**. Tese. Doutorado em Geografia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente. 2020. 220p.

SOUZA, M. L. de. Espaço Geográfico, espaço social. Organização espacial e produção do espaço. *In: Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro (RJ). Bertrand Brasil. 2013. p.21-42

SVAMPA, M. Entre la obsesión y la crítica al desarrollo. *In: Debates Latinoamericanos: Indianismo, desarrollo, dependência y populismo*. 1ªed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TANAKA, G. M. M. **Periferia: conceito, práticas e discursos. Práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo**. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

TAVARES, B. F. **A informalidade, o mercado de confecções e o comércio de malhas: dinâmica e circulação no feirão das malhas**. Monografia. Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. p.69 Niterói. UFF. 2018

TINOCO, Victor. Baixada e Baixadas: o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, uma estrada no caminho da(s) Baixada(s) Fluminense(s). *In: Sociedade-natureza na Baixada Fluminense: perspectivas de investigação* [recurso eletrônico] Organizadores: André Santos da Rocha, Jean Rodrigues Sales. - Seropédica: Ed da UFRRJ, 2023.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; MAGALHÃES, F. N. C. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. *In: Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 433-454, maio/ago 2017 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/zRsL_Z9Xzgvtw7_gyZ9WGT_hwR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: set. 2022.

VAINER, C. As escalas do Poder e o poder das Escalas: o que pode o poder local? *In: Anais ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*. 9. 2001. Rio de Janeiro. Subtema 1 - Escalas de Poder e Novas formas de Gestão Urbana e Regional. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p.140-151.

VERDI, E. F. Os “invisíveis” do Estado: pobreza, transferência de renda e segregação socioespacial no Brasil. *In: Brasil, Presente!* [recurso eletrônico]. Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz (organizadoras). p.351. FFLCH/USP - São Paulo. 2021.

VIANA, A. P.; MACHADO, A. **EXTRA mapeia dez ‘atacarejos’, lojas que vendem roupas e utilidades a preços de fábrica**. 2014. Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia-e-financas/extra-mapeia-dez-atacarejos-os-lojas-que-vendem-roupas-utilidades-precos-de-fabrica-12104198.html>> Acesso em: set.2020.

VIANA, J. N. L. Transformações socioespaciais na aglomeração urbana de Paris: princípios interpretativos e o léxico conceitual na compreensão da produção do espaço. *Revista Franco-brasileira de Geografia*. n.40. 2019. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/19215>> Acesso em: abr.2023.

VILLULLA, J. M. Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreiros asalariados en la agricultura pampeana argentina. In: **Revista Nera** – ano 20, nº. 35 – janeiro/abril – ISSN: 1806-6755. 2017 (p.41-64)

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. In: **Kriterion**. vol. 54 n.127 Belo Horizonte June 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/kr/v54n127/n127a06.pdf>> Acesso em: set.2020.

Sites consultados

Águas de março. JOBIN, Antônio Carlos. Nova Iorque. **Zen Produtora Cinematográfica e Editora Musical Ltda.**1972. 3min56.

Aumento da violência armada em Duque de Caxias chama atenção de especialistas. **Tv Prefeito**. Disponível em: <<https://tvprefeito.com/aumento-da-violencia-armada-em-duque-de-caxias-chama-atencao-de-especialistas/#:~:text=O%20m%C3%AA s%20 em%20da dos&text=Ao%20todo%2C%20139%20pessoas%20foram ,morreram %20e%2097 %20ficaram %20feridos>> Acesso em: dez. 2022.

Coletivo Movimenta Caxias <<https://benfeitoria.com/projeto/facamostudoaqui>>

Biblioteca **IBGE** <[https:// biblioteca. ibge. Gov .br/ biblioteca catalogo .html?id=443815&view=detalhes](https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca/catalogo.html?id=443815&view=detalhes)>

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade na Região Metropolitana**. Disponível em:<<https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/#4>>.

Casas Bahia inaugura Centro de Distribuição em Duque de Caxias no Rio de Janeiro - 19/06/2007 – **Revista Fator Brasil**. Disponível em: <https://www.revistafatorbrasil.com.br/imprimir.php?Not=12546>. Acesso em: 08 abr. 2022.

Chefes militares orgulhosos com empresa estatal do petróleo. Dia 29 de Agosto de 1962. **JORNAL ÚLTIMA HORA**. Disponível <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=refrineria&pagfis=78911>> Acesso em dez. 2020.

Construção da Reduc no final dos anos 50 com a Variante Rio-Petrópolis ao fundo. (foto) Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/510945285686638/photos/constru%C3%A7%C3%A3o-da-reduc-final-anos/957461547701674/>> Acesso em: ago. 2020.

Corona vírus: moradores de Duque de Caxias ignoram recomendações de isolamento social. **Record TV R7**. 20/03/2020. Disponível em:[https:// recordtv . r7 . com /balanco-geral-rj/ vídeos /coronavirus-moradores -de-duque-de-caxias-ignoram-recomendacoes-de-isolamento-social-2003 2020](https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/v%C3%ADdeos/coronavirus-moradores-de-duque-de-caxias-ignoram-recomendacoes-de-isolamento-social-20032020). Acesso em set. 2022.

Cura virá das igrejas, diz prefeito de Duque de Caxias sobre coronavírus. **Extra Globo**, 24/03/2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra->

extra/cura-vira-das-cura-vira-das-igrejas-diz-prefeito-de-duque-de-caxias-sobre-coronavirus-24325703.html. Acesso em out. 2022.

Dados Territoriais. **IBGE** Censo Demográfico 2010

Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá. TENDLER, Silvio. Documentário. 2006.

Famílias da baixada fluminense farão hortas comunitárias ao longo de dutos da Petrobras. **Agencia Brasil**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-10-29/familias-da-baixada-fluminense-farao-hortas-comunitarias-ao-longo-de-dutos-da-petrobras>. Acesso: 12nov2022

Fórum Grita Baixada. <<https://www.forumgritabaixada.org.br/>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. **IBGE**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>> Acesso em: mai. 2020.

MODELAR A METRÓPOLE. Disponível em: <<https://www.modelar.com.br/rmrj/>> Acesso em out. 2020.

Na Baixada Fluminense, Duque de Caxias é o único município que se nega a fechar comércio”, **Folha de São Paulo**, 30/03/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/lider-em-casos-de-coronavirus-na-baixada-fluminense-duque-de-caxias-se-nega-a-fechar-comercio.shtml>. Acesso em 29/09/2022.

Nunca fui, mas me disseram. Documentário. **Cineclube Mate com Angu**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E8sUcveY6XA&t=42s>>

O texto da decisão do TRF-2, datado de 31/03/2020. Disponível integralmente em: <<https://www.conjur.com.br/dl/trf2-garante-lotericas-igrejas-essencial.pdf>>. Acesso em set. 2022.

Paulo Guedes anuncia a criação de renda Brasil. **Diário do Comércio** Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/politica/paulo-guedes-anuncia-a-criacao-do-renda-brasil/>>. Acesso em 23 mar. 2023.

Plano Diretor Urbanístico do Município de Duque de Caxias – RJ. **CAMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**. 2006.

Portal de Verificação de Benefícios Fiscais. **Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento – RJ**. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC342626>> Acesso em nov/2020.

Prefeito Washington Reis reúne-se com vice-governador Dezhengiang, na China. **Portal da Prefeitura de Duque de Caxias**. Disponível em: <https://duquedecaxias.rj.gov.br/noticia/prefeito-washington-reis-reune-se-com-vice-governador-dezhengiang-na-china/1158>

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS. Disponível em: <<http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/conhecacaxias/historia2>> acesso em jul. 2018.

RAIS-MTE e IPP, **Casa Fluminense**. 2018. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/#4>>

Refinaria Duque de Caxias (Reduc). 2013. **PETROBRAS**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>>. Acesso em: Jul.2018.

Saneamento Básico. **Instituto Trata Brasil**. Disponível em: http://tratabrasil.com.br/images/estudos/itb/ranking-2019/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2019_v11_NOVO.pdf Acesso em: jun.2020.

Washington Reis se reúne com vice-governador chinês Prefeito de Duque de Caxias está na China em busca de recursos e tecnologias. **O DIA**. Duque de Caxias. 14/04/2019 Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/duque-de-caxias/2019/04/5634338-washington-reis-se-reune-com-vice-governador-chines.html?tag=Baixada%20Fluminense&id=/busca>> Acesso: nov.2020.